Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR)

BARRA DA TIJUCA E O PROJETO OLÍMPICO:

a cidade do capital

RENATO COSENTINO VIANNA GUIMARÃES

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Orlando Alves dos Santos Júnior

Rio de Janeiro
2015

RENATO COSENTINO VIANNA GUIMARÃES

BARRA DA TIJUCA E O PROJETO OLÍMPICO:

a cidade do capital

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Orlando Alves dos Santos Júnior

Rio de Janeiro
2015

FICHA CATALOGRÁFICA

RENATO COSENTINO VIANNA GUIMARÃES

BARRA DA TIJUCA E O Projeto Olímpico: A CIDADE DO CAPITAL

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fabrício Leal de Oliveira
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - UFRJ

Prof. Dr. Orlando Alves dos Santos Júnior
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - UFRJ

Prof. Dra. Raquel Rolnik
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - USP

Dedico este trabalho à Lorena, companheira de todos os dias,
e à minha família, companheira de toda a vida.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não seria possível sem as muitas pessoas que caminharam junto comigo nessa trajetória e que são referências para a minha vida.

Por isso, meus sinceros agradecimentos:

A todos os funcionários, colegas e professores do IPPUR/UFRJ, Instituto que me acolheu em 2010 e que me fez olhar o mundo de outra forma.

Aos amigo(a)s do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas que constroem a utopia de uma cidade justa e igualitária.

Aos amigo(a)s e aos que se integraram ao grupo da Escola de Comunicação da UFRJ, brilhantes e inspiradores.

Aos amigo(a)s da agroecologia que demostram dia a dia através do seu modo de produzir e viver como o mundo pode ser melhor.

Aos companheiro(a)s da Justiça Global que tanto se dedicam a lutar de forma firme e intransigente pelos direitos humanos.

À minha família e esposa pelo apoio incondicional às escolhas que a vida nos impõe.

Ao meu orientador e amigo pois sem sua sabedoria esse trabalho não existiria dessa forma.

Aos lutadores e lutadoras que estão na linha de frente das violações, resistindo para existir, que muito me ensinaram através de sua conduta.

Muita gratidão.

RESUMO

O Rio de Janeiro está passando por um período de profundas transformações urbanas justificadas pelos Jogos Olímpicos de 2016, que tem como objetivo criar as bases para transformar a Barra da Tijuca de principal centro das Olimpíadas em uma nova centralidade da cidade. Esse projeto foi forjado por uma coalizão de poder que tem raízes no bairro mas que se amplia a partir do Projeto Olímpico, conseguindo canalizar maciços investimentos públicos para a região nos anos 2010. A reestruturação urbana a qual passa o Rio de Janeiro se apoia em princípios neoliberais e tem nas parcerias público-privadas o principal instrumento de intervenção e gestão do território. Um de seus efeitos é determinar a localização dos moradores da cidade de acordo com a sua classe social, submetendo identidade e cultura à lógica do mercado. Isso vem sendo questionado por movimentos que propõem uma outra forma de existir na Barra da Tijuca. Através de sua luta e resistência, eles fazem um contraponto ideológico no local que se consolidou como o principal espaço do capital no Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Jogos Olímpicos de 2016. Barra da Tijuca, Rio de Janeiro. Centralidade. Neoliberalismo. Remoções forçadas.

ABSTRACT

Rio de Janeiro is experiencing a period of profound urban transformations, justified by the 2016 Olympics, that aims to create the basis for transforming Barra da Tijuca from the principal hub of the Olympics to the new center of the city. This project was forged by a power coalition that has roots in the neighborhood, but which has broadened through the Olympic Project, channeling massive public investments in the region in the 2010s. The urban restructuring through which Rio de Janeiro is passing is supported by neoliberal principles and uses public-private partnerships as the principal tool for intervention and territorial management. One effect of this is the relocation of residents of the city according to their social class, submitting identity and culture to the logic of the market. This is being questioned by movements that propose another way of existing in Barra da Tijuca. Through their fight and resistance, they make an ideological counterpoint in the principal space of capital consolidation in Rio de Janeiro.

Keywords: 2016 Olympic Games. Barra da Tijuca, Rio de Janeiro. Centrality. Neoliberalism. Forced evictions.

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Ranking de Bairros, Rio de Janeiro - Vendas Totais Unidades de 2004 a 2013….104

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Proprietários da Barra em 1981.....25
Figura 2 - Os supermilionários: Carlos Carvalho o homem mais rico do Brasil.....26
Figura 3- O "chinês da Barra" em matéria sobre a questão fundiária da região.....27
Figura 4 - Plano Piloto da Barra da Tijuca e da Baixada de Jacarepaguá.....30
Figura 5 - Museu Exposição BARRA 72 - Fundação Oscar Niemeyer.....33
Figura 6 - Imagem do local onde seria construído o Parque da Expo-72, na Barra da Tijuca..41
Figura 7 - Rocinha seria o maior stand de miséria do mundo aos visitantes da Expo-72.....41
Figura 8 - Monotrilho do Galeão à Barra, que seria construído para Expo-72.....42
Figura 9 - Expectativa do setor de turismo para o grande evento no Rio de Janeiro, que abriria a era do turismo internacional no Brasil.....42
Figura 10 - Desenho vencedor do concurso para escolher a marca da Expo-72.....42
Figura 11- Publicidade do Novo Leblon com incorporação da ESTA S.A.....45
Figura 12 - Síntese das motivações do movimento emancipacionista na publicidade da União de Condôminos e Associações de Moradores da Barra.....50
Figura 13- Localização da Via Parque, Vila Marapendi e Vila Autódromo em mapa da década de 1990.....52
Figura 14- Sede da Associação de Moradores da Via Parque, removida em 1994.....56
Figura 15- O jovem subprefeito da Barra, Eduardo Paes, em sua cruzada contra os "invasores" da Barra da Tijuca.....60
Figura 16- Reportagem sobre o assassinato de Tenório, presidente da Associação de Moradores da Vila Autódromo.....61
Figura 17 - Jovem economista, professor de Harvard, aconselha prefeitos brasileiros no fim dos anos 1990 em revista de grande circulação nacional.....72
Figura 18- Favelas desapareceram da publicidade internacional da Petrobrás.....79
Figura 19- Descrição de favelas somem gradativamente de mapas do Google até desaparecer por completo. Imagens de 2011, 2013 e 2015.....79
Figura 20- Localização dos 30 Lotes no Parque Olímpico referentes às 11 Contraprestações Imobiliárias por Término de Etapa.....94
Figura 21 - Quadro Contraprestações Imobiliárias por Término de Etapa da PPP do Parque Olímpico.....95
Figura 22- Infraestrutura viabilizada pelas Olimpíadas atenderá a área muito superior a necessidade dos Jogos, como no bairro Ilha Pura (Vila dos Atletas).....97
Figura 23 - Principais obras de mobilidade para as Olimpíadas de 2016.....100
Figura 24 - Principais empreendimentos da Barra da Tijuca entre 2010 e 2016.....107
Figura 25 - Proprietários dos lotes do Centro Metropolitano.....109
Figura 26 - Cadernos publicitários informativos sobre a região da Av. Abelardo Bueno no jornal O Globo.....112
Figura 27 - Publicidade do Pontal Oceânico, novo bairro no fim do Recreio.....116
Figura 28 - Legado de 2030 do Projeto Olímpico com Vila Autódromo preservada.....123
Figura 29 - Vídeo da Prefeitura do Rio sobre o Parque Olímpico sem a Vila Autódromo.....123
Figura 30 - Vila União de Curicica no traçado da Transolímpica.....125
Figura 31 - Curva da Transolímpica em vídeo da Prefeitura do Rio cortando a Vila Autódromo.....126
Figura 32- Casa de Jorge Santos, última a resistir na Vila Recreio II, sem luz e sem água....130
Figura 33- Jorge Santos em cima dos escombros da sua casa a dezenas de metros da Av. das Américas.....130
Figura 34 - Lançamento do Plano Popular da Vila Autódromo no edifício da Prefeitura do Rio.....133
Figura 35 - Destruição em local onde a Living Construtora desenvolve empreendimento

imobiliário.....135
Figura 36- Adilson Almeida e Maraci Soares em frente a igreja de 1625, no Alto Camorim. 135
Figura 37 - Protesto feito pelo movimento Golfe Para Quem? em frente ao Ministério Público. 139
Figura 38 - Moradores da Comissão de Moradores da Vila União de Curicica no Ocupa Golfe. 139

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....13

2 A OCUPAÇÃO DA BARRA DA TIJUCA.....19

2.1 Breve histórico da questão fundiária da Barra da Tijuca: dos Sá às S.A.....19

2.2 A ocupação planejada e um grande evento de exposição.....27

2.3 Barra da Tijuca: o novo Rio do capital.....43

2.3.1 Independência ou Morte: a emancipação da Barra.....46

2.3.2 As remoções da década de 1990.....51

3 PRINCÍPIOS DA CIDADE NEOLIBERAL.....63

3.1 Neoliberalização, planejamento estratégico e empresariamento urbano.....63

3.2 Neoliberalismo e grandes eventos na periferia do capitalismo.....73

3.3 Rio de Janeiro neoliberal: invisibilização dos pobres e da pobreza.....77

4 AS OLÍMPÍADAS DA BARRA DA TIJUCA DE 2016.....86

4.1 A Barra da Tijuca e o Projeto Olímpico.....87

4.2 Coalizões políticas, alianças de classe e empreendimentos imobiliários.....103

4.2.1 Projeto Olímpico e remoções em áreas de incorporação imobiliária.....118

4.3 Conflitos, resistências e alternativas à Barra da Tijuca neoliberal.....129

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....144

REFERÊNCIAS.....150

1 INTRODUÇÃO

Assiste-se no Rio de Janeiro um período de grandes transformações urbanas, com aumento do investimento em infraestrutura na preparação da cidade para grandes eventos mundiais, como a Copa do Mundo 2014 e os Jogos Olímpicos 2016, entre outros. As transformações também são simbólicas: o Rio de Janeiro estaria entrando em uma nova fase, deixando para trás a marca da pobreza e da violência que marcou a cidade na década de 1990, e entrando num momento de oportunidades e desenvolvimento.

A região administrativa da Barra da Tijuca[1] surge nesse cenário como um território privilegiado de investimento público. A Barra da Tijuca já havia sido o centro dos Jogos Pan-Americanos, em 2007, e volta a estar em posição de destaque nos Jogos Olímpicos. A previsão é de que até 2016 o bairro esteja conectado ao Metrô e a três novos sistemas de corredores de ônibus *Bus Rapid Transit* (BRT), além de diversas outras intervenções de acesso e urbanização. A escolha da Barra não acontece por acaso; nos anos 1970, o bairro se tornou um local de grande interesse do setor imobiliário, entendido como expansão natural da área nobre da cidade. Havia ali, portanto, uma oportunidade de sobrelucro de localização[2], com o apelo da praia e da natureza em abundância, além da possibilidade de uma ocupação planificada que não possibilitaria a proliferação das favelas, vistas como o grande problema da Zona Sul e alvo do programa de desfavelização do regime militar. O Plano Piloto para urbanização da Baixada de Jacarepaguá, criado pelo arquiteto e urbanista Lúcio Costa em 1969, é uma resposta do Estado a essas questões.

As cidades brasileiras passam também por uma transformação em seu modelo de gestão do território, a partir da década de 1990, influenciada pela passagem do gerenciamento para o que ficou conhecido como empresariamento urbano (HARVEY, 1996), na emergência do neoliberalismo. A crise de 1973 seria o marco da mudança de paradigma, com o aumento da desindustrialização e do desemprego nas grandes cidades do mundo capitalista avançado, relacionados com as transformações geradas pela reestruturação produtiva e o esgotamento do modelo fordista-keynesiano. O discurso dos benefícios da racionalidade do mercado e da privatização são fortalecidos e propaga-se a ideia de que um comportamento empresarial e

1 A região administrativa da Barra da Tijuca é formada pelos bairros da Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes, Vargem Pequena, Vargem Grande, Camorim, Grumari, Joá e Itanhangá. Em diante, neste texto, "região da Barra da Tijuca" refere-se a "região administrativa da Barra da Tijuca".

2 Utiliza-se aqui o conceito de sobrelucro de localização, tal como definido por Ribeiro (1997).

competitivo seria a saída para as cidades em crise. Um ambiente mais flexível ao desenvolvimento pós-industrial, focado em turismo e serviços, que dinamizaria a economia local atraindo fluxos de investimento.

O Rio de Janeiro se insere nesse processo a partir dos anos 1990, com a adoção do planejamento estratégico[3] no primeiro mandato do prefeito César Maia (1993-1996). A orientação para uma cidade voltada ao turismo já estava presente no documento e na candidatura do Rio para sediar as Olimpíadas de 2004, no bojo do sucesso dos Jogos Olímpicos de Barcelona, em 1992. Houve um esforço intenso para propagar o caso de Barcelona como um modelo a ser seguido[4] e, assim, consultores catalães foram contratados pela Prefeitura do Rio na criação do plano estratégico de 1993 e para a candidatura do Rio às Olimpíadas de 2004. Em 2011, o prefeito Eduardo Paes assinou um acordo de cooperação entre as cidades visando as Olimpíadas de 2016. Os grandes eventos esportivos e sua ampla exposição internacional vêm reafirmando o Rio de Janeiro como uma cidade turística na divisão internacional do consumo.

A região da Barra da Tijuca se consolida no momento de transição do modelo de planejamento urbano fundado no modernismo funcionalista para o planejamento estratégico. Seu processo de urbanização reflete uma lógica de negação do público que se fundamenta nos princípios neoliberais. Parte-se da hipótese de que o Projeto Olímpico serve para criar as bases para fazer da Barra da Tijuca uma nova centralidade do Rio de Janeiro – objetivo que já estava explícito no Plano Lúcio Costa, mas que até então encontrava entraves para se realizar. Centralidade que por si não é um fato, mas um processo social, uma imposição espacial de poder econômico e político (FIX, 2009, p.46).

Nesse contexto, o objetivo geral desse trabalho é refletir sobre as transformações urbanas da Barra da Tijuca como expressão do processo de neoliberalização da cidade do Rio de Janeiro, identificando suas especificidades, tendo em vista que as estratégias neoliberais interagem de maneira distinta com os diferentes arranjos institucionais e estruturas de poder em cada território[5], resultando em configurações próprias.

Para alcançar esse objetivo geral, o trabalho está organizado em quatro capítulos, além

---

3 Entende-se "planejamento estratégico" como o modelo de gestão das cidades que se tornou referência para as práticas urbanísticas no início dos anos 1990, analisado por Lima Junior (2010).

4 Os sociólogos Jordi Borja e Manuel Castells estiveram presentes em seminários em todo o mundo e produziram documentos que orientavam as cidades para essa nova fase, como mostra Vainer (2000).

5 Segundo Harvey (2005), há um desenvolvimento geográfico desigual do neoliberalismo, com uma aplicação frequentemente parcial e assimétrica de Estado para Estado. Na mesma linha, Theodore, Peck e Brenner (2009) trabalham com o conceito de neoliberalismo realmente existente.

deste capítulo introdutório, descritos a seguir.

No capítulo 2, busca-se entender, através de uma recuperação histórica, a ocupação da Baixada de Jacarepaguá. A concentração fundiária da região facilitou o acesso pelo mercado a grandes extensões de solo, refletindo a lógica patrimonialista das cidades brasileiras em interação com a urbanização capitalista de ponta[6] que se dá na região a partir da década de 1970. Um pequeno grupo de proprietários de terra em associação a um grupo reduzido de empresas desenhou um quadro oligopólico nesta frente de expansão imobiliária. É na Barra da Tijuca que um novo produto é colocado no mercado pela incorporação imobiliária, o condomínio fechado, que se utiliza da diferenciação socioespacial para alcançar sobrelucros de localização (RIBEIRO, 1997), possibilitados também pela produção em escala em grandes áreas contínuas. Nessa conjuntura, a Barra passa a ser ocupada pela população de maior poder aquisitivo da cidade.

Os principais proprietários de terra desde o início do dos projetos de urbanização da década de 1970 até hoje concentram as maiores áreas na Barra da Tijuca. As denúncias de grilagem, assim como os conflitos fundiários, marcaram essas quatro décadas. Remoções forçadas de comunidades aconteceram desde o início da década de 1990 e lideranças comunitárias foram ameaçadas e assassinadas. O empresariado organizado, principalmente ligado ao setor imobiliário, também mostrou sua força na tentativa de emancipar o bairro no fim da década de 1980. A Barra, que será o centro das Olimpíadas de 2016, já havia sido sede do Pan-Americano de 2007 e teria recebido também a Exposição Internacional de 1972, cancelada pouco tempo antes de sua realização. Sabe-se que há uma estreita relação entre investimentos públicos em infraestrutura e valorização fundiária, por isso a importância de entender a ocupação do bairro, seus conflitos e articulações políticas entre proprietários de terra, incorporação imobiliária e Estado, para melhor compreender a opção feita pela Barra da Tijuca como centro principal dos Jogos Olímpicos de 2016.

O capítulo 3 pretende mostrar como o neoliberalismo vem se ampliando e consolidando nos territórios a partir de 1970. No pós-guerra, prevalecia a ideia de que a economia capitalista era estruturalmente instável. Por isso era necessário um maior papel do Estado nos gastos, controle e regulação da moeda, princípios que ocuparam uma posição hegemônica no pensamento econômico nos “30 anos gloriosos” e são a base do Estado de

6 Hipótese da pesquisa “Produção Imobiliária e Uso do Solo no Rio de Janeiro, desenvolvida a partir de 1983 coordenada por Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. Referência no texto de Adaulto Lucio Cardoso – O espaço do capital: A Barra da Tijuca e a grande promoção imobiliária (1989).

bem-estar social. Isso é colocado de lado a partir dos anos 1970, quando predomina o pensamento de que a concorrência dentro do livre mercado garantiria a alocação plena dos fatores de produção, otimizando os recursos escassos e elevando a eficiência do sistema, o que levaria ao bem-estar da população. O Estado se afastaria, portanto, da função política de regular a economia e se voltaria para o papel de instituir uma agenda regulatória pró-mercado e para imposição dessas novas regras – mesmo que de forma repressiva e autoritária, muitas vezes se utilizando do seu aparato militar.

Esse processo, que pode ser chamado de neoliberalização[7], surge como um projeto político de restabelecimento das condições da acumulação do capital e da restauração do poder de classe das elites econômicas mundiais, no momento de instabilidade econômica em que essas elites se veem ameaçadas (HARVEY, 2005, p. 25). Apesar disso, a neoliberalização não acontece de forma homogênea nos territórios, não existe em forma pura, ganhando outras formas na periferia do capitalismo. Ela se articula e se institucionaliza com variadas feições em diferentes escalas, de acordo com as características legais e culturais de cada localização, assim como as formas de resistência que se engendram para frear o avanço da mercantilização.

O objetivo desse capítulo é analisar como o modelo de governança neoliberal de gestão da cidade, alinhado a uma estrutura patrimonialista de poder local, incide sobre as decisões políticas num momento de retomada de investimento em infraestrutura, de crescimento do mercado imobiliário e da adaptação da cidade para receber grandes eventos internacionais. A Barra da Tijuca é um local de experimentação dessa lógica de administração pública orientada pelo mercado. O planejamento estratégico, modelo que tem origem nos Estados Unidos e após Barcelona se difunde para a América Latina, vem sendo utilizado para justificar práticas urbanas de benefício público questionável. Percebe-se a subordinação do poder público aos interesses privados, que tem ampla influência nas tomadas de decisão, aprofundando a desigualdade e a exclusão territorial, característicos do modelo neoliberal.

No capítulo 4, pretende-se analisar como a Barra da Tijuca expressa a construção da cidade sob às ordens do capital imobiliário. As parcerias público-privadas, os novos planos e leis urbanísticas para a região e a remoção de comunidades pobres atendem plenamente a seus interesses. A abertura de túneis no maciço da Pedra Branca amplia os limites urbanos da cidade e o crescimento vem incorporando à malha urbana as últimas áreas com características

7 Como conceituado por Harvey (2005) e Brenner, Peck e Theodore (2012).

rurais do município. A abertura e a ampliação de vias sob o discurso da integração da cidade promovem a ocupação irregular em áreas cada vez mais afastadas, onde as regras e a fiscalização municipal não chegam. O reassentamento de moradores removidos em conjuntos habitacionais em regiões periféricas consolidam esse processo e demonstra a ausência de preocupação da Prefeitura do Rio com o desenvolvimento urbano.

A remoção de favelas, como não se via desde a ditadura militar, reaparece sob outras formas. Se nas décadas de 1960 e 1970 havia uma clara política de desfavelização e um debate público sobre assunto, agora as remoções são feitas por obras ditas de interesse geral da população ou necessárias para os grandes eventos – argumentos utilizados em especial no Rio de Janeiro, onde milhares de famílias perderam suas casas desde 2009. O tema foi ignorado por jornais locais até que denúncias sobre as violações de direitos feitas por movimentos sociais, organizações de direitos humanos e pela Relatoria da ONU para o Direito à Moradia Adequada começaram a ter destaque na imprensa internacional.

Após quatro anos, já é possível notar que algumas remoções foram desnecessárias, já que os terrenos estão subutilizados ou sem uso. Isso acontece porque o projeto de cidade que está em curso se estrutura a partir da elitização de determinadas áreas da cidade. Nesse sentido a existência de classes populares se torna uma barreira, e é necessária a relocalização dos pobres na cidade (SANTOS JUNIOR e SANTOS, 2012). Isso implica na construção de conjuntos habitacionais em áreas periféricas pelo programa Minha Casa Minha Vida[8], do governo federal, e na remoção pela Prefeitura de comunidades inteiras, que é um requisito para a atração de investidores para estas áreas.

A parceria público-privada do Parque Olímpico prevê que a Prefeitura repasse a empreiteiras a área pública do antigo Autódromo de Jacarepaguá. Um incentivo público à ocupação do bairro que, segundo o Plano Diretor do Rio de Janeiro, está em Macrozona de Ocupação Condicionada, onde o aporte de recursos privados em infraestrutura é condição para a ocupação. A região da Av. Embaixador Abelardo Bueno[9], onde se situa o Parque Olímpico e o Centro Metropolitano, é a aposta do mercado imobiliário e da Prefeitura do Rio para ser o novo centro de negócios da cidade, atraindo empreendimentos comerciais de ponta e empresas globais.

A teoria neoliberal defende que os empresários precisam de um alto grau de confiança

8 Minha Casa, Minha Vida é um programa habitacional do Governo Federal, anunciado no dia 25 de março de 2009, que consiste no financiamento da habitação para famílias que ganham até 10 salários mínimos.

9 Nos próximos capítulos utilizaremos apenas "Av. Abelardo Bueno", como se conhece essa via que divide os bairros da Barra da Tijuca e Jacarepaguá.

para investir. No entanto, como não existe fórmula mágica para a geração de confiança e para a atração de recursos privados para a cidade, as vantagens e garantias públicas de retorno do investimento nas parcerias público-privadas do Rio de Janeiro são o que efetivamente viabilizam a entrada dos capitalistas no negócio.

Espera-se, na conclusão deste trabalho, poder refletir, a partir do caso da Barra da Tijuca e de sua relação com grandes eventos, sobre as transformações vividas pela cidade do Rio de Janeiro. A instauração de um modelo de gestão baseado numa racionalidade do mercado na periferia do capitalismo tem consequências específicas. Entendê-las também objetiva contribuir para a reflexão sobre a que interesses servem os modelos de gestão e planejamento difundidos como necessários para trazer desenvolvimento econômico e social, e se de fato isso se efetiva dada a realidade social do Brasil e do Rio de Janeiro, principalmente para a parcela mais vulnerável da população. Pretende-se, assim, contribuir para uma melhor leitura da realidade num contexto de grande utilização da comunicação e do marketing como instrumentos-chave para a legitimação de um projeto de cidade de domínio privado.

2 A OCUPAÇÃO DA BARRA DA TIJUCA

Através do histórico da ocupação da Barra da Tijuca é possível entender a estrutura fundiária da região, que até hoje concentra grandes glebas em domínio de poucos proprietários. A urbanização planejada pelo Estado, que se dá a partir de 1970 através do Plano Lúcio Costa, e o investimento em infraestrutura de acesso dá início ao desenvolvimento da região com os primeiros grandes condomínios fechados. Nesse período, aventou-se a realização da Exposição Internacional de 1972, que pretendia acelerar a expansão do bairro, mas esta acabou não acontecendo. Os argumentos do benefício de se realizar grandes eventos para o desenvolvimento da cidade seriam resgatados mais tarde no Pan-Americano de 2007 e nas Olimpíadas de 2016. A tentativa de emancipação da Barra no fim da década de 1980, capitaneada por empresários, e as remoções de comunidades pobres na década seguinte mostrariam a força política do setor imobiliário na principal frente de expansão da cidade.

2.1 Breve histórico da questão fundiária da Barra da Tijuca: dos Sá às S.A.

> "Trata-se do mais notável grilo que até hoje se fez e pretende continuar-se no Distrito Federal. No foro da cidade do Rio de Janeiro a questão já é assaz conhecida e, se bem que se tenha evitado a discussão do direito de propriedade do Banco de Crédito Móvel, a jurisprudência vitoriosa tem posto à mostra a usurpação de terras de que são responsáveis os que figuram como representantes desse Banco em liquidação há dezenas de anos..., desalojando famílias pobres, perseguindo, não raro com aquiescência de autoridades, levando o pânico à populações ordeiras e fecundas". Acórdão do Agravo nº 130, voto do doutor Pontes de Miranda, em 2 mar. 1939 (PECHMAN, 1987).

No Brasil, a forma encontrada de garantir o poder sobre a terra até 1822 era a sesmaria, uma concessão de domínio condicionada ao uso produtivo da ocupação. Desde o início da ocupação portuguesa no século XIX, a "carta de doação" permitia ao capitão-mor conceder terras e criar vilas de forma gratuita, sob a exigência de ocupação com cultivo e desbravamento da terra e a obrigatoriedade de pagamento de dízimo à Ordem de Cristo. A oferta de terras era tão grande que limites precisos não eram estabelecidos nem relevantes, sendo as demarcações um tanto quanto incertas. Como o processo de obtenção de sesmarias era bastante moroso e burocrático, assim como a imprecisão das propriedades, havia brechas para a posse pura e simples do território, mas baseada na mesma lógica sesmarial: seu

fundamento de domínio era sua ocupação efetiva, uma forma legítima mas não legal. Rolnik (1997, p. 22) explica que a coexistência de uma legalidade inscrita na lei (lei-dos-livros) e uma legitimidade inscrita na prática social (lei-em-ação), estabelecida desde o período colonial, e a natureza complementar da livre ocupação e do sistema sesmarial, constituem aspectos fundamentais da lei de propriedade urbana no Brasil.

Com a independência, em 1822, o regime de sesmarias é extinto e se inicia um período de amplo apossamento de terras, que vai até 1850, quando a ocupação pura e simples transformou-se em regra, consolidando a existência de um padrão dual de ordens em permanente tensão. Com a promulgação da Lei de Terras, em 1850, a única forma legal de posse da terra passou a ser a compra devidamente registrada. As sesmarias comprovadas com o título ou a ocupação e as posses comprovadas com a efetiva utilização teriam um prazo para serem registradas e legitimadas. Duas foram as implicações imediatas dessa mudança: o direito ao acesso à terra se desvincula da condição efetiva de ocupação, de seu uso; e ainda a sua monetização, a terra como mercadoria que pode ser comercializada. Os que se apossassem de terras devolutas ou alheias, a partir dessa lei, estariam sujeitos ao despejo sem pagamento das benfeitorias, pena de dois a seis meses de prisão e multa de cem mil réis.

A mesma lei instituiu também a importação de colonos europeus livres para trabalhar no Brasil. Segundo Rolnik, essa conexão foi elucidada por José de Souza Martins: a terra no Brasil é livre quando o trabalho é escravo; no momento em que se implanta o trabalho livre ela passa a ser cativa. A terra não regulada não era acessível ao escravo por sua própria condição, mas poderia ser adquirida pelos trabalhadores assalariados. Ou seja, a ocupação livre, como ocorria antes de 1850, havia se tornado uma ameaça à disciplina do trabalho e precisava ser restrita. Ao longo do século XIX, a terra gradualmente substitui o escravo na composição da riqueza, o papel do lastro passou para a terra, que poderia ser hipotecada, servindo de garantia para a contração de empréstimos bancários. A separação entre a propriedade e a efetiva ocupação ocasionou uma transformação radical na forma da cidade, na medida em que aparece o desenho das ruas e lotes prévios ao ato de construir (ROLNIK, 1997, p. 25).

Essas considerações iniciais sobre o histórico da legislação urbana brasileira no que tange a propriedade da terra são importantes para entender o imbróglio da questão fundiária da Barra da Tijuca, pois foi essa história que permitiu que poucos proprietários mantivessem até os dias de hoje grandes áreas na região em atividade especulativa à espera de

investimentos públicos. Maurício Amoroso Teixeira de Castro (1977), em estudo para o Conselho Estadual de Cultura, e Raul Telles Rudge (1983) em seu livro "As sesmarias de Jacarepaguá", recuperaram o histórico da ocupação da área denominada Baixada de Jacarepaguá.

A primeira doação daquelas terras aconteceu pelo Governador Geral Mem de Sá, em 18 de agosto de 1567, mas a ocupação efetiva se deu apenas no fim do século XVI. Foi quando, a pedido de seus filhos Martim de Sá e Gonçalo Correia, Salvador Correia de Sá, governador do Rio, doou terras por carta de sesmaria de 9 de setembro de 1594. As terras começavam onde acabavam as sesmarias dos Jesuítas e do Concelho da Cidade (Câmara Municipal), em duas partes. A primeira na Barra da "Tiguga" (Tijuca) e a segunda na "outra banda da restinga". Pela carta de sesmaria, Gonçalo e Martim estavam obrigados a pagar, além do dízimo, a quantia de "mil réis para as obras do Concelho" e a dar "pelas ditas terras caminhos e serventias ordenadas e necessárias para o Concelho e para pontes e fontes e vieiros e pedreiras que necessárias lhe forem". Uma condição essencial para Gonçalo e Martim "hajam a posse e senhorio das ditas terras e águas" era a de que:

> "eles 4 rompam e aproveitem as ditas terras e águas e as frutifiquem da dada desta em três anos primeiros seguintes e outrossim farão de maneira que dentro em quatro meses tenham feito nas ditas terras algum proveito e plantando alguns mantimentos e cumpridos os ditos três anos que os tenham aproveitado como dito é, porque não o fazendo eles assim, se darão as ditas terras e águas que aproveitadas não tiverem de sesmaria a quem as pedir e lhe serão deixado alguns logradouros do que aproveitado não tiverem". Carta de sesmaria doada a Martim de Sá e Gonçalo Correia de Sá, em 09/09/1594. Fonte: "Tombo das Cartas das Sesmarias do Rio de Janeiro – 1594-1595; 1602-1605" - Arquivo Nacional, p. 38-42. (CASTRO, 1977)

A doação tinha, portanto, algumas condições. Além de pagar impostos à Coroa e criar a infraestrutura exigida pelo Conselho dentro de suas terras, Gonçalo e Martim teriam que produzir, dando uso às mesmas, se quisessem mantê-las. As terras que haviam sido doadas logo após a fundação da cidade e que não estavam sendo utilizadas acabariam requisitadas pelos irmãos Sá, que no início do século XVII solicitaram também novas sesmarias ao governo. Com os acréscimos, as terras dos dois passaram a abranger toda a várzea de Jacarepaguá, começando, a leste, na linha reta que da lagoa da Tijuca vai até Deodoro e terminando a oeste, na encosta da serra que separa Jacarepaguá de Guaratiba. Ao sul o limite era o litoral, entre a Barra da Tijuca e Grumari e, ao norte, das vertentes oceânicas do maciço da Pedra Branca até Sapopemba (Deodoro).

Após a morte dos dois irmãos, a mulher de Gonçalo vendeu praticamente todas as terras ao sobrinho Salvador Correia de Sá e Benavides, o I Visconde de Asseca – com exceção da parte que fora dada em dote de casamento a sua filha Victória de Sá –, que se tornou o senhor de toda a Tijuca e Jacarepaguá. Ao ser empossado como governador do Rio, em 1637, Salvador Correia de Sá e Benavides mediu e demarcou suas terras. A fase de implantação dos primeiros engenhos se dá com o desmembramento dessa região e a venda de glebas, que passaram a constituir seis grandes engenhos: do Camorim, de Nossa Senhora dos Remédios, de Fora, da Taquara, engenho D'Água e da Serra. A organização econômica do açúcar, de grandes propriedades, foi a base da estrutura fundiária da Baixada de Jacarepaguá, o que em parte explica sua concentração na mão de poucos proprietários até os dias de hoje (PECHMAN, 1987).

Com a morte de Victória de Sá, em 1667, o engenho d'água de Camorim, que segundo o testamento de Victória ia "desde o rio Pavuna até o mar e correndo a costa até junto de Guaratiba", foi deixado ao Mosteiro de São Bento (RUDGE, 1983). No entanto, segundo Maurício Amoroso (1977) alguns documentos fundamentais para a comprovação dessa transferência nunca apareceram, como os seguintes:

> a) extinção de condomínio entre Gonçalo e Martim, com a consequente divisão física da sesmaria dada a ambos;
>
> b) os autos dos inventários de Gonçalo e de Martim contendo a partilha de seus bens, em particular, a da sesmaria doada em 9 de setembro de 1594;
>
> c) o título de propriedade de Vitória de Sá, cujo "testamento" legando sua "parte" na área da citada sesmaria que pertenceria a Martim, foi julgado uma balela, no acórdão proferido no Agravo nº 130;
>
> d) o título de propriedade do Mosteiro de São Bento;
>
> e) a autorização régia para o Mosteiro de São Bento receber o "legado" de Victória de Sá, uma vez que, sendo corporação de mão-morta, era incapaz para adquirir terras, nessa época e até 1983.

Apesar disso, o Mosteiro de São Bento criou um título público de propriedade de uma grande área da Baixada de Jacarepaguá vendendo as fazendas de Vargem Grande, Vargem Pequena e Camorim à Companhia Engenho Central de Jacarepaguá, por escritura lavrada no 6º Ofício de Notas em 5 de de janeiro de 1891. Nessa escritura, o Mosteiro se refere ao testamento de Victória de Sá, apesar de seu original nunca ter aparecido; existia apenas uma cópia, também desaparecida, que foi copiada em livro do 4º Ofício de Notas. O Mosteiro de São Bento não possuía título hábil de propriedade e também não constavam as dimensões da

fazenda nesses títulos – segundo Maurício Amoroso (1977, p.2) – falseados. A Companhia Engenho Central de Jacarepaguá, menos de um mês depois de ter comprado as três fazendas nessas condições junto ao Mosteiro de São Bento, as vendeu ao Banco de Crédito Móvel S.A., por escritura lavrada no mesmo 6º Ofício de Notas, em 3 de fevereiro de 1891. O Banco de Crédito Móvel entrou em liquidação amigável em 1895, tendo liquidação decidida em 1901 e definitivamente encerrada em 30 de dezembro de 1964. Mesmo liquidado, o banco continuou a intervir em documentos públicos depois dessa data.

Maurício Amoroso explica que o acórdão do Conselho de Justiça, julgando o Agravo nº 130 proferido em 2 de março de 1939, cassou o registro do título do Banco de Crédito Móvel relativo ao domínio das fazendas Vargem Grande, Vargem Pequena e Camorim, por considerar sucessão irregular a parte de terras de Martim de Sá, qualificada assim como "grillo". O parecer da Procuradoria do Estado demonstra que é constituída de terras devolutas do antigo Estado da Guanabara toda a vasta área de que se dizia proprietário o Banco de Crédito Móvel. A área do Estado da Guanabara seria delimitada pelo divisor de águas da serra de Guaratiba e seguintes, até a nascente do Arroio Pavuna; pelo curso desse arroio (ou "rio" em alguns documentos); por uma reta que, a partir da sua foz, na lagoa da Tijuca, segue o rumo do trecho final retificado desse arroio até o mar; e, finalmente, pela orla do mar, fechando o perímetro, além de lagos, lagoas, cursos d'água e ilhas fluviais. À União pertenceriam os terrenos de marinha, de acrescidos de marinha e de mangues localizados na Baixada. As faixas de 7 braças (15,40m) de cada lado das margens dos cursos d'água são bens públicos de uso comum e portanto pertenceriam ao Município do Rio de Janeiro.

Em depoimento dado à Comissão Especial de Inquérito sobre "Fraudes e incursões imobiliárias nas terras da atual Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes, Restingas de Marapendi e Jacarepaguá, Várzea de Jacarepaguá e Campos de Guaratiba", Dr. Milner A. Coelho, contratado como administrador do espólio dos descendentes da família Sá, disse que a partir da década de 1930 o Banco de Crédito Móvel se adentrou na região através de loteamentos registrados na Prefeitura e venda de parcelas de terra, inclusive a empresas testas de ferro e aos próprios sócios (PECHMAN, 1987). Apesar do "Agravo 130", de 1939, o Banco de Crédito Móvel continuou a negociar os terrenos e o 9º Ofício de Imóveis a expedir certidões e registrar escrituras viciadas por origem. Dr. Miller disse que regiões em que o Banco de Crédito Móvel conseguiu entrar, como o loteamento feito nas terras limítrofes com Guaratiba (Recreio dos Bandeirantes), o fez através de violência e morte de posseiros. Ainda

segundo Miller, em outras regiões das Restingas de Jacarepaguá e Marapendi e proximidades das Lagoas de Jacarepaguá, Tijuca e Camorim, o Banco se apossou das áreas através de "compradores", supostos "terceiros", de fato, consócios e títeres, tais como Joseph Wesley Finch, Empresa Saneadora Territorial Agrícola (ESTA S.A.), Cia. Litorânea de Imóveis, Cia. Recreio dos Bandeirantes Imobiliária S.A. e Desenvolvimento Engenharia Ltda, que também negociavam os terrenos, ignorando a decisão judicial. A ESTA, de propriedade de Tjong Hiong Oei – conhecido como Chinês da Barra –, que se apoderou da maior parte dos terrenos da região, na impossibilidade de loteá-los ante a decisão do Agravo 130, adotou a estratégia de facilitar a aquisição de grandes áreas por empresas imobiliárias como Gomes de Almeida, Carvalho Hosken, Grupo Teruskin, João Fortes, Plarcon Engenharia, Brascan, entre outras.

Maurício Amoroso (1977, p.12) conclui em seu trabalho que a área da Baixada de Jacarepaguá (constituída de imóveis de patrimônio público, da União, do Estado do Rio de Janeiro e do Município do Rio de Janeiro) estava sendo invadida por particulares, com vultuoso prejuízo ao erário. A palavra "invadir", como será visto adiante, seria muito utilizada justamente pelos grileiros para remover trabalhadores, que se instalariam na Barra da Tijuca com o desenvolvimento urbano da região a partir dos anos 1980, e pescadores, que tradicionalmente ocupavam a área. Maurício Amoroso completou:

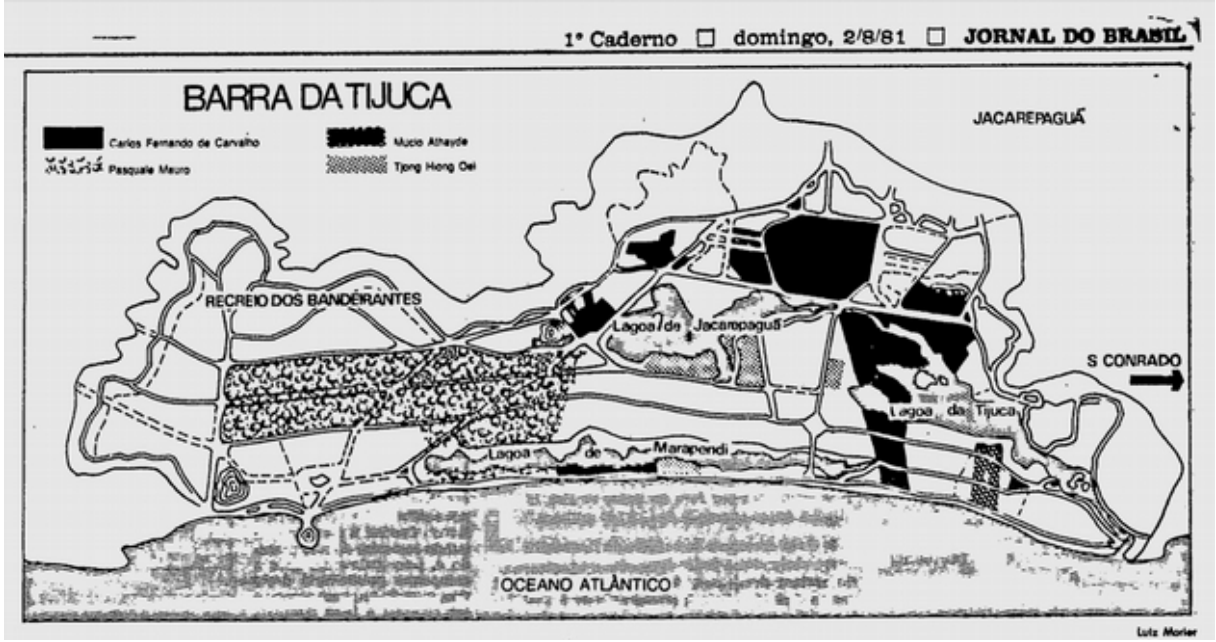
> É necessário agir, com urgência, contra os dilapidadores do patrimônio público. Se, entretanto, os defensores dos "grileiros" antepuserem ao legítimo interesse público as costumeiras "sutilezas jurídicas" ou os incríveis "argumentos" do "fato consumado", "da prescrição" e da "paralisação do desenvolvimento urbano", tentando facilitar que particulares se apoderem de bens públicos e com eles se locupletem, – então, mais uma vez, se repetirá o assalto ao patrimônio público por particulares inescrupulosos, fato esse que se vem perpetuando (até mesmo contra a letra expressa da Lei) desde a doação da 1ª sesmaria patrimonial da Cidade, em 16.07.1956, por Estácio de Sá, seu heróico fundador". (CASTRO, 177, p.13)

Em 1981, uma reportagem do Jornal do Brasil[1] trazia o perfil dos quatro grandes proprietários de terra da Barra da Tijuca – Pasquale Mauro, Carlos Fernando de Carvalho (Carvalho Hosken), Tjong Hiong Oei (ESTA S.A.) e Múcio Athayde (Grupo Desenvolvimento). Desde a metade da década de 1970, a região estava dividida entre esses proprietários, que concentravam em suas mãos quase todas as terras cujos índices de construtibilidade determinados pelo Plano Lúcio Costa eram bastante elevados. Qualquer grande empreendimento para ser realizado na Barra da Tijuca dependia da liberação de terras

1 Justiça é que vai dizer quem são "reis da Barra". Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 2 ago. 1981. 1º Caderno, Economia, p. 30.

por parte de um dos grandes proprietários. Entre o canal e a Av. Alvorada (atual Av. Ayrton Senna), pelo Grupo Desenvolvimento; daí até o km 11, pela ESTA S.A; na área do Recreio dos Bandeirantes, por Pasquale Mauro ou Drault Ernanny; e, por fim, no interior da Baixada, pela Carvalho Hosken S.A. (CARDOSO, 1989).

Figura 1 - Proprietários da Barra em 1981.



Fonte: Jornal do Brasil, 2 ago. 1981

Carlos Carvalho foi apontado pela revista Veja como o homem mais rico do Brasil em 1981[2]. Ele detinha nada menos que 12 milhões de metros quadrados na época, provavelmente o maior conjunto do mundo de terrenos urbanos pertencentes individualmente a um único proprietário, segundo a reportagem. O empresário era criticado no mercado por seu comportamento, pois preferia fazer mais dívidas a vender um metro de seus terrenos[3]. Pasquale Mauro, na época dono de pelo menos sete milhões de metros quadrados[4], mantinha seus terrenos em constante vigilância. "Estamos movendo 128 processos contra grileiros e pessoas que venderam propriedades que, na verdade, são do nosso grupo. Corre muito suborno aqui na Barra envolvendo, até mesmo, a Justiça", disse João Mauro, que com 26 anos

2 Os supermilionários. Veja. São Paulo, 17 jun. 1981. Veja nº 667, Especial, p. 52-53.

3 Dívidas que só poderiam ser contraídas pela concentração de terra, mesmo que improdutiva, já que após 1850 a terra como mercadoria passou a ser o principal item na composição da riqueza, servindo de garantia para a contração de empréstimos, como observou Rolnik (1997).

4 "É muito mais. E se forem considerar as áreas da Praia do Pontal, no Recreio dos Bandeirantes, pode-se falar em 13 milhões de metros quadrados. Não sabemos ao certo, porque estamos sempre comprando e vendendo", disse João Mauro, filho de Pasquale Mauro que administra os negócios do pai (Justiça..., 1981).

dirigia os negócios da família. Em 2011, Pasquale Mauro devia R$ 79,6 milhões em IPTU para a Prefeitura do Rio e apenas um terreno de 200 mil m² do grupo ESTA de Tjong Hiong Oei, do Parque Temático Terra Encantada que fechou em 2012, devia R$ 164,2 milhões[5]. Carlos Carvalho renegociou a dívida tributária da Carvalho Hosken no valor de R$ 8,4 milhões com o pagamento em parcelas no contexto da PPP do Parque Olímpico[6]. Tjong Hiong Oei, que possuía uma quantidade de terra estimada em três milhões de metros quadrados em 1981, na época já pressionava por alterações no zoneamento da Barra da Tijuca estabelecido por Lúcio Costa, o que seria uma prática de todas as empresas imobiliárias da região. Além dos milhões de metros quadrados de terra, criar solo através da verticalização dos empreendimentos poderia multiplicar ainda mais o lucro dos negócios.

Figura 2 - Os supermilionários: Carlos Carvalho o homem mais rico do Brasil.

Especial

Os supermilionários

As maiores fortunas do Brasil foram feitas em trinta anos por empreendedores solitários, às vezes anônimos, que partiram do nada

O engenheiro Carlos Fernando de Carvalho, um carioca de 62 anos, acorda todo dia às 8 horas da manhã, às 9 embarca numa Mercedes para seu escritório no centro do Rio de Janeiro ou para visitar terrenos na Barra da Tijuca e até as 7 da noite inspeciona obras, pufiamenta com burocratas do BNH, batalha nos bancos, troca idéias com seus engenheiros, embora as suas quase sempre prevaleçam — e ganha montes de dinheiro. Quase sempre em manga de camisa — o que deixa à mostra um vistoso cordão de ouro —, ele se aborrece com o presente e se excita com o futuro. O futuro, para Carlos de Carvalho, parece maior do que sua capacidade de viver-lo e tão grande quanto os 15 milhões de metros quadrados de terrenos registrados em seu nome na Barra da Tijuca.

É uma soma capaz de impressionar qualquer um — mais do que bairros inteiros, como Leblon e Ipanema, juntos. Esse império imobiliário, invisível a olho nu, só pode ser percebido de cima do pico do morro Dois Irmãos, que separa a paisagem do Leblon da de São Conrado e Barra da Tijuca, ou nas imagens aerofotogramétricas que foram as paredes da sala de reunião da Carvalho Hosken S.A., a empresa de Carlos de Carvalho. Seu valor? As estimativas são conflitantes. Concorda-se, porém, que não devem existir ali menos de 2 bilhões de dólares, algo como 180 bilhões de cruzeiros, a câmbio de hoje — provavelmente o maior conjunto do mundo de terrenos urbanos pertencentes individualmente a um único proprietário. Com esse cacife, Carlos Fernando de Carvalho, em termos de patrimônio pessoal é o homem mais rico do Brasil.

Carlos de Carvalho compõe a crescente legião de novos milionários que emergiu no cenário do ainda jovem capitalismo brasileiro nos últimos trinta anos — e que, significativamente, ocupam os primeiros lugares num levantamento dos homens mais ricos do Brasil realizado por VEJA nas últimas semanas. Silenciosamente, nestas três décadas, eles foram deslocando do topo as fortunas tradicionais. Trata-se de empreendedores solitários, senhores absolutos de seus negócios e que, em geral, nasceram pobres ou no máximo remediados. Principalmente, tudo o que têm está em seu próprio nome e em geral cada um deles subiu os degraus da riqueza capitalizando cada centavo que ganhou.

O levantamento feito por VEJA das maiores fortunas brasileiras *(das quais as dez primeiras são destacadas no quadro da página ao lado)* levou em conta o patrimônio líquido pessoal, ou seja, as pessoas foram listadas de acordo com aquilo que possuem individualmente registrado em seus nomes. Naturalmente, dessa forma, muitas fortunas gigantescas e célebres colocam-se em lugares distantes do topo, ou sequer aparecem entre os 1 000 primeiros postos. Seus proprietários, fazendo uso dos mecanismos legais disponíveis no país, preferem deixá-las — sobretudo na forma de *holdings*, empresas em nome das quais os bens são registrados, mas cujo valor oficial é aquele fixado em sua formação.

Assim, por exemplo, uma *holding* formada por 1 000 cotas de 1 000 cruzeiros cada uma — ou seja, valendo legalmente 1 milhão de cruzeiros — pode ser a proprietária de bens cujo valor global efetivo é centenas ou milhares de vezes superior. Em termos de puro patrimônio pessoal, um nome celebrado como o de Amador Aguiar, senhor do Banco Brasileiro de Descontos, está em 79.º lugar, assim como o rei da mineração, Augusto Azevedo Antunes, está em 227.º e o líder do império Votorantim, Antônio Ermírio de Moraes, em 151.º. Outros, como Walther Moreira Salles, presidente do Unibanco, ou Roberto Marinho, dono da Rede Globo, não aparecem entre os 1 000 primeiros.

FREIO E ACELERADOR — Carlos de Carvalho não tem, nem de longe, a notoriedade de ricos dessa extração mais, pelo critério escolhido, disputa na frente. O paradigma do voluntarioso *self-made man* lhe cai como uma luva. "Eu era um pronto", admite ele com franqueza, resgatando uma gíria dos anos 50. Filho de um funcionário da Rede Ferroviária Federal que durante três anos, para engordar seus minguados rendimentos, fez bicos numa banca de jogo do bicho no Rio de Janeiro, Carvalho formou-se em engenharia com dificuldade. Na faculdade começou a trabalhar numa fábrica de locomotivas e em 1951 associou-se ao amigo Frederico Hosken para fazer uma firma de engenharia.

Com uma betoneira e uma serra, a Carvalho Hosken começou a fazer casas, depois prédios para o governo e em 1957 já era a primeira do país em construções leves. Em 1959, com a inflação machucando fundo a empresa, veio um momento difícil. Hosken preferia pisar no freio, Carvalho no acelerador. Desentenderam-se e Hosken saiu. Carvalho, porém, quis conservar o nome do sócio, talvez até para provar que estava certo na decisão de acelerar. E estava. Hoje Hosken, com uma fortuna infinitamente menor do que a de seu ex-sócio, tem de explicar, a cada vez que lhe perguntam se é diretor da Carvalho Hosken, que não tem nada mais a ver com a empresa.

Sozinho, Carvalho passou a ter poderes imperiais. Superou a crise com a ajuda do pai da primeira mulher e em 1974 sentia que precisava entrar no ramo imobiliário para dar outra direção à empresa. Silenciosamente começou a comprar terrenos na Barra da Tijuca, a preços ainda ridículos. Aos poucos, fez um latifúndio. Lançou com Sérgio Dourado dois grandes empreendimentos — Village São Conrado e Atlântico Sul — e começou a ganhar ainda mais dinheiro. Casado pela segunda vez, com uma ex-Miss Brasil — Maria Raquel —, nunca teve maior interesse em tornar-se uma figura pública, reluta em tirar fotografias e procura, em geral, manter a boca fechada.

Junto com o dinheiro, de qualquer forma, vieram sinais exteriores de riqueza. Sua Mercedes-Benz, um *poodle* que passeia pela sala com gargantilha de pérolas e uma valiosa coleção de objetos de arte — quadros de pintores seiscentistas italianos, quilos de prata do século XVIII, louças catalogadas, móveis coloniais efetivamente fabricados durante a Colônia. Há preciosidades na coleção: um quadro de Canaletto, avaliado por 20 000 dólares de uma família brasileira que o obteve na Itália durante a guerra ("Pode valer hoje uns 150 000 dólares", diz Carvalho), e um Tiepolo, que enfeita a sala de sua casa de campo em Cortiras, uma mansão equipada com estribaria.

Personalista, Carvalho tem mais adversários do que amigos no mercado, e seu comportamento como empresário é freqüentemente criticado com acidez. Analistas do Rio de Janeiro apontam, sobretudo, para a extensão de seu endividamento — ele prefere fazer outras dívidas para pagar o que deve a ter que vender um metro de terreno ou um objeto de arte. Carvalho ignora as críticas e só tem, hoje, a preocupação de não ficar vulnerável por ter uma posição tão privilegiada na Barra. "Isso atrai muita inveja", diz. Sua amizade com Marcos Tamoyo, ex-prefeito do Rio, recentemente falecido, e seu colega de turma, era vista pelos adversários como um conluio para enriquecê-lo ainda mais. "Nunca tive qualquer facilidade", protesta. "Fiz um monte de coisas na Barra por minha conta e risco."

1 MILHÃO DE SACAS — Fortunas escondidas da celebridade como a de Carlos de Carvalho, já produzem números impressionantes e têm peso ponderável na economia brasileira. O paulista José Cutrale, o segundo homem mais rico do país, é dono das maiores plantações de laranja do mundo. Seus 4 milhões de laranjeiras respondem por boa parte do suco de laranja que o Brasil exporta anualmente. Instalado em Bebedouro, interior de São Paulo, onde estão as maiores plantações, Cutrale raramente circula pelos grandes centros, quase nunca é ouvido pela imprensa sobre questões econômicas e passa regularmente despercebido nas comitivas de empresários que acompanham o presidente da República ou ministros ao exterior.

Na inauguração este ano da boate Regine's de São Paulo, Olacyr Francisco de Moraes, a quarta maior fortuna do Brasil, também passou despercebido numa mesa enfeitada de *socialites* e comandada por Rodolfo "Rudi" Bonfiglioli, dono da Cica e do Banco Auxiliar — que não está entre os 1 000 homens mais ricos do país. Olacyr, um nome que ninguém associaria ao de um magnata, é proprietário de um pequeno banco em São Paulo, o Banco Itamaraty, de uma próspera mas pouco conhecida construtora, a Construa (10 bilhões de cruzeiros de faturamento ano passado), e soberbado de um lugar privilegiado nas estatísticas de soja — o verdadeiro coração de sua fortuna pessoal.

Em 1980, Olacyr de Moraes colheu em 30 000, dos 50 000 hectares de sua fazenda em Poetá Porã, Mato Grosso do Sul, 1 milhão de sacas de soja, pouco menos de 10% de toda a produção brasileira. Em outros 10 000 hectares foram colhidas 200 000 sacas de arroz. Até o fim da década, uma fazenda de Olacyr de Moraes no norte do Mato Grosso estará produzindo 1 milhão de litros de álcool por dia. O segredo desse filho de um modesto vendedor de máqui-

Carvalho, dono da Barra da Tijuca, o mais rico do país

Os dez mais ricos do Brasil

A classificação pelo patrimônio pessoal de cada um

1º	Carlos Fernando de Carvalho	Imobiliária e construtora
2º	José Cutrale Junior	Indústria de laranja
3º	Antônio Alves Ferreira Guedes	Empreiteira
4º	Olacyr Francisco de Moraes	Soja, finanças e empreiteira
5º	Valentim dos Santos Diniz	Supermercados
6º	Antônio Maurício da Rocha	Engenharia e montagem
7º	Cecílio Rego de Almeida	Empreiteira
8º	Leon Feffer	Papel e celulose
9º	Dyllney Vares Albernaz	Indústria da lã
10º	Francisco Matarazzo Junior	Imobiliária

VEJA, 17 DE JUNHO, 1981

VEJA, 17 DE JUNHO, 1981

Fonte: Revista Veja, 17 jun. 1981

5 Os 30 maiores devedores de ISS e IPTU. O Globo Online, 11 jul. 2012. Disponível em http://oglobo.globo.com/rio/os-30-maiores-devedores-de-iss-iptu-5443679. Acesso em: 3 dez. 2013.

6 Relatório TCMRJ - SGCE de acompanhamento das ações da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro na execução dos Projetos Referentes aos megaeventos: Copa do Mundo de Futebol 2014 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos 2016. Dez. 2013, pg. 64.

Figura 3- O "chinês da Barra" em matéria sobre a questão fundiária da região.

16 • Rio — O GLOBO — Domingo, 20 de junho de 1993

Barra da Tijuca volta a ser do 'chinês'

CRISTINA GRILLO

Uma batalha jurídica multinacional que já dura 12 anos, pela posse de uma área de 10 milhões de metros quadrados na Barra da Tijuca está prestes a terminar. Amanhã, o Diário Oficial da União deve publicar a sentença emitida pelo Superior Tribunal de Justiça, que anula o direito de o libanês Mohamad Ismail El Samad registar a área em seu nome. Com isso, Tjong Hiong Oei, conhecido como o "Chinês da Barra", volta a ser considerado o real proprietário das terras e todos os negócios que fez no período ficam regularizados.

A decisão do STJ invalida o acórdão concedido pela 8ª Câmara Cível do Rio, em 1989. Este acórdão concedia a Mohamad o direito de registrar as terras — uma área equivalente aos bairros de Botafogo, Flamengo, Humaitá e Laranjeiras juntos — em seu nome. Com isso, construções como os condomínios Nova Ipanema, Novo Leblon e Santa Mônica, e áreas comerciais como o Casashopping, o Barrashopping e os hipermercados Carrefour e Makro, passavam a ser consideradas áreas de posse — haviam sido vendidas por Oei, e não pelo libanês.

De acordo com o advogado Eduardo Seabra Fagundes, que representa Tjong Oei, Mohamad não tem como recorrer da decisão. Por não ser uma matéria constitucional, não existe recurso ao STF.

— Os proprietários da Barra voltam a ter tranqüilidade agora — afirma Tjong Hiong Oei, um empresário avesso a aparições públicas, que comprou a Esta — empresa proprietária dos terrenos — em 1958, três anos depois de chegar ao Brasil vindo da Indonésia.

Mohamad Ismail El Samad entrou na briga pelas terras da Barra da Tijuca em 1961, quando comprou o espólio do português Abílio Soares de Souza e entrou na Justiça pedindo o registro das terras. Mohamad, segundo um dos advogados que acompanhou o caso até a publicação do acórdão de 1989, saiu do Brasil há cerca de duas semanas e está na Europa, não havendo previsão de sua volta.

Gabriel de Paiva

Tjong Hiong Oei, no terraço de seu escritório na Barra da Tijuca: fim de uma batalha judicial que dura 12 anos

Briga pela área começou há quatro séculos

A briga pela posse dos terrenos da Barra da Tijuca é muito antiga — começa nos tempos do Brasil colônia, quando em 1594 a sesmaria abrangendo todas as "terras e águas" da baixada da Barra foi doada pelo governo português a Salvador Corrêa de Sá. Seus filhos Martin e Gonçalo herdaram as terras. Martin deixou sua parte para o filho Salvador e Gonçalo para a filha Vitória. Salvador, mais tarde, teria comprado a parte de Vitória e passado a ser o único dono.

A partir daí começa a confusão na cadeia sucessória. A Esta, empresa de Tjong Hiong Oei, defende a afirmação de que Vitória não teria vendido sua parte para Salvador, mas sim a deixado, em testamento, para o Mosteiro de São Bento. Em 1891 o Mosteiro vendeu as terras para a Companhia Engenho Central de Jacarepaguá, que as repassou para o Banco de Crédito Móvel. As terras foram novamente vendidas, desta vez para a Esta.

Já a cadeia sucessória defendida por Mohamad Ismail El Samad afirma que Vitória de Sá não deixou as terras para o Mosteiro de São Bento, mas as vendeu para o primo Salvador. Deste, as terras teriam passado para seu filho, o Visconde de Asseca e depois vendidas por seus herdeiros para o empresário Aldo Bonardi. Aldo Bonardi vendeu a área para o português Abílio Soares de Souza. O libanês entra na história em 1961, ao comprar o espólio de Abílio.

Em 1989, o Conselho de Justiça do Tribunal de Apelação do Rio declarou falsa a cadeia sucessória defendida pelo Banco de Crédito Móvel. Para isso, o tribunal alegou que o testamento de Vitória doando as terras para o Mosteiro de São Bento não havia sido apresentado. Com isso, a área voltou para o português Abílio. Depois dessa decisão, o processo desapareceu, reaparecendo 36 anos depois e com 320 folhas a menos. O Banco de Crédito Móvel voltou à Justiça e conseguiu reaver as terras, alegando as falhas no processo. Vendidas à Esta, as terras acabaram nas mãos de Tjong Hiong Oei.

Na Sernambetiba, um dos terrenos da Esta que ainda não foram ocupados

CORPO A CORPO

Tjong Hiong Oei, o 'dono' da Barra

Um bairro só para negócios

Na primeira vez que foi à Barra, em 1955, Tjong Hiong Oei enfrentou um problema hoje inimaginável: seu carro atolou na Avenida Sernambetiba — então uma estrada de terra — e ele seguiu viagem em lombo de burro. Nascido em Cirapura há 70 anos, naturalizado brasileiro, o "Chinês" comanda seus negócios de um escritório no bairro — que, aliás, é só para negócios. O "dono da Barra" mora no Leblon.

O GLOBO — Como surgiu seu interesse pela Barra?

OEI — Cheguei ao Brasil em fevereiro de 55 e vi essa área enorme. Comecei a fazer investigações, e encontramos essa firma, chamada Esta, que era proprietária de 10 milhões de metros quadrados na Barra e mais dois milhões em Jacarepaguá. Compramos a firma. Na época não havia a menor possibilidade de fazer alguma coisa lá, porque não havia nenhum tipo de estrutura. Só depois do Plano Lúcio Costa, em 1968, pudemos começar.

O GLOBO — Na época em que o senhor comprou os terrenos deve ter sido criticado...

OEI — Fui chamado de louco. Fizemos primeiro o Fazenda Clube Jardim Maragogipe, com 350 mil metros quadrados. Na época, só existia a Sernambetiba. Depois lançamos Nova Ipanema e Novo Leblon. Hoje fica difícil fazer um empreendimento assim, os custos são altos, as áreas de doação que temos que fazer são muito grandes.

O GLOBO — O que são essas áreas de doação?

OEI — Para aprovar os projetos, doamos mais de dois milhões de metros quadrados. A primeira grande doação foi o Bosque da Barra, com área de 600 mil metros quadrados. Doamos também as áreas às margens das lagoas e o terreno conhecido como Cebolão.

O GLOBO — Essas doações são feitas com alguma condição?

OEI — São feitas sempre com a condição de que as áreas não sejam comercializadas.

O GLOBO — E a questão judicial sobre a posse da terra prejudicou seus negócios na área?

OEI — Isso nunca nos preocupou porque tínhamos a certeza de que as terras eram nossas.

O GLOBO — Houve um período em que as terras passaram a ser do senhor Mohamad...

OEI — Não, nunca passaram a ser do Mohamad. O que ele ganhou foi uma adjudicação compulsória, a possibilidade de registrar uma compra que ele fez.

O GLOBO — A Esta ficou impedida de negociar as terras nesse período?

OEI — Nós nunca paramos de trabalhar. Recebemos muitos telefonemas de pessoas preocupadas, que ligavam para saber se havia possibilidade de Mohamad reclamar a posse da propriedade, mas nós explicávamos que ele não tinha nenhum direito.

O GLOBLO — Quando houve a decisão da 8ª Câmara Cível, o senhor Mohamad disse que iria cobrar dos moradores dos terrenos para que sua situação ficasse legalizada. Isso chegou a acontecer?

OEI — Ouvimos alguma coisa sobre tentativas dele de se aproximar de proprietários, mas não sabemos se ele fez isso ou não.

Fonte: O Globo, 20 jun. 1993

2.2 A ocupação planejada e um grande evento de exposição

> É evidente que a ocupação dela não será para tão cedo. Na vida das cidades as dezenas são frações, a unidade é a centena, ou a sua metade. Durante muito tempo ainda, deixe-se a várzea tal como está, com o gado solto pastando. E só quando a urbanização da parte restante, da Barra a Sernambetiba, se adensar; quando a infraestrutura, organizada nas bases civilizadas e generosas que se impõem, existir, e a força viva da expansão o impuser, – ai então sim, terá chegado o momento de implantar o novo centro que, parceladamente embora, já deverá nascer na sua escala definitiva. Lúcio Costa (1969).

A ocupação da Baixada de Jacarepaguá não seria possível sem a intervenção estatal, tanto na criação de um plano de ocupação como no investimento em infraestrutura de acesso e urbanização. Até o fim da década de 60, a região era um imenso triângulo praticamente desabitado com os lados formados pelos maciços e pelo litoral. Havia alguns loteamentos

populares na área limítrofe a Jacarepaguá, como os de Curicica e Gardênia Azul, onde foi construído também o conjunto habitacional Cidade de Deus, em 1966. Além desta ocupação, existiam dois loteamentos de grande porte aprovados desde a década de 1940, de lados opostos próximos ao mar, mas ainda com ocupação rarefeita e de caráter de segunda residência: o Tijucamar/Jardim Oceânico, de um lado, e o Recreio dos Bandeirantes, de outro. O espaço restante era formado por grandes glebas, que podiam apresentar algum tipo de agricultura de subsistência, mas na maioria dos casos eram terras simplesmente desocupadas. A região era vista como área turística e de veraneio até a elaboração de um plano de ocupação para a área (CARDOSO, 1989, p. 160-161).

Para Múcio Athayde, um dos maiores proprietários de terras da Barra, uma reportagem da Editoria Cidade do Jornal do Brasil foi um marco decisivo para o desenvolvimento da Baixada de Jacarepaguá. O empresário se referia a edição de domingo, 1º de setembro de 1968, que apontava que a falta de um plano ameaçaria o futuro da Barra da Tijuca. O local estaria comprometido urbanisticamente devido à omissão do Estado. Segundo o jornal, conjuntos residenciais e favelas invadiam a Baixada de Jacarepaguá, alguns deles poluindo as lagoas existentes. A demanda era tornar a Barra uma zona turística e planificada, e não um aglomerado de edifícios como Copacabana e outros bairros. O risco seria eminente, já que as obras rodoviárias com túneis e estradas que integrariam a Baixada de Jacarepaguá à Zona Sul, região mais dinâmica do mercado imobiliário até então, estariam prontas em 1970[7]. O governador do Estado da Guanabara, Negrão de Lima, respondeu ao debate público que se deu após a reportagem do Jornal do Brasil com o decreto Nº E-1.144, de 11 de outubro de 1968, que "Suspende a concessão de licenças para construção, arruamentos, loteamentos e desmembramentos até ser aprovado o Plano-Piloto para a Baixada de Jacarepaguá" (CASTRO, 1977).

O prestigiado arquiteto Lúcio Costa, que havia projetado a nova capital federal, Brasília, foi então convidado por Negrão de Lima para desenvolver o ordenamento territorial da Baixada de Jacarepaguá. O arquiteto se colocava o desafio de planejar uma ocupação que preservasse a beleza natural da baixada, pois acreditava que se ela se desse nos moldes usuais dos bairros da cidade a região seria destruída. O Plano previa a redefinição do espaço total do Rio de Janeiro e propunha a criação do Centro Metropolitano, que iria refazer a unidade original da cidade, então dividida em Norte e Sul, conforme diagnóstico de Lúcio Costa. Não

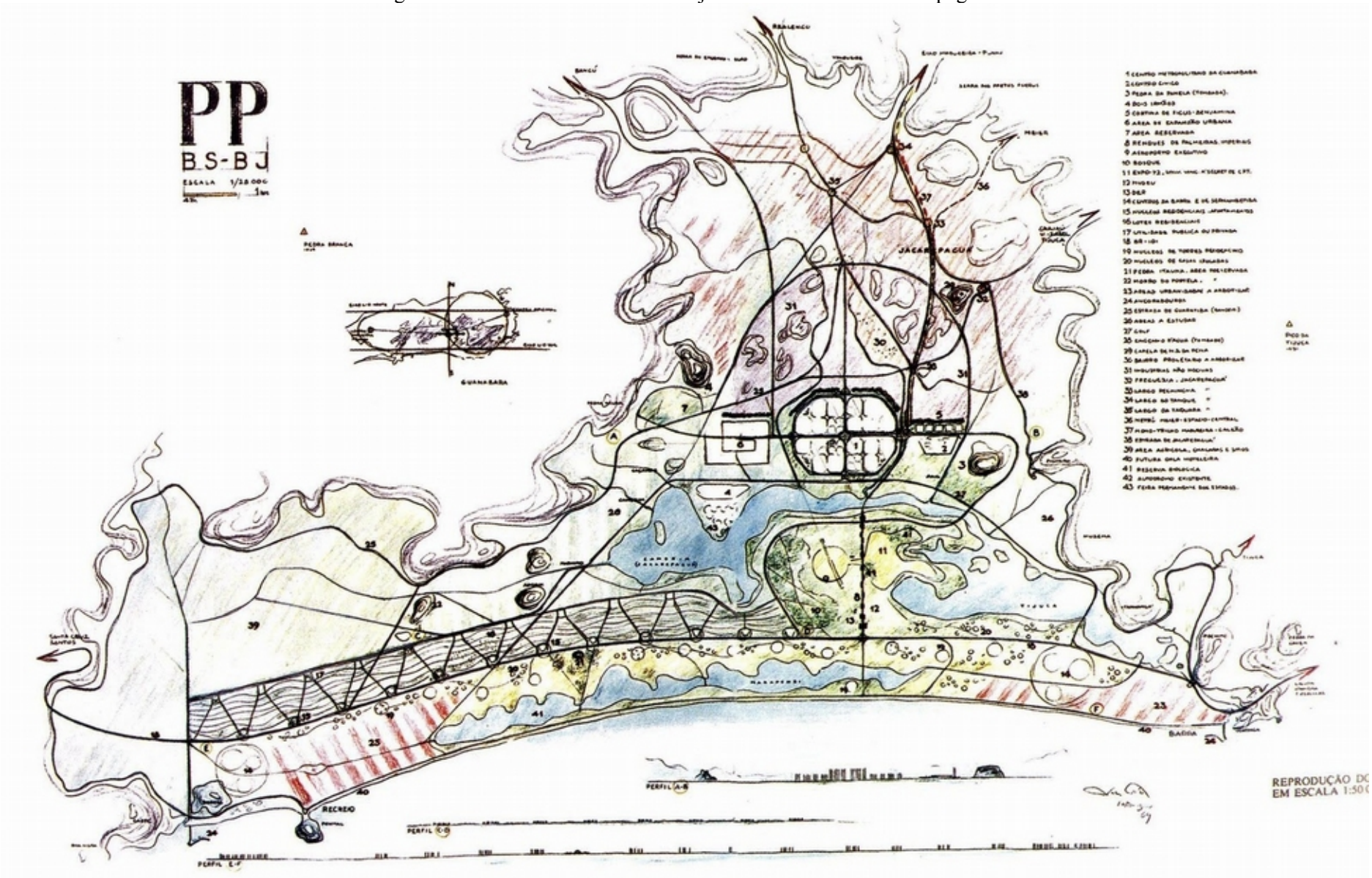
7 Falta de Planos ameaça futuro da Barra da Tijuca. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 1º set. 1968. 1º Caderno, p. 22.

seria apenas um centro relativamente autônomo como Copacabana e Tijuca, mas "um novo pólo estadual de convergência e irradiação" sendo "o verdadeiro coração da Guanabara" (COSTA, 1969). As propostas básicas do Plano, segundo Cardoso (1989), são as seguintes:

1. Aproveitamento do projeto já existente para criação de um conjunto de torres no início da praia da Barra, a partir daí denominado Centro da Barra, e ao qual se acrescenta um outro conjunto semelhante e simétrico – o Centro de Sernambetiba.
2. Criação de "núcleos" de urbanização concentrada, com conjuntos de torres distanciadas cerca de 1 km, ao longo da Av. Das Américas.
3. Limitação de gabarito para os loteamentos existentes – o Tijucamar/Jardim Oceânico e o do Recreio – em dois pavimentos.
4. Definição de um traçado viário específico para a área ao norte da Av. das Américas – as chamadas "sinuosas" –, destinada a habitação unifamiliar, e com prédios nos entroncamentos das vias transversais com Avenida das Américas.
5. Para a faixa entre a auto-estrada e a Lagoa da Tijuca, lotes residenciais amplos e clubes em grandes áreas "e ainda, talvez, um centro de comércio de gabarito baixo".
6. A faixa litorânea, com exceção das áreas já ocupadas, dos Centros da Barra e de Sernambetiba e de um possível núcleo de torres no entroncamento com a Av. Alvorada, deveria ser conservada em seu estado natural.
7. As áreas próximas ao Centro Metropolitano deveriam ter seu uso definido em uma segunda etapa de desenvolvimento do plano.
8. As áreas ao norte do Centro Metropolitano seriam tratadas como zona industrial "por serem acessíveis aos subúrbios e porque já comportam sólido lastro proletário".
9. As áreas de Vargem Grande e Pequena e os campos de Sernambetiba são mantidas como áreas de cultura, com sítios, granjas e chácaras.
10. Os hotéis ficariam restritos aos Centros (da Barra e de Sernambetiba), nos loteamentos já definidos, e no entroncamento com a Av. Alvorada.
11. São propostos como equipamentos complementares: uma Feira Permanente dos Estados, um novo Estádio, um novo Prado, uma nova hípica, novos campos de golfe e clubes esportivos, e um "bosque rústico no parque junto ao Aeroporto.

O plano previa também a desapropriação da área de cerca de 4 km² onde se pretendia implantar o novo Centro Metropolitano, o que não aconteceu – como será visto no capítulo 4. O projeto de Lúcio Costa foi muito elogiado nos jornais e recebido como uma solução para o desenvolvimento urbano da região, de forma a corrigir o que eram vistos como erros da ocupação da Zona Sul, como a proliferação de favelas. As administrações que se sucederam investiram maciçamente em infraestrutura como abastecimento de água e luz, não faltando esforços em urbanizar a região, o que permitiria a intensa ocupação da área na década seguinte (CARDOSO, 1989).

Figura 4 - Plano Piloto da Barra da Tijuca e da Baixada de Jacarepaguá.



Fonte: Revista de História.com.br

No mesmo período em que era debatido o ordenamento territorial da Baixada de Jacarepaguá, que culminou no Plano Lúcio Costa – entregue pelo arquiteto ao governador do Estado da Guanabara, Negrão de Lima, em abril de 1969 –, um outro debate importante àquela região estava posto: a realização da Exposição Internacional de 1972. Não era por menos: o Brasil estaria comemorando 150 anos de independência, 50 anos após a Exposição Internacional do Centenário da Independência, em 1922, também no Rio de Janeiro. O evento seria uma oportunidade, entre outras coisas, de infraestruturar a Barra da Tijuca, em linha com o já expresso plano de ocupação da área nas décadas seguintes, e fazer com que o Brasil e o mundo conhecessem a região. Lúcio Costa, ao projetar a ocupação da Baixada de Jacarepaguá, previu o espaço a ser ocupado pela "Expo". A feira aconteceria em um terreno de 600 mil metros quadrados entre a via 11 (atual avenida Ayrton Senna) e a Lagoa da Tijuca, na área denominada Saco Grande e Saquinho, que segundo o Jornal do Brasil teria sido doada ao governo[8], mas que fazia parte de uma Reserva Biológica demarcada em 1960 e que foi excluída em decreto de 1969 para esse fim (CASTRO, 1977)[9].

À frente da empreitada estava o engenheiro José Eugênio de Macedo Soares[10], ministro da Indústria e Comércio e nomeado para comandar a Superintendência da Exposição Mundial Comemorativa do 150º Aniversário da Independência do Brasil[11], órgão vinculado ao Ministério e responsável por promover a participação de autoridades estrangeiras, selecionar e fiscalizar a construção das instalações. O próprio ministro havia sugerido ao presidente Costa e Silva a realização do evento no Brasil. Segundo ele, a exposição mundial marcaria para o país a comemoração de uma data histórica, o sesquicentenário da Independência; o desenvolvimento de uma área específica, a Barra da Tijuca; e o desenvolvimento do turismo e do comércio internacional, aliado à atração de investimentos externos para a economia nacional[12]. O Rio de Janeiro teria sido escolhido por seu aspecto paisagístico e por sua capacidade hoteleira, 20% superior a de São Paulo[13].

---

8 Contagem regressiva. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 22 jul. 1969. Caderno B, Zózimo, p. 3.

9 "...essa área, porém, continua sujeita inteiramente ao Plano Piloto Lúcio Costa, destinando-se parte à construção da Exposição Mundial Comemorativa do Sesquicentenário de Independência do Brasil (EXPO-72)". Decreto Nº E – 3.001 de 8 de agosto de 1969. (CASTRO, 1977, anexo DOC.6).

10 Nas próximas páginas apenas Macedo Soares, como normalmente era citado nos jornais.

11 Presidente cria órgão para fazer em 72 exposição dos 150 anos de independência. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 27 dez. 1968. 1º Caderno, p. 14. O decreto presidencial, no entanto, só foi publicado no Diário Oficial no dia 20 de fevereiro de 1969 (EXPOSIÇÃO, 1969). Exposição internacional de 1972 será no Rio de Janeiro. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 22 fev. 1969. 1º Caderno, p. 14.

12 Expo-72 inicia obras em outubro. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 25 set. 1969. 1º Caderno, p. 15.

13 Assim Macedo Soares justificou a escolha do Rio de Janeiro como sede da Expo para empresários paulistas na Federação das Indústrias de São Paulo, em setembro de 1969. E terminou a exposição convocando-os a apoiarem a iniciativa: "Tenho certeza de que o Estado-líder da Federação não faltará a esse empreendimento,

A exposição seria aberta em 21 de abril de 1972 e funcionaria até dezembro do mesmo ano, com expectativa de receber 10 milhões de visitantes, grande parte turistas, sendo 4 milhões estrangeiros[14]. Esperava-se uma ampliação considerável da infraestrutura turística do Rio, com a construção de sete grandes hotéis[15], transformando a cidade num grande centro do turismo mundial[16]. A coluna de Ibrahim Sued (1969), com o título "Grandes Eventos" anunciava que o Brasil inaugurava em 1970 sua Década do Turismo, listando, além da Expo, os festivais da Canção e do Filme e uma assembleia que traria ao país cerca de três mil agentes de viagens. A sequência de cinco notas sobre as possibilidades financeiras – um tanto quanto superestimadas – dos eventos termina com otimismo: "O Brasil joga uma grande cartada!"[17].

O êxito do evento já estaria assegurado pelos "ilustres e notáveis"[18] técnicos que colaborariam com a implantação física da exposição, como os arquitetos Sérgio Bernardes, Oscar Niemeyer, Lúcio Costa e Henrique Mindley. O objetivo era projetar o Brasil interna e externamente como uma nação em pleno desenvolvimento[19], sendo o evento um marco na história do Rio de Janeiro[20]. Oscar Niemeyer recebeu um convite feito por Macedo Soares, que era seu primo, para desenvolver o projeto do Museu Expo Barra 72. O espaço seria o símbolo do evento e traria o tema "Evolução da Humanidade" (GONÇALVES, 2010). Niemeyer concebeu um estudo inicial a bordo de um navio rumo à Europa, já que lhe preocupava a urgência com que o projeto foi solicitado, e escreveu uma carta para seu primo explicando que se tratava de "um prédio que deve permanecer, não como uma lembrança da Expo-72, mas como um elemento que se renova, atualizado, útil à Barra da Tijuca e a toda a cidade"[21]. Segundo ele, os pavilhões tinham sido desenhados visando uma utilização futura, com novas exposições, ou sua adaptação a outras finalidades (universidades, centros de cultura, etc). Ao fim da Expo, os prédios passariam a fazer parte de um campus universitário,

---

que, antes de tudo, é uma promoção do Brasil". Empresariado de SP ouve relato sôbre Expo-72. O Globo, Rio de Janeiro, 25 set. 1969. p. 27.

14 Expo-72 vai virar "campus" universitário quando seus prédios forem desocupados. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 30 abr. 1969. 1º Caderno, p. 12.

15 Macedo Soares cita sete novos hotéis de luxo entregues para a Expo-72: Sheraton, o Nacional, o da Pan-American, o Othon Palace Hotel, o Rio Ritz, o Gávea Turist Hotel e o Panorama Palace Hotel.

16 Fala de serviços básicos na Barra é uma ameaça à Expo-72. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 10 ago. 1969. 1º Caderno, p. 36.

17 O Globo, Ibrahim Sued Informa. Rio de Janeiro, 17 jan. 1969. p. 2.

18 Como frisou o delegado do Ministério da Indústria e Comércio, Paulo Siqueira Castro.

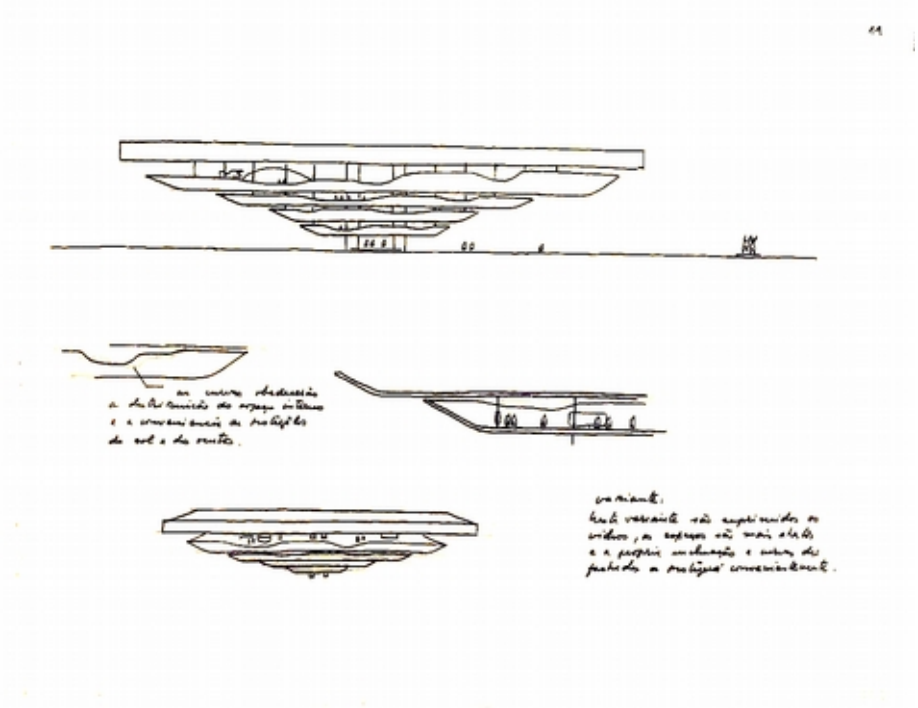
19 Delegado do MIC: Êxito da Expo-72 já está assegurado. O Globo, Rio de Janeiro, 5 set. 1969. p. 13.

20 Só em 30 horas se poderá ver tôda a Expo-72. O Globo, Rio de Janeiro, 17 set. 1969. p. 7.

21 Cf. NIEMEYER, Oscar. Museu Exposição Barra72. Argel 5/10/1969. Fundação Oscar Niemeyer. Coleção Oscar Niemeyer. Disponível em: http://www.oscarniemeyer.com.br/obra/pro207. Acesso em: 28 nov. 2013.

com a adaptação dos pavilhões para salas de aula, centros de pesquisa e laboratórios. Segundo Macedo Soares, seria o primeiro campus verdadeiramente instalado no Brasil, onde professores, alunos e funcionários teriam local para estudar, trabalhar e residir com suas próprias famílias[22].

Figura 5 - Museu Exposição BARRA 72 - Fundação Oscar Niemeyer



Fonte: Niemeyer (1969)

Esperava-se que a região da Expo recebesse investimentos por parte do Estado para dotar a Barra da Tijuca de infraestrutura, já que "a zona será certamente um dos bairros de maior arrecadação de taxas e impostos estaduais num futuro próximo", como lembrou o superintendente Macedo Soares[23]. Segundo ele, os projetos já estavam previstos para a concretização do Plano Lúcio Costa, precisando fixar prazos e acelerar as obras. Foram listadas as seguintes intervenções a serem feitas até 1972:

> - Sistema viário com a duplicação parcial, em tempo hábil, da BR-101, até seu entroncamento com a Via 11, e a duplicação desta via com a construção de ponte, já em fase de projeto, sôbre a lagoa Camorim.
>
> - Dragagem e saneamento da lagoa do Camorim e da lagoa da Tijuca, notadamente nas enseadas denominadas Saco Grande e Saquinho.

22 Informe JB, Expo-72. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 27 jul. 1969. 1º Caderno, p. 10.

23 Estado recebe relação de obras que deve executar para implantar a Expo-72. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 12 nov. 1969. 1º Caderno, Cidade, p. 5.

> - Instalação de Estação Telefônica da Cetel, de acórdo com os planos em estudo, antes de junho de 1971.
>
> - Subestação de tratamento de esgotos na região da exposição.
>
> - Efetivação do projeto da Cedag para adução de água potável à área da Barra da Tijuca antes de junho de 1971.
>
> - Instalação de linha de transmissão de luz e energia pela concessionária, se possível ainda no ano de 1970, para atender ao canteiro de obras do parque.
>
> - Estudo, pela Secretaria de Serviços Públicos de sistema de transporte coletivo, seja por ônibus, seja por sistemas mais avançados de metropolitano. (ESTADO..., 1969)

Como pode ser visto, o desafio era grande, já que no fim da década de 60 a Barra da Tijuca era distante e pouco povoada, sem nenhum serviço básico instalado[24]. A possibilidade do evento não ocorrer apareceu pela primeira vez na coluna Informe JB de 29 de julho de 1969. O texto dizia que áreas influentes do governo entendiam que, num momento de contenções financeiras impostas em todo o país, não haveria de imediato recursos suficientes para a Exposição Mundial na Barra da Tijuca. Sem dinheiro, o Brasil correria o risco de promover uma mostra internacional em nível de feira municipal, comprometendo a imagem do país no exterior[25]. A nota foi seguida de um editorial no Jornal do Brasil do dia 9 de agosto, que lembrava dos quatro anos de preparação da Expo-67, de Montreal-Canadá, e os cerca de 10 anos da preparação da Expo-70, em Osaca-Japão. O Brasil disporia de menos de três anos para preparar a exposição no Rio de Janeiro. O texto citava ainda o investimento canadense num sistema especial de trens subterrâneos e as inovações na fisionomia de Montreal, permitindo aos visitantes um percurso direto à exposição. No Rio, dizia o editorial, qualquer batida de dois carros é suficiente para congestionar todo o tráfego da cidade. O JB colocava também como ponto crítico que a Expo estava sendo planejada por um governo mas que aconteceria em outro, cuja opinião sobre o projeto ninguém sabia. A conclusão do editorial é categórica: jogar fora a fantasia e por os pés na terra[26].

A capa do jornal do dia seguinte – domingo, 10 de agosto de 1969 – trazia a seguinte chamada para uma longa reportagem no 1º Caderno[27]:

> A área de 600 mil metros quadrados na Barra da Tijuca, onde deve realizar-se a Expo-72, não tem luz, água, esgotos, telefone, gás e rodovias. Sem esta

24 Chegou-se a se cogitar a pulverização da área por helicóptero, com equipamentos especiais vindos dos Estados Unidos, além de armadilhas luminosas para combater os mosquitos. Helicóptero pulverizará a área da Expo. O Globo, Rio de Janeiro, 20 nov. 1969. p. 23.

25 Expo-72. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 29 jul. 1969. 1º Caderno, Informe JB, p. 10.

26 Expo-72. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 9 ago. 1969. 1º Caderno, Editorial, p. 6.

27 Expo-72 está ameçada. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 10 ago. 1969. Capa, p. 1.

> infraestrutura, o empresariado teme fazer investimentos vultuosos na região, ameaçando a própria realização da exposição. Muitos têm medo de que a falta de planejamento a transforme numa "feira de subúrbio" e querem seu cancelamento. Outros já fazem gestos tentando transferir a Expo-72 para São Paulo. O superintendente da Expo-72, Sr. José Eugênio de Macedo Soares, está tranquilo no entanto: "A capacidade do improvisação do brasileiro suprirá qualquer deficiência".

Os questionamentos do Jornal do Brasil fizeram com que Macedo Soares confirmasse oficialmente no dia 7 de setembro, dentro das comemorações do Dia da Pátria, a realização da exposição. O ministro informou que o devido registro já havia sido feito no Bureau Internacional de Exposições, em Paris, e que o Presidente da República, Marechal Artur da Costa e Silva, ratificava seu compromisso pelo sucesso da Expo-72[28]. Macedo Soares promoveu nas semanas seguintes uma série de encontros com empresários paulistas e cariocas no sentido de demonstrar a consolidação do projeto, e anunciou o início das obras na Barra da Tijuca em 1º de outubro. As reportagens daquele mês davam a entender que a feira era um caminho sem volta, com o envio do regulamento do evento para o Bureau Internacional de Exposições[29] e o anúncio de que o Festival da Canção de 72 também já teria lugar, um auditório de 20 mil lugares nas dependências da Expo-72[30]. Além disso, a exposição já tinha sua marca-símbolo. O concurso, vencido pelo projetista Ernesto Augusto Elias, durou pouco mais de um mês e premiou o desenho inspirado na bandeira brasileira, com cinco linhas representando os cinco continentes[31].

Outros fatos indicavam que o evento de fato aconteceria: a Federação das Indústrias sugeriu união de esforços para a Expo-72[32], Macedo Soares anunciou que o evento já tinha água garantida por um empréstimo do BID[33], um decreto regulamentou os membros e a função da diretoria da Superintendência da Expo-72 vinculada ao Ministério da Indústria e Comércio[34] e até um projeto de montagem e instalação de stands, que poderia ser totalmente executado em apenas 12 meses, foi oferecido gratuitamente pelo arquiteto Sérgio Bernardes[35]. O empresário da área de turismo João Kessler Coelho de Souza, em entrevista a O Globo, salientava a expectativa do setor com a grandiosidade do evento: "A Expo-72 é um marco

28 Gôverno confirma a realização da Expo-72. O Globo, Rio de Janeiro, 8 set. 1969. p. 18.
29 Lance-livre. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 9 out. 1969. Informe JB, p. 10.
30 Festival em 72 vai ser na B. da Tijuca. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 5 out. 1969. 1º Caderno, p. 28.
31 Projetista ganha concurso da Expo-72 com símbolo baseado na bandeira do país. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 21 out. 1969. 1º Caderno, p. 7.
32 Indústria sugere união de esforços para a Expo-72. O Globo. Rio de Janeiro, 25 out. 1969. Econômico, p. 3.
33 Lance-livre. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 16 out. 1969. Informe JB, p. 10.
34 Junta assina decreto que determina membros e função da diretoria da Expo-72. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 9 out. 1969. 1º Caderno, p. 16.
35 O protesto. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 30 out. 1969. Caderno B, Zózimo, p. 3.

para o início da era do turismo internacional no Brasil"[36].

A aparente consolidação do megaevento em outubro começou a tomar outro rumo em novembro de 1969. No dia 1º, o Estado da Guanabara anunciou que não iria construir para a Expo-72 o monotrilho do Aeroporto Internacional do Galeão à Barra da Tijuca[37]. A possibilidade de uma ligação direta para facilitar o fluxo de turistas estava em discussão desde o anúncio de que o Brasil receberia a exposição internacional. Havia sido cogitada a construção de um aerotrem – o mais arrojado sistema de transportes até então, feito através de colchões de ar, chegando a 180km/h – por um grupo francês, que finalizava a sua implantação em Paris[38]. Os japoneses também entraram na disputa, cinco engenheiros estiveram no Rio por um mês e entregaram um relatório a Macedo Soares com detalhes de como seria o monotrilho na cidade. O sistema japonês teria composições com roda de borracha sobre vigas de concreto elevadas, chegando a 100 km/h. A linha de 25km sairia do Galeão e passaria inicialmente por estações na Penha, Madureira, Irajá e Jacarepaguá, chegando à Barra da Tijuca[39] em cerca de 25 minutos[40].

O monotrilho não foi o único projeto audacioso do período. Cogitou-se construir um caminho aéreo até a Pedra da Gávea, semelhante ao bondinho do Pão de Açúcar[41], além de levar o metrô até a Barra. Macedo Soares solicitou à Companhia do Metropolitano estender até a região a linha que terminaria em Ipanema, pois o alargamento da Avenida Niemeyer, os túneis e viadutos da autoestrada Lagoa-Barra – estruturas garantidas pelo diretor do Departamento de Estradas de Rodagem que ficariam prontas até a Expo[42] –, e os helicópteros e táxis aéreos não seriam suficientes para atender o volume de turistas brasileiros e estrangeiros que chegariam à cidade[43]. A possibilidade foi negada pela assessoria da presidência do Metrô, pois a linha prioritária só chegaria a Ipanema em 1975 e a Jacarepaguá em 1990, segundo o estudo de viabilidade técnica e econômica[44].

Em novembro de 1969, assumiu a Presidência do Brasil o General Emílio Garrastazu

36 Expo-72 abre era do turismo internacional. O Globo. Rio de Janeiro, 4 out. 1969. Econômico, p. 7.
37 Estado não construirá monotrilho até Expo-72. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 1 nov. 1969. 1º Caderno, p. 5.
38 Grupo francês planeja a construção de um aerotrem entre o Galeão e a Barra. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 26 jul. 1969. 1º Caderno, p. 5.
39 Japonês afirma que monotrilho resolve trânsito. O Globo. Rio de Janeiro, 13 set. 1969. p. 13.
40 Japonêses garantem que em dois anos e meio fariam mono-rail para a Expo-72. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 26 ago. 1969. 1º Caderno, p. 5.
41 Bondinho na Gávea ainda é projeto. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 16 set. 1969. 1º Caderno, p. 5.
42 Diretor do DER garante que estradas da Barra ficam prontas antes da Expo-72. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 4 nov. 1969. 1º Caderno, p. 13.
43 Metrô. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 2 nov. 1969. 1º Caderno, Informe JB, p. 12.
44 Metrô não terá linha até Barra. O Globo. Rio de Janeiro, 4 nov. 1969. p. 5.

Médici. Fábio Yassuda, que era delegado oficial do pavilhão brasileiro na Expo de Osaca, em 1970[45], se tornou o novo ministro da Indústria e Comércio. Desde o início de seu mandato, Yassuda questionou a viabilidade de realizar a Expo no Brasil, posicionamento apoiado pelo Editorial do Jornal do Brasil[46]. Em visita ao Senado Yassuda expressou surpresa diante do noticiário sobre a Expo-72 e relatou que a realidade era outra, que nem mesmo o regulamento havia sido aprovado pelo órgão internacional de direito, o Bureau Internacional de Exposições[47]. Yassuda enviou a Paris o ex-ministro e ainda superintendente da Expo, Macedo Soares, para conseguir a aprovação do regulamento do evento, com uma cláusula que permitiria o governo a recuar mesmo após o consentimento do Bureau Internacional de Exposições. A proposta brasileira foi homologada por unanimidade de votos em 17 de novembro[48]. Poucos dias antes, Yassuda havia declarado que a Expo seria no Rio ou não se realizaria, desmentindo rumores de uma transferência do evento para São Paulo[49]. Cabia agora ao presidente Médici decidir se iria realizar ou não o evento no Rio de Janeiro em um prazo de 60 dias.

Mesmo antes da resposta do Bureau Internacional, Fábio Yassuda já havia iniciado contatos com os Ministérios da Fazenda, do Planejamento, do Exterior e com o Governo da Guanabara para formar uma comissão de alto nível[50] para que realizassem estudos de viabilidade técnica e econômica, fizessem contato com o exterior e dimensionassem os problemas que precisariam ser solucionados até 1972. Os dados serviriam para embasar a decisão do presidente Médici[51]. Em 20 de novembro, um Editorial do Jornal do Brasil reforçou a oportunidade da realização da exposição no Rio de Janeiro, mas cobrou responsabilidades para viabilização do evento[52]. Uma semana depois, é anunciado o pedido de exoneração de José Eugênio de Macedo Soares, que colocou o cargo de superintendente da Expo-72 à disposição do ministro Fábio Yassuda. Macedo Soares considerava sua missão cumprida com a oficialização da Expo-72 no Brasil pelo Bureau Internacional de Exposições[53]. "Tudo o que me propus foi rigorosamente concluído dentro do cronograma, pois tive o apoio total do Governo passado. Só posso continuar se houver garantia de que esse

45 Yassuda e a Expo-72. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 9 nov. 1969. 1º Caderno, Informe JB, p. 10.
46 Curiosidade. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 11 nov. 1969. 1º Caderno, Editorial, p. 6.
47 Yassuda expõe a senadores política a seguir no MIC. O Globo. Rio de Janeiro, 17 nov. 1969. p. 6.
48 Sinal Verde. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 18 nov. 1969. Caderno B, Zózimo, p. 3.
49 Yassuda: Expo-72 será no Rio, ou não se realizará. O Globo. Rio de Janeiro, 14 nov. 1969. p. 11.
50 Expo-72 deve provar sua viabilidade. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 19 nov. 1969. 1º Caderno, p. 5.
51 Presidente Médici decidirá sôbre Expo-72. O Globo. Rio de Janeiro, 13 nov. 1969. p. 13.
52 Bases da Expo. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 20 nov. 1969. 1º Caderno, Editorial, p. 6.
53 Palavra Final. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 27 nov. 1969. Caderno B, Zózimo, p. 3.

apoio me continuará sendo dado"[54]. O motivo do pedido, no entanto, seria a criação da comissão interministerial para avaliar a viabilidade da feira no Brasil enquanto Macedo Soares estava em Paris. O gabinete do ministro Yassuda confirmou a aceitação do pedido de demissão, como noticiado no dia 29 de novembro, e não indicou nenhum outro nome para o cargo[55].

Apesar do colunista do Jornal do Brasil Zózimo Barrozo do Amaral, apostar num posicionamento favorável à realização da Expo-72 pelo presidente Médici[56], o general decidiria vetar a realização da feira no dia 11 de dezembro de 1969. O motivo seria a inviabilidade econômico-financeira do projeto, conclusão do relatório de cinco páginas apresentado pelos ministros do Planejamento, da Fazenda, das Relações Exteriores e da Indústria e do Comércio. Os recursos disponíveis para a Expo seriam aplicados para a conclusão do primeiro estágio da Cidade Universitária da Ilha do Fundão, que serviria como projeto símbolo para a comemoração do sesquicentenário da Independência do Brasil[57]. O despacho presidencial:

> Aprovo a exposição de motivos interministerial, tendo em conta para isso, especialmente, a exiguidade do prazo dentro do qual deveriam ser tomadas as providências necessárias para a realização da Expo-72, bem como o risco a que, em consequência disso, ficaria inevitavelmente sujeito o êxito desse empreendimento. A duvidosa prioridade de que se reveste, por conseguinte, essa iniciativa em face de outras de maior importância para a aceleração do desenvolvimento do país aconselha que se confira destino diverso aos avultados recursos financeiros, que seriam empregados na Expo-72.
>
> Como o desenvolvimento da educação se acha entre os objetivos prioritários do meu Govêrno, determino, pois, que em caráter alternativo, se constitua como projeto-símbolo para as comemorações do sesquicentenário da Independência a conclusão do primeiro estágio, até 1972, da construção da Cidade Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na ilha do Fundão.
>
> Os ministro do Planejamento e Coordenação Geral, Fazenda e Educação e Cultura tomarão as providências para o cumprimento desta determinação.

A maioria da população apoiou a atitude do governo. Uma pesquisa do JB/Marplan mostrou que 45% dos entrevistados acharam que o governo agiu com prudência, pois seria um gasto inútil; 25% disseram que agiu mal, porque perdeu a oportunidade de promover o Brasil; 17% não sabiam o que era a Expo-72/ não tinham conhecimento; e 13% não souberam dizer

54 Superintendente da Expo-72 diz que só fica no cargo com nôvo decreto de Médici. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 28 nov. 1969. 1º Caderno, p. 14.

55 MIC confirma que Macedo deixa a Expo-72. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 29 nov. 1969. 1º Caderno, p. 11.

56 Expo favorável. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 7 dez. 1969. Caderno B, Zózimo, p. 3.

57 Governo veta Expo e aplica verbas nas obras do Fundão. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 12 dez. 1969. 1º Caderno, Cidade, p. 5.

se o governo agiu bem ou mal[58]. O Jornal do Brasil, em seu Editorial, classificou como "madura" a decisão do governo de cancelar o que arriscava ser a Aventura-72, e exaltou o investimento na Cidade Universitária então em construção na Ilha do Fundão[59].

A imagem que o país projetaria era uma questão importante do debate sobre a Expo-72, colocada como crucial para promover o Brasil no exterior, e pode ter sido um dos motivos para a desistência de receber o evento. A análise feita pela comissão interministerial identificou que a Expo seria um evento mais promocional que comercial. Mas talvez a imagem que o governo militar gostaria de passar não refletisse a realidade objetiva dos brasileiros. A favela da Rocinha era uma preocupação constante, já que por seu tamanho e complexidade não seria removida antes da inauguração da feira. A maior favela do Rio foi tema de reportagens do Jornal do Brasil e de O Globo:

> O Globo - Rocinha com seus 18 mil barracos não será removida:
>
> A remoção da favela da Rocinha estava prevista no projeto Centro Comunitário do Sul, apresentado em 1967, mas não faz parte do plano global do Govêrno do Estado. Seus 18 mil barracos servirão de moldura ao túnel dos Dois Irmãos e os visitantes da Expo-72, que será instalada na Barra da Tijuca, poderão assistir, do próprio monotrilho que os conduzirá, ao espetáculo da miséria em que vivem mais de 60 mil pessoas.[60]
>
> Jornal do Brasil - Miséria da Rocinha fica para Expo-72:
>
> Enquanto a cidade se preocupa com os problemas de abastecimento d'água, comunicações, e transportes para a Barra da Tijuca, onde a Expo-72 atrairá milhares de turistas, poucos se lembram que no caminho os visitantes verão o maior *stand* jamais armado da pobreza do Rio: a favela da Rocinha.
>
> Com seus 60 mil moradores, espalhados em mais de 15 mil barracos, a miséria da Rocinha parece que vai continuar em exibição ainda por muito tempo: a Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio e a Secretaria de Serviços Sociais ainda não têm planos para seus moradores.[61]

Ao ser questionado sobre a situação da favela, o então superintendente da Expo, Macedo Soares, disse que mesmo "que o monotrilho seja construído, a Rocinha vai atrair muitos turistas". Uma declaração que no fim da década de 60 soava como ironia, já que a favela era vista com vergonha pelos militares. Macedo Soares, no entanto, antecipou o que aconteceria nos anos 2010, com os teleféricos que cortam as favelas do Rio de Janeiro e atendem a interesses turísticos[62]. Dificilmente ele imaginaria que, quatro décadas depois, o

58 Opinião Pública. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 21 dez. 1969. 1º Caderno, p. 30.
59 Sentido da Independência. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 18 dez. 1969. 1º Caderno, Editorial, p. 6.
60 Rocinha com seus 18 mil barracos não será removida. O Globo. Rio de Janeiro, 1 dez. 1969. p. 19.
61 Miséria da Rocinha fica para a Expo-72. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 9 nov. 1969. 1º Caderno, Cidade, p. 33.
62 Como o teleférico do Complexo do Alemão e o do morro da Providência, já prontos. Há planos de se

"espetáculo da miséria" ou "o maior *stand* jamais armado da pobreza do Rio"[63] se tornaria, paradoxalmente, uma atração para turistas na cidade que receberá grandes eventos internacionais. Tanto não imaginava que completa a declaração em um tom mais adequado para a época: "Rocinha é um problema social que nós gostaríamos de ver solucionado antes de 1972. Acredito mesmo que já haja um plano visando a remoção da favela".

A recuperação do debate histórico sobre a frustrada tentativa de receber a Expo-72 no Brasil traz alguns elementos para a reflexão sobre o que, já no fim da década de 60, significava sediar um grande evento mundial. Pode-se citar: a projeção da imagem da cidade e do país internacionalmente; o impulso ao desenvolvimento urbano da cidade e de áreas específicas, no caso a Barra da Tijuca; o crescimento do turismo e seus possíveis benefícios; a expectativa de atração de investimentos externos para a economia nacional; a expectativa de crescimento do comércio internacional; e até mesmo a competição intercidades, já que São Paulo demonstrava estar disponível para receber o evento caso o Rio de Janeiro recuasse. Assim que foi anunciada a desistência do Brasil, circulou também a notícia que o Uruguai estaria disposto a ser sede da Expo em 1973, pois completaria naquele ano seu 150º de Independência[64]. De fato, a exposição seguinte aconteceu em Spokane, nos Estados Unidos, em 1974. O Brasil, no entanto, não parecia ter desistido de sediar um grande evento internacional. A coluna do Castello anunciou que já estava praticamente acertada com a FIFA a realização da Copa do Mundo de Futebol[65]. Ainda demoraria 45 anos.

---

construir um teleférico na Rocinha, mas protestos de moradores colocam que a prioridade é o saneamento. Rocinha quer saneamento e não teleférico. Canal Ibase, 21 mai. 2013. Disponível em http://www.canalibase.org.br/rocinha-quer-saneamento-e-nao-teleferico/. Acesso em 24 dez. 2014.

63 Expressões utilizadas pelos jornais da época.

64 Lance-livre. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 14 dez. 1969. 1º Caderno, Informe JB, p. 10.

65 Fim da Expo-72. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 12 dez 1969. 1º Caderno, Coluna do Castello, p. 4.

Figura 6 - Imagem do local onde seria construído o Parque da Expo-72, na Barra da Tijuca.

Fonte: Revista Veja, 17 dez. 1969

Figura 7 - Rocinha seria o maior stand de miséria do mundo aos visitantes da Expo-72.

JORNAL DO BRASIL □ Domingo, 9, e 2.ª-feira, 10/11/69 □ 1.º Caderno CIDADE — 33

Miséria da Rocinha fica para a Expo-72

Frequente a cidade se preocupa com os problemas do abastecimento d'água, comunicações e transportes para a Barra da Tijuca, onde a Expo-72 atrairá milhares de turistas, poucos se lembram que no caminho os visitantes verão o maior stand jamais armado da pobreza do Rio: a Favela da Rocinha.

Com seus 60 mil moradores, espalhados em mais de 15 mil barracos, a miséria da Rocinha parece que vai continuar em exibição ainda por muito tempo: a Coordenação de Habitação de Interêsse Social da Área Metropolitana do Grande Rio e a Secretaria de Serviços Sociais ainda não têm planos para seus moradores.

PARA DEPOIS

A única informação que é possível obter é que "a solução tanto para a Rocinha como para a Favela do Jacarezinho, as duas maiores do mundo, só será conhecida depois que forem removidas as urbanizadas bôlsas as favelas do Grande Rio."

Num local privilegiado pelo clima de montanha, a Rocinha não oferece condições saudáveis a seus moradores: não há esgôto, as valas, quando chuvas, trocadem até as crianças de brincar na rua. As doenças vendem junto com a verminose e a sífilis formam um quadro quase assustador. Além dêsse problema, os moradores da Rocinha também não podem se sentir em segurança dentro de seu barraco: apenas 40 por cento das moradias são construídas em terreno plano, enquanto os outros 60 por cento estão em encostas.

— A sorte é que nunca mais choveu fôrte na cidade — comenta o Sr. Josias Filho, vendedor de verduras no Largo do Boiadeiro e morador da Rocinha há sete anos.

Para ele uma mudança para "a Cidade de Deus ou Cordovil seria mesmo um sonho." Apesar de mui-

A Rocinha é o maior stand de miséria do mundo. Cêrca de 60 mil pessoas vivem nos 15 mil barracos, sem água e esgôto. O índice de doenças é assustador

Fonte: Jornal do Brasil, 9 nov. 1969

Figura 8 - Monotrilho do Galeão à Barra, que seria construído para Expo-72.

MODERNO

O monotrilho foi planejado para transportar do Galeão à Barra os visitantes da Expo-72

EFICIENTE

Passando por vários bairros, o monotrilho beneficiaria a um têrço da população carioca

Expo-72 só terá monotrilho se custeio fôr decidido êste mês

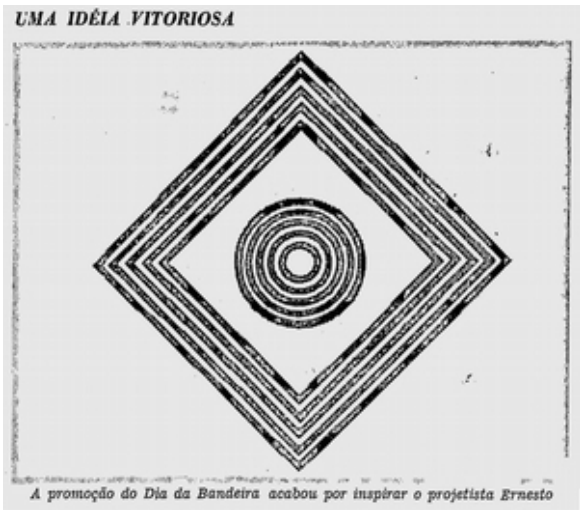
Fonte: Jornal do Brasil, 8 out. 1969

Figura 9 - Expectativa do setor de turismo para o grande evento no Rio de Janeiro, que abriria a era do turismo internacional no Brasil.

Expo-72 abre era do turismo internacional

Fonte: O Globo, 4 out. 1969

Figura 10 - Desenho vencedor do concurso para escolher a marca da Expo-72.



UMA IDÉIA VITORIOSA

A promoção do Dia da Bandeira acabou por inspirar o projetista Ernesto

Fonte: Jornal do Brasil, 21 out. 1969

2.3 Barra da Tijuca: o novo Rio do capital

> "Isto é uma piada. Falar em unidade histórica e cultural da Barra com o Rio não tem sentido. Há 15 anos, a Barra não existia. Depois, emancipar não é separar ninguém de ninguém. Será uma separação meramente administrativa. Seremos cariocas da Barra". Roberto Medina, empresário, junho de 1988.[66]
>
> "Não permitiremos mais invasões. Se isso acontecer as pessoas que invadirem serão surpreendidas por tropas de choque, tratores e o que for preciso". Eduardo Paes, subprefeito da Barra e Jacarepaguá, março de 1993.[67]

Mesmo sem a realização da Expo-72, a Barra da Tijuca se tornou a principal frente de expansão do mercado imobiliário na década de 70, que enfrentava uma desaceleração dos negócios pelo limite do financiamento público e o encarecimento dos terrenos da Zona Sul (RIBEIRO, 1997, p. 308). Nesse contexto, a Barra, com o apelo da natureza e de expansão "natural" da cidade, surge como opção. A ocupação se torna possível a partir das obras de acessibilidade empreendidas pelo governo Negrão de Lima, como o Elevado das Bandeiras, que incluía os túneis Dois Irmãos, Joá e o de São Conrado, além da pavimentação da Av. Alvorada (atual Ayrton Senna) e Av. das Américas, melhorando a ligação com Jacarepaguá (CARDOSO, 1989, p. 160).

A região é palco também de uma nova estratégia de mercado, a construção de condomínios fechados, em que se vende um modo de vida entre iguais e protegido das mazelas da cidade. Essa diferenciação socioespacial permite alcançar sobrelucros de localização, possibilitados também pela produção em escala em grandes áreas contínuas dada a concentração fundiária da região (RIBEIRO, 1997). Isso facilitou o acesso pelo mercado a grandes extensões de solo, refletindo a lógica patrimonialista das cidades brasileiras em interação com a urbanização capitalista de ponta. Esse quadro de concentração fez com que a oferta fosse dominada por empresas de grande porte, estimulando uma ocupação pela população de maior poder aquisitivo da cidade. Em 1980, cerca de 40% dos moradores da Barra da Tijuca possuíam renda familiar acima de 20 salários mínimos, enquanto esse segmento representava apenas 9% na Zona Sul (RIBEIRO, 1997, p. 321). A Barra se caracterizou também por uma ocupação espaçada, com empreendimentos feitos de forma descontínua, mantendo lotes vazios em valorização a partir de investimentos públicos em infraestrutura e serviços, processo que acontecia também em outras grandes capitais, como

---

66 Prós e contras da emancipação da Barra. O Globo. Rio de Janeiro, 26 jun. 1988. p. 22.
67 SILVA, Aguinaldo. Um basta às invasões. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 21 mar. 1993. Cidade, p.22.

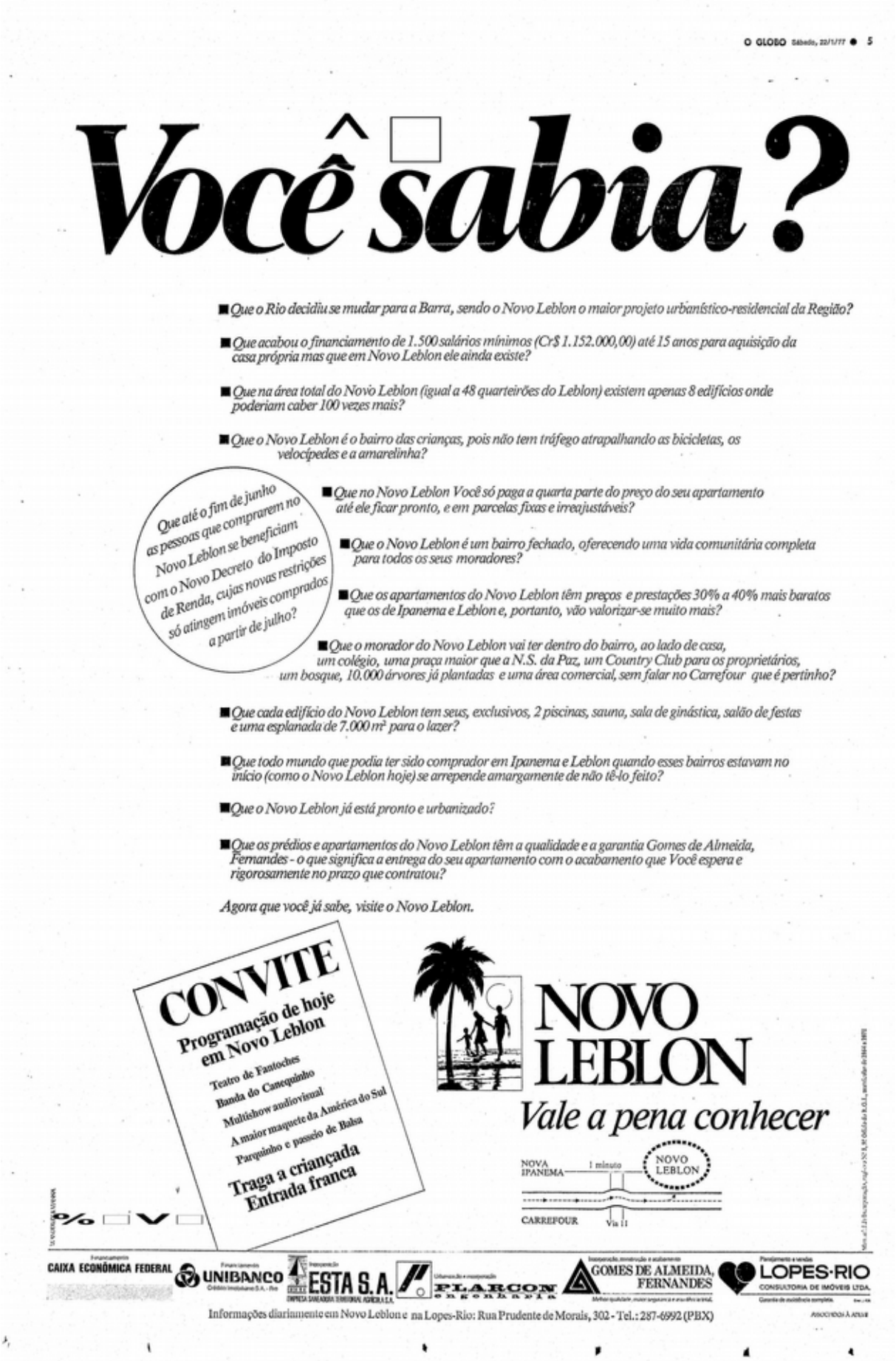
São Paulo[68].

Em 1973, a Barra concentrava apenas 1,6% da área licenciada no conjunto da cidade, passando para 27% em 1977, enquanto na Zona Sul houve uma queda no período. Em 1976 houve um *boom* de lançamentos, que depois sofreu um recuo até a retomada do crescimento na década de 80 e um novo pico em 1986. O período de 1976-80 foi destinado à circulação do enorme estoque acumulado dos primeiros grandes condomínios da Barra – Nova Ipanema, Novo Leblon, Barramares, Atlântico Sul e Riviera Dei Fiori –, que foram lançados num curto espaço de tempo. Desde então as empresas passaram a adotar a fórmula de lançar os empreendimentos em etapas, adaptando os produto à conjuntura do mercado (CARDOSO, 1989, p. 170), como fazem até os dias de hoje. A partir de 1986, houve uma expansão no número de unidades, na quantidade de áreas lançadas e um aumento do preço do metro quadrado dos imóveis, com o licenciamento massivo de apart-hotéis desde 1983. A Barra chegaria a concentrar 43% das áreas licenciadas na cidade em 1983, e em termos de área lançada 22,9% do total da cidade em 1982 (RIBEIRO, 1997, p. 313). Esse segundo momento de expansão refletia uma mudança no padrão de incorporação que estava em curso. Os lucros fundaram-se na produção de menor número de unidades mas de alto valor, destinadas ao segmento de alta renda e investidores, que buscavam alternativas seguras e lucrativas. A estratégia da localização e do produto também caracterizam esse momento, marcado por apartamentos maiores e destinados a grandes famílias (RIBEIRO, 1997, p. 320).

Segundo Cardoso (1989), a Barra da Tijuca se configura exemplarmente como um espaço do capital, onde a franja mais dinâmica do setor imobiliário pôde superar alguns dos limites encontrados em outras áreas da cidade. A Barra demonstrou ao longo do período de 70/80 um novo padrão de incorporação, com um pequeno grupo de proprietários de terra em associação a um grupo reduzido de empresas desenhando um quadro oligopólico nesta frente de expansão imobiliária (RIBEIRO, 1997, p. 326). A confluência entre características naturais, intervenção do Estado, estrutura fundiária e traços presentes no plano urbanístico promoveu o desenvolvimento daquela região numa inovação da incorporação imobiliária. O *boom* de 86/87 é o momento de consolidação da Barra da Tijuca como frente de expansão do grande capital de incorporação. É nesse momento que a elite empresarial do bairro busca alçar novos patamares, o que se expressa com a proposta de emancipação em relação ao Rio de Janeiro.

68 Como observou Lucio Kowarick (1979).

Figura 11- Publicidade do Novo Leblon com incorporação da ESTA S.A.



O GLOBO Sábado, 22/1/77 ● 5

Você sabia?

■ Que o Rio decidiu se mudar para a Barra, sendo o Novo Leblon o maior projeto urbanístico-residencial da Região?

■ Que acabou o financiamento de 1.500 salários mínimos (Cr$ 1.152.000,00) até 15 anos para aquisição da casa própria mas que em Novo Leblon ele ainda existe?

■ Que na área total do Novo Leblon (igual a 48 quarteirões do Leblon) existem apenas 8 edifícios onde poderiam caber 100 vezes mais?

■ Que o Novo Leblon é o bairro das crianças, pois não tem tráfego atrapalhando as bicicletas, os velocípedes e a amarelinha?

Que até o fim de junho as pessoas que comprarem no Novo Leblon se beneficiam com o Novo Decreto do Imposto de Renda, cujas novas restrições só atingem imóveis comprados a partir de julho?

■ Que no Novo Leblon Você só paga a quarta parte do preço do seu apartamento até ele ficar pronto, e em parcelas fixas e irreajustáveis?

■ Que o Novo Leblon é um bairro fechado, oferecendo uma vida comunitária completa para todos os seus moradores?

■ Que os apartamentos do Novo Leblon têm preços e prestações 30% a 40% mais baratos que os de Ipanema e Leblon e, portanto, vão valorizar-se muito mais?

■ Que o morador do Novo Leblon vai ter dentro do bairro, ao lado de casa, um colégio, uma praça maior que a N.S. da Paz, um Country Club para os proprietários, um bosque, 10.000 árvores já plantadas e uma área comercial, sem falar no Carrefour que é pertinho?

■ Que cada edifício do Novo Leblon tem seus, exclusivos, 2 piscinas, sauna, sala de ginástica, salão de festas e uma esplanada de 7.000 m² para o lazer?

■ Que todo mundo que podia ter sido comprador em Ipanema e Leblon quando esses bairros estavam no início (como o Novo Leblon hoje) se arrepende amargamente de não tê-lo feito?

■ Que o Novo Leblon já está pronto e urbanizado?

■ Que os prédios e apartamentos do Novo Leblon têm a qualidade e a garantia Gomes de Almeida, Fernandes - o que significa a entrega do seu apartamento com o acabamento que Você espera e rigorosamente no prazo que contratou?

Agora que você já sabe, visite o Novo Leblon.

CONVITE
Programação de hoje em Novo Leblon
Teatro de Fantoches
Banda do Canequinho
Multishow audiovisual
A maior maquete da América do Sul
Parquinho e passeio de Balsa
Traga a criançada
Entrada franca

NOVO LEBLON
Vale a pena conhecer

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
UNIBANCO
ESTA S.A.
PLARCON
GOMES DE ALMEIDA, FERNANDES
LOPES·RIO CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA.

Informações diariamente em Novo Leblon e na Lopes-Rio: Rua Prudente de Morais, 302 - Tel.: 287-6992 (PBX)

Fonte: O Globo, 22 jan. 1977

2.3.1 Independência ou Morte: a emancipação da Barra

Em agosto de 1987, políticos, empresários e associações da Barra da Tijuca se reuniram no apartamento do então presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), Gilberto Rodrigues, no condomínio Atlântico Sul[69], para articular um plebiscito pela emancipação da região. O principal argumento do grupo era que os impostos pagos pelos moradores da Barra não retornavam em serviços públicos e infraestrutura. O presidente da Associação Comercial e Industrial da Barra da Tijuca (Acibarra) e dono da rede de colégios Anglo-Americano, Ney Suassuna, ficou responsável por coletar as assinaturas para subscrever o pedido de emancipação a ser votado na ALERJ. Com a aprovação, restaria ao Tribunal Regional Eleitoral marcar a data do plebiscito. O publicitário Roberto Medina assumiu a campanha do "sim". O dono da Artplan era filiado ao Partido da Frente Liberal (PFL) e cotado como candidato da Aliança Popular Democrática[70], apoiado pelo então governador Moreira Franco, para a prefeitura do futuro município da Barra da Tijuca. Os grandes empresários da indústria imobiliária do bairro também estavam envolvidos na empreitada, como Carlos Carvalho, Pasquale Mauro e Tjong Hiong Oei, os maiores proprietários de terra da região, além de José Peres, dono do Barrashopping, que participaram de reuniões para arrecadar fundos para a campanha, mas não apareciam publicamente para defendê-la.

Ao falar da gestão da futura cidade, Medina cita a carta-compromisso firmada pelo comitê do "sim", que previa uma estrutura administrativa com cinco secretarias (Educação e Cultura, Administração, Fazenda, Desenvolvimento Urbano e Saúde) e a privatização dos serviços públicos, mantendo apenas educação e saúde sob responsabilidade da Prefeitura. A ideia de se formar um município junto com Jacarepaguá, com suas cerca de 30 favelas além dos conjuntos habitacionais, como Cidade de Deus, já havia sido rechaçada. Pelo projeto dos emancipacionistas, a nova cidade iria do Joá a Grumari, formando uma área de 140km², com 118 mil habitantes, sendo 45 mil eleitores. O novo município teria cerca de 1.300 funcionários e uma Câmara com 17 vereadores. Uma "Prefeitura espartana, sem gastos excessivos", segundo Ney Suassuna, outro nome cotado para ser o prefeito da nova cidade. A campanha lançada por Medina trazia o slogan "Independência ou Morte. Município da Barra" e focava

69 Grupos desejam que a Barra vire uma cidade. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 7 ago. 1987. Cidade, p. 1.

70 A Aliança Popular Democrática foi um bloco multipartidário formado por Moreira Franco. Doze partidos, de correntes ideológicas diversas, se articularam para combater o candidato do então governador Leonel Brizola, Darcy Ribeiro, nas eleições de 1986, cf. RODOLFO, MARINS e FALCÃO, 1992.

num tratamento desigual dado pela Prefeitura aos moradores da Barra[71], situação que seria revertida através de um governo autônomo mais próximo dos moradores.

Já a campanha do "não", que envolvia a Associação de Moradores e Amigos da Barra da Tijuca (Amabarra), a Administração Regional do bairro e a Prefeitura do Rio, respondeu com o slogan "Independência é morte". Estava à frente do grupo Vera Chevalier, administradora regional, que defendia que a emancipação prejudicaria os moradores do próprio bairro com aumento de impostos, que a Barra era parte do Rio de Janeiro e que a cidade precisava ser planejada de forma integrada. Mas a principal crítica da campanha do "não" eram os interesses econômicos por trás do plebiscito. Segundo o prefeito Saturnino Braga, o objetivo da emancipação era alterar as leis de ocupação do solo da Barra para favorecer a especulação imobiliária e acabar com o Plano Lúcio Costa[72]. Além disso, os partidários do "não" diziam que a emancipação da Barra não seria viável do ponto de vista tributário, já que a arrecadação não poderia custear a administração municipal e todos os equipamentos públicos como o Hospital Lourenço Jorge e os postos de saúde, a manutenção da rede viária e iluminação e as 24 escolas municipais[73]. Porém adeptos do "não" concordavam com algumas críticas dos emancipacionistas; o vice-presidente da Amabarra, Sérgio Sardinha, afirmava que o bairro ficou abandonado, mas defendia uma administração regional forte e descentralizada do município, mas sem divisão[74]. Em um tema os dois grupos concordavam: todas as cerca de 26 favelas da Barra, com seus 25 mil moradores, precisavam ser removidas[75].

Em dezembro de 1987, a Prefeitura do Rio lançou uma campanha nos jornais, rádios e canais de televisão em resposta à propaganda que estava no ar a favor da emancipação[76]. O prefeito Saturnino Braga convocou a imprensa para dizer que quem comandava o movimento pela emancipação era a especulação imobiliária, defendida pela família Medina, e grandes proprietários de terra do bairro. No primeiro semestre de 1988, a disputa publicitária foi para o campo legal, com tentativas de impedir o plebiscito de emancipação pelo Tribunal Regional

---

71 Oposição se mobiliza contra emancipação da Barra. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 20 nov. 1987. Cidade, p. 3.

72 Medina discordava: "Isso é uma burrice cristalina. A especulação imobiliária não tem nada a ver com a emancipação. Pelo contrário, a Barra só resistirá à especulação no dia que tiver seus próprios moradores comandando seus destinos". (OPOSIÇÃO..., 1987)

73 Em defesa do Rio. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 26 nov. 1987. 1º Caderno, p. 11.

74 Campanha combaterá municipalização da Barra. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 22 nov. 1987. 1º Caderno, p. 17.

75 Favelas na Barra. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 28 mar. 1988. Cidade, p. 5.

76 Barra terá ação contra emancipação. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 7 dez. 1987. Cidade, p. 1.

Eleitoral e por artigos da Constituinte em andamento. Um dos deputados federais empenhados contra a emancipação era o futuro prefeito da cidade, César Maia (PDT)[77]. No dia 13 de abril de 1988, o TRE anunciou a data do plebiscito: 12 de junho. O ex-prefeito do Rio, Marcelo Alencar[78] e o então prefeito Saturnino Braga[79] pediram a suspensão do pleito ao Supremo Tribunal Federal, que negou o pedido[80]. Após muitas idas e vindas, apenas no dia 17 de junho o TSE garantiu a realização do plebiscito[81], que acabou sendo marcado para o domingo, dia 3 de julho[82]. Foi o tempo em que a campanha ganhou as ruas, com carreatas, corpo a corpo pelo bairro, e reportagens diárias nos jornais, com dados comparativos da Barra com o resto da cidade e o posicionamento dos moradores-celebridade, como Zico, Castrinho, Jonas Bloch, Ivan Lins, Paulinho da Viola, Pepê, Glória Pires, entre outros.

O arquiteto Lúcio Costa fez coro à campanha contra a emancipação, que classificou como "não só um absurdo, mas uma insensatez, senão mesmo o cúmulo do cinismo", divulgando carta no jornal O Globo dias antes da votação[83]. O autor do plano de ocupação da Baixada de Jacarepaguá considerava as empresas imobiliárias "a força viva que impele o crescimento das cidades", mas este lado legitimamente lastrado no lucro, quando desgarrado da ética, tornava-se corrosivo e anti-social. Ele defendia que a atividade das empresas tivesse um duplo freio: autoridade municipal e Câmara dos Vereadores. Segundo Costa, a "absurda 'autonomia' foi simplesmente inventada por alguns conhecidos empresários bem apessoados e atuantes", que ficariam com "a faca e o queijo nas mãos". Lúcio Costa acreditava que a vitória do "sim" poderia ser mais um passo para a descaracterização do plano que havia feito para a região e que "a emancipação seria o primeiro inadvertido passo para a futura copacabanização da Barra".

No dia 30 de junho, os partidários do "não", munidos de pesquisas de opinião, anunciaram a estratégia de boicote às urnas, idealizada pelo então deputado estadual Milton Temer (PSB). De acordo com o IBOPE, votariam "não" 60% contra 30% do "sim" e 10% de indecisos. Segundo o Instituto Gerp, a diferença era um pouco menor: 47% "não", 32,5% "sim", 8% indecisos e 12,5% indiferentes ao pleito. O grupo que defendeu o boicote tinha três argumentos: o resultado da pesquisa do Gerp, o medo de uma possível fraude, e a constatação

77 Pela Constituinte, ninguém divide mais esta praia. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 9 mar. 1988. Cidade, p. 1.
78 Plebiscito da Barra está marcado. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 13 abr. 1988. Cidade, p. 2.
79 Plebiscito. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 22 abr. 1988. Cidade, p. 3.
80 Prefeito perde no STF. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 23 abr. 1988. Cidade, p. 3.
81 Barra já está livre para votar. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 17 jun. 1988. Cidade, p. 2.
82 Barra vai às urnas dia 3 de julho. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 21 jun. 1988. Cidade, p. 3.
83 Lúcio Costa condena a proposta de emancipação. O Globo. Rio de Janeiro, 1º jul. 1988. p. 10.

de que se ausentar do plebiscito seria uma forma de não legitimar a votação. "Não vamos sujar as mãos participando deste plebiscito", justificou Vera Chevalier[84].

A estratégia deu certo, apenas 6.217 eleitores (12%) dos 47.955 moradores habilitados a votar compareceram às urnas, muito menos da metade de eleitores necessária para validar o plebiscito. O "sim" teve 5.785 votos, 354 votaram "não", 69 nulos e 9 brancos[85]. Após a vitória, Vera anunciou que um grupo de trabalho seria criado para lutar pelo respeito ao Plano Lúcio Costa e disse que "ficou evidente que, pela mobilização popular, até o poderio econômico pode ser derrotado"[86]. A Prefeitura do Rio gastou CZ$ 20 milhões com a campanha e estimava-se que os emancipacionistas tivessem investido CZ$ 500 milhões[87]. Chegou-se a falar em cerca de CZ$ 700 milhões, ou US$ 350 mil[88]. Até 500 jovens foram pagos para panfletar no dia da votação e algumas centenas já haviam sido mobilizados nas semanas anteriores[89], numa prática que se tornaria comum nas eleições do período democrático em todos os grandes partidos. Medina revelou que a campanha do "sim" foi paga pela iniciativa privada, mas, a pedido dos patrocinadores, nunca revelou quem foram os empresários, apesar de não restar dúvidas.

Nos anos seguintes, os empresários da Barra usariam outras estratégias para influenciar as decisões políticas e direcionar os investimento públicos para a região. Apesar da derrota, ficou exposta durante a campanha do "sim" a força do capital imobiliário e até onde a classe empresarial poderia chegar por uma maior autonomia na política urbana. A crítica à administração burocratizada da Prefeitura do Rio, se colocando como opção através de uma gestão eficiente e enxuta, com mais participação da iniciativa privada, refletia o fortalecimento do ideário neoliberal no mundo e antecipava sua aterrizagem definitiva no Brasil nos anos 1990, já demonstrando que o grupo político-empresarial que se consolidava na Barra estava na vanguarda desse processo no Rio de Janeiro. A remoção de favelas e o ordenamento urbano comandados por um jovem subprefeito seria o próximo passo dessa coalizão de poder, mantendo assim os fundamentos da contínua expansão imobiliária.

84 Hoje a Barra diria um sonoro não. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 30 jun. 1988. Cidade, p. 3
85 Moradores decidem: Barra é carioca. O Globo. Rio de Janeiro, 4 jul. 1988. p. 8
86 Vera Chevalier propõe unificação. O Globo. Rio de Janeiro, 7 jul. 1988. Barra, p. 27
87 Prefeitura gastou 20 milhões com plebiscito. O Globo. Rio de Janeiro, 5 jul. 1988. p. 8
88 CZ$ 120 mil por voto a favor da separação. O Globo. Rio de Janeiro, 4 jul. 1988. p. 9
89 Garotada recebe dinheiro para berrar pelo "sim". Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 1º jul. 1988. Cidade, p. 3

Figura 12 - Síntese das motivações do movimento emancipacionista na publicidade da União de Condôminos e Associações de Moradores da Barra.

QUEM TEM MEDO DO MUNICÍPIO DA BARRA.

Um direito conquistado pelo voto.

O caminho para a emancipação da Barra passa pela estrada recentemente reaberta da democracia. Por se tratar de uma via até bem pouco tempo abandonada, a legítima caminhada dos moradores da Barra no rumo da decisão do seu destino, tem esbarrado nos equívocos da desinformação e nas armadilhas de interesses pouco claros.

Desvirtua-se o debate, passando ao largo da questão em causa, para favorecer argumentos pouco sérios e que se constituem, no mínimo, em agressão à nossa tão sofrida democracia e num desrespeito ao discernimento de quem hoje habita aquela região do Rio.

A Barra paga e não recebe.

O IPTU da Barra é um dos mais caros do Rio. Esse imposto de mão-única desconhece o retorno que está na origem de todo imposto. Não é canalizado para aprimorar as estruturas da comunidade que gera a receita e a vê desencaminhar-se nos labirintos do clientelismo.

O arrecadador acaba por transformar imposto em espropriação. Por atacar, sempre com maior voracidade o bolso do contribuinte, para aplacar o apetite insaciável de uma máquina devoradora de recursos.

Dona dos seus próprios impostos, a Barra quer para si o que hoje o município do Rio lhe nega. A iluminação adequada de suas vias públicas, a pavimentação das ruas, a coleta constante do lixo, que hoje se acumula em vários pontos, como um foco permanente de disseminação de doenças e de mal-estar social.

Senhora do seu destino, a Barra estará mais próxima do poder estadual, ampliando a sua capacidade de reivindicar mais recursos, que irão se traduzir em serviços aprimorados, dando cobertura às necessidades de suprimento de água e esgotamento sanitário, bem como ao fornecimento de gás aos mais variados pontos do seu território.

A Barra não divide. Multiplica.

Uma das alegações com que se pretende desvirtuar o encaminhamento da emancipação, é a de que se está querendo desmembrar o Rio.

A emancipação da Barra não divide. Parte de uma discriminação de natureza administrativa, para uma perspectiva real de multiplicação de desenvolvimento.

Com a ampliação das oportunidades de investimento, geração de novos negócios, aproveitamento do enorme potencial de crescimento que a Barra oferece, estaremos criando novas fontes de receita que, somadas aos atuais recursos, irão financiar não só o progresso do novo município, como também o do Estado que a ele se associa, por lei, na divisão do bolo tributário.

Administração Municipal do Rio. Um modelo falido.

A acumulação de erros históricos, colecionados em diversas administrações, e a herança de um modelo administrativo viciado, que vem de raízes remotas da vida nacional, geraram, entre outras coisas, a praga do clientelismo, insaciável devoradora de recursos.

Essa prática pendura, no cabide do empreguismo, a decência nacional. Arquiva, na engrenagem emperrada da burocracia, a capacidade de renovação da nossa economia.

Daí resultam administrações superpovoadas e inevitavelmente improdutivas. Como a do Município do Rio de Janeiro, onde se aglomeram mais de 150 mil funcionários, contra cerca de 25 mil em Paris e menos de 30 mil em Nova York, cidade que soma 12 milhões de habitantes e tem uma população flutuante de 2 milhões de pessoas.

Uma administração sem empreguismo.

O Brasil precisa de administradores. Da consciência de que um município pode e deve ser gerido para dar lucro social.

A Barra quer provar que pode dar conta do seu presente e do seu futuro com uma administração qualificada e pouco numerosa.

Bastam 1.280 funcionários para irrigar de criatividade e competência os canais do poder, com sobra suficiente de recursos para a distribuição de dividendos sociais em mais parques, mais jardins, mais pavimentação, mais assistência social.

Só a Barra pode defender seu projeto urbanístico.

Anos e anos de paternalismo conduziram ao mau hábito de alguns em querer tutelar decisões que não lhes pertencem.

A Barra conquistou, pelo voto, o direito de eleger o seu futuro. Os que ainda duvidam da democracia tentam duvidar também da maturidade do eleitor da Barra, da sua consciência, do seu discernimento.

É um insulto a uma população consciente e amadurecida — que sabe o que melhor lhe convém e possui os meios de defender-se contra tudo aquilo que contrarie os ideais que para si mesma estabeleceu — a alegação de que a municipalização conduz à especulação imobiliária.

Municipalização não muda código de obras. Só a vontade do povo. E pelo voto.

A Barra quer ter direito ao futuro.

Somos, hoje, um país sem exemplos. Pior: um país onde sobram maus exemplos. A Barra quer mudar o rumo do seu caminho porque sabe que pode dar um exemplo nacional de competência política, administrativa e sócio-econômica.

Quem tem medo do município da Barra? Quem discorda do direito de evitar que se erga aqui uma nova Copacabana, ou mais uma área sem voz para evitar as agressões ao seu meio ambiente?

A Barra quer abrir o caminho que leva ao seu melhor futuro. Portanto, quando você ouvir alguém contrário ao projeto de emancipação da Barra, verifique se não se trata de um candidato a prefeito do Rio, que teme ver diminuída a fatia de um bolo, para o qual os moradores da Barra não são convidados.

Chega de estagnação. O Brasil quer mudanças. A Barra quer mudar agora, e não no eterno futuro de um país que já cansou de pertencer ao futuro.

Democracia. Todo cidadão tem o direito de escolher o seu próprio caminho.

UNI BARRA — União de Condôminos e Associações de Moradores da Barra

Fonte: Jornal do Brasil, 28 nov. 1987

2.3.2 As remoções da década de 1990

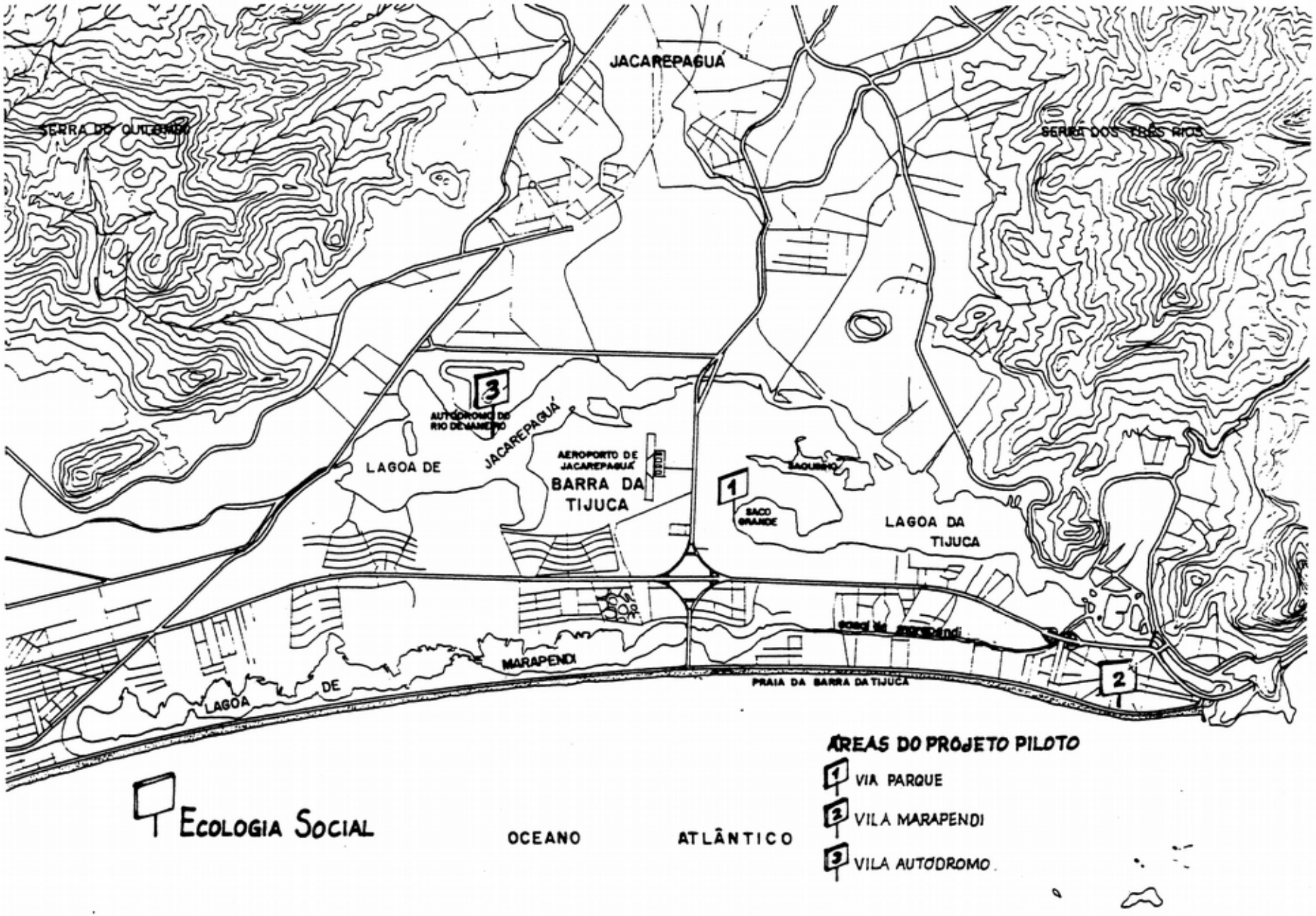
Via Parque, Restinga do Recreio, Favela da Macumba, Favela do Mato Alto, Vale do Sol, Grande Canal, Gilka Machado, além de inúmeros pequenos loteamentos. Essa foi lista de remoções apresentada pelo orgulhoso "xerife" da Barra da Tijuca e Jacarepaguá, como foi apresentado Eduardo Paes, em reportagem de O Globo em abril de 1995[90]. Dois anos antes, aos 23 anos, ele havia sido indicado ao cargo de subprefeito por César Maia, recém-eleito prefeito[91]. Paes, que comandou a "Juventude César Maia" na campanha e tinha acabado de se formar em Direito pela PUC-Rio, administrou a região entre 1993 e 1996, quando saiu para se candidatar a vereador. Seu maior orgulho foi a remoção da Via Parque e ter se tornado um símbolo da legalidade. Mas duas comunidade resistiram a sua passagem pela subprefeitura: Vila Autódromo e Vila Marapendi[92][93], essa última acabaria removida pouco tempo depois.

Durante o seu mandato como subprefeito, Paes esteve à frente do que ele denominou "Caravana da legalidade". "Nossa 'Caravana' é em defesa da lei e da ordem. Vamos limpar a região. Por isso, quem invadir terá sua construção derrubada por tratores", disse nos primeiros meses de administração[94]. Além da remoção de favelas, estava no escopo da "Caravana" o combate a camelôs, a exigência de reforma nas fachadas de lojas, e a derrubada de trailers e biroscas. Paes comandava pessoalmente as ações. Na primeira, de muitas que seriam relatadas nas páginas do jornais durante todo o período como subprefeito, ele chegou às 6h15 do dia 27 de janeiro de 1993, com 25 homens da Comlurb e fiscais de secretarias, para remover dois trailers na Prainha, notificar outros 10, e desalojar 20 famílias de barracos na Praia do Pontal[95]. O subprefeito acreditava que as operações devolviam à Prefeitura o princípio de autoridade junto à população, e se utilizava do espaço dos jornais para reforçar a imagem de fiscal rígido: "Aqueles que baterem o pé dizendo que não vão sair podem se preparar, pois vamos bater mais forte. É a lei do mais chato. E nós somos muito mais".

---

90 As favelas emergentes da Barra. O Globo, Rio de Janeiro, 14 mai. 1995. Rio, p.35.
91 Um 'menudo' na Barra. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 14 dez. 1992. Cidade, p.9.
92 Também chamada de "Favela do Marapendi", "Comunidade de Marapendi" e "Canal do Marapendi" nas reportagens. Neste texto adotaremos "Vila Marapendi".
93 Bandeira contra as invasões. O Globo, Rio de Janeiro, 28 mar. 1996. Barra, p.10.
94 Invasores na mira da Prefeitura. O Globo, Rio de Janeiro, 3 jun. 1993. Barra, p. 8.
95 Trailers são removidos. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 28 jan. 1993. Cidade, p.15.

Figura 13- Localização da Via Parque, Vila Marapendi e Vila Autódromo em mapa da década de 1990.



Fonte: Pereira (1995, p. 39)

Uma longa reportagem de domingo no Jornal do Brasil de 14 de fevereiro de 1993, com a manchete “Barra tem 'indústria' de ocupação de terras”, dava o quadro que justificaria as ações da Prefeitura que estavam por vir e trazia os seguintes números:

> A proliferação das favelas pode ser facilmente percebida na Barra da Tijuca e em Jacarepaguá. Repleta de espaços vazios, a região apresentou um aumento da população favelada nos últimos anos. Na Barra, em 1980, a população favelada era de 4.609 pessoas. Dez anos depois chegava a 15.392 favelados. Em Jacarepaguá, os 57.656 favelados de 1991 não passavam de 21.939 em 1980. As comunidades existentes em Jacarepaguá passaram de 23 para 66, de 1981 a 1993. Na Barra, no mesmo período, elas saltaram de 16 para 36. Em geral, a escolha do local para a ocupação é a pior possível: beira de lagoas, canais, mangues e encostas, onde é proibido desmatar e construir. É o caso de Rio das Pedras, que cresce à beira de um canal.[96]

O texto citava a incapacidade do poder público em lidar com a situação e Eduardo Paes surgia como um jovem político disposto a encarar o problema. Uma das fotos da reportagem mostrava Paes em obra que havia embargado, num clube que não tinha autorização da Prefeitura para ser construído. Dois dias depois, o editorial do Jornal do Brasil intitulado “O outro lado da favela” expôs a visão do jornal sobre os motivos da situação chegar a esse ponto: as invasões – termo utilizado para se referir as vilas e comunidades da região[97] – aconteceriam porque os terrenos da Barra estariam em franca valorização. “Não são os problemas habitacionais que incham as favelas, mas o comércio escuso exercido por grileiros que se especializaram em ocupar terrenos alheios para depois revender a posse com grandes lucros”. As ocupações clandestinas seriam defendidas apenas por políticos demagogos. “O prefeito César Maia age corretamente quando dissocia a questão social do que acontece na Barra, prometendo expulsar dali as famílias que ocupam terrenos indevidamente”. E finaliza: “A *indústria da invasão* é apenas um caso de desrespeito a lei, e, em prol da paz social, como tal deve ser tratada”[98].

No dia seguinte, 50 famílias do Horto Florestal de Jacarepaguá foram removidas em ação comandada por Paes[99]. Uma coluna de Aguinaldo Silva, intitulada “Um basta às invasões”, dava todo apoio ao jovem subprefeito e mostrava a importância de suas atitudes

---

96 Barra tem 'indústria' de ocupação de terras. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 14 fev. 1993. Cidade, p.20.

97 O termo “invasão” continuará sendo utilizado neste texto entre aspas, já que era como os jornais se referiam às ocupações de terra por parte dos sem-teto. Sabe-se da diferenciação que os movimentos sociais fazem da palavra “invasão” para “ocupação”. A primeira seria uma forma de desqualificar uma ação legítima, prevista em lei, que é a ocupação de terras que não cumprem a sua função social.

98 O Outro Lado da Favela. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 16 fev. 1993. p.10.

99 Invasores de horto são despejados. O Globo, Rio de Janeiro, 18 fev. 1993. p. 9.

para sua carreira política:

> O subprefeito da Barra, Eduardo Costa Paes, fez uma promessa esta semana que, se cumprida, define seu futuro na política. Ele disse que não dará trégua aos invasores de terrenos na área que administra. […] Eduardo Paes começou muito bem esta sua campanha contra a favelização da região derrubando os muros irregulares da Via Parque e revelando o que realmente havia dentro deles, não barracos, como apregoavam os seus moradores, mas verdadeiras mansões, algumas até com ancoradouros para lanchas. […] Ao atacar primeiro os invasores de classe média, Eduardo Paes não poderá ser acusado de discriminação quando investir sobre seus próximos alvos já declarados: a Vila Autódromo, situada num terreno ao lado do Autódromo de Jacarepaguá, e a Comunidade do Marapendi, onde vivem supostos sem-teto, mas os terrenos ocupados por grileiros e atravessadores, são depois vendidos por milhões. "Não permitiremos mais invasões", disse Eduardo Paes, "se isso acontecer as pessoas que invadirem serão surpreendidas por tropas de choque, tratores e o que for preciso". Há muito tempo que não se ouvia alguém falar com tanto firmeza sobre o tema. Parabéns ao subprefeito da Barra. Que ele continue assim.[100]

A tese de que a população pobre era apenas testa de ferro de grandes grileiros, ou ainda que muitas das "invasões" promovidas na Barra eram feitas por – expressão de Paes – "picaretagem de pessoas que se beneficiam do problema social", foi muito utilizada para justificar as remoções no período. O subprefeito e a secretária municipal de Desenvolvimento Social, Laura Carneiro, além do administrador regional da Barra da Tijuca, Fernando Almeida, foram homenageados pela Acibarra com poucos meses de governo, em abril de 1993. Cerca de 500 pessoas entre empresários, síndicos de condomínios e moradores do bairro aprovaram o que seria a retirada de invasores de luxo de terrenos da Barra e deram um diploma de honra ao mérito a Paes. No entanto, a única grande remoção que havia acontecido até então era a do Horto Florestal, na qual os "invasores" haviam sido conduzidas à Fazenda Modelo, um abrigo de mendigos localizado em Campo Grande, bairro limítrofe do município. O presidente da Acibarra, Ney Suassuna, disse que pela primeira vez a invasão de terras na Barra não estava sendo tratada com demagogia[101]. Cerca de um mês antes, Laura Carneiro havia sido chamada de "chefa dos grileiros" por Leôncio Ribeiro, liderança da Vila Marapendi, em sabatina na Câmara dos Vereadores. No entanto, ele se referia ao tratamento dado pela Prefeitura aos "grileiros oficiais", como a construtora Carvalho Hosken[102], membro da Acibarra.

A Associação Comercial e Industrial da Barra da Tijuca, que já havia sido muito ativa

100 SILVA, Aguinaldo. Um basta às invasões. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 21 mar. 1993. Cidade, p.22.
101 Barra apoia retirada de invasores de luxo. O Globo, Rio de Janeiro, 7 abr. 1993. Barra, p. 10.
102 Prefeitura removerá mais de 3 mil famílias. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 23 mar. 1993. Cidade, p. 16.

na tentativa de emancipar o bairro em 1988, teve papel central na remoção de favelas da região na década de 1990. Após uma série de ocupações de terrenos promovida pelo movimento sem-teto em diferentes regiões da cidade em 1991, o presidente Ney Suassuna, temendo que o problema assumisse "proporções incontroláveis" e reclamando da falta de garantia ao direito à propriedade, revelou que os empresários estavam dispostos a construir casas para os "invasores". "Pagamos um IPTU monstruoso e não temos nem o direito de defender o nosso terreno. O empresariado se propõe a colocar em execução o chamado Polo Social. Construiremos casas em terrenos públicos ou particulares para aqueles invasores que não têm onde morar", disse[103]. A Acibarra, em convênio firmado com a Prefeitura do Rio, já havia construído, no fim da década de 80, 140 casas de 25 m² em Curicica para reassentar os moradores da Via Parque, mas poucos tinham aceitado se mudar para uma habitação tão pequena. As casas chegaram a ser ocupadas por moradores de outras favelas que perderam tudo com as chuvas em 1990, mas eles acabaram sendo despejados[104]. A Carvalho Hosken executou o projeto que, segundo Suassuna, custou US$ 2 milhões[105]. A construtora era a principal interessada na remoção, já que possuía 3,5 milhões de m² junto à favela, nas áreas conhecidas como Saco Grande – atualmente ocupada por dezenas de edifícios do empreendimento Península[106] – e Saquinho[107], que no Plano Lúcio Costa estariam destinadas à Expo-72 e a casas esparsas. A Via Parque ficava também próxima aos terrenos de Tjong Hiong Oei, dono da ESTA S.A., que chegou a acompanhar pessoalmente a demolição de algumas construções em 1991[108].

Um dos argumentos repetidos para a remoção da Via Parque, além da condição de "invasores" dos moradores, era a poluição da lagoa da Tijuca. Após a remoção, que se completou em setembro de 1994, a Acibarra, através de três de seus membros – ESTA, Barrashopping e Carvalho Hosken – patrocinou a construção do Parque de Educação Ambiental Professor Mello Barreto, ao custo de R$ 1,1 milhão, executada pela Carvalho Hosken Engenharia. O subprefeito Eduardo Paes considerou a entrega da obra uma vitória da

---

103 Empresários prometem fazer casas populares. O Globo, Rio de Janeiro, 24 mar. 1991. Barra, p. 21.
104 PM retira invasores de casas em Jacarepaguá. O Globo, Rio de Janeiro, 24 abr. 1990. p. 10.
105 Cerca de Cr$ 500 milhões em moeda da época.
106 A construção do condomínio Península Green e Parque da Península reuniu as incorporadoras Gafisa, Grupo Multiplan, RJZ, Cyrela, Comasa, Canopus, Cymbal e Via Engenharia (MAMBRINI, 2005, p. 41)
107 Essas terras foram alvo de inúmeras interdições e pendências jurídicas, pois a área, próxima às lagoas, era de construção limitada segundo o Plano Lúcio Costa. O arquiteto chegou a dizer que a autorização para se construir edifícios no local era "aberrante, completamente inaceitável, um disparato completo". Lúcio Costa se indigna. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 6 mai. 1993. Cidade, p. 17.
108 Prefeitura derruba obras irregulares na Barra. O Globo, Rio de Janeiro, 5 set. 1991. p. 10.

sua administração, e afirmou que o parque era o seu xodó. "Neste trabalho juntamos a preocupação ambiental, com o fim da tolerância às ocupações irregulares e a parceria com a iniciativa privada, três de nossas metas"[109]. Mas um dos grandes poluidores da região era justamente o Barrashopping, autuado pela Feema por despejo de esgoto *in natura* na lagoa, que provocou a morte de pelo menos 13 toneladas de peixe em 1988[110]. Outro argumento para a remoção da comunidade era a abertura da Via Parque, que margearia a Lagoa da Tijuca e serviria para desafogar o trânsito da Avenida das Américas[111]. No entanto, uma década depois, a própria Prefeitura admitiu achar o projeto inviável pelo fato das ruas cortarem loteamentos fechados de alto luxo, com terrenos de elevado valor imobiliário e moradores influentes na política (MAMBRINI, 2005, p. 68)[112]. Em 2013, áreas dentro da faixa marginal de proteção da lagoa continuavam ocupadas por condomínios de casas e clubes localizados entre a Lagoa da Tijuca e a Avenida das Américas.

Figura 14- Sede da Associação de Moradores da Via Parque, removida em 1994.

Fonte: Pereira (1995, p. 186)

109 Área de favela dá lugar a novo parque. O Globo, Rio de Janeiro, 25 jan. 1996. Barra, p. 3.

110 Peixes morrem aos milhares na Barra – Feema autua Barrashopping por despejo de esgoto sem tratamento na lagoa de Marapendi. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 3 mai. 1988. Cidade, p. 2.

111 Prefeito derruba à noite casas da Via Parque. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1º set. 1994. Cidade, p. 18.

112 A via tem sido feita em partes, com alguns desvios. Em 2013 se completou o trecho que corre junto à lagoa com acesso pela Avenida das Américas 3426.

Os conflitos fundiários e as remoções que aconteceram na década de 1990 são cercadas de denúncias de violações de direitos humanos e mortes. Em 1993, a Organização das Nações Unidas (ONU) abriu um inquérito para apurar 36 assassinatos ocorridas desde junho de 1991 de lideranças de comunidades carentes instaladas em terrenos ocupados, a maioria na Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes e Jacarepaguá. A resolução da ONU[113] foi tomada a partir de um dossiê enviado em 1992 pela advogada e perita ambiental da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Sônia Regina de Brito Pereira[114]. Teresinha Martins, uma das lideranças da Vila Autódromo e também ameaçada, participou da 50ª reunião da Comissão de Direitos Humanos da ONU em fevereiro de 1994, em Genebra. No mesmo ano, a SOS-Tortura – na época maior rede internacional de militantes contra a tortura – enviou mais de mil cartas a representantes de governo e organizações de direitos humanos em todo o mundo denunciando as mortes e pedindo que as entidades pressionassem o governo brasileiro para parar as remoções na Barra da Tijuca[115].

A tentativa de fazer com que as denúncias alcançassem uma relevância internacional aconteceram principalmente depois do assassinato de José Alves de Souza, mais conhecido como Tenório, presidente da Associação de Moradores da Vila Autódromo. Em março de 1993, ele foi executado com dois tiros no rosto por quatro homens. Tenório era uma das principais lideranças contra as remoções na região e a polícia suspeitava que a sua morte teria sido encomendada[116]. O presidente da Federação de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (Faferj), Pedro Mendonça, acusou o subprefeito Eduardo Paes de ter relação com o crime, o que foi ratificado pelo deputado estadual Luiz Carlos Machado (PDT) no plenário da ALERJ: "Há cerca de duas semanas ele (Tenório) teve forte discussão com o Subprefeito da Barra, senhor Eduardo Paes, o que se deu novamente por ocasião da invasão da Via Parque"[117]. Machado se referia ao confronto entre policiais e moradores na tentativa de remover algumas casas na Via Parque, uma semana antes do assassinato[118], quando Paes coordenou a derrubada de muros de casas e acabou elogiado pelos jornais. O subprefeito negou as acusações que o apontavam como um dos mandantes do crime. "São pessoas que, ingenuamente, agem em favor de grileiros profissionais. Tudo isso não tem o menor fundamento, é a forma de fazer

113 O inquérito da Comissão de Direitos Humanos é o G/SO 215/1-Brazil.
114 ONU apura crimes na Zona Oeste. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 2 abr. 1993. Cidade, p. 18.
115 Grupo denuncia assassinato de invasores na Barra da Tijuca. O Globo, Rio de Janeiro, 26 mar. 1994. Rio, p. 14.
116 Assassinado líder de favela em Jacarepaguá. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 24 mar. 1993. Cidade, p. 15.
117 Cópia do documento ALERJ ORDEM DO DIA, do dia 24 mar. 1993, disponibilizada pelos moradores da Vila Autódromo.
118 Invasores enfrentam PMs em Via Parque. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 16 mar. 1993. Cidade, p. 16.

demagogia a que eles estão acostumados". Ele disse também que lamentava pela família de Tenório e que torcia para que descobrissem logo os assassinos. O então prefeito Cesar Maia pediu às autoridades que comunicassem o resultado das investigações à prefeitura e aproveitou a oportunidade para reforçar a tese da "indústria de invasões", na linha de Paes: "O Rio está se transformando num centro de desordem, onde uma indústria de invasões demagógicas usa os pobres"[119].

Após o assassinato de Tenório, lideranças comunitárias se encontraram com o secretário de Polícia Civil, Nilo Batista, e com o governador do Estado, Leonel Brizola, para denunciar a falta de segurança na área. O encontro expôs ainda mais um claro desentendimento entra a Prefeitura e o governo do Estado sobre a política em relação às favelas. Maia chegou a anunciar que pretendia armar a Guarda Municipal para efetivar as desapropriações, estando assim pronto para qualquer negativa de apoio do Governo do Estado. No caso da Via Parque, a secretaria estadual de Urbanismo, Habitação e Assentamentos Humanos tinha sido informada pela polícia e avisado aos moradores sobre a desocupação. "Se o governo estadual patrocina a ilegalidade, terá que enfrentar o município. O Rio não será mais patrocinado pela desordem", disse Maia. O secretario de Urbanismo, Fernando Lopes, respondeu: "A retirada de invasores não pode ser operação secreta de guerra contra o inimigo. O fato de a polícia nos avisar nos permite tentar diálogo entre as partes. […] Ao contrário do prefeito, o estado trata a questão da moradia como uma questão social e não como caso de polícia"[120].

Após a morte de Tenório, Brizola garantiu às lideranças comunitárias que daria segurança aos moradores em caso de remoção arbitrária e violenta por parte da prefeitura, e destacou que só seriam permitidas desapropriações com mandados judiciais. Ele disse ainda que procuraria César Maia para encontrar uma solução pacífica para o impasse[121], a pedido das lideranças comunitárias, que queriam que o Governo do Estado intermediasse o diálogo entre comunidades e Prefeitura. Os moradores relataram ainda estarem recebendo ameaças de morte e denunciaram 35 assassinados na região em 10 anos[122]. Paes também estaria sendo ameaçado e resolveu contratar dois seguranças depois de conversar com o prefeito César

119 Assassinado líder de favela em Jacarepaguá. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 24 mar. 1993. Cidade, p. 15.
120 Invasores enfrentam PMs em Via Parque. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 16 mar. 1993. Cidade, p. 16.
121 "A última coisa que quero é brigar com o prefeito. É altamente prejudicial ao interesse público. Mas, se ele continuar perseguindo os pobres, não teremos outra opção", disse o governador Leonel Brizola. (BRIZOLA..., 1993).
122 Brizola garante segurança da PM em conflito de terra. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 25 mar. 1993. Cidade, p. 16.

Maia[123]: "Sempre que se vai em defesa da lei, mexemos com interesse dos fora da lei. Fazer valer a lei e autoridade, como é a proposta do prefeito César Maia, implica em riscos".

Como pode ser visto, a imposição de uma dita legalidade era central para justificar a política de remoção de favelas da Barra da Tijuca. A retórica de Paes e Maia resgatava de forma difusa e indireta o imbróglio jurídico e as ilegalidades que marcaram a aquisição de terras pelos grandes proprietários da Barra no processo de ocupação daquela área, para assim anunciar sua cruzada contra a "indústria das invasões". A Prefeitura estaria combatendo essa ilegalidade histórica, já que os mais pobres seriam apenas massa de manobra de grandes interesses. Ou seja, apesar de os representantes dos maiores proprietários de terra da Barra da Tijuca – acusados de grilagem de terra devoluta – estarem explicitamente patrocinando a remoção de "invasores" através da Acibarra, o discurso da Prefeitura era justamente o de combate aos grandes grileiros.

A contradição aparente não tinha destaque nos dois principais jornais da cidade – O Globo e Jornal do Brasil. O apoio da imprensa à política de ordem fez com que a opinião pública respaldasse as remoções, que entravam no bojo das ações de combate às ilegalidades – camelôs, comércio informal, construções irregulares, etc. As reportagens não citavam o fato de grande parte das favelas da Barra terem surgido junto com o desenvolvimento do bairro e da ligação de muitas comunidades com a construção de grandes empreendimentos comerciais e imobiliários na região. Não seria difícil imaginar que a falta de moradia e de uma política de habitação para os trabalhadores que ergueram a cidade formal na Barra da Tijuca fizessem com que eles auto-construíssem suas casas próximas aos locais de trabalho. No início da década de 1990, a Barra vivia mais um momento de crescimento imobiliário[124], período em que as remoções se intensificaram.

O então subprefeito Eduardo Paes e o prefeito César Maia colheram frutos políticos de suas ações. Maia conseguiu eleger Luiz Paulo Conde, que era seu secretário de Urbanismo, prefeito em 1996. Já Paes foi o vereador mais votado da cidade naquelas eleições, com 82.418 votos. O subprefeito ficou muito conhecido por sua "Caravana da legalidade", que garantia presença quase que semanal nos jornais, muitas vezes com foto, além de contar com o apoio do empresariado da Barra da Tijuca. Luiz Antonio Guaraná, que fazia parte da equipe de Paes, assumiu a subprefeitura da Barra prometendo manter a política do seu antecessor. Nas

123 Subprefeito da Barra é ameaçado. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 6 abr. 1993. Cidade, p. 19.

124 Lançamentos imobiliários em junho de 1993 cresceram 4.350% sobre o mesmo mês de 1992 (BARRA..., 27 JUN. 1993). Barra vive uma nova febre de construções. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 27 jun. 1993. Negócios & Finanças, p. 28.

eleições seguintes, Maia romperia com Conde, que recebeu doação de R$ 250 mil da Carvalho Hosken em meio à polêmica da aprovação do empreendimento Península. A OAS, que havia construído a Linha Amarela, a maior obra da Prefeitura nos últimos oito anos e um dos principais acessos à Barra, doou R$ 400 mil a cada candidato[125]. A estreita relação entre investimentos públicos em infraestrutura, alterações na legislação urbanística e valorização fundiária explica a influência cada vez maior do setor imobiliário e de construção civil nas eleições municipais, o que se mostraria decisivo para o desenvolvimento urbano da Barra da Tijuca nas décadas seguintes.

Figura 15- O jovem subprefeito da Barra, Eduardo Paes, em sua cruzada contra os "invasores" da Barra da Tijuca.

8 • Barra — O GLOBO — Quinta-feira, 3 de junho de 1993

Invasores na mira da Prefeitura

Os invasores e grileiros de plantão devem pensar muito antes de iniciar qualquer tipo de ocupação da área pública e de terrenos da Prefeitura, seja para moradia ou comércio. O subprefeito da Barra e Jacarepaguá, Eduardo Paes, avisa que as ações nesse sentido continuarão sendo combatidas com operações envolvendo vários órgãos municipais e, sempre que possível, o 18º Batalhão, na já conhecida "Caravana da legalidade". Ele alerta que as novas ocupações irregulares não estão sendo mais toleradas.

— Continuaremos fazendo de três a quatro operações por semana. Nossa "Caravana" é em defesa da lei e da ordem. Vamos limpar a região. Por isso, quem invadir terá sua construção derrubada por tratores — diz Eduardo.

Os casos anteriores à atual administração municipal estão, segundo o subprefeito, recebendo tratamento diferenciado, conforme a realidade social de cada um. Nas comunidades carentes, Eduardo Paes garante que a Prefeitura fará a urbanização da área. Em casos envolvendo invasores profissionais, que ele classifica como "picaretas", a subprefeitura continuará utilizando meios legais para desocupar os terrenos, a exemplo das construções na Via Parque, às margens da Lagoa da Tijuca, na Vila do Autódromo e na Comunidade de Marapendi.

Eduardo Paes também quer disciplinar a ocupação dos camelôs nos centros comerciais de Jacarepaguá, a começar pelo Largo da Taquara, que abriga um grande número de vendedores ambulantes, e ao mesmo tempo exigir dos comerciantes reformas nas fachadas das lojas, como foi feito no Largo da Freguesia. As duas medidas fazem parte de um plano de revitalização dessas áreas. O subprefeito disse ainda que as operações para derrubada de trailers e biroscas instalados em áreas públicas vão continuar no mesmo ritmo:

— No caso dos trailers que vendem comidas, além de ocuparem o espaço público, são uma ameaça à saúde da população.

O subprefeito acredita que as operações contra as ocupações irregulares estão devolvendo à Prefeitura o princípio da autoridade junto à população e manda um recado para os que estão fora da lei e pretendem desafiar a Prefeitura:

— Aqueles que baterem o pé dizendo que não vão sair podem se preparar, pois vamos bater mais forte. É a lei do mais chato. E nós somos muito mais.

Paes: "Quem invadir terá a construção derrubada por tratores"

Em Via Park, invasora enfrenta a PM para impedir derrubadas

Fonte: O Globo Barra, 3 jun. 1993

125 OAS, a maior colaboradora. O Globo, Rio de Janeiro, 3 dez. 2000. O País, p. 3.

Figura 16- Reportagem sobre o assassinato de Tenório, presidente da Associação de Moradores da Vila Autódromo.

JORNAL DO BRASIL — CIDADE — quarta-feira, 24/3/93 • 15

Assassinado líder de favela em Jacarepaguá

■ 'Tenório', que lutava contra a remoção de famílias, levou dois tiros no rosto e polícia suspeita que crime foi encomendado

O presidente da Associação de Moradores de Vila Autódromo, José Alves de Souza, o *Tenório*, 52 anos, foi executado com dois tiros no rosto por quatro homens na noite de segunda-feira, quando se preparava para fechar seu bar, na Via 9, número 95, em Jacarepaguá. Ele liderava um movimento que tentava impedir que dezenas de famílias de favelas da região fossem despejadas pela prefeitura. A polícia suspeita que a morte de *Tenório* tenha sido encomendada.

Segundo uma testemunha do crime — cuja identidade é mantida em sigilo pela polícia — os assassinos se passaram por consumidores: antes de fazer os disparos, pediram bebidas e conversaram rapidamente com *Tenório*. Os bandidos roubaram um toca-fitas e dinheiro do caixa. Os policiais da 32ª DP (Jacarepaguá) registraram o crime como roubo seguido de morte.

A testemunha contou que foi imobilizada pelos assassinos.

Após verificar que o presidente da Associação de Moradores de Vila Autódromo estava morto, eles a libertaram. Segundo o inspetor Fernando Martins, que participa das investigações, a ação dos assassinos foi primária. "Com a ajuda dessa testemunha e de outros moradores da região, certamente chegaremos aos assassinos", garantiu ele.

O presidente da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (Faferj), Pedro Mendonça, acusou o subprefeito da Barra da Tijuca, Eduardo Paes, de ser responsável pelo crime. "Eduardo Paes tinha uma desavença com o companheiro morto e o ameaçava de morte", revelou. Segundo ele, a ameaça teria sido feita na última segunda-feira, durante reunião na Câmara Municipal para a discussão da retirada das famílias dos terrenos invadidos. Participaram do encontro presidentes de associações de moradores, vereadores e Paes.

Moradores vão a Nilo

Representantes dos moradores da Favela Vila Autódromo se reuniram no início da tarde de ontem com o diretor geral de polícia da capital, delegado Paulo Emílio, o presidente da Faferj, Pedro Mendonça, o chefe de gabinete da Secretaria de Polícia Civil, João Carlos Castellar, o delegado Luiz Mariano Gonçalves, do Grupo Tático Operacional de Repressão a Homicídios, e vereadores. Eles foram pedir ao vice-governador e secretário de Polícia Civil, Nilo Batista, atenção para o problema de terras em Jacarepaguá e denunciaram a falta de segurança na área.

Segundo os representantes dos moradores, *Tenório* teve discussões violentas nos últimos tempos com o subprefeito da Barra da Tijuca, Eduardo Paes, que não queria a comunidade assentada nos arredores do Autódromo Nelson Piquet. O presidente da Faferj atribuiu o assassinato a grileiros da região. Na reunião, surgiu a denúncia de que outros cinco líderes comunitários estão ameaçados de morte: Pedro Mendonça, Terezinha de Jesus Costa Martins, que substituirá *Tenório*, José Nerson, presidente da Federação Municipal de Favelas, Leônico, líder comunitário de Maripendi, e Eliana, presidente da associação de moradores da Via Parque. O delegado Paulo Emílio prometeu policiamento ostensivo na área e prioridade nas investigações.

Subprefeito é acusado

O corpo do presidente da Associação de Moradores da Vila Autódromo, José Alves de Souza, o *Tenório*, foi enterrado no final da tarde de ontem, no Cemitério do Pechincha, em Jacarepaguá. Os protestos de presidentes de federações de associações de moradores, que apontaram alguns culpados pelo assassinato. Rezaram, as cerca de 100 pessoas que compareceram ao enterro não fizeram acusações. Sem convicção, o filho de *Tenório*, Jorge Perpétuo de Souza, disse acreditar que o assassinato tenha sido praticado por assaltantes. Mas os policiais que investigam o caso acreditam em um crime encomendado. "Tem uma pessoa que foi pesquisada pelos assassinos e pode nos levar até eles", afirmou um dos detetives.

O presidente da Federação Municipal de Favelas do Rio de Janeiro (Femaferj), José Nerson de Oliveira, o Zezinho, acusou o subprefeito da Barra, Eduardo Paes, de ter ameaçado *Tenório* e ser o mandante do crime. "No dia da ameaça, Eduardo Paes se sentiu ameaçado por Tenório e disse que ele ter cuidado, porque poderia acontecer exatamente o contrário", garantiu, acrescentando que o prefeito César Maia e a secretária de Desenvolvimento Social, Lauro Carneiro, estão travando uma "guerra civil" com as comunidades. O vereador Pedro Porfírio (PDT) também criticou os dois, dizendo que estão atendendo aos interesses dos especuladores imobiliários. "Eles são os culpados por essa morte", disse.

O presidente da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (Faferj), Pedro Mendonça, afirmou não ter dúvidas de que a morte de *Tenório* foi encomendada. "Ele era um líder que estava organizando movimentos de diversas associações e sabia questionar. Agora, as comunidades do Recreio, Barra e Jacarepaguá não podem mais dormir em paz, porque às 4h da manhã a prefeitura aparece para despejá-los", observou.

Em manifesto impresso em papel timbrado, a Faferj afirma que "segundo a comunidade, ficam claramente identificados como grileiros da Barra, Jacarepaguá e Recreio os principais responsáveis pelo assassinato". Hoje, lideranças comunitárias se encontrarão com o governador Leonel Brizola, às 16h, no Palácio Guanabara. As federações estão organizando passeata, dia 1º, contra a política habitacional do município.

Paes nega acusações

O subprefeito da Barra, Eduardo Paes, considerou "ridículas" as acusações dos presidentes de federações de associações de favelas, que o apontam como um dos mandantes do assassinato de *Tenório*. "São pessoas que, inegavelmente, agem em favor de grileiros profissionais. Tudo isso não tem o menor fundamento, e a forma de fazer demagogia a que eles estão acostumados", avaliou.

Eduardo disse ter ficado "surpreso e triste" com as acusações e admitiu que poderá entrar na Justiça para exigir que "eles provem o que estão dizendo". Ele lembrou que, no ano passado, muito antes de assumir a subprefeitura, houve cinco assassinatos em Via Parque. "Isso prova que existe uma máfia muito forte por trás das invasões. A especulação é muito grande e o cidadão que toma a frente de lideranças comunitárias geralmente fica sujeito a esse tipo de acontecimentos". O subprefeito da Barra disse que lamentava pela família de *Tenório*, porque o nome do presidente da associação de moradores estava sendo usado por "esses senhores para fazer demagogia". "Torço para que descubram logo os assassinos", concluiu.

O prefeito César Maia disse ontem que estava "chocado" com o assassinato do presidente da Associação de Vila Autódromo. O prefeito informou que telefonou para o delegado Elson Campelo, diretor do Departamento Geral de Polícia Especializada, e pediu que ele se encarregue pessoalmente da investigação e comunique os resultados à Prefeitura. "O Rio está se transformando num centro de desordem, onde uma indústria de invasões demagógicas usam pobres", disse César Maia.

A liminar que interditara apenas o fosso onde os 2 rapazes caíram foi ampliada para todo o ginásio

Juiz interdita Maracanãzinho com ameaça de novo acidente

O juiz da 6ª Vara de Fazenda Pública, André Gustavo Corrêa de Andrade, determinou ontem que o Maracanãzinho seja interditado até que comprove, em juízo, que o ginásio apresenta segurança. A decisão amplia a liminar que interditava apenas o fosso onde morreram dois jovens no último dia 13, durante show do Midnight Oil. "Não expliquei os pontos que devem ser melhorados porque considero que são de conhecimento público", disse André Corrêa de Andrade.

A administração do ginásio receberá a ordem de interdição na manhã de hoje porque ontem, quando saiu a decisão — no início da noite —, não havia mais oficiais de Justiça no Forum. "A interdição é necessária diante da ameaça de novos acidentes", explicou o juiz, informando que a decisão impede a realização de qualquer evento.

Ontem, peritos do Instituto de Criminalística Carlos Éboli encontraram irregularidades nas instalações elétricas do Maracanãzinho. Coordenados pelo engenheiro Luis Carlos Lara Moritz, os técnicos, porém, não quiseram especificar quais as falhas identificadas. Segundo o perito Sérgio Leite, elas serão divulgadas na próxima semana.

Fernando Antônio Raja Gabaglia e Marcelo da Silva Lopes, ambos de 19 anos, morreram eletrocutados quando caíram no fosso de acesso aos vestiários do ginásio, inundado pelas chuvas. Cinco dias após, o administrador do Maracanãzinho, Pedro D'Ippólito, foi detido pela juíza da 24ª Vara Criminal, Maria Helena Salcedo e, na sexta-feira, o governador Leonel Brizola exonerou o administrador.

Valença tem o pior surto de hepatite A

O município de Valença, a 170 quilômetros do Rio, enfrenta o maior surto de hepatite dos últimos cinco anos. Desde o início do ano, 374 pessoas já foram contaminadas. O rápido aumento dos casos atingiu seu ponto máximo este mês, quando foram constatados 230 portadores da doença, cinco vezes mais do que no mesmo período de 92. O mais grave é que a Secretaria Municipal de Saúde estima que o número de casos seja 30% superior ao registrado até agora porque muitos fogem ao controle oficial.

O risco de epidemia instalou uma crise política no município (c. 80 mil habitantes) e o prefeito Alvaro Cabral (PDT) enfrenta a pressão da oposição que exige a interdição dos poços, minas e escolas e a decretação de estado de calamidade pública.

A Secretaria Municipal de Saúde acredita que o surto seja de hepatite A, cujos sintomas são pele amarela, urina escura e fezes claras. Uma das hipóteses para a maior incidência da doença é o rompimento numa adutora de captação de água, em fevereiro, que deixou o município sem água por três dias. A prefeitura suspeita que os moradores tenham recorrido à água de minas e poços que há dois anos já tinham sido interditados por alto índice de contaminação.

O aspecto turvo da água fornecida pela Prefeitura de Valença desestimula o consumo. O sanitarista Mauro Gomes, da divisão de saúde coletiva da Secretaria Municipal de Saúde, explica que a água tratada do município tem bom nível de cloração, mas é amarelada por causa do processo de decantação.

Você assina HIPPUS e ganha 3 especiais de levantar a poeira

Nunca uma assinatura levantou tanta poeira como agora; você assina HIPPUS e recebe três edições especiais extras, com a categoria de uma revista de raça. Confira:

LANÇAMENTO OUTUBRO — HIPPUS APRESENTA TREINAMENTO

Treinamento: um guia prático sobre como treinar e condicionar cavalos em todas as atividades equestres praticadas no Brasil.

LANÇAMENTO JULHO — GUIA HIPPUS GARANHÕES

Guia de Garanhões: em sua 5ª versão ele traz os 15 melhores reprodutores de cada uma das principais raças criadas no Brasil e ainda um guia completo sobre reprodução equina.

LANÇAMENTO FEVEREIRO — HIPPUS APRESENTA VETERINÁRIA & MANEJO

Veterinária e Manejo: quais as principais doenças que afetam os eqüinos? A palavra de especialistas, além de dicas sobre primeiros socorros e farmácia básica. No capítulo sobre **Manejo**, dicas sobre a infra-estrutura do haras, desde pastagens à preparação de animais para exposições, leilões etc.

assine HIPPUS, seu melhor produto

Ligue já

0800-11-7377 CÓDIGO 312

Ligação Grátis de qualquer lugar do Brasil
De 2ª à 6ª das 8:00 às 20:00h

Você receberá os Especiais em casa na data do lançamento em banca

(Obs: Se você não cria, não tem, não gosta ou não trabalha com cavalos, não precisa assinar)

Fonte: Jornal do Brasil, 24 mar. 1993

***

Como foi visto neste capítulo, a concentração fundiária que hoje caracteriza a Barra da Tijuca se forja no início do século XX, com denúncias de grilagem de terra devoluta, a partir de uma estrutura colonial de ocupação. No fim da década de 1960, com a saturação do mercado na Zona Sul da cidade e a necessidade da abertura de novas frentes para o mercado imobiliário, o Estado intervém no sentido de criar um plano de ocupação da área e de investir em infraestrutura de acesso e urbanização. No mesmo período, a Exposição Internacional de 1972 surge como um evento capaz de acelerar o processo de desenvolvimento da região, atraindo investimentos e turistas e projetando uma imagem positiva do Brasil para o exterior. Mas o evento acabou sendo cancelado quando se conclui que os benefícios não compensariam o investimento feito pelo país. Como será visto no capítulo 4, muitos dos argumentos utilizados na época são recuperados na preparação da cidade para as Olimpíadas de 2016, assim como as justificativas para se investir maciçamente em infraestrutura na Barra da Tijuca.

Apesar de não ter recebido um grande evento internacional na década de 1970, sucessivos governos investiram na Barra da Tijuca e, no fim da década de 1980, a região se configura como um espaço do capital, onde o setor imobiliário pode superar alguns dos limites encontrados em outras áreas da cidade. É nesse momento que a elite empresarial do bairro busca a emancipação em relação ao Rio de Janeiro. A crítica à administração burocratizada da Prefeitura do Rio, colocando como opção uma gestão com mais participação da iniciativa privada, já indicava o fortalecimento do ideário neoliberal que chegaria definitivamente ao Rio de Janeiro nos anos 1990, no primeiro mandato de César Maia (1993-1996) e a adoção do planejamento estratégico. Na subprefeitura da Barra da Tijuca, o jovem Eduardo Paes assume uma violenta política de imposição de uma dita legalidade e promove remoções de comunidades em parceria – e com o patrocínio – de empresários e grandes proprietários de terra da Barra, os mesmos que são acusados de compra de terras griladas no imbróglio fundiário da região. Empresas do setor de construção civil e imobiliário se tornariam, desde então, cada vez mais influentes nas eleições municipais do Rio de Janeiro.

3 PRINCÍPIOS DA CIDADE NEOLIBERAL

O capítulo 3 tem como objetivo entender o que caracterizaria um projeto de cidade neoliberal, tendo como premissa que mecanismos de neoliberalização interagem de maneira distinta em diferentes arranjos institucionais e estruturas de poder em cada território. Para isso, o capítulo está dividido em três partes. Na primeira, busca-se examinar o sentido de neoliberalização, planejamento estratégico e empresariamento urbano, noções que estruturam o capítulo. Na parte seguinte, faz-se uma análise do neoliberalismo no Brasil, periferia do capitalismo. Nesse contexto, a partir do Rio de Janeiro, a parte final pretende avaliar em que medida a cidade estaria passando por um ajuste de princípios neoliberais legitimado pela retórica dos megaeventos esportivos.

3.1 Neoliberalização, planejamento estratégico e empresariamento urbano

> "Até que ponto é possível insistir na estratégia das elites urbanas brasileiras de produzir um cenário de modernidade ou, agora, pós-modernidade, em uma ilha cercada pela não cidade?". Ermínia Maricato (1997).

Entre as décadas de 70 e 80, surgiu uma nova diretriz no pensamento político-econômico que ficou conhecida como "neoliberalismo". Assim David Harvey (2005, p. 12) o definiu:

> O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio.

O neoliberalismo substituiu os ideais que se consolidaram nas três décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, principalmente nos países capitalistas avançados, de que o Estado deveria se concentrar no pleno emprego, no crescimento econômico e no bem-estar de seus cidadãos. Políticas fiscais e monetárias caracterizadas como keynesianas[1] tinham o

1 Para o economista britânico John Maynard Keynes (1883 - 1946) a instabilidade é estrutural e permanente na economia capitalista, é inerente a sua forma de organização, e isso deve ser reconhecido para que se possa atenuar seus efeitos na sociedade. As ideias de Keynes de um maior papel do Estado nos gastos, controle e regulação da moeda ("político sobre o econômico") ocuparam o espaço hegemônico sobre o pensamento

papel de garantir esses objetivos. O planejamento era liderado pelo Estado, que usualmente possuía a posse de setores-chave da economia através de empresas estatais. A combinação trouxe taxas de crescimento relativamente elevadas por um período determinado e o Estado se tornou um campo de força que internalizou relações de classe entre capital e trabalho (HARVEY, 2005, p. 21). No fim dos anos 60, no entanto, o desemprego e a inflação se ampliaram enquanto as receitas caíram e os gastos sociais dispararam. Houve uma decrescente rentabilidade na indústria e iniciou-se uma reestruturação do setor produtivo, com a terceirização e a globalização a partir dos anos 1980.

A neoliberalização veio como resposta através de um projeto político de restabelecimento das condições de acumulação do capital e da restauração do poder das elites econômicas, como mostra Harvey (2005, p. 27) por meio de dados da crescente evolução da parcela da renda nacional em posse da elite mundial, rompendo portanto com o "compromisso de classe" entre o capital e o trabalho que garantiu a paz e a tranquilidade domésticas – enquanto a economia crescia – do período anterior. Os preceitos neoliberais foram sistematizados em 1989, com a articulação do Consenso de Washington[2], com suas 10 regras de ajuste macroeconômico para os países em desenvolvimento: (1) disciplina fiscal; (2) redução dos gastos públicos; (3) reforma tributária; (4) juros de mercado; (5) câmbio de mercado; (6) abertura comercial; (7) investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições; (8) privatização das estatais; (9) desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas); e (10) direito à propriedade intelectual.

É importante destacar que o projeto de neoliberalização atinge de forma desigual diferentes territórios, ou seja, a forma como o receituário desembarcou em cada país merece uma análise detalhada caso a caso, como alerta Harvey (2005, p. 23).

> O desenvolvimento geográfico desigual do neoliberalismo, sua aplicação frequentemente parcial e assimétrica de Estado para Estado e de formação social para formação social atestam o caráter não-elaborado das soluções neoliberais e as complexas maneiras pelas quais forças políticas, tradições históricas e arranjos institucionais existentes moldaram em conjunto por que e como o processo de neoliberalização de fato ocorreu.

---

econômico nos "30 anos gloriosos" do pós-guerra, e são a base do Estado de bem-estar social.

2 Consenso de Washington é um conjunto de medidas formulado por economistas de instituições financeiras situadas em Washington D.C., como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, que se tornou a política oficial do Fundo Monetário Internacional em 1990, quando passou a ser "receitado" para promover o "ajustamento macroeconômico" dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades.

A neoliberalização vem sendo desde então o motor das transformações urbanas nas grandes cidades capitalistas, que assumiram um novo papel no período. Em razão da crescente importância e autonomia das cidades, chegou-se a cogitar a criação da Organização das Cidades Unidas (OCU) na Segunda Conferência das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos da ONU, em Istambul, 1996. Segundo Maricato (2001, p. 57), as propostas dos planos estratégicos para as cidades combinaram-se perfeitamente com o ideário neoliberal que orientou o "ajuste" das políticas econômicas por meio do Consenso de Washington, adequando cidades e países aos novos tempos de reestruturação urbana. O Consenso de Washington e o plano estratégico, portanto, se complementariam: um em nível nacional e outro em nível local.

Ao analisar os impactos ocorridos nas instituições urbanas e nos ambientes urbanos construídos nas cidades americanas desde a década de 1970, quando então as ideias neoliberais começavam a ter influência na política, Harvey (1996) identificou a passagem do administrativismo para o que ele chamou de empreendedorismo da gestão urbana[3]. O artigo se tornou um clássico, já que o geógrafo apontava uma tendência que se consolidaria nas décadas seguintes em outras cidades do mundo até chegar à periferia do capitalismo, empacotada pelos planos estratégicos.

Harvey (1996, p. 52) chama a atenção para o fato de que a base do empreendedorismo está na formação de coalizões políticas e de alianças de classe. Isto é, a gestão empreendedorista deve ser vista além da administração urbana, que muitas vezes desempenha apenas o papel de agilizar e coordenar a agenda comum dessa coalização. Um líder (um prefeito carismático ou um empresário) pode ter papel fundamental na delicada tarefa de formar essas alianças e coalizões, personificando os objetivos do grupo, apesar de não explicitar publicamente os interesses que representa. Por isso, ao se analisar o empreendedorismo da gestão urbana, é fundamental identificar, além do que está expresso pelas lideranças do projeto, os atores públicos e privados mobilizados em colaboração para intervir no espaço.

A partir do caso de Baltimore, Harvey (1996, p. 52, 53) faz três afirmações gerais. A primeira é que o empreendedorismo tem como característica central a "parceria público-

3 O artigo original em inglês foi publicado em Geografiska Annaler, edição de 1989. A primeira tradução para o português foi publicada pela revista Espaço & Debates nº 39 – 1996, e utilizava os termos "gerenciamento" e "empresariamento". O mesmo texto foi publicado em nova tradução no livro "A Produção Capitalista do Espaço", de David Harvey, lançado em 2001 e traduzido em março de 2005. Nele, utiliza-se os termos "administrativismo" e "empreendedorismo" para identificar a mudança na gestão urbana. Vamos seguir neste texto a tradução dos termos de "A Produção Capitalista do Espaço".

privada", com o poder público agindo no sentido de atrair fontes externas de financiamento, investimento direto, ou fontes geradoras de emprego. Em segundo lugar, ele aponta que a atividade dessa parceria público-privada é empreendedorista porque tem uma execução e uma concepção especulativas, com o risco, em geral, sendo assumido pelo setor público. E, finalmente, que o empreendedorismo tem como foco mais a economia política do local que do território, gerando empreendimentos pontuais com menor visão do todo. Assim, Harvey (2005, p. 174) define o empreendedorismo urbano:

> Normalmente, o novo empreendedorismo urbano se apoia na parceria público-privada, enfocando o investimento e o desenvolvimento econômico, por meio da construção especulativa do lugar em vez da melhoria das condições num território específico, enquanto seu objetivo econômico imediato (ainda que não exclusivo).

Harvey (1996, p. 54, 55, 56), então, apresenta quatro opções básicas para o empreendedorismo urbano. A primeira diz respeito à competição no quadro da divisão internacional do trabalho explorando vantagens específicas – intrínsecas do local ou criadas – na produção de bens e serviços. A segunda é a tentativa de uma região urbana de aumentar sua competitividade a partir da divisão espacial do consumo. Nesse sentido, os investimentos se concentram nos atrativos de consumo (como estádios esportivos, centros de convenção, shopping centers, marinas, etc.), adotando estilos pós-modernistas de arquitetura e desenho urbano, e em festivais e eventos culturais, visando também o turismo. A preocupação é com a imagem que a cidade vai transmitir, de um lugar inovador, excitante, criativo e seguro para viver, visitar, para jogar ou consumir. O terceiro traço do empreendedorismo urbano consiste na disputa em assumir o controle e funções de comando de altas operações financeiras, atividade que tem importância na nova economia e nos fluxos globais. Por fim, a disputa em capturar os excedentes de recursos dos governos centrais, explorando os mecanismos de redistribuição como meio de sobrevivência urbana.

As quatro estratégias não são excludentes, são combinações possíveis que vão depender das coalizões, recursos e da competição interurbana. A medida que a competição se torna mais forte, ela atua como um "poder coercitivo externo" sobre cada uma das cidades, alinhando-as à disciplina e à lógica do desenvolvimento capitalista. O capital multinacional altamente móvel usufrui dessa situação esperando a cidade que lhe ofereça mais vantagens, ou um "bom clima de negócios" no jargão empresarial. Paradoxalmente, a inovação, que seria um fator de atração de capitais, fica limitada, já que as empresas esperam encontrar em

qualquer grande cidade do mundo um padrão de equipamentos e serviços que lhe dê possibilidade de desenvolver seu negócio sem imprevistos e com menor risco. E a cidade que obtém êxito ao ousar dentro do ambiente de competição na atração de recursos não usufrui dessa vantagem por muito tempo. Como afirma Harvey (1996, p. 59),

> Muitas das inovações e investimentos destinados a tornar cidades mais atraentes como centros culturais e de consumo rapidamente foram imitados em outros lugares, tornando, assim, efêmera toda vantagem competitiva dentro de uma rede de cidades. Quantos centros de convenção exitosos, quantos estádios de esporte, disneyworlds, portos e shopping centers espetaculares podem existir?

É dentro desse contexto, de passagem do administrativismo para o empreendedorismo da gestão urbana, que surge o planejamento estratégico para substituir o modelo de planejamento urbano fundado no modernismo funcionalista do período anterior. O novo modelo, inspirado em conceitos e técnicas sistematizados na *Harvard Business School*, foi difundido no Brasil e na América Latina por agências de cooperação, instituições multilaterais e consultores internacionais, principalmente catalães, apoiados no caso propagado como de sucesso de Barcelona, além de reportagens de jornais e revistas. O modo como os novos conceitos surgidos na década de 90 foram introduzidos no Brasil, país muito diferente de onde eles foram criados, foi alvo de críticas, como expresso por Maricato (1997):

> O que se quer questionar aqui não são esses conceitos (plano estratégico, urbanismo negocial, etc) em si, mas o modo como são incorporados pelas instituições e pela sociedade brasileira. A crítica ao planejamento modernista carrega o risco de ajudar a mover o moinho das ideias neoliberais, porém o que se tem de evitar é a importação de ideias alheias à forma contraditória, desigual e predatória ao meio ambiente como evoluem as cidades brasileiras. É muito deprimente assistir à contraditória e alienada absorção de um modelo importado e depois absorver, também de fora, sua própria crítica, para em seguida colocar sem mediações outro modelo no lugar.

De fato, a crítica ao planejamento modernista ajudou à incorporação de ideias neoliberais ao planejamento urbano. Vainer (2000) mostra como a competição se tornou a nova questão a ser enfrentada pelas cidades, já que elas estariam submetidas às mesmas condições e desafios das empresas. Ele analisa o discurso do planejamento estratégico, que se estrutura basicamente sobre a paradoxal articulação de três analogias: a cidade é uma mercadoria, a cidade é uma empresa, e a cidade é uma pátria.

A cidade como mercadoria precisa ser posta à venda num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à venda. O marketing urbano ganha assim

destaque como determinante no processo de planejamento e gestão das cidades, pois é o marketing que constrói a imagem que se quer transmitir para o exterior. Nesse sentido, não importa que a realidade seja de empobrecimento e deterioração urbana, uma imagem de prosperidade e segurança deve ter capacidade de atrair o público-alvo estipulado pelo plano estratégico. Invariavelmente, as cidades à venda buscam atrair a elite global, tanto em seu momento de lazer, transitando com desenvoltura em diferentes pontos do globo, como de trabalho, à frente de grandes empresas transnacionais. Para esse público, a cidade deve garantir uma experiência urbana que se aproxime da imagem construída, ou seja, não necessariamente a realidade vivida pela maioria da população. É com esse objetivo e sob essa lógica que se organizam as políticas de intervenção no espaço urbano das cidades em competição, com o provimento de equipamentos e serviços que agradem ao público almejado. Não que antes do planejamento estratégico os equipamentos urbanos não fossem construídos para atender aos anseios da elite; a diferença é que isso se torna um projeto legítimo justificado pela atração de investimentos para cidade, desqualificando assim qualquer questionamento sobre a utilização de recursos públicos em obras de pouco interesse da população em geral.

Já a cidade como mercadoria de luxo coexiste com a cidade que aparece como sujeito, assumindo a identidade de empresa (VAINER, 2000, p. 83). A transposição do planejamento de empresas para o de cidades traz consigo a lógica da gestão empreendedorista discutida por Harvey (1996) e os elementos que a caracterizam: produtividade, competitividade e subordinação ao mercado. Nota-se aqui o protagonismo dos empresários nas decisões de interesse público, através das parcerias público-privadas, em novas instituições criadas para projetos específicos ou ainda dentro do aparelho burocrático assumindo cargos públicos, já que assim a cidade conseguiria ser gerida de forma ótima, a empresarial. Mas essa transformação vai além do modo técnico de gestão das cidades, como expõe Vainer (2000, p. 89):

> O que nos parece central extrair destas leituras é que a analogia cidade-empresa não se esgota numa proposta simplesmente administrativa ou, como muitas vezes pretendem apresentar seus defensores, meramente gerencial ou operacional. Na verdade, é o conjunto da cidade e do poder local que está sendo redefinido. O conceito de cidade, e com ele os conceitos de poder público e de governo da cidade são investidos de novos significados, numa operação que tem como um dos esteios a transformação da cidade em sujeito/ator econômico... e, mais especificamente, num sujeito/ator cuja natureza mercantil e empresarial instaura o poder de uma nova lógica, com a qual se pretende legitimar a apropriação direta dos instrumentos de

poder público por grupos empresariais privados.

Por fim, a cidade como pátria é a instauração do consenso para a estratégia ser vitoriosa, o que se constituiu como uma negação radical da cidade enquanto espaço político (VAINER, 2000, p. 91). No roteiro para se chegar ao consenso está a construção de um sentimento de crise entre seus moradores, a fim de que o projeto pactuado entre lideranças público e privadas possa resgatar a cidade para o progresso. Portanto, a necessidade de se chegar a acordos que coloquem de lado as diferenças seria a única forma de ser competitivo em disputa tão ferrenha como a do mercado de cidades. É nesse contexto que intervenções de vulto servem para, além de mostrar para fora uma imagem de pujança, reforçar para dentro a identidade e o patriotismo cívico. A transformação do sentimento de crise em patriotismo de cidade, segundo Vainer, é o passo indispensável para perdurar a unidade e o consenso. A construção da cidade como empresa substitui a política ao negócio e a cidade como pátria excluiu os dissidentes, já que que eles não estariam contra um determinado projeto, mas sim contra a própria cidade. É a forma encontrada pelo planejamento estratégico de banir a política da cidade, através de uma unificação autoritária e despolitizada dos citadinos.

A adoção do planejamento estratégico tem rebatimento direto na população mais pobre das cidades, e por isso ele só se materializa com o fortalecimento do braço penal do Estado. Wacquant (2001, p. 9, 22) mostra que a penalidade neoliberal apresenta o seguinte paradoxo: pretende remediar com um "mais Estado" policial e penitenciário o "menos Estado" econômico e social que é a própria causa da escalada de insegurança mundial, num contexto de decomposição do trabalho assalariado e de hipermobilidade do capital. Segundo ele, a "expansão" do setor penal do Estado americano está relacionada, de maneira causal e funcional, à "redução" de seu setor previdenciário na era pós-keynesiana. A doutrina de "tolerância zero" criada em Nova York, assim como o planejamento estratégico, foi exportada como modelo que legitima a gestão policial e judiciária da pobreza, e com ela a retórica militar de "guerra" ao crime e da "reconquista" do espaço público (WACQUANT, 2001, p. 38), enxugando através do encarceramento em massa a população considerada supérflua, que não faz parte ou pode atrapalhar o plano (estratégico, econômico, empresarial). Trata-se da remodelagem de um novo tipo de Estado, que realiza o liberalismo no topo da estrutura de classes e o paternalismo punitivo na base. Para Wacquant, o "neo" de neoliberalismo é a reengenharia e a reestruturação do Estado como a agência principal que estabelece regras e conforma as subjetividades, relações sociais e representações coletivas apropriadas à

produção de mercados. O neoliberalismo, portanto, é uma articulação entre Estado, mercado e cidadania, aparelhando o primeiro para impor a marca do segundo à terceira (WACQUANT, 2012, p. 505).

Segundo Theodore, Peck e Brenner (2009), o neoliberalismo age primeiro destruindo a institucionalidade vigente – tarefa que nunca acontece de forma completa – para então criar uma nova estrutura, sendo a natureza da neoliberalização um processo em aberto. Os autores trabalham com o conceito de neoliberalismo realmente existente, que tem como objetivo iluminar as formas complexas e sempre sujeita a disputas em que as estratégias neoliberais de reestruturação interatuam com os usos do espaço, as configurações institucionais e as coalizões de poder sociopolítico preexistentes. Esse conceito ajuda a entender que a ideologia neoliberal distorce os verdadeiros efeitos que sua política tem nas estruturas macro institucionais e nas trajetórias evolutivas do capitalismo, já que apresenta Estado e mercado como princípios de organização social e econômico opostos, em vez de reconhecer o caráter politicamente construído das relações econômicas. Além disso, a política neoliberal tem como premissa a existência de um modelo neoliberal único, não reconhecendo as muitas variações das reformas neoliberais em cenários institucionais e sistemas políticos específicos. Para esses autores, o desenvolvimento desigual do neoliberalismo em diferentes territórios não seria uma falha de um neoliberalismo incompleto, mas sim sua faceta.

Nesse sentido, para a compreensão do neoliberalismo realmente existente, eles propõem analisar: (1) os cenários regulatórios e os acordos políticos historicamente específicos prevalecentes em territórios (nacionais) particulares durante o período fordista-keynesiano do desenvolvimento capitalista; (2) os padrões de formação de crises historicamente específicas, o desenvolvimento desigual e os protestos sociopolíticos que emergiram no interior desses territórios ante a crise sistêmica do modelo fordista-keynesiano de desenvolvimento no início dos anos 1970; (3) certos marcos regulatórios, padrões de desenvolvimento territorial e alianças sociopolíticas que foram herdadas através do tempo; (4) a concomitante evolução das agendas neoliberais relativas a políticas estatais e suas estratégias reestruturadoras, em sua conflitiva interação com condições político-econômicas, disposições regulatórias e "geometrias do poder" contextualmente específicas (THEODORE, PECK e BRENNER, 2009).

Os autores defendem ainda, em consonância com Harvey (2005), que as cidades são as fronteiras do avanço neoliberal e nelas as regulações do período anterior estão

sistematicamente sofrendo o processo de destruição, sendo reconstruídas sobre outras bases. Seria, portanto, possível falar em uma urbanização neoliberal, que se utilizaria de mecanismos como o recalibramento das relações intergovernamentais, a redução das finanças públicas, a reestruturação do Estado de bem estar, a reconfiguração da infraestrutura institucional dos Estados locais, a privatização do setor público local e de infraestruturas coletivas, a reestruturação dos mercados de moradia, o reprocessamento das regulações do mercado de trabalho, a reestruturação das estratégias de desenvolvimento territorial, as transformações do ambiente construído e das formas urbanas, entre outros. Em resumo, para Theodore, Peck e Brenner (2009) a meta dos experimentos neoliberais de políticas urbanas é mobilizar espaços da cidade tanto para o crescimento econômico orientado ao mercado, como para as práticas de consumo das elites, assegurando ao mesmo tempo a ordem e o controle da população excluída.

Figura 17 - Jovem economista, professor de Harvard, aconselha prefeitos brasileiros no fim dos anos 1990 em revista de grande circulação nacional.

Cidades

"Têm conserto"

Especialista em megacidades de Harvard discute as saídas para o caos urbano

Thomas Traumann

O economista americano Edward Glaeser, de 32 anos, é um dos mais jovens professores da Universidade Harvard. Com doutorado em economia pela Universidade de Chicago, ele se especializou no estudo dos problemas urbanos e suas pesquisas abrangem temas como segregação, criminalidade, especulação imobiliária e crescimento demográfico. Para ele, o combate às mazelas das metrópoles não é uma discussão política tradicional, mas gerencial. "Ele tem idéias brilhantes e originais", diz com orgulho o economista brasileiro José Alexandre Scheinkman, seu ex-professor na escola de Chicago. Na semana passada, Glaeser esteve em São Paulo para um seminário com empresários e deu a seguinte entrevista a VEJA:

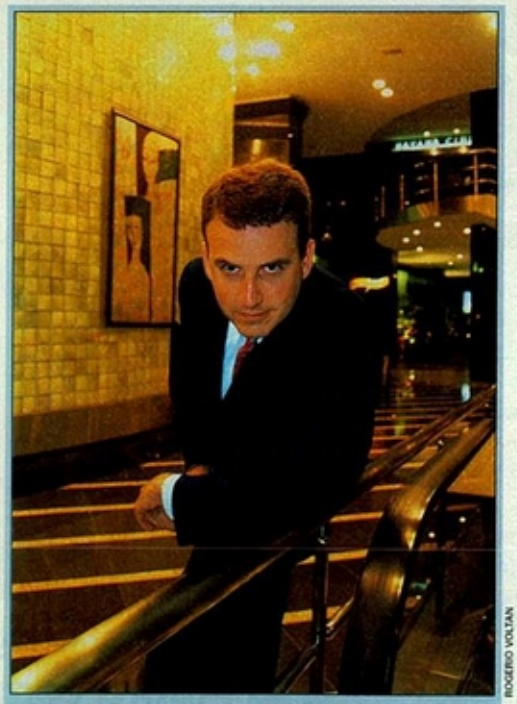
Veja — *Que conselho o senhor daria para quem mora numa metrópole como São Paulo ou Rio de Janeiro, que vivem à beira do caos?*
Glaeser — Alguns diriam que essa pessoa deve deixar a cidade grande. Eu não. As cidades grandes não são ruins em função de seu tamanho. São ruins porque são mal administradas. O melhor conselho é: vote com entusiasmo nas próximas eleições. Nas mãos de uma seqüência de bons prefeitos, as metrópoles podem ter conserto.

Veja — *E que conselho daria para um candidato a prefeito de metrópole que tem planos de ser o primeiro dessa série de bons administradores?*
Glaeser — As pessoas podem se espantar, mas acho que o principal cuidado é não se preocupar com a pobreza.

Veja — *Qual é a lógica de ignorar a pobreza?*
Glaeser — A pobreza não pode ser tratada na esfera municipal, mas federal. Se um prefeito do Rio, com a maior boa vontade, concentrar seus esforços em resolver o problema das favelas, ele vai acabar atraindo gente de outro lugar mais pobre. E o problema não acaba nunca. Ou seja, cria-se o paradoxo da eficiência. Quem trabalhar melhor, em vez de aumentar a qualidade de vida de seus moradores, estará atraindo mais miséria para o município.

Veja — *E o que deve fazer o prefeito?*
Glaeser — Sou um economista. Então vou concentrar a discussão naquilo que interessa aos gerentes: os custos. São três as ações principais para o prefeito. A primeira é o combate à poluição, o que pode ser feito por meio de leis obrigando a instalação de filtros nas indústrias e a produção de carros menos poluentes. A segunda é a melhoria do trânsito. Aí não há opção a não ser cobrar daqueles que causam o congestionamento nas regiões centrais. Pode ser por meio de pedágio, mas esse tipo de idéia só funciona se o dinheiro reverter em investimentos no transporte público. O terceiro e maior problema é a criminalidade.

Veja — *Que não se resolve apenas com lei.*
Glaeser — Tenho uma idéia de direita e outra de esquerda a respeito desse assunto. A de direita é que as pessoas só passam a cumprir a lei quando há punição para os transgressores. Não tem jeito: impunidade gera criminalidade. E os números oficiais brasileiros do assunto mostram que a quantidade de pessoas condenadas é muito inferior à de crimes. Agora o argumento de esquerda: não se combate crime com polícia corrupta e violenta. É inaceitável que a polícia do Rio sozinha mate em um ano mais que todas as polícias americanas. Não se pode imaginar as metrópoles brasileiras com menos violência sem uma reforma na polícia.



ROGÉRIO VOLTAN

"Os prefeitos não devem se preocupar com a pobreza. Se o fizerem, atrairão os miseráveis"

Veja — *Se o senhor estivesse orientando uma empresa a decidir sua nova sede, escolheria uma metrópole ou uma cidade menor?*
Glaeser — Quer saber? Apesar de todos os problemas, uma metrópole. É onde estão os grandes talentos. Uma pessoa vai morar na cidade grande não apenas pelo salário, mas também porque é na metrópole que estão as melhores universidades, os melhores hospitais, restaurantes, peças de teatro. Se uma cidade menor quiser competir para atrair o interesse de empresas, deve copiar as virtudes das metrópoles e também formar gente talentosa, investindo na educação de seus cidadãos. ■

veja 28 de julho, 1999 87

Fonte: Revista Veja, 28 jul. 1999

3.2 Neoliberalismo e grandes eventos na periferia do capitalismo

> "O caso de Barcelona é muito parecido com o do Rio: havia uma área do Porto degradada, uma cidade deprimida, num baixo astral onde as coisas começaram a mudar. O ponto de virada para eles foram as Olimpíadas. Nós queremos aproveitar ao máximo a mesma oportunidade. O sonho do Rio é ser Barcelona amanhã". Eduardo Paes, prefeito do Rio de Janeiro, em outubro de 2009[4].

Na primeira parte desse capítulo, vimos como o neoliberalismo emergiu como um pensamento político e econômico hegemônico no mundo, rompendo um certo equilíbrio entre capital e trabalho no período dos 30 anos gloriosos, e ainda como suas ideias chegaram ao planejamento urbano através da difusão do planejamento estratégico. A distribuição de renda e o Estado de bem estar estruturado sobre políticas keynesianas, que favoreceu o trabalhador assalariado nos países capitalistas avançados no momento de crescimento da economia, nunca chegou a ser realidade no Brasil, que sempre deixou grande parte da sua força de trabalho na informalidade. Nesse sentido, a decomposição do trabalho assalariado advinda da crise do Estado de bem-estar também não se deu com as mesmas características por aqui, já que de fato ela nunca chegou a se estruturar nos mesmos moldes. Assim, a neoliberalização no Brasil e no Rio de Janeiro assumiram outras especificidades num território marcado por fortes desigualdades sociais.

Luiz Antonio Machado (2002) entende que, com o aprofundamento do processo de globalização, o conceito de informalidade vem se tornando sinônimo de "flexibilização" ou "desregulação", sendo substituído pelo par "empregabilidade/ empreendedorismo". Para ele está se reconstruindo uma cultura do trabalho sobre novas bases – já que o ideário do assalariamento não parece mais possível de ser alcançado –, adaptada ao desemprego, ao risco e à insegurança, que eram combatidos no período anterior. Esse novo modo de exploração capitalista individualiza e subjetiva os controles que organizam a vida social. A necessidade de se criar uma nova ideologia econômica capaz de justificar a exploração da força de trabalho parece encontrar na empregabilidade/ empreendedorismo o par ideal para explicar essa nova condição, se tornando uma cultura de trabalho que superaria o assalariamento. O novo trabalhador flexível e polivalente seria o empresário de si mesmo num ambiente de instabilidade e constantes mudanças. A noção de informalidade se amplia, incluindo agora

---

4 Prefeito do Rio assina acordo para seguir modelo de Barcelona para os Jogos. iG Esporte, 23 out. 2009. Disponível em http://esporte.ig.com.br/mais/2009/10/23/prefeito+do+rio+assina+acordo+para+seguir+modelo+de+barcelona+para+os+jogos+8923967.html. Acesso em 21 jul. 2011.

essas novas formas.

As transformações no trabalho informal traz consigo um paradoxo crucial, já que ao assumir a condição de informal – ou de microempreendedor individual através da regularização via MEI[5] –, o trabalhador tem acesso a alguns benefícios sociais, como auxílio maternidade, auxílio doença e aposentadoria. Atentar-se a essa dupla dimensão parece importante para compreender a forma contraditória como se dá o processo de neoliberalização no Brasil, na constante interação entre política nacional e local, como analisado por Luiz César de Queiroz Ribeiro e Lucia Bógus (2014):

> Enquanto muitas políticas na escala federal parecem mover-se na direção antiliberal, mas em constante conflito com as políticas macroeconômicas ainda de orientação liberal por fundarem-se em seus princípios – metas de inflação, câmbio flutuante e superávit fiscal – experimentos regulatórios liberais na cidade vão afirmando seu contrário, muitas vezes através da associação entre políticas urbanas locais liberais com políticas nacionais com pretensões antiliberais. Ao mesmo tempo, experimentos de políticas urbanas locais claramente neoliberais são difundidos e adotados, ainda que parcialmente, por escalas supralocais em políticas que se pretendem regulatórias antiliberais. O exemplo é o novo modelo de relação entre o Estado e os interesses dos capitais representado pela Parceria Público-Privado.

Esse paradoxo está presente também nas diferentes visões sobre o papel dos grandes eventos esportivos mundiais que o Brasil se tornou sede. Na visão do governo federal[6], os megaeventos são uma chance única de estruturar um novo projeto de desenvolvimento nacional, superando a herança do período neoliberal de Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002). Nesse sentido, sistemas mais "ágeis" como o Regime Diferenciado de Contratações e a flexibilização de limites de endividamento seriam avanços para destravar investimentos públicos e retirar recursos dos circuitos de acumulação rentistas. Os recursos públicos mobilizados para a Copa do Mundo de Futebol 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 não seriam custos, mas investimentos produtivos em infraestrutura nacional definidos de forma autônoma pelo Estado brasileiro. As novas arenas para a Copa do Mundo do Brasil, alvo de críticas pelo custo e pela quantidade – a Fifa não exigia 12 estádios para a realização do evento –, seriam fundamentais para a modernização do negócio futebolístico, por exemplo. A modernização dos aeroportos também seria essencial para adequar o país para a nova

5 O Microempreendedor Individual (MEI) expressa o esforço de formalização da condição do trabalhador informal pelo Estado Brasileiro. Segundo o Portal do Empreendedor, "a Lei Complementar nº 128, de 19/12/2008, criou condições especiais para que o trabalhador conhecido como informal possa se tornar um MEI legalizado" . Disponível em http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual. Acesso em 25 de agosto de 2014.

6 Opinião de Luis Fernandes, secretário Executivo do Ministério do Esporte, em artigo do livro "Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?" (JENNINGS, 2014).

demanda de viagens aéreas. Esses investimentos teriam ainda a capacidade de "irradiar" crescimento ao ativar a economia para além dos locais que são destinados.

Já os críticos[7] dizem que as cidades que emergem dos megaeventos são mais dependentes e subordinadas ao capital, e irradiam na verdade desigualdade social. Elas estão sendo loteadas para as grandes empreiteiras, que surgem como as maiores ganhadoras desse jogo através das parcerias público-privadas. O poder público é visto como um promotor da valorização imobiliária, fator condicionante para o sucesso dessas parcerias, a um custo altíssimo para a população. Se os mais pobres estão sendo removidos de suas casas com graves denúncias de violações de direitos, a população dos grandes centros como um todo tem sofrido com o aumento especulativo do custo de vida, principalmente da habitação. Para o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST)[8], o que o Bolsa Família e o aumento progressivo do salário mínimo deram com uma mão, o aluguel mais caro tirou com a outra. Segundo o MTST, as muitas ocupações de terra que surgiram nos últimos anos em São Paulo foram resultado de um processo gradual de piora das condições de moradia dos mais pobres.

Nesse contexto, as parcerias público-privadas (PPP) surgem como uma das principais ferramentas para viabilizar essas intervenções e gerir os novos equipamentos urbanos. Sua origem no Brasil está nos instrumentos concebidos em São Paulo e que depois seriam regulamentados para todo o país, como as Operações Urbanas Consorciadas (OUCs) no Estatuto das Cidades (lei 10.257/2001). Fix (2001) mostra como em São Paulo, desde o governo Jânio Quadros (1985-1988, PFL), eram negociadas alterações casuísticas na lei de zoneamento para que o lucro adicional das construtoras fosse destinado a construir casas populares na periferia para reassentar moradores de favela. O projeto de lei, que ficou conhecido como "Lei do Desfavelamento", foi criado para remover as favelas da área central da cidade através de PPPs. A lei servia tanto para áreas já ocupadas, em que o proprietário desejasse a reintegração do terreno, como para terrenos vazios, onde a empresa que estivesse interessada poderia construir além do permitido pelo zoneamento da área, desde que pagasse uma contrapartida. Nos anos 1990, essas parcerias passariam a ser chamadas de "Operações Interligadas", que através da justificativa do benefício social tornou frequente a abertura de exceções na legislação urbana. O passo seguinte foi a criação das "Operações Urbanas", que definiu um perímetro para que as novas regras – como um volume determinado de potencial

7 Síntese das opiniões críticas do livro "Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?" (JENNINGS, 2014).

8 Em artigo do livro "Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?" (JENNINGS, 2014).

construtivo a ser negociado e um programa de utilização dos recursos – fossem aplicadas. Com as Operações Urbanas, os recursos poderiam ser destinados a obras de infraestrutura e serviços, não apenas à construção de habitação de interesse social, desde que dentro da área definida.

Assim como São Paulo exportou as OUC para o resto do Brasil, a gestão urbana empreendida no Rio de Janeiro, por sua visibilidade nacional e internacional, tem inspirado outras cidades do país[9]. Segundo Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro[10], o Rio vive com os megaeventos um momento de transição de uma gestão baseada no administrativismo para o empreendedorismo urbano competitivo, chamando a atenção para uma combinação de duas opções das quatro do empreendedorismo urbano apresentadas por Harvey (1996, p. 55). A cidade estaria conseguindo capturar recursos do governo federal em diversas frentes, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e os investimentos na indústria do petróleo, e apontaria, principalmente, para a afirmação do empreendedorismo urbano calcado em sua inserção na divisão internacional do consumo através do turismo. Ribeiro lembra, no entanto, que é impensável que uma região metropolitana de 12 milhões de habitantes se apoie somente no turismo. Logo, é necessário um outro tipo de indústria que gere um mercado de trabalho mais amplo, formalizado e estruturado, já que nenhuma grande cidade do mundo que seja polo turístico depende apenas dessa economia.

Por outro lado, Ribeiro entende que a estratégia calcada na inserção do Rio de Janeiro na divisão internacional do consumo através do turismo aciona arraigados interesses constituídos na cidade na acumulação urbana, como empreiteiros e capital imobiliário. Ele ressalta que a estratégia de mercantilizar o solo com a expansão imobiliária, através do esgarçamento do território da região metropolitana em direção a Barra da Tijuca e Recreio, faz parte da história do Rio de Janeiro, sendo os megaeventos mais uma etapa dessa trajetória, trazendo a ideologia do empresariamento e da competitividade orientando a política. A nova onda de remoção de favelas também faria parte da lógica de mercantilização, já que todas as cidades em outro nível de acumulação já separaram pobres dos ricos. Essa seria, portanto, uma nova rodada de mercantilização que repete e inova.

---

9 À título de exemplo, a cidade de Niterói tem uma proposta de requalificar sua área central nos mesmos moldes do projeto Porto Maravilha, com venda de Certificados de Potencial Adicional de Construção. Disponível em http://centro.niteroi.rj.gov.br/oprojeto/ocentroquequeremos.php. Acesso em 19 jan. 2015.

10 Hipótese apresentada no "Seminário Metropolização e Megaeventos", realizado no IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, em 4 de setembro de 2013.

3.3 Rio de Janeiro neoliberal: invisibilização dos pobres e da pobreza

O ano de 2009 é um momento de inflexão do projeto neoliberal no Rio de Janeiro, quando entraves foram superados e houve um aprofundamento da agenda liberalizante na cidade. Essa hipótese está apoiada em três fatos: a eleição de Eduardo Paes, político que como foi visto no capítulo 2 tem estreita ligação com a indústria imobiliária desde o início de sua carreira e alcança o cargo de prefeito; ao fortalecimento da aliança entre PMDB e PT a nível federal, que se consolidaria com o PMDB assumindo a vice-presidência da república nas eleições de 2010, permitindo que a cidade fosse destino de investimentos do governo central potencializados também pela descoberta da camada pré-sal de exploração de petróleo; e enfim a escolha da cidade para sediar as Olimpíadas de 2016, que criou condições para se alterar as regras de endividamento do município, aumentando sua capacidade de investimento, e tornou-se um forte argumento para justificar intervenções urbanas profundas e limitadas no tempo – diminuindo assim a possibilidade do debate público sobre a reestruturação da cidade.

Após seguidas tentativas, em outubro de 2009, o Rio foi enfim escolhido para sediar os Jogos Olímpicos de 2016, depois de ter recebido o Pan-Americano em 2007. Seguindo o receituário do planejamento estratégico importado de Barcelona, a Prefeitura tem investido desde então na construção de uma imagem de transformação a partir da nova condição de Cidade Olímpica. Na década anterior, o modelo de planejamento estratégico já havia se difundido, tendo o seu primeiro plano formulado no governo Cesar Maia (1993 - 1996). Em 1999, uma reportagem da Revista Veja[11] concluía que nem todas as cidades do mundo teriam espaço no clube de cidades globais e, para "escapar da sina da pobreza", os prefeitos deveriam "assumir um novo papel: se comportar como empresários que investem e vendem um produto, a sua cidade".

Ao conceber a cidade como uma mercadoria, é preciso ressaltar suas qualidades e invisibilizar o que é visto como defeito. Uma campanha publicitária internacional da Petrobras exibiu, em 2011, uma fotografia aérea do Rio de Janeiro que destacava seus principais pontos turísticos e apagava todas as favelas da região com recursos de edição de imagem. Também em 2011, uma matéria do jornal O Globo[12] noticiava que, a pedido da Secretaria de Turismo da Prefeitura, o Google iria diminuir a presença das favelas no seu

11 Centros de prosperidade. Revista Veja, 28 jul. 1999. Disponível em http://veja.abril.com.br/280799/p_078.html. Acesso em 26 jul. 2011.

12 Google modificará seus mapas sobre o Rio. O Globo Online, 25 abr. 2011. Disponível em http://oglobo.globo.com/rio/google-modificara-seus-mapas-sobre-rio-2791639. Acesso em 30 dez. 2014.

serviço de mapas online, o *Google Maps*. O fato se concretizou com a exclusão da palavra "favela" do mapa e o sumiço da identificação de todas as comunidades[13]. Em 2010, já haviam sido erguidas barreiras acústicas, ou muros, nas duas principais vias expressas de ligação do aeroporto Internacional do Galeão ao Centro/Zona Sul e Barra da Tijuca. Uma pesquisa[14] revelou a percepção dos moradores e dos motoristas que passam pelas vias: o muro está servindo muito mais como barreira visual, não como barreira acústica. Sobre o fato, uma moradora da Maré se pronunciou[15]: "O que adianta esconder? A gente existe, não adianta esconder não".

A cidade como produto precisa também de atrativos que a coloquem no seleto grupo de cidades globais. Nesse sentido, a OUC do Porto Maravilha segue à risca esse modelo. O projeto de requalificação dos bairros que compõem a zona portuária prevê todos os equipamentos que se espera de um *waterfront* global. Está planejada sua integração através de veículo leve sobre trilhos (VLT), a construção de torres comerciais e hotéis de cadeias internacionais, um aquário e museus de grife, como o Museu do Amanhã, de um dos arquitetos-estrela do circuito mundial, Santiago Calatrava, e o Museu de Arte do Rio (MAR), já inaugurado em 2013. No mesmo estilo, a Cidade das Artes (antiga Cidade da Música), do arquiteto francês Christian de Portzamparc, na Barra da Tijuca, foi definitivamente inaugurada em 2013, colocando o Rio de Janeiro na era dos museus e centros de ciência de arquitetura pós-moderna iniciada pelo Museu Guggenheim de Bilbao, na Espanha, em 1997[16].

---

13 Apenas as que são bairros reconhecidos formalmente, como Rocinha e Maré, mantêm sua descrição, mas sem a palavra "favela".

14 Pesquisa: muro anti-ruído na Maré é reprovado pelos moradores. O Globo - Razão Social, 27 set. 2011. Disponível em http://oglobo.globo.com/blogs/razaosocial/posts/2011/09/27/pesquisa-muro-anti-ruido-na-mare-reprovado-pelos-moradores-407923.asp. Acesso em 30 ago. 2014.

15 Campanha contra o Muro da Vergonha - Bloco Se Benze que Dá! Maré. BlocoSeBenzeQueDa, 4 mai. 2010. Disponível em http://youtu.be/HX5tyiTD2vg. Acesso em 30 ago. 2014.

16 Para uma crítica à influência do Museu Guggenheim nas intervenções urbanas em cidades espanholas, ver "Arquitectura milagorsa" de Llátezer Moix.

Figura 18- Favelas desapareceram da publicidade internacional da Petrobrás.

Fonte: Agência Heads, 2011

Figura 19- Descrição de favelas somem gradativamente de mapas do Google até desaparecer por completo. Imagens de 2011, 2013 e 2015.

Fonte: Google Maps / Montagem: Renato Cosentino

Ainda na região portuária, o Elevado da Perimetral foi colocado abaixo, seguindo também uma tendência mundial[17]. Símbolo da cidade dos automóveis, construído na década de 60 e 70 e inspirado no modelo implantado em Nova York, onde uma via suspensa percorre todo o limite da ilha de Manhattan, a primeira autoestrada urbana do Rio fazia parte de uma paisagem da "cidade moderna" que se quer superar[18] (KLEIMAN, 2010). Apesar da Perimetral ter sido derrubada sob o discurso da construção de uma cidade para pessoas[19], o Projeto Olímpico prevê a construção de autopistas, a duplicação de elevados e a abertura de túneis, incentivando o automóvel individual para a locomoção diária na cidade. Na região metropolitana do Rio, são colocados em média 400 novos carros por dia em circulação, ou 12 mil por mês, excluindo motos, camionetes e micro-ônibus[20]. O modelo rodoviarista não só permanece em curso como passa por uma nova rodada de investimentos com recursos do governo federal e municipal. Apesar da construção de uma cidade para carros, derrubar a Perimetral faz parte da produção da imagem que se quer projetar de cidade para pessoas – além de servir como um atrativo para o mercado imobiliário na região –, já que os grandes eventos esportivos são valorosas vitrines mundiais[21].

A cidade administrada como empresa tem como principal característica a mudança em sua forma de gestão. O poder público passa de regulador a parceiro e promotor da iniciativa privada, internalizando uma lógica empresarial que se expressa através das parcerias público-privadas – no Parque Olímpico e no Porto Maravilha os serviços públicos foram diretamente

---

17 Como frisa o trecho da notícia do site Cidade Olímpica: "A substituição do Elevado segue uma tendência mundial. Em São Francisco, nos EUA, um viaduto de 2,6km na então desvalorizada orla leste deu lugar ao Embarcadero, um grande bulevar, hoje um dos pontos turísticos da cidade. Mudanças semelhantes foram adotadas em outras cidades dos EUA, além de Seul (Coréia do Sul), e Bogotá, na Colômbia". Perimetral: interdição definitiva neste sábado. Cidade Olímpica, 2 nov. 2013. Disponível em http://www.cidadeolimpica.com.br/noticias/perimetral-interdicao-definitiva-neste-sabado/http://www.cidadeolimpica.com.br/noticias/perimetral-interdicao-definitiva-neste-sabado/. Acesso em 3 nov. 2013.

18 Outro símbolo da arquitetura moderna destruído foi o estádio do Maracanã, tendo sua marquise monumental, que era tombada, substituída por uma cobertura de lona tensionada muito utilizada nos estádios de arquitetura pós-moderna.

19 "A Perimetral é um dos maiores símbolos de uma cidade que foi pensada para os carros e não para as pessoas", disse Alberto Silva, o presidente da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (CDURP). E completou: "O que a gente quer com isso é o contrário, pensar uma cidade muito mais para as pessoas". Perimetral: interdição definitiva neste sábado. Cidade Olímpica, 2 nov. 2013. Disponível em http://www.cidadeolimpica.com.br/noticias/perimetral-interdicao-definitiva-neste-sabado/http://www.cidadeolimpica.com.br/noticias/perimetral-interdicao-definitiva-neste-sabado/. Acesso em 3 nov. 2013.

20 Média feita a partir dos dados fornecidos pelo Denatran de 2013. Disponível em http://www.denatran.gov.br/frota.htm. Acesso em 13 nov. 2013.

21 "É a oportunidade que você tem de vender o seu país", disse o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes. 'Todo governante tem inveja de mim, até a Dilma', diz Eduardo Paes. TV Folha, 14 out. 2012. Disponível em http://youtu.be/KxPlHIqUfkc. Acesso em 27 ago. 2014.

privatizados, além de leis urbanísticas flexibilizadas – e também da própria maneira de gerir a máquina pública. A publicação "Gestão de Alto Desempenho"[22], editada pela Prefeitura do Rio de Janeiro ao fim do primeiro mandato do prefeito Eduardo Paes (2009 - 2012), traz a metodologia desenvolvida em parceria com a consultoria *McKinsey & Company*[23] e expõe os três valores básicos que acompanhariam o governo municipal e que seriam parte de uma nova gestão: foco, disciplina e pragmatismo.

No prefácio, o prefeito Eduardo Paes, um dos principais líderes do Projeto Olímpico e articulador das coalizões de poder em vigor na cidade, diz que boa parte da administração pública brasileira se pauta muitas vezes pela intuição do gestor ou por influência política, o que seria diferente em seu governo:

> A administração da Prefeitura do Rio de Janeiro que teve início em 2009 decidiu por outro caminho: se guiar pelas melhores práticas de gestão, absorvendo experiências de sucesso tanto no setor privado como na esfera pública. Isto se traduziu em tomar medidas estratégicas como a melhoria dos canais de comunicação da Prefeitura com a população, que permitiu entender as reais demandas da cidade e eleger prioridades. Ou no pagamento de bônus por desempenho para os servidores municipais, como se faz em muitas empresas de grande porte, melhorando a satisfação e a produtividade dos funcionários. Mas a mudança mais importante foi o desenvolvimento de um Plano Estratégico, com metas muito claras a curto e longo prazo, e cercado por uma estrutura que garante seu funcionamento na prática.

Segundo o documento, a Prefeitura pela primeira vez priorizou o perfil de gestores "técnicos" em cargos de alto escalão[24]. A Prefeitura do Rio possuiu ainda um programa de capacitação de servidores chamado Líderes Cariocas[25], moldando assim o perfil empresarial que se quer dar aos funcionários públicos. A gestão como empresa faz da cidade uma marca, como esclarece o prefeito Eduardo Paes no lançamento do domínio de internet ".rio"[26]: "O que desejamos é que as pessoas aproveitem a marca da cidade, que tem um potencial enorme. A gente sabe que o carioca tem muito orgulho de ser do Rio, de usar a marca da cidade [...]". Diversos programas da Prefeitura reforçam ainda a ideia do "carioca", como Bairro Carioca,

---

22 Disponível em português e inglês no site do Conselho da Cidade – http://www.conselhodacidade.com/.

23 McKinsey & Company é uma empresa de consultoria empresarial americana, reconhecida como a líder mundial no mercado de consultoria empresarial.

24 Uma das citadas como técnica é Claudia Costin, ex-ministra da Administração Federal e Reforma do Estado no governo FHC. Costin deixou a secretaria em março de 2014 para ocupar a posição de diretora global de educação do Banco Mundial (Bird). Ex-secretária do Rio assume diretoria de educação do Banco Mundial. G1, 25 abr. 2014. Disponível em http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/04/ex-secretaria-do-rio-assume-diretoria-de-educacao-do-banco-mundial.html. Acesso em 30 ago. 2014.

25 Disponível em http://www.rio.rj.gov.br/web/liderescariocas. Acesso em 30 ago. 2014.

26 Rio é primeira cidade da América do Sul a ter um domínio de Internet. G1, 25 ago. 2014. Disponível em http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=4872147. Acesso em 30 ago. 2014.

Morar Carioca, Cegonha Carioca, Jardins Cariocas, Bilhete Único Carioca, entre outros.

Acionar o amor que o carioca tem por sua cidade tem sido uma prática recorrente na preparação do Rio para os grandes eventos[27], para a construção do consenso previsto no planejamento estratégico, que deve evoluir para o patriotismo de cidade. A cidade como pátria é criada através da consolidação de um sentimento de crise, que vem se afirmando desde a década de 1990. O economista Carlos Lessa, que se tornou o primeiro diretor-executivo do plano estratégico (dez. 1993 - abr. 1995), destacava na época que o orgulho do carioca estava em baixa e que era preciso levantar o astral da cidade. Nesse sentido, o diagnóstico do plano estratégico tinha a intenção de identificar projetos com conteúdo simbólico para a construção da autoestima (LIMA JUNIOR, 2010, p. 144, 145).

Ao analisar o panorama histórico da cidade, o primeiro mandato de Eduardo Paes[28] repete o diagnóstico de que o Rio de Janeiro vinha passando por um histórico de isolamento político que limitava os repasses estaduais e federais, impactando os serviços públicos e minando a autoestima do carioca. A construção do consenso passa, a partir de então, por reforçar a união das três esferas de governo, com alegação de por fim aos conflitos políticos que atrapalhariam o desenvolvimento da cidade – o slogan do Governo do Estado – "Somando Forças" – sintetiza essa estratégia que é sistematicamente fortalecida em discursos públicos, principalmente em período eleitoral. Como reiterou Paes para empresários da Barra da Tijuca durante a campanha que o levou a reeleição, em julho 2012[29]:

> A origem das coisas positivas que acontecem agora vem da premissa da parceria. Mas não falo de parceria político-eleitoral, mas de uma forma de atuar em harmonia com os governos. Sou de uma geração que só viu o Rio perdendo, que quando se formava na faculdade ia para São Paulo atrás de mercado de trabalho. E uma das razões dessa incapacidade de o Rio olhar para frente era pela ausência de parceria, como um *bunker* de batalhas políticas. Essa despolitização no relacionamento da administração municipal foi fundamental; com o governo, com a Dilma. E se fosse outro presidente, também assim seria. O Rio não pode mais ficar num *bunker*, temos que dialogar com as outras esferas.

A manutenção da cidade como mercadoria, empresa e pátria (VAINER, 2000) impõe à população mais pobre o paternalismo punitivo (WACQUANT, 2012) de efeito perverso para

---

27 Paes se declara o prefeito mais feliz do mundo e já chegou a dizer que todos os governantes têm inveja dele, até a presidenta Dilma Roussef. 'Todo governante tem inveja de mim, até a Dilma', diz Eduardo Paes. TV Folha, 14 out. 2012. Disponível em http://youtu.be/KxPlHIqUfkc. Acesso em 27 ago. 2014.

28 "Gestão de Alto Desempenho", disponível em português e inglês no site do Conselho da Cidade – http://www.conselhodacidade.com/.

29 Empresários recebem prefeito em café da manhã da Acibarra. Acibarra em Revista. Rio de Janeiro, jul. 2012. Acibarra nº 22, p. 14-15.

os trabalhadores. A tentativa de invisibilizar os pobres e a pobreza não se limita ao plano simbólico dos mapas e da edição de imagem em publicidade. No Rio de Janeiro, cerca de 20 mil famílias perderam suas casas de 2009 a 2014[30], o maior volume de remoções da história da cidade em números absolutos, sendo a maioria das famílias enviada para a periferia com oferta precária de serviços básicos. O mapa produzido pelo arquiteto Lucas Faulhaber[31] demonstra como está em marcha um processo de realocação dos pobres na cidade; as linhas apontam para a retirada de famílias de áreas nobres e centrais e seu reassentamento em zonas periféricas, no limite do município, principalmente na Zona Oeste. O baixo valor de indenizações e o foco da remoção em áreas de pressão do mercado imobiliário também têm sido alvo de denúncias feitas por organizações de direitos humanos desde 2010.

Maricato (1997) mostra que a ilegalidade na provisão de moradia é funcional para a manutenção do baixo custo da reprodução da força de trabalho, como também para um mercado imobiliário especulativo que se sustenta sobre uma estrutura fundiária arcaica. Os governantes não proveem acesso a terra urbanizada à população de baixa renda e, pelo contrário, atuam no sentido de garantir a concentração fundiária. Isso faz com que os pobres sejam empurrados para espaços não desejados pelo mercado ou que não deveriam ser ocupados, como as áreas áreas sujeitas a inundações, encostas ou de proteção ambiental. No Brasil, a manutenção de parte da cidade na ilegalidade é funcional para as elites econômicas que, quando necessário, se utilizam da retórica da legalidade – como Paes e Maia já faziam na década de 1990 – para intervir violentamente no sentido de remover comunidades inteiras. Mas o modo como se desenvolvem as cidades, que estaria sendo corrigido com base na legalidade, se mantém intacto; uma lógica que tem como pilar a segregação social, pois a proximidade física de moradias pobres e de moradores pobres é fator de desvalorização de imóveis (MARICATO, 2011), principalmente os que tem caráter especulativo em frentes de expansão imobiliária ainda em consolidação.

As remoções de favelas agem em conjunto com uma suposta política de ordem pública, que recolhe a população em situação de rua de áreas nobres do Rio de Janeiro. Segundo o Ministério Público Estadual, as três regiões que compõem os principais eixos turísticos e econômicos da cidade registram mais de 90% dos "acolhimentos" feitos pela

30 Segundo a Secretaria Municipal de Habitação, em nota distribuída para imprensa. A informação não consta em meios oficiais e/ ou canais de transparência. Nota disponível em http://www.viomundo.com.br/denuncias/dario-de-negreiros-cidade-olimpica-promove-a-maior-leva-de-despejos-de-toda-a-historia-do-rio.html. Acesso em 31 ago. 2014.

31 Disponível em http://. issuu.com/lucas.faulhaber/docs/tfg_lucasfaulhaber. Acesso em 30 dez. 2014.

Prefeitura[32]. Mais além, a invisibilização dos pobres na cidade neoliberal atinge o seu ponto máximo com a execução da juventude negra das periferias e favelas pela polícia militar através de mecanismos como o auto de resistência[33] – houve 416 mortes apenas em 2013 no Estado do Rio de Janeiro, mais de uma por dia[34], e de janeiro a novembro de 2014 já eram 546. O Brasil sofre também com um processo de encarceramento em massa e já tem a terceira população carcerária do mundo[35]. Alguns dos novos presídios são geridos pela iniciativa privada[36], seguindo o modelo americano de fazer da prisão um negócio.

As Unidades de Polícia Pacificadora (UPP)[37], em funcionamento desde 2008, completam o quadro com sua face de controle militar dos territórios de pobreza e acionam a retórica de retomada do território pelo Estado com apoio da mídia. A capitã Priscilla de Oliveira Azevedo, na época responsável pela UPP do Santa Marta, esteve em Copenhague em outubro de 2009, quando o Rio de Janeiro foi escolhido para sediar os Jogos Olímpicos, demonstrando como a cidade estava disposta a garantir a segurança de atletas e turistas. A ação da polícia fortemente armada durante as manifestações que se espalharam pelo Brasil, durante a Copa das Confederações em junho de 2013, e todo investimento feito pelos três níveis de governo para aparelhar seu aparato repressivo e de controle, demonstram que o Estado penal é um dos principais pilares do viés neoliberal estabelecido no Rio de Janeiro e em outras grandes metrópoles brasileiras.

Evidencia-se, portanto, que o Rio de Janeiro passa por um ajuste de princípios neoliberais, legitimado pela retórica dos grandes eventos esportivos, e que tem no Estado – e não na ausência dele – um de seus principais agentes. Se desde os anos 1990 o planejamento estratégico é acionado para indicar os caminhos do desenvolvimento urbano, é no fim dos anos 2000, com a notícia de que a cidade receberia as Olimpíadas de 2016, a chegada ao poder do prefeito Eduardo Paes, e a aliança entre as três esferas de governo com o

32 Dados contidos na Ação Civil Pública, ajuizada pelo promotor Rogério Pacheco Alves, da 7ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Cidadania, contra o prefeito Eduardo Paes em abril de 2013.

33 Teoricamente são mortes decorrentes de confrontos, mas a imensa maioria dos casos registrados como "auto de resistência" ou "resistência seguida de morte" são casos nos quais as vítimas foram executadas sumariamente pela polícia.

34 Dados do Instituto de Segurança Pública. Disponível em http://www.isp.rj.gov.br/. Acesso em 31 ago. 2014.

35 Brasil passa a Rússia e tem a terceira maior população carcerária do mundo. Folha de São Paulo, 5 jun. 2014. Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/06/1465527-brasil-passa-a-russia-e-tem-a-terceira-maior-populacao-carceraria-do-mundo.shtml. Acesso em 30 dez. 2014.

36 Inaugurada em Minas Gerais a primeira penitenciária privada do País. Portal Brasil, 21 jan. 2013. Disponível em http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/01/inaugurada-em-minas-gerais-primeira-penitenciaria-privada-do-pais. Acesso em 26 ago. 2014.

37 Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) é um projeto da Secretaria Estadual de Segurança do Rio de Janeiro que pretende instituir polícias comunitárias em favelas como forma de desarticular quadrilhas que controlavam estes territórios.

empresariado nacional e local, que se fortalece o processo de transição de uma gestão baseada no administrativismo para o empreendedorismo urbano competitivo. Mas modelos não são aplicados de forma igual em todas as cidades[38], o que veremos com mais detalhes no próximo capítulo ao analisar o caso da Barra da Tijuca.

***

Neste capítulo, foram vistas as principais características do modelo neoliberal e as diferentes formas em que ele se apresenta em nível nacional e local. Na primeira parte, caracterizamos o empreendedorismo urbano, o planejamento estratégico e a neoliberalização, conceitos-chave para entender o processo em que o mundo, e especificamente o Brasil e o Rio de Janeiro, vem passando nas últimas décadas. Na segunda parte, examinamos como a neoliberalização atua num território marcado por fortes desigualdades sociais. A terceira parte do capítulo se dedicou a identificar evidências da transição que a cidade do Rio de Janeiro estaria atravessando como centro de experimentação de políticas neoliberais, através de parcerias público-privadas e de uma gestão empreendedorista competitiva, processo que ainda está em curso.

Concluímos que o neoliberalismo não se trata de um menos Estado, como se preconiza, mas sim um mais Estado que impõe regras pró-mercado e as regula com mão forte, agindo de forma repressiva e autoritária quando necessário. No plano local, esse projeto ganha força e se torna viável com o investimento do Rio de Janeiro em se tornar um centro de eventos de grande visibilidade, como Carnaval e festivais de música, além da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, entre outros.

É mais especificamente sobre o Projeto Olímpico, de como ele se estrutura e promove sob a ótica do ideário neoliberal a reestruturação urbana da cidade com centralidade na Barra da Tijuca, que vamos tratar no capítulo 4.

---

38 O próprio prefeito César Maia observou isso ao comentar o modelo de Barcelona: "Então eles têm um modelo que deu certo em Barcelona e que eles pasteurizam. Que dá certo parcialmente, sempre, pelo talento deles, por que as cidades também não são tão diferentes assim. Elas têm elementos de interseção. Quando você aplica o mesmo modelo, você atinge parcialmente uma cidade de uma maneira, outra de outra maneira, por outra razão" (LIMA JUNIOR, 2010, p.182)

4 AS OLÍMPÍADAS DA BARRA DA TIJUCA DE 2016

> "Os Jogos Olímpicos de 2016 serão aqui, em nossa casa, por isso, ao ser homenageado com essa taça como empresário do ano da Barra da Tijuca, vejo nela a síntese do esforço que todos nós fizemos para eleger o Rio a sede desse evento mundial. Sem sombra de dúvida, fomos nós – empresários, políticos, líderes comunitários e moradores – que ao transformarmos essa região na mais bela da cidade, fizemos da Barra a verdadeira base dessa difícil e memorável vitória. Nossas lutas nos levaram à convicção que ao desenvolver um trabalho firme, consciente, mostramos que somos capazes de comandar nosso próprio destino e sediar tão importante evento mundial. Dessa forma, asseguramos o fortalecimento das nossas lideranças e a solução dos problemas que nos atingiram por tanto tempo. Nossa luta tem sido árdua, porém muito competente. Não poderia deixar de registrar também o competente trabalho da delegação brasileira e toda a estrutura política na luta por essa conquista. A Barra da Tijuca já vem se transformando rapidamente nos últimos anos e vai melhorar ainda mais para receber, junto com toda a cidade, o merecido legado dos Jogos de 2016". Discurso de Carlos Carvalho, dono da construtora Carvalho Hosken, ao receber o Troféu Líder Empresarial 2009, oferecido pela Acibarra, em 26 de novembro de 2009[1].

Se o Rio de Janeiro está passando por um ajuste de princípios neoliberais, em um momento de transição de uma gestão baseada no administrativismo para o empreendedorismo urbano competitivo, pode-se dizer que a Barra da Tijuca é a principal expressão da consolidação desse processo, que tem seu auge na realização dos Jogos Olímpicos de 2016. Como foi visto no segundo capítulo, a tentativa de emancipação do bairro no fim da década de 1980 já trazia consigo manifestações carregadas de uma ideologia neoliberal que se fortaleceria nas décadas seguintes, adaptadas a um ambiente de arraigados interesses patrimonialistas dos proprietários de terra da região. Caso tivesse conseguido se separar do Rio de Janeiro, não seria exagero dizer que o Brasil estaria realizando as Olimpíadas da Barra da Tijuca de 2016, tamanho montante de investimento que o bairro concentra justificado pelos Jogos. Essa ideia parece também já ter sido assimilada pelo mercado imobiliário, como explica o gerente de incorporação da MDL, Humberto Pimentel: "Costumamos dizer que a Copa foi do Brasil, mas as Olimpíadas não são nem do Rio, são da grande Barra"[2].

Não é de hoje que a Barra vem se consolidando como a principal frente de expansão do mercado imobiliário, onde o mesmo inova com produtos que elevam suas margens de lucro e demanda do poder público cada vez mais investimento em infraestrutura. Em nenhum

---

1 Carlos de Carvalho eleito Líder Empresarial de 2009. Acibarra em Revista. Rio de Janeiro, abr. 2010. Acibarra nº 15, p. 10-11.

2 Jacarepaguá lidera valorização de imóveis no Rio no primeiro semestre de 2014. O Globo Online, 11 ago. 2014. Disponível em http://oglobo.globo.com/rio/bairros/jacarepagua-lidera-valorizacao-de-imoveis-no-rio-no-primeiro-semestre-de-2014-13537935. Acesso em 23 jan. 2015.

outro momento, no entanto, a região conseguiu canalizar em um espaço tão curto de tempo tantas intervenções. Obras estruturais que foram cogitadas há mais de quatro décadas para a Expo-72, como a extensão do metrô da Zona Sul até a Barra e a ligação rápida do bairro com o aeroporto internacional do Galeão[3], ou ainda que estavam nos planos da subprefeitura da Barra e Jacarepaguá na década de 1990, como o túnel da Grota Funda que liga o Recreio a Guaratiba e o sistema *Bus Rapid Transit* (BRT), estão se concretizando no contexto da preparação da cidade para as Olimpíadas.

Nesse sentido, esse capítulo pretende analisar como o Projeto Olímpico vem sendo utilizado para promover uma profunda reestruturação urbana com foco na consolidação da Barra da Tijuca como um centro financeiro da cidade. Isso se dá através de um investimento público maciço em obras de infraestrutura de acesso, mobilidade e urbanização, que assim pretende viabilizar o projeto político e econômico da coalizão de poder que dirige a ocupação desse território.

4.1 A Barra da Tijuca e o Projeto Olímpico

> "Quando fiz a referência ao doutor Carlos, para se ter uma ideia, pela primeira vez na história dos Jogos Olímpicos, dos quais a Barra será o centro nervoso, teremos uma Vila Olímpica totalmente privada. Em Londres e nas outras cidades onde o evento aconteceu, as vilas eram com a verba pública. Aqui, a Carvalho Hosken está fazendo tudo, sem dinheiro público. O investimento no Parque Olímpico será pelo menos de R$ 1 bilhão com investimentos privados". Eduardo Paes em café da manhã com empresários no Itanhangá Golfe Clube, no dia 9 de maio de 2012[4].

No dia 16 de abril de 2014, o principal orçamento das Olimpíadas[5], o Plano de Políticas Públicas (Legado), foi apresentado pelo primeira vez num evento de lançamento no Forte de Copacabana. Estiveram presentes à cerimônia o ministro do Esporte, Aldo Rebelo, e o secretário nacional de Esporte de alto Rendimento, Ricardo Leyser; o governador do estado do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, e o subsecretário adjunto do Escritório de Gerenciamento de Projetos do estado José Candido Muricy; o prefeito da cidade do Rio de

3 O Metrô do Rio de Janeiro só foi inaugurado em 1979, mas durante os debates que antecederam sua construção se cogitou a extensão até a Barra no contexto da Expo-72. Já a ligação do bairro ao aeroporto do Galeão seria feita por um monotrilho (ver capítulo 2).

4 Empresários recebem prefeito em café da manhã da Acibarra. Acibarra em Revista. Rio de Janeiro, jul. 2012. Acibarra nº 22, p. 14-15.

5 Olimpíada de 2016 já custa R$ 36,7 bi e supera Copa em 43%. UOL Esporte, 16 abr. 2014. Disponível em http://esporte.uol.com.br/rio-2016/ultimas-noticias/2014/04/16/orcamento-olimpiada-de-2016.htm. Acesso em 23 dez. 2014.

Janeiro, Eduardo Paes, a então presidente da Empresa Olímpica Municipal, Maria Silvia Bastos, e o futuro presidente da instituição, Joaquim Monteiro de Carvalho; além do presidente do Comitê Organizador Rio 2016, Carlos Arthur Nuzman.

O custo das Olimpíadas, em outubro de 2014, alcançava R$ 37.5 bilhões – valor que ainda seria incrementado já que várias obras estavam em processo de licitação. O orçamento total dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 é composto por três orçamentos divididos da seguinte forma (O TCU, 2014, p.13):

- Orçamento do Comitê Rio 2016: R$ 7,0 bilhões;
- Matriz de Responsabilidades dos Jogos: R$ 6,5 bilhões;
- Plano de Políticas Públicas (Legado): R$ 24,0 bilhões.

O Orçamento do Comitê Rio 2016 contém a previsão de gastos com refeições, transporte, uniformes, material esportivo e acomodação dos atletas (aluguel da Vila Olímpica), além do custo das estruturas complementares. A previsão é que estes gastos sejam cobertos com receitas próprias do Comitê Olímpico, oriundas de transmissão do evento, patrocínio, venda de ingressos e licenciamento (O TCU, 2014, p. 13). Por lei a União deve arcar com um eventual deficit neste orçamento[6], mas o Comitê Rio 2016 não prevê a necessidade de receber recursos públicos[7].

Já a Matriz de Responsabilidades apresenta projetos associados à organização e realização dos Jogos, que não aconteceriam caso o Rio de Janeiro não fosse escolhido como cidade sede. O orçamento foi divulgado pela Autoridade Pública Olímpica (APO)[8] em 28 de janeiro de 2014 e teve a sua primeira atualização em julho[9]. O documento está organizado pelas regiões olímpicas da Barra da Tijuca, Deodoro, Maracanã e Copacabana e apresenta 52 projetos executados com recursos majoritariamente federais e privados. A Matriz é diferente do Plano de Políticas Públicas (Legado), que traz projetos que antecipam ou ampliam

6 Conforme disposto no art. 15 da Lei 12.035/2009 (Ato Olímpico).

7 Comitê Rio-2016 vai gastar 25% mais que o previsto, mas dispensa ajuda. UOL Esporte, 23 jan. 2014. Disponível em http://esporte.uol.com.br/rio-2016/ultimas-noticias/2014/01/23/comite-rio-2016-vai-gastar-25-mais-que-o-previsto-mas-dispensa-ajuda.htm. Acesso em 24 dez. 2014.

8 A Autoridade Pública Olímpica (APO) é um consórcio público, formado pela União, pelo Estado e pelo município do Rio de Janeiro, que tem por objetivo coordenar a participação dos três entes da federação na preparação e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Visa ainda assegurar o cumprimento das obrigações por eles assumidas perante o Comitê Olímpico Internacional e com o Comitê Paralímpico Internacional. O site da APO é o http://www.apo.gov.br/.

9 As atualizações devem ocorrer semestralmente. A versão 2.0 de 28 de julho de 2014 está disponível em http://www.apo.gov.br/downloads/Matriz_2_0_20140728.pdf. Acesso em 24 dez. 2014.

investimentos federais, estaduais e municipais em infraestrutura e políticas públicas, segundo a apresentação[10]. Ainda segundo os entes da federação, são projetos que tem baixa ou nenhuma relação com o evento, mas que estão sendo impulsionados pela realização dos Jogos Olímpicos. O documento é composto por uma carteira de 27 projetos, sendo 14 de responsabilidade da Prefeitura, divididos em quatro categorias: mobilidade, meio ambiente, renovação urbana e social; 10 do Estado, divididos em mobilidade e meio ambiente; e 3 da União, em duas categorias: educação, ciência e tecnologia e infraestrutura esportiva.

Separar a Matriz de Responsabilidades do Plano de Legado foi a forma encontrada pelos entes federativos de se proteger de eventuais críticas sobre o atraso em alguma obra que esteja prevista no Plano do Legado – já que elas não seriam essenciais para os Jogos – e também do aumento do custo do evento em relação ao dossiê de candidatura, que estimava um gasto de R$ 28.8 bilhões, em valores de 2009. Foi a primeira questão levantada por jornalistas na coletiva de imprensa no Forte de Copacabana, que o prefeito Eduardo Paes fez questão de responder representando a todos que o acompanhavam à mesa, o ministro Aldo Rebelo e o governador Luiz Fernando Pezão:

> Quanto mais crescer o orçamento de legado, quanto maior ele for, melhor para a cidade. Aqui está se dando resposta a uma coisa que a população, a imprensa e todos nós de maneira correta e adequada cobramos permanentemente em relação aos eventos. Qual foi a grande crítica aos Jogos Pan-americanos? Se prometeu um monte de coisa que ficaria para a cidade e se deixaram só estádios. Qual é a diferença desses Jogos Olímpicos para os Jogos Pan-americanos? Esses Jogos Olímpicos, a absoluta maioria de recursos, quase 70% – não sei se é exatamente isso – é de legado para a cidade.

Tanto a Matriz de Responsabilidades como o Plano de Legado apresentam a mesma metodologia que representa a situação de cada projeto por nível de maturidade: (1) Projeto conceitual em elaboração; (2) Anteprojeto ou projeto básico/ termo de referência em elaboração; (3) Edital de licitação publicado (para projetos de governo) ou Pedido de Proposta publicado (privado) contendo escopo, custo e cronograma; (4) Contrato assinado; e (5) Obra concluída ou serviço disponível. Os prazos e valores das obras e serviços são divulgados à medida que atingem o nível 3, considerando que nesta fase a licitação é publicada, contendo valor e prazo[11]. Como vários projetos ainda não haviam atingido esse nível em ambos

10 A íntegra da Apresentação do Plano de Legado dos Jogos Rio 2016 pode ser vista no canal Rio Sempre Presente no Youtube. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=ymqAHm5DVBA. Acesso em 23 dez. 2014.

11 Nos casos de utilização do Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC (Lei Federal nº 12.462/2011), quando a licitação se der sob orçamento sigiloso (regra geral), o custo da contratação só

orçamentos em abril de 2014, sabe-se que o custo final dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 só será conhecido muito próximo ao evento. Outro fator a ser considerado é que os valores informados são os do momento da contratação e estão sujeitos a reajustes anuais, de acordo com o índice de preços definido em cada contrato, além de eventuais aditivos.

Grandes intervenções públicas, que apesar de ter assumidamente relação com o legado dos Jogos Olímpicos – como a Transcarioca e as primeiras três fases da Transoeste – não constam nos documentos e não foram contabilizadas nas planilhas. A exclusão das obras reduziu o orçamento total em R$ 2.6 bilhões e, junto com outras formulações questionáveis – como será visto adiante –, fez com que a participação privada fosse superdimensionada. Paes repetiu diversas vezes na coletiva de imprensa que 60% das Olimpíadas – considerando os três orçamentos – seriam de origem privada, fruto de captação e de PPPs. "Nunca antes na história dos Jogos Olímpicos se conseguiu construir equipamento olímpico privado. Em Londres, o Parque Olímpico inteiro era público, a Vila dos Atletas era pública, foi feita com dinheiro público, dinheiro de imposto que as pessoas pagam", afirmou o prefeito. O Rio de Janeiro, no entanto, estaria fazendo diferente: "Aqui no Rio de Janeiro não, o Parque Olímpico boa parte dele é pago com recursos privados fruto de uma parceria público-privada e a Vila dos Atletas é inteira feita com recursos privados". No orçamento do Plano de Legado apresentado, quase metade dos investimentos previstos – 43% ou R$ 10.3 bilhões – estaria sendo feitos pela iniciativa privada.

Na mesma linha, o presidente da Autoridade Pública Olímpica, general Fernando Azevedo e Silva, falou à imprensa ao apresentar os dados da terceira versão da Matriz de Responsabilidades, em janeiro de 2015[12]:

> A porcentagem de recursos privados é muito grande, se a gente olhar outras Olimpíadas, realizadas com quase 100% de recursos públicos. Estamos com mais de 60% de recursos privados, a um ano e meio dos Jogos. É um modelo muito bom. A gente não pode prever daqui para frente, mas eu acredito que ficará perto de 50%. É um modelo inédito, que economiza recursos públicos.

---

poderá ser divulgado após a licitação finalizada, o que, neste caso, corresponde ao nível 4 de maturidade. As informações são do documento que apresenta a metodologia utilizada para elaboração e atualização do Plano de Políticas Públicas (LEGADO). Disponível em http://www.apo.gov.br/downloads/legado/plano_de_politicas_publicas_metodologia.pdf. Acesso em 24 dez. 2014.

12 Ainda há 25% de projetos para os Jogos Olímpicos de 2016 sem prazos e orçamentos definidos. O Globo, 28 jan. 2015. Disponível em http://oglobo.globo.com/rio/ainda-ha-25-de-projetos-para-os-jogos-olimpicos-de-2016-sem-prazos-orcamentos-definidos-15171613. Acesso em 4 fev. 2015.

A forma de apresentar os números de maneira a superestimar o papel privado chamou a atenção do TCU, para o qual "a indefinição dos demais projetos na Matriz transmite, equivocadamente, a ideia de que o evento esportivo será majoritariamente financiado pela iniciativa privada". O órgão identificou também problemas em relação à falta de transparência, com "descrições genéricas de projetos ou ações, falta de segregação da responsabilidade pelos recursos (entre a iniciativa privada e o setor público) e nenhuma indicação dos serviços públicos essenciais aos Jogos" (O TCU, 2014, p.39).

Além disso, a separação entre recursos público e privado é consideravelmente mais complexa do que foi apresentada. Isso porque as PPPs envolvem repasses de terra pública a empresas que não estão sendo contabilizados monetariamente – como acontece no Parque Olímpico –, bancos públicos assumindo riscos e financiando negócios especulativos – no caso do Porto Maravilha –, isenções ficais das mais variadas, assim como a flexibilização de leis urbanísticas – como no Campo de Golfe Olímpico –, que pressionam diretamente a infraestrutura da cidade, gerando custos de manutenção ao poder público. Certamente os empresários brasileiros não são menos avessos ao risco que os ingleses, mas têm garantias e vantagens suficientes para entrar no negócio, além da forma brasileira de apresentar os dados não condizer necessariamente com a realidade.

A Operação Urbana Consorciada (OUC) Porto Maravilha[13], a primeira do Rio de Janeiro e a maior do Brasil, se utiliza de terrenos públicos, que estão sendo transferidos da União para o Município[14], e da venda de Certificados de Potencial Adicional de Construção (Cepacs)[15] para a iniciativa privada para se financiar. O objetivo é requalificar a região de 5 milhões de metros quadrados com investimento em infraestrutura e a construção de empreendimentos residenciais e comerciais[16]. Na manhã do dia 13 de junho de 2011, no entanto, todos os 6.436.722 Cepacs foram comprados em lote único pelo o Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha, administrado pela Caixa Econômica Federal (CEF), com recursos do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) ao custo de R$ 3.5

13 Lei Complementar n.° 101, de 23 de novembro de 2009

14 Lei Federal 12348/2010

15 Os Cepacs são títulos vendidos pelo município para a iniciativa privada que, de posse desses certificados, pode construir acima do limite da legislação em uma região específica, maximizando. A função do município seria reinvestir o valor arrecadado na recuperação da região. A emissão Cepacs está prevista no artigo 34 da seção X - Operações Urbanas Consorciadas - do Estatuto da Cidade (lei 10.257/2001).

16 Para isso foi criada a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP), que coordena o processo de implantação do projeto, que tem seu modelo inspirado nas OUC de São Paulo.

bilhões[17]. Na verdade, em novembro de 2010, a CEF já havia assinado um acordo de investimentos dos mesmos R$ 3.5 bilhões do FGTS com a Prefeitura do Rio[18], sendo a venda de Cepacs a maneira encontrada de repassar o recurso de forma a parecer uma negociação de mercado. Ao comprar os Cepacs, a CEF deve negociá-los com investidores, tem prioridade na compra dos terrenos municipais (já vendidos pela União) e a obrigação de pagar toda a operação urbana, estimada em R$ 8.3 bilhões. Até junho de 2014, apenas 485.465 Cepacs, ou 7,54%[19], haviam sido negociados. Não necessariamente vendidos, já que a CEF entra como parceira em alguns empreendimentos, cedendo terreno e certificados[20]. O banco já tentou vender os títulos na Bovespa, em outubro de 2012, mas o mercado demonstrou pouco interesse[21]. As obras relacionadas ao Porto Maravilha, portanto, apresentadas como de financiamento privado, estão desde 2011 sendo financiadas quase que integralmente com recursos da CEF/FGTS; no Plano de Legado, elas representam 80% do montante de R$ 10.3 bilhões de investimento "privado".

Já a parceria público-privada do Parque Olímpico, que teve licitação disputada apenas pelo Consórcio Rio Mais – formado pelas construtoras Odebrecht Infraestrutura, Andrade Gutierrez e Carvalho Hosken, cada uma com 33,3% do negócio – prevê que a Prefeitura repasse às empresas uma uma área total edificável de 1.180.000,00 m² para ser utilizada após 2016, além de R$ 528 milhões (em Contraprestações Pecuniárias Mensais e por Etapa), para construção de parte do Parque Olímpico e da infraestrutura da Vila dos Atletas e do Parque Carioca (conjunto habitacional onde parte da Vila Autódromo foi reassentada), entre outras

---

17 Venda dos CEPACs garante Porto Maravilha. Boletim Eletrônico – porto Maravilha, 14 jun. 2011. Disponível em http://www.portomaravilha.com.br/web/esq/detalheNoticia.aspx?id=ea043531-62f0-43c9-be85-60fd3e8ec915. Acesso em 5 dez. 2013.

18 Conforme noticiado no boletim do Porto Maravilha nº 3. Projeto Porto Maravilha: a maior parceria público-privada do país é da cidade do Rio. Porto Maravilha. Rio de Janeiro, nov. 2010. p. 4. Disponível em http://portomaravilha.com.br/conteudo/revistas/Boletim%20do%20Porto%203%20web.pdf. Acesso em 5 dez. 2013.

19 Dados do Relatório Trimestral CDURP – julho, agosto e setembro de 2014. Disponível em http://portomaravilha.com.br/upload/3trimestre2014.pdf. Acesso em 26 dez. 2014.

20 O Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha, criado pela Caixa com recursos do FGTS, tem feito parcerias e se tornado investidor junto com as incorporadoras, como é o caso das torres comerciais da Tishman Speyer. No negócio realizado em dezembro de 2011, a Caixa aportou o terreno e os CEPACS, enquanto a Tishman Speyer entrou apenas com o investimento para a viabilização do projeto. Em outro empreendimento, a Fibra Experts fechou um acordo com o FII PM e também recebeu os CEPACS. Disponível em http://www.valor.com.br/empresas/1134758/caixa-fecha-primeiro-negocio-com-cepacs-do-porto-maravilha. Acesso em 6 jun. 2013.

21 Dos 100 mil títulos oferecidos, foram negociados 26.086, ao preço de R$ 1,150 mil cada, totalizando R$ 29, 998 milhões em apenas dois negócios. Mercado demonstra pouco interesse nos Cepacs de Porto Maravilha. UOL Notícias - Valor online, 22 out. 2012. Disponível em http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/valor/2012/10/22/mercado-demonstra-pouco-interesse-nos-cepacs-de-porto-maravilha.jhtm. Acesso em 26 dez. 2014.

obras. A área pública fazia parte do antigo Autódromo de Jacarepaguá, desativado, e onde será o futuro Parque Olímpico. Após as Olimpíadas, segundo a concessionária, será desenvolvido um distrito urbano diversificado de uso misto – residencial, comercial, vendas a varejo, recreação e lazer. O imóvel (terreno público) da contraprestação foi avaliado, segundo o próprio edital de licitação da PPP[22], em R$ 850 milhões e está previsto o repasse de seus 30 lotes em 11 etapas como forma de pagamento das obras com término previsto para fevereiro de 2016. Em 27 de maio de 2013, houve um aditivo ao contrato que incluiu a construção de dois edifícios relativos à transmissão de rádio e televisão dos Jogos na PPP, como explica o relatório do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCMRJ)[23]:

> Em 27/5/2013, foi recebido nesta Corte de Contas o Termo Aditivo ao Contrato de Parceria Público-Privada (Proc. TCMRJ n.º 40/2572/2013), cujo objeto é a inclusão, no escopo do Contrato de PPP, do projeto e obras relativos ao *International Broadcasting Centre* (IBC) e *Olympic Broadcasting Services* (OBS).
>
> O IBC sediará as operações de transmissão de rádio e TV dos Jogos, enquanto o OBS será um prédio anexo e integrado ao IBC, que abrigará os escritórios temporários da emissora anfitriã, principal responsável pela operação do IBC durante os Jogos. O IBC e o OBS, cuja previsão de conclusão é 5/8/2015, estarão localizados nos lotes 21 e 24 do PAL 48.085, incluídos, respectivamente, na 1.a e 2.a Contraprestação Imobiliária por Término de Etapa, já transferidas à Concessionária.
>
> Em contrapartida à construção do IBC, a Concessionária foi beneficiada pela alteração dos parâmetros de edificação na área do Parque Olímpico, na qual realizará empreendimentos imobiliários após os Jogos Olímpicos. A alteração foi formalizada pela Lei Complementar n.º 125, de 14 de janeiro de 2013 (LC n.º 125/2013), que aumentou o gabarito da área de 12 para 18 andares e excluiu da Área Total Edificável (ATE) de 1.180.000 m2 prometida à Concessionária os lotes 21 a 24, nos quais serão construídos o Centro de Mídia (MPC), o Hotel, o IBC e o OBS.
>
> De acordo com a Cl. 7.4 do Aditivo, a soma dos benefícios advindos da LC n.º 125/2013 para a Concessionária foi estimada em R$340.000.000,00, enquanto os custos da obra do IBC/OBS, em R$300.000.000,00, gerando um crédito de R$40.000.000,00 para o Município, a serem deduzidos das Contraprestações Pecuniárias por Término de Etapa, proporcionalmente às Etapas ainda a serem cumpridas da data de assinatura do Aditivo (14/5/2013) até a data de conclusão da construção do Conjunto IBC/OBS (5/8/2015). O valor global do Contrato de PPP passa a incluir o montante de R$300.000.000,00 (orçamento da obra).

A Prefeitura, ao apresentar os dados de investimento privado na Matriz de Responsabilidades, somou os R$ 850 milhões referentes ao pagamento por etapas feito através de contraprestação imobiliária até fevereiro de 2016 ao valor do custo da obra do IBC/IBS de R$ 300 milhões – com pagamento viabilizado através do aumento de gabarito de

22 Item 6.5. (a), página 22.

23 Relatório TCMRJ - SGCE/1ª, 2ªe 4ª Inspetorias Gerais de Controle Externo. Processo: 040/8623/2012. Autuação: 27/12/12. Referente às visitas 11ª, 12ª, 13ª e 14ª visitas, 30/10/2013, 27/11/2013, 08/01/2014 e 29/01/2014. p. 31.

toda a área, como visto no trecho do relatório do TCMRJ –, totalizando R$ 1.15 bilhão. Essas informações, no entanto, são ignoradas pela Matriz de Responsabilidades, que dá a entender que não há contraprestação pública no contrato da PPP; como se o terreno público e a alteração legislativa não tivessem valor monetário mensurável, apesar de todo o controle de andamento das obras e de repasse de terrenos por conclusão de etapa ser feito através do custo por metro quadrado. Considerando esse fato, pode-se entender que não há investimento privado nas obras que envolvem a PPP do Parque Olímpico, já que os pagamentos estão sendo feitos pelo poder público através das Contraprestações Pecuniárias e Imobiliárias por Término de Etapa, além das Contraprestações Pecuniárias Mensais.

Figura 20- Localização dos 30 Lotes no Parque Olímpico referentes às 11 Contraprestações Imobiliárias por Término de Etapa.

Fonte: Relatório TCMRJ, p.26

Figura 21 - Quadro Contraprestações Imobiliárias por Término de Etapa da PPP do Parque Olímpico.

TRIBUNAL DE CONTAS TCMRJ

Processo: 040/8623/2012
Autuação: 27/12/12 Fls
Rubrica

SGCE/1ª, 2ªe 4ª Inspetorias Gerais de Controle Externo

Quadro 1 - Termos de (Promessa de) Alienação Onerosa[5]

Processo TCMRJ	Termo	Etapa	Descrição do imóvel - Número dos Lotes do PAL 48.085	Área (m^2)	Custo do metro quadrado ($R\$/m^2$)[6]	Valor do imóvel a ser transferido à concess. (R$)	Valor das etapas de obra e das contraprestações imobiliárias originalmente previstas em contrato (R$)	Término da Etapa (Transf. Imob. Prevista)
40/1837/2013	Termo de Alienação Onerosa **n.º 144/2013**	1	Lotes 21, 22 e 23	28.463,72	1.053,97	30.000.000,00	30.000.000,00	Nov/2012
40/1836/2013 40/3625/2013 40/6694/2013	Termo de Promessa de Alienação Onerosa **n.º 145/2013**; Termo de Alienação Onerosa **n.º 349/2013** e seu Termo de Rerratificação **n.º 480/2013**	2	Lote 24	50.349,89	1.825,16	91.896.605,23	92.701.425,00	Abr/2013
40/1845/2013 40/2674/2013 40/6695/2013	Termo de Promessa de Alienação Onerosa **n.º 146/2013**; e Termo de Alienação Onerosa com Condição Resolutiva **n.º 236/2013** e seu Termo de Rerratificação **n.º 481/2013**	3	Lotes 18, 26, 27 e 30	49.341,08	1.825,16	90.055.365,57	101.128.827,00	Ago/2013
40/1844/2013	Termo de Promessa de Alienação Onerosa **n.º 147/2013**	4	Lotes 15, 19, 28 e 29	56.897,23	1.825,16	103.846.548,31	109.556.229,00	Dez/2013
40/1843/2013	Termo de Promessa de Alienação Onerosa **n.º 148/2013**	5	Lotes 14, 16 e 20	43.729,53	1.825,16	79.813.388,97	76.652.044,00	Mar/2014
40/1842/2013	Termo de Promessa de Alienação Onerosa **n.º 149/2013**	6	Lotes 7, 8, 9, 10, 11, 13, 17 e 25	76.487,94	1.825,16	139.602.728,57	130.308.475,00	Ago/2014
40/1841/2013	Termo de Promessa de Alienação Onerosa **n.º 150/2013**	7	Lote 5	29.733,18	1.825,16	54.267.810,81	72.819.442,00	Nov/2014
40/1840/2013	Termo de Promessa de Alienação Onerosa **n.º 151/2013**	8	Lotes 6 e 12	33.225,05	1.825,16	60.641.032,26	64.797.842,00	Fev/2015
40/1839/2013	Termo de Promessa de Alienação Onerosa **n.º 152/2013**	9	Lote 4	32.721,33	1.825,16	59.721.662,66	57.598.082,00	Mai/2015
40/1847/2013	Termo de Promessa de Alienação Onerosa **n.º 153/2013**	10	Lote 3	31.650,17	1.825,16	57.766.624,28	68.397.723,00	Out/2015
40/1846/2013	Termo de Promessa de Alienação Onerosa **n.º 154/2013**	11	Lotes 1 e 2	45.139,47	1.825,16	82.386.755,07	46.039.909,00	Fev/2016
Total			**30 Lotes**	**477.738,59**		**849.998.428,70**	**849.999.998,00**	

[5] Todos se referem ao novo PAL n.º 48.085 (Publ. D.O. Rio - 5/11/2012).

[6] Fonte do custo do metro quadrado a partir do segundo pagamento: Termos de Promessa de Alienação Onerosa. Memória de cálculo: R$ 820.000.000,00 (saldo restante após o primeiro pagamento de R$ 30.000.000,00) / (477.738,59 - 28.463,72) m^2 = R$ 1.825,16 / m^2.

Fonte: Relatório do TCMRJ, p. 25

Apesar do terreno público que está servindo de pagamento às empreiteiras na construção de parte do Parque Olímpico não constar como investimento público nos Jogos Olímpicos, o terreno privado da Carvalho Hosken para a construção da Vila dos Atletas consta como investimento privado. O local que os atletas se hospedarão durante os Jogos tem sua infraestrutura viabilizada pela PPP do Parque Olímpico e aparece na Matriz de Responsabilidades como um investimento privado total de R$ 2.9 bilhões. Mas o próprio documento possui uma nota de rodapé que informa que o recurso provém de um financiamento da Caixa Econômica Federal de R$ 2.3 bilhões e da iniciativa privada "Recursos Próprios - terreno: R$ 579,5 milhões (agregado à garantia do financiamento)". Trata-se do empreendimento Ilha Pura, construído pela Carvalho Hosken e pela Odebrecht Realizações Imobiliárias que, após 2016, será mais um dos condomínios residenciais da área. A Matriz portanto não considera a origem do recurso, já que mesmo que a obra esteja sendo viabilizada através de um financiamento público de um banco federal, o documento registra o valor como investimento privado.

Cabe lembrar que, segundo o Plano Diretor do Rio de Janeiro[24] aprovado em 2011, a Barra da Tijuca está em Macrozona de Ocupação Condicionada, onde o aporte de recursos privados em infraestrutura é condição para a ocupação. A infraestrutura em implantação em toda a região da Av. Abelardo Bueno é muito superior a que será utilizada para as Olimpíadas, já que se prevê o adensamento daquela área, porém o custo está sendo assumido majoritariamente pelo poder público, através de pagamento direto ou repasse de terra pública, como acontece na PPP do Parque Olímpico. E isso acontece também na zona portuária, com um banco público assumindo o risco de uma operação imobiliária especulativa, no caso da OUC do Porto Maravilha. Fica claro, portanto, que o investimento privado é consideravelmente inferior ao apresentado na Matriz de Responsabilidades e no Plano de Legado, e que a interpretação que se deu aos dados ao apresentá-los publicamente sugere erroneamente uma participação muito maior da iniciativa privada.

24 "Art. 32. As Macrozonas de Ocupação são: III - Macrozona de Ocupação Condicionada, onde o adensamento populacional, a intensidade construtiva e a instalação das atividades econômicas serão restringidos de acordo com a capacidade das redes de infraestrutura e subordinados à proteção ambiental e paisagística, podendo ser progressivamente ampliados com o aporte de recursos privados". Disponível em http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/3372233/DLFE-262093.pdf/LEICOMPLEMENTARN1.1.1.DE0.1.DEDEZEMBRODE2.0.1.1..pdf. Acesso em 26 dez. 2014.

Figura 22- Infraestrutura viabilizada pelas Olimpíadas atenderá a área muito superior a necessidade dos Jogos, como no bairro Ilha Pura (Vila dos Atletas).

Fonte: Apresentação de Venda Ilha Pura, recebido pelo autor em 20 jan. 2015

Apesar disso, a Prefeitura do Rio investirá, em 2015 e 2016, R$ 150 milhões em uma campanha publicitária para convencer a população de que as obras para as Olimpíadas possuem investimentos muito mais privados do que públicos, além de estarem com um bom andamento e no prazo certo[25]. As peças terão ainda foco no legado para a cidade após os Jogos. Isso porque, segundo a justificativa do *briefing* do edital de concorrência para a contratação de três agências de publicidade, o carioca teve uma "experiência negativa com os Jogos Panamericanos em 2007, cujo legado até hoje é questionado". Isso teria contribuído para as críticas sobre a organização das Olimpíadas do Rio. Por isso, a Prefeitura entende que começa a se propagar nos meios de comunicação e redes sociais uma imagem de que os órgãos públicos e principalmente a Prefeitura do Rio "estão investindo muito dinheiro público só para construção e modernização de alguns estádios e equipamentos olímpicos"[26]. A publicidade seria então necessária para desconstruir essa impressão até as Olimpíadas, que acontecerão apenas dois meses antes das eleições municipais de 2016, mesmo que de fato o investimento público seja muito superior ao privado.

Nesse contexto de grande investimento na cidade, a Barra da Tijuca é um território privilegiado do orçamento Olímpico, e isso fica ainda mais evidente em relação aos projetos que a Prefeitura do Rio participa ativamente com recursos. Dos investimentos listados na Matriz de Responsabilidades, a região vai receber 85%, ou R$ 5.5 bilhões, do total[27]. Do

25 Prefeitura do Rio abre concorrência para três agências. Janela Publicitária, 4 jan. 2015. Disponível em http://www.janela.com.br/ultimas/_Janela_Ultimas_2015-001.html. Acesso em 4 fev. 2015.
26 Idem.
27 Cálculos com base na versão 2.0 de 28 de julho de 2014.

montante de R$ 632,4 milhões investido pela Prefeitura neste orçamento em 11 projetos, 95% dos recursos (nove projetos) tem o bairro como destino, em obras relacionadas ao Parque Olímpico e ao Parque dos Atletas. Já no orçamento do Plano de Legado estão previstos investimentos de R$ 3.9 bilhões da Prefeitura em 11 projetos, sendo que sete atendem a região da Barra da Tijuca, os quais vão receber 74% do total empenhado pelo município, ou R$ 2.9 bilhões. São majoritariamente obras de mobilidade relacionadas ao BRT Transolímpica, BRT Transoeste Fase 0, Duplicação do Elevado do Joá, Viário da Barra (Salvador Allende e Abelardo Bueno) e uma de Reabilitação Ambiental de Jacarepaguá. Soma-se a isso a inversão de R$ 1.05 bilhão para a construção das primeiras três fases da Transoeste, com a abertura do túnel da Grota Funda, arcada integralmente pela Prefeitura e inaugurada em 2012, além de R$ 790 milhões para a Transcarioca em complemento ao R$ 1.1 bilhão financiado pelo BNDES[28], implantada em 2014. A obra mais cara das Olimpíadas, que está sendo executada pelo Governo do Estado, também é de proveito do bairro: a Linha 4 do Metrô, que vai conectar a Barra da Tijuca à Zona Sul e tem um custo de R$ 8.8 bilhões.

Esses projetos representam um novo ajuste no que tange a mobilidade urbana na cidade do Rio de Janeiro e suas intervenções tem um impacto profundo, talvez comparável apenas ao investimento feito nas décadas de 1960 e 1970 com a abertura de túneis, construção de elevados, pontes e autopistas. Assiste-se, portanto, a uma nova rodada de investimento em mobilidade – que incluiu também urbanização do entorno em alguns projetos – que tem como principal objetivo romper o gargalo do acesso à Baixada de Jacarepaguá. Isso possibilitaria transformar a Barra da Tijuca em um novo centro, como almeja o empresariado local e estava expresso – com outra concepção – no Plano Lúcio Costa, como explica Carlos Carvalho[29]:

> Isso aqui (a Barra) vai ser o centro geográfico da cidade do Rio de Janeiro, e a previsão de como isso aconteceria (descrita no Plano Lucio Costa) está se consumando exatamente com o advento dos Jogos Olímpicos. Tudo isso vai acontecer através da Transolímpica, Transoeste, Transcarioca, que era o que faltava a isso aqui para ser o Centro. Até aqueles descrentes daqui a pouco vão chegar e vão pensar que aqui aconteceram milagres.

Mas Paes, quando perguntado sobre o legado tangível das Olimpíadas para o Rio, pelo

28 A Transcarioca foi uma obra que constava na Matriz de Responsabilidades da Copa do Mundo. Os dados estão disponíveis em http://www.portaltransparencia.gov.br/copa2014/cidades/previsao.seam?empreendimento=204. Acesso em 25 dez. 2014.

29 Construtor da Vila dos Atletas destaca parceria para o desenvolvimento pleno da Barra da Tijuca. Canal Rio Cidade Olímpica Youtube, 24 nov. 2011. Disponivel em http://youtu.be/jLoh6drcSUw. Acesso em 4 jan. 2015.

contrário diz que a cidade foge para oeste e que é necessário voltar ao Centro[30], aparentemente assimilando um posicionamento recorrente do arquiteto Sérgio Magalhães – presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) – que critica a forma espraiada do desenvolvimento urbano do Rio. Ele também escolheu o Parque Madureira para comemorar a sua reeleição em 2012; a obra foi uma das principais intervenções de seu primeiro mandato na Zona Norte, ao custo de R$ 100 milhões. Um casarão de 1920 em Oswaldo Cruz – reformado ao custo de de R$ 3 milhões – se tornou a terceira sede oficial da Prefeitura do Rio, onde o prefeito irá despachar uma vez por semana, e que sediou as comemorações do aniversário de 450 anos do Rio em 2015. A construção simbólica[31] empreendida pela Prefeitura em relação ao Centro e a Zona Norte quer ocultar a relação histórica – que está sendo revertida em significativo investimento público – que o grupo que ocupou a Prefeitura em 2009 tem com os interesses postos na região da Barra da Tijuca.

Paes não revela, assim, o que os investimentos demonstram de forma incontestável, com destaque para a alocação de recursos da Prefeitura: a cidade se expande de forma orientada a oeste. As obras de mobilidade também atendem a outros bairros, mas como pode ser visto no mapa a seguir, com exceção da Transbrasil[32] – que não ficará pronta até 2016 e não faz parte do orçamento dos Jogos – e do VLT do Porto – financiado pelo governo federal –, todas as intervenções ligadas aos Jogos Olímpicos conectam a Barra da Tijuca a algum lugar ou requalificam a própria região.

---

30 "O mais importante é o legado urbanístico, que deixe de ser uma cidade que fuja de seus problemas: há cada vinte anos, quando uma área está mal, vamos para outra. Fugimos na direção oeste. É preciso voltar para o centro da cidade, que está muito abandonado. É muito bonito, tem traços coloniais da realeza portuguesa, mas ninguém mora ali". Entrevista Eduardo Paes - “Se a Dilma me chamar para trocar de cargo, não aceito”. El País, 26 dez. 2014. Disponível em http://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/25/politica/1419528482_291121.html. Acesso em 26 dez. 2014.

31 "Essa transferência de poder tem um simbolismo importante. Claro que os trabalhos vão continuar focados no Piranhão, mas pelo menos uma vez por semana vou despachar em Madureira", disse o Prefeito Eduardo Paes. Prefeitura vai comemorar aniversário da cidade com nova sede em casarão de Oswaldo Cruz. O Globo, 4 jan. 2015. Disponível em http://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-vai-comemorar-aniversario-da-cidade-com-nova-sede-em-casarao-de-oswaldo-cruz-14960904. Acesso em 31 jan. 2015.

32 O BRT Transbrasil ligará Deodoro ao Centro da Cidade, com investimento total de R$ 1,49 bilhão fruto de financiamento do Governo Federal (Caixa Econômica Federal) por meio do PAC da Mobilidade Urbana. A primeira etapa da obra será a construção do viaduto que integrará a Transbrasil à Transcarioca, na Avenida Brasil, altura do Arco Estaiado Prefeito Pedro Ernesto. O projeto será executado pela Secretaria Municipal de Obras (SMO). Ao todo, o corredor expresso Transbrasil terá cerca de 30 km, com expectativa de que sejam atendidos 380 mil passageiros por dia, sendo o BRT com a maior demanda entre todos os já projetados e implantados no mundo. Prefeitura inicia obras do BRT Transbrasil. Prefeitura do Rio de Janeiro, 12 nov. 2014. Disponível em http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=5065490. Acesso em 25 dez. 2014.

Figura 23 - Principais obras de mobilidade para as Olimpíadas de 2016.

Fonte: Revista Construção Mercado nº 127, fev.2012, p.3 / Adaptação: Renato Cosentino

Antes de entender com mais detalhes que impactos trazem e a que interesses servem esses investimentos, cabe detalhar as principais obras de mobilidade que tem relação[33] com os grandes eventos esportivos.

• BRT Transoeste: Inaugurado em junho de 2012 após dois anos de obras, o BRT Transoeste foi o primeiro corredor exclusivo para ônibus articulados a ser implantado na cidade. Ligando a Barra da Tijuca a Santa Cruz e Campo Grande, na Zona Oeste, a via possui 59 km de extensão e 68 estações. Seu projeto incluiu ainda a construção do Túnel da Grota Funda ligando o Recreio dos Bandeirantes a Barra de Guaratiba e o alargamento da Avenida das Américas, e custou R$ 1.05 bilhão. Até 2016, o corredor Transoeste será ampliado, com a implantação do trecho Alvorada - Jardim Oceânico, na Barra, que fará integração com a Linha 4 do Metrô. O custo para a construção do novo trecho é de R$ 91,5 milhões de

33 Estão consideradas as obras que estão na Matriz de Responsabilidades da Copa do Mundo (Transcarioca), no Plano de Legado das Olimpíadas (Transolímpica, Transoeste - Fase 0, VLT do Porto, Metrô Linha 4, Duplicação do Elevado do Joá e Viário da Barra) ou foram declaradas como intervenções que serão deixadas como legado das Olimpíadas por autoridades públicas (Transoeste - Fases 1, 2 e 3). A Renovação e Acessibilidade de Estações Ferroviárias, apesar de constar no Plano de Legado do Estado, ainda se encontrava sem edital de licitação publicado nem orçamento.

responsabilidade da Prefeitura do Rio[34].

• BRT Transcarioca: Inaugurado em junho de 2014, a ligação entra a Barra da Tijuca e o Aeroporto Internacional Galeão tem 39 km de extensão e 47 estações. Em seu percurso, a Transcarioca conta algumas obras de infraestrutura como uma ponte na Ilha do Governador, um viaduto em Ramos, um arco que cruza Avenida Brasil, além de um mergulhão em Campinho. Na Barra da Tijuca, outro mergulhão e uma ponte estaiada permitiu eliminar o cruzamento entre as avenidas Ayrton Senna e Abelardo Bueno. Construída em dois lotes (da Barra à Penha e da Penha ao Galeão), a Transcarioca contou com investimento total de R$ 1.9 bilhão (R$ 1.1 bilhão financiados pelo BNDES e R$ 790 milhões em contrapartida da Prefeitura do Rio)[35].

• BRT Transolímpica: O percurso do BRT tem extensão total de 24,7 km, 18 estações e ligará a Barra da Tijuca, região onde ficará o Parque Olímpico, a Deodoro, local onde fica o Complexo Esportivo. Entre a Estrada dos Bandeirantes (Jacarepaguá) e a Avenida Brasil (Magalhães Bastos) será construída uma via expressa com 13 km de extensão e pedágio. Além disso, um novo túnel vai ser perfurado no Maciço da Pedra Branca. O custo da Via Expressa é de R$ 1.81 bilhão (R$ 1.33 bilhão pagos pela Prefeitura e 479,2 milhões pela Concessionária privada que explorará a via após a obra). Há ainda custos de R$ 106,5 milhões na construção da Conexão Magalhães Bastos - Deodoro e de R$ 367,7 milhões em desapropriações, todos de responsabilidade da Prefeitura[36].

• Metrô Linha 4: As obras estaduais que contribuirão para a realização dos Jogos são ligadas à construção da Linha 4 do Metrô, segundo o Governo do Estado do Rio de Janeiro, que chegará a Barra da Tijuca. Estão previstas as construções das estações Nossa Senhora da Paz, Jardim de Alah, Antero de Quental, Gávea, São Conrado e Jardim Oceânico, e também a aquisição de quinze novas composições. O início das obras ocorreu em 13 de outubro de 2009 e tem prazo previsto de término para 30 de junho de 2016, com valor total de R$ 9 bilhões. A relação das fontes de financiamento é a seguinte: Tesouro Estadual (R$ 435 milhões); Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (R$ 381 milhões); operação

34 Com informações do site Cidade Olímpica (http://www.cidadeolimpica.com.br) e da publicação "O TCU e as Olimpíadas de 2016: relatório de situação".
35 Com informações do Portal da Transparência, Revista da Acibarra e Cidade Olímpica.
36 Fonte: site Cidade Olímpica e matriz do Plano de Legado.

de crédito (R$ 502 milhões); Banco do Brasil (R$ 1,6 bilhão); BNDES (R$ 4,5 bilhões); Agência Francesa de Desenvolvimento (R$ 780 milhões) e Kfw Bankegruppe (R$ 809 milhões)[37].

• Duplicação do Elevado do Joá: Construção de via elevada e duas novas galerias de túneis em paralelo ao Viaduto das Bandeiras (Elevado do Joá) com duas faixas na direção São Conrado - Barra. Haverá também a construção de uma ciclovia junto às faixas do elevado ao lado do mar. O projeto vai promover a integração entre as ciclovias da Barra da Tijuca e São Conrado, com a inclusão da Ponte da Joatinga. Também serão realizadas obras viárias nos acessos por São Conrado (a partir do Largo de São Conrado) e Barra (Av. Ministro Ivan Lins). O custo da obra é de R$ 459,9 milhões arcado integralmente pela Prefeitura do Rio[38].

• Viário da Barra: O projeto consiste na requalificação urbana e duplicação das Avenidas Abelardo Bueno e Salvador Allende, além da criação de um corredor de BRT de 8,7 Km de extensão com sete estações. A obra incluiu a urbanização da área com melhorias nas calçadas e ruas, adoção de padrões de acessibilidade, iluminação e uma ciclovia. O objetivo é integrar quatro equipamentos: o Parque Olímpico, a Vila dos Atletas, o Parque dos Atletas e o Riocentro. Além disso, o projeto prevê a construção do Terminal Olímpico (conexão das linhas do BRT Transolímpica e Transcarioca) e a construção do Terminal Recreio (conexão do BRT (Transoeste e Transolímpica). O custo das obras é de R$ 514,4 milhões de responsabilidade da Prefeitura[39].

• VLT do Porto: O veículo leve sob trilhos (VLT) terá 28 km de extensão e vai conectar os bairros da Região Portuária ao Centro, incluindo o aeroporto Santos Dumont e passando pelas imediações da Rodoviária Novo Rio, Praça Mauá, Avenida Rio Branco, Cinelândia, Central do Brasil, Praça XV e Santo Cristo. Integrado a outros meios de transporte, como metrô, trens, barcas, BRT, redes de ônibus convencionais e teleférico, pretende melhorar o trânsito da região. O sistema passará também pelos principais equipamentos culturais e turísticos da região. O custo total da obra é de R$ 1.2 bilhão, sendo R$ 532 milhões investidos pelo governo federal e R$ 656,7 fruto da parceria público-privada do Porto Maravilha[40].

37 Fonte: publicação "O TCU e as Olimpíadas de 2016: relatório de situação".
38 Fonte: site Cidade Olímpica e matriz do Plano de Legado.
39 Idem.
40 Idem.

4.2 Coalizões políticas, alianças de classe e empreendimentos imobiliários

> "Esse grupo que iniciou aqui (na Barra) está hoje na Prefeitura, começando tudo de novo, agora com mais estrutura, conhecimento e a experiência de 17 anos de trabalho na região. A Barra é o nosso berço político. Apesar de ter sido o mais votado da cidade, o prefeito Eduardo Paes e todos nós sabemos que foi aqui que tudo começou e nosso coração está na Barra". Luiz Antonio Guaraná, então secretário municipal de Obras no início do primeiro mandato de Eduardo Paes em maio de 2009, em café da manhã com empresários e lideranças do bairro[41].

Como foi visto na seção anterior, o investimento em infraestrutura de mobilidade justificado pelos Jogos Olímpicos soluciona, em primeiro lugar, o principal entrave à expansão da Barra da Tijuca e dos bairros do entorno: o acesso à Baixada de Jacarepaguá. Além disso, a facilidade de acesso tem o objetivo de tornar o bairro uma nova centralidade do Rio de Janeiro, projeto explícito pela coalizão de poder que tornou o bairro o principal centro das Olimpíadas. Em 2016, a Barra estará integrada por três linhas de BRT, passando por dois novos túneis no Maciço da Pedra Branca, e conectada a Zona Sul através da linha 4 do Metrô e da duplicação do Elevado do Joá. O bairro está sendo preparado ainda para a futura demanda de adensamento, com duplicação de vias, construção de pontes, mergulhões, esgotamento e energia. Alguns desses projetos são antigos sonhos do empresariado local, que durante a década de 1970 ainda se organizava e já no fim da década de 1980 tentou se emancipar da cidade, como foi visto no capítulo 2. Apesar de publicizados como grandes inovações, o sistema *Bus Rapid Transit* (BRT) e a construção do túnel da Grota Funda já apareciam nas notícias de jornal do início da década de 1990, como desejos do então subprefeito Eduardo Paes, e foram garantidos ainda em seu primeiro mandato (2009-2012) como prefeito. A Acibarra teve participação ativa na viabilização da linha 4 do Metrô, através de reuniões com o poder público até mesmo em Brasília, como consta relatado na Revista Acibarra[42]. A notícia de que o projeto enfim sairia foi muito comemorada pelos empresários em artigos elogiosos à integração dos governos federal, estadual e municipal[43].

---

41 Café da Manhã da Acibarra - Associação pede apoio do empresariado e do poder público para resolver os maiores problemas da região: trânsito e segurança. Acibarra em Revista. Rio de Janeiro, jun. 2009. Acibarra nº 13, p. 10.

42 Foram analisadas 16 edições da Revista Acibarra, de janeiro de 2009 a janeiro de 2014. Disponíveis para download em http://www.acibarra.org.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=4&Itemid=5.

43 Ney Robson Suassuna, então presidente da Acibarra, escreveu em 2009: "O metrô, que parecia impossível tempos atrás, pela falta de dinheiro e empenho dos governantes anteriores, deu sua primeira pulsação de vida. Assim como criticamos, temos que elogiar a integração dos governos federal, estadual e municipal, sem a qual esse milagre não teria acontecido".

Tabela 1 - Ranking de Bairros, Rio de Janeiro - Vendas Totais Unidades de 2004 a 2013

	Bairro	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
1º	Barra da Tijuca	1139	906	1437	2132	3312	2614	4249	5716	1885	1662	25052
2º	Jacarepaguá	670	296	948	1611	1112	1283	2759	3973	3015	2505	18172
3º	Recreio dos Bandeirantes	479	272	1043	568	644	762	875	1541	2060	1830	10074
4º	Campo Grande	27	0	0	532	455	720	1644	2260	1851	1044	8533
5º	Del Castilho	0	0	0	802	174	9	153	818	732	530	3218
6º	Cachambi	11	25	1	361	164	41	237	373	100	1358	2671
7º	Vila da Penha	127	107	8	150	19	4	572	441	629	514	2571
8º	Méier	200	60	394	318	97	356	390	230	112	82	2239
9º	Tijuca	87	9	5	4	185	119	418	430	640	154	2051
10º	Botafogo	467	227	99	323	270	185	248	52	66	58	1995
11º	São Cristóvão	0	0	179	91	104	240	356	256	95	323	1644
12º	Irajá	0	0	0	157	25	36	710	346	275	34	1583
13º	Catete	67	605	191	270	33	28	6	3	5	4	1212
14º	Centro	0	687	178	0	0	0	2	0	259	55	1181
15º	Engenho da Rainha	0	0	0	0	0	0	336	208	303	194	1041
16º	Parada de Lucas	0	0	0	0	0	57	377	355	113	15	917
17º	Penha	0	0	0	0	0	0	0	0	0	866	866
18º	Santo Cristo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	837	837
19º	Vila Valqueire	0	0	3	92	160	52	100	185	134	30	756
20º	Madureira	0	0	0	0	0	141	134	163	94	122	654
21º	Vargem Grande	49	0	0	0	0	0	292	266	1	10	618
22º	Pavuna	0	0	0	0	42	0	0	0	0	514	556
23º	Vargem Pequena	157	27	0	0	4	0	0	34	104	219	545
24º	Pilares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	397	397
25º	São Conrado	0	20	17	13	18	15	2	230	26	0	341
26º	Engenho de Dentro	0	0	0	42	59	4	107	118	6	0	336
27º	Vila Isabel	1	10	8	7	33	3	34	1	104	120	321
28º	Laranjeiras	29	11	10	2	106	6	45	69	24	16	318
29º	Grajaú	0	0	0	0	0	54	27	1	3	167	252
30º	Maracanã	0	0	0	0	0	0	0	187	56	1	244

Fonte: Relatório Pesquisa Ademi Semestral consolidado pelo autor.

Nos últimos 10 anos, a Barra da Tijuca liderou a venda de unidades do Rio de Janeiro[44], seguida por Jacarepaguá e Recreio dos Bandeirantes. Os três bairros localizados na Baixada de Jacarepaguá representaram juntos 57% das vendas totais da cidade de 2004 a 2013. Também localizado na Zona Oeste, Campo Grande se expandiu principalmente a partir de 2010, com os incentivos do programa federal Minha Casa Minha Vida, e aparece na quarta colocação. Os anos de 2010 e 2011 representaram os picos de venda de unidades na Barra da Tijuca e Jacarepaguá, logo após o anúncio no fim de 2009 de que a região seria principal centro dos Jogos Olímpicos de 2016. A região administrativa da Barra da Tijuca – que inclui ainda os bairros de Camorim, Grumari, Itanhangá, Joá, Recreio dos Bandeirantes, Vargem Grande, Vargem Pequena – quase dobrou em uma década; a população era de 174.353 em 2000 e alcançou 300.823 em 2010. Segundo estudo do Instituto Pereira Passos, da Prefeitura do Rio, a região deve alcançar 394.037 moradores em 2020[45]. As empresas com interesses na região foram as principais doadoras de Eduardo Paes nas eleições de 2008 e 2012, quando o prefeito teve um financiamento muito superior ao de seus adversários. Entre os maiores doadores ap PMDB na campanha municipal de 2012 estão a Carvalho Hosken (Parque Olímpico), a Cyrela (Campo de Golfe), a OAS (Porto Maravilha, Transolímpica e Transcarioca), além da Multiplan, dona do Barrashopping (AZEVEDO, FAULHABER, 2015, p. 30).

Talvez nenhum outro empresário local esteja se beneficiando tanto desse momento de expansão como Carlos Carvalho, dono da Carvalho Hosken, que integrou a delegação brasileira pela candidatura do Rio de Janeiro que foi a Copenhague em 2009. Suas terras e seus empreendimentos se concentram principalmente na zona da Av. Abelardo Bueno – também chamada de eixo Olímpico – e nas avenidas que a cortam (Salvador Allende e Ayrton Senna), limite entre a Barra da Tijuca e Jacarepaguá, onde se concentram as intervenções urbanas e se pretende erguer o Centro Metropolitano. A Carvalho Hosken foi fundada em 1951 e chegou a participar da construção de Brasília. Mas a partir de 1970, quando Carlos Carvalho adquiriu cerca de 10 milhões de metros quadrados na região planejada pelo amigo Lúcio Costa, a empresa – que se autodenomina de desenvolvimento urbano – passou a se

44 O ranking de bairros da Pesquisa Ademi apresenta os dados de unidades escrituradas, mas os relatórios semestrais fazem descritivamente a distinção entre o tipo de unidade, sendo sempre a maioria de unidades residenciais. No segundo semestre de 2013, por exemplo, 71% eram de unidades residenciais, 27% de comerciais e 2% de unidades hoteleiras.

45 Dados disponíveis em http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download/3255_Proje%C3%A7%C3%A3oPopulacional2013-2020_CidadedoRiodeJaneiro_m%C3%A9todoAiBi.pdf. Acesso em 31 jan. 2015.

dedicar exclusivamente a projetos à Barra da Tijuca. Estima-se que Carvalho ainda tenha 6 milhões de metros quadrados de terrenos na região[46].

Outro proprietário de terra beneficiado pela expansão da cidade em direção à Baixada de Jacarepaguá é Pasquale Mauro. O PEU das Vargens e as obras de infraestrutura realizadas no primeiro mandato do prefeito Eduardo Paes garantiram a ele uma sobrevalorização dos terrenos do Grupo Rio Mar[47], que se encontram nessa região da baixada. O empresário italiano, que chegou ao Brasil aos seis anos de idade, possui cerca de 10 milhões de metros quadrados no eixo Barra da Tijuca - Recreio dos Bandeirantes, onde mora na Fazenda Parque Recreio, uma área de 2,5 milhões de metros quadrados ao lado da Av. das Américas; o terreno contíguo, uma área de 5,5 milhões de metros quadrados batizada de Granjas Calábria, também é dele[48].

Carlos Carvalho e Pasquale Mauro faziam parte da lista de quatro grandes proprietários que despontavam como os donos da Barra na década de 1980 e, quase 40 anos depois, ainda mantêm grandes propriedades em atividade especulativa na região. A concentração fundiária no início da ocupação da Barra da Tijuca facilitou o acesso pelo mercado a grandes áreas, garantindo o perfil de alta renda do bairro. Apesar da ampliação da coalizão de poder na região – como será visto adiante –, a concentração fundiária se manteve praticamente inalterada, conjuntura que possibilita que o bairro continue a ser ocupado pela população de maior poder aquisitivo da cidade. Os dois empresários têm personalidades distintas; enquanto Mauro se restringe ao convívio familiar e poucos amigos, Carvalho frequenta as reuniões da comunidade empresarial da Barra e frequentemente é condecorado com a alguma premiação do meio, por se colocar como um empresário ativo no desenvolvimento urbano da região.

Em setembro de 2010, Carlos Carvalho escreveu um artigo de opinião sobre o momento da Barra da Tijuca na preparação para as Olimpíadas que dá a dimensão desse processo em relação à cidade. Neste artigo, Carvalho destaca que[49]:

---

46 Carlos Carvalho, o dono da Barra da Tijuca. Exame.com, 29 jun. 2011. Disponível em http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/995/noticias/carlos-carvalho-o-dono-da-barra-da-tijuca. Acesso em 26 dez. 2014.

47 O Grupo Rio Mar reúne uma empresa voltada para investimentos imobiliários, uma mineradora, o hospital Rio Mar e a casa de festas Ribalta.

48 Pasquale Mauro é alvo de dezenas de processos em que é acusado de posse ilegal na região da Barra. O Globo Online, 3 jul. 2011. Disponível em http://oglobo.globo.com/rio/pasquale-mauro-alvo-de-dezenas-de-processos-em-que-acusado-de-posse-ilegal-na-regiao-da-barra-2720984. Acesso em 28 dez. 2014.

49 Opinião - Carlos Fernando de Carvalho. Acibarra em Revista. Rio de Janeiro, jun. 2009. Acibarra nº 16, p. 8.

> Fatos importantes estão acontecendo para o Rio – e para a Barra – com a preparação para os Jogos Olímpicos de 2016. A cidade, que há mais de 50 anos tem sido relegada por todos os governos, de uma hora para outra vem renascendo. [...]
>
> De 2 de outubro de 2009 até agora, o Rio, que é a mãe dessa nova cidade – a Barra – vai crescer 20 anos em cinco, o que deve acontecer com as ligações viárias que estão sendo feitas e outras importantes, como a Transolímpica, a Transcarioca, a Transoeste e o Metrô Linha 4. Só aí investimentos em médio e curto prazos de mais de R$ 5 bilhões, que não ocorreria se não viessem os Jogos. Assim considerado, entendemos que a Barra vai apresentar essa mesma velocidade de crescimento nos seus 135 milhões de metros quadrados do Plano Piloto.
>
> Não é pouca coisa essa área. Comparada a Barra a outras regiões temos uma ideia melhor de suas dimensões. A Zona Sul, por exemplo, não tem 20 milhões de metros quadrados. O Leblon, que surgiu em 1920, ganhou maioridade há 20 anos. A Barra, que é muito maior, se desenvolveu muito mais rápido e as pessoas não se dão conta disso, ou do que significa.
>
> Quando a região começou a crescer, na década de 1970, Leblon e Ipanema – 60 vezes menores que a Barra – tinham importância capital para o crescimento e desenvolvimento desta. Em pouco tempo essa situação mudou. Aquilo que foi referência perdeu significado, porque as dimensões são incomparáveis e a Barra ganhou autonomia e identidade. O Centro Metropolitano é quatro vezes maior que o centro da cidade. As mais importantes sedes de empresas se mudaram para a região, mas apesar disso, temos que cuidar desse antigo centro também com carinho.
>
> Com a Transoeste virão grandes obras, como o viaduto na Avenida das Américas com a Salvador Allende. A Carvalho Hosken, o Barrashopping e a RJZ Cyrela vão se unir para fazer um mergulhão no encontro da Via Parque com a mesma avenida, que vai melhorar muito o fluxo. Já se falava nisso, mas agora chegou o momento de fazer. As coisas vão acontecendo, como foi quando criamos aquela alça na Abelardo Bueno. Agora a Transoeste nos conduz a esse outro ponto.

Figura 24 - Principais empreendimentos da Barra da Tijuca entre 2010 e 2016.

Fonte: Revista Veja Rio Online. Acesso em 12 jan 2015.

É na Av. Abelardo Bueno e seu entorno – local do Centro Metropolitano – onde o mercado investe suas fichas. Para Carlos Carvalho, a região será um novo centro, “o centro mais elitizado do mundo, com avenidas de até cem metros de largura, enquanto a Rio Branco

tem trinta metros", e para quem o destino do atual Centro é ser o centro histórico[50]. Segundo uma apresentação em inglês da Rio Negócios de junho de 2011, agência criada pela Prefeitura um ano antes para atrair e facilitar a implantação de novas empresas e negócios na cidade, o Centro Metropolitano tem como características ser o *New Central Business District* da cidade, ocupando uma área de 3.2 milhões de metros quadrados, superior ao bairro do Leblon[51]. A apresentação destaca ainda sua localização no centro da região metropolitana, sua nova infraestrutura de transporte que possibilita fácil mobilidade e ainda a proximidade com as áreas olímpicas (Vila dos Atletas, Parque Olímpico e Centro de Mídia). Na mesma linha, o caderno de seis páginas chamado "Cidade Barra", de setembro de 2013, um dos muitos publicado no jornal O Globo, trazia uma série de matérias indicando o local como o de um novo ciclo de crescimento. Em uma das reportagens o título "Londres inspira modelo carioca" e o subtítulo "Perfil da Avenida Abelardo Bueno se assemelha ao da região que reúne empresas globais na capital inglesa" mostra que o objetivo é tornar a zona o local do capital no Rio de Janeiro, expressando a franja do urbanismo neoliberal na cidade.

A Carvalho Hosken possui mais da metade dos lotes do Centro Metropolitano, praticamente toda a porção oeste, sendo os outros do Grupo Teruskin/ Brascan e da Perugia[52]. Na área da Carvalho Hosken, utilizando-se de quatro deles, foi lançado em dezembro de 2013 o Shopping Metropolitano Barra, com 230 lojas e 7 salas de cinema. Estão ainda previstos empreendimentos corporativos, salas comerciais, lojas e condomínios residenciais e, segundo a empresa, o paisagismo será assinado por Burle Marx. Ainda na área de Carlos Carvalho foi construído o primeiro hotel Hilton do Rio de Janeiro, com toda a estrutura padrão cinco estrelas. O hotel conta com cozinha internacional, centro de convenções, *business center* com salas multiuso, além de área de lazer[53]. O projeto foi financiado pelo BNDES.

---

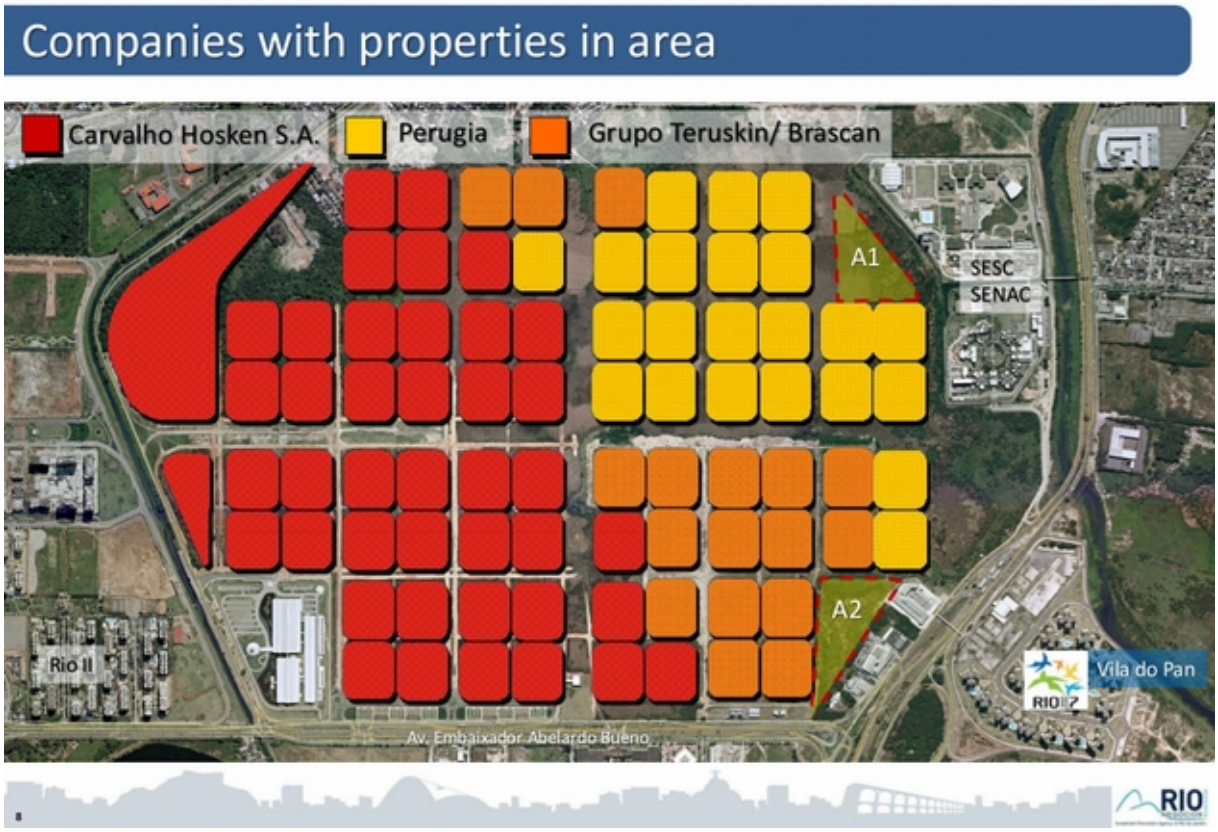
50 "O bairro é o centro do Rio". O Globo Barra, 7 mar. 2013. Disponível em http://oglobo.globo.com/rio/bairros/o-bairro-o-centro-do-rio-7761823. Acesso em 25 dez. 2014.

51 Apresentação da Rio Negócios disponível em http://rio-negocios.com/en/uploads/2011/06/DataCenter_Microsoft.pdf. Acesso em 28 dez. 2014.

52 Segundo apresentação da Rio Negócios. Acesso em 28 dez. 2014. Uma outra apresentação da Prefeitura que parece datar de 2006/ 2007 também traz o mesmo quadro de proprietários. Está disponível em http://pt.slideshare.net/crealty/apresentao-centro-metropolitano. Acesso em 28 dez. 2014.

53 O Centro Metropolitano reúne lazer e diversão em um só lugar. Carvalho Hosken. Disponível em http://carvalhohosken.temp.w3br.com/bairros-planejados/centro-metropolitano. Acesso em 28 dez. 2014.

Figura 25 - Proprietários dos lotes do Centro Metropolitano.



Fonte: Apresentação da Rio Negócios, jun. 2011, p. 8.

Já nas quadras do Grupo Teruskin/ Brascan, em parceria com a Brookield Incorporações, estava em fase final de construção em dezembro de 2014 o Brookfield Place, com três edifícios comerciais. O *Pacific Tower* é uma torre corporativa com espaços para grandes empresas, enquanto *Indic* e *Atlantic Tower* são duas torres que comportam salas menores e se adaptam às necessidades de empresas de menor porte ou de profissionais liberais[54]. A mesma parceria projetou um residencial para o local, o *Soho Residence*, sendo o primeiro dos 19 quarteirões que o Grupo Teruskin possui, que totalizarão cerca de 1,5 milhão de metros quadrados de área total construída no Centro Metropolitano[55].

Outro grande projeto para a área, em terreno do lado oposto da Av. Abelardo Bueno à beira da lagoa de Jacarepaguá, é o *The City Business District*. O empreendimento da PDG em parceria com a Ager, dona do terreno e incorporadora das unidades, aposta que a demanda imobiliária no Rio vai continuar aquecida mesmo depois dos grandes eventos esportivos.

54 Brookfield Incorporações. Disponível em http://www.br.brookfield.com/Empreendimento/Interna/RJ/imovel-salas-comercial-escritorios-barra-da-tijuca-brookfield-place. Acesso em 28 dez. 2014.

55 Apresentação Grupo Teruszkin. Disponível em http://www.grupoteruszkin.com.br/apresentacao. Acesso em 28 dez. 2014.

Maior projeto da PDG no país em 2013, a primeira fase do *The City* terá 50 mil metros quadrados de escritórios, volume que deve saltar para 200 mil ao fim da terceira fase de construção[56]. Segundo as empresas, o Rio ganha seu primeiro *Business District* inspirado nos mais importantes do mundo, principalmente pelo *The City of London*, centro financeiro europeu, sendo um complexo multiuso com uma localização privilegiada e que atende a qualquer demanda.

As Olimpíadas marcam também a entrada de grandes construtoras e incorporadoras nacionais no mercado imobiliário da Barra da Tijuca. É o caso da Queiroz Galvão Desenvolvimento Imobiliário, que inaugurou sua regional carioca em abril de 2010. O residencial *Barra Village House Life* foi o primeiro empreendimento da Queiroz Galvão no Rio, lançado em junho de 2011 no Recreio dos Bandeirantes, local que antes só permitia a construção de casas. A restrição mudou após a aprovação do Plano de Estruturação Urbanística (PEU) das Vargens[57], que permitiu construções multifamiliares de até três andares e viabilizou o empreendimento como um conjunto de prédios baixos, com 324 unidades para classe média e média-alta[58]. Outras empresas que atuam em todo o país e que estão aproveitando o momento da Barra da Tijuca é a Odebrecht Realizações e a Andrade Gutierrez. Até o início de 2012, a Odebrecht Realizações tinha três empreendimentos comerciais lançados na região da Av. Abelardo Bueno. Já a Andrade Gutierrez faz parte do Consórcio Rio Mais, responsável pela construção do Parque Olímpico, e terá disponível quase 400 mil metros quadrados de área edificável na mesma região. Para Pedro Cunha, diretor da regional da Queiroz Galvão Desenvolvimento Imobiliário no Rio, com o reforço do pré-sal e dos Jogos Olímpicos se tornou quase natural formar uma equipe na cidade. A empresa fez dois lançamentos em 2011 e fechou o ano com as vendas no Rio representando 25% do volume total da companhia[59].

Para tornar as regiões conhecidas e cobiçadas, os empreendimentos da Barra investem nos "Projetos de Marketing – O Globo", que são cadernos que apesar de serem informes publicitários se utilizam de fonte e diagramação muito semelhantes as do jornal – no sentido de confundir o leitor para que ele não perceba que a informação se trata de publicidade. As agências de publicidade Binder e Staff, responsáveis pelo lançamento do empreendimento

---

56 PDG e Ager apostam em centro empresarial no RJ. Rio Negócios, 16 out. 2014. Disponível em http://rio-negocios.com/pdg-e-ager-apostam-em-centro-empresarial-no-rj/. Acesso em 28 dez. 2014.
57 Lei Complementar 104/09.
58 A boa herança dos jogos. São Paulo, fev. 2012. Revista Construção Mercado nº 127, p. 37.
59 Rio de oportunidades. São Paulo, fev. 2012. Revista Construção Mercado nº 127, p. 27.

Ilha Pura – futura Vila Olímpica –, detectaram em pesquisa que mesmo as pessoas bem informadas só possuíam informações fragmentadas sobre a região da Av. Abelardo Bueno. Nesse sentido, na primeira fase do plano de comunicação foi utilizada a linguagem jornalística em uma campanha que não citava o empreendimento[60]. Os publicitários entenderam que sem um pleno entendimento as pessoas não poderiam atribuir o real valor aquele novo destino. Um caderno com o título "Cidade Sustentável" foi encartado em O Globo no dia 2 de agosto de 2014 e enviado por e-mail para os potenciais compradores cadastrados no site do Ilha Pura, como se fosse um especial jornalístico feito pelo jornal[61].

As agências de publicidade perceberam ainda que as pessoas se sentiam inseguras ao pensar em investir ou morar em uma nova área ainda "não desbravada". Segundo a apresentação do caso Ilha Pura, o público se entusiasmava pelo conceito do bairro, pelos produtos imobiliários ali existentes, pela conjunção de natureza, modernidade e conforto e pelas "novidades" que ficavam sabendo a respeito da evolução da região, mas ao mesmo tempo deixava transparecer certa insegurança. Para a campanha publicitária decidiu-se então por uma voz conhecida pelo público e que expressa credibilidade, a de Fernanda Montenegro. A atriz interpretou o ponto de vista de uma testemunha ocular do desenvolvimento da Barra da Tijuca no filme "Pedra da Gávea"[62]. Segundo as agências, com sua voz imponente, Fernanda contribuiu decisivamente para ampliar o envolvimento emocional do Ilha Pura e destacá-lo do cenário tradicional do mercado, com o filme sendo exibido na televisão, salas de cinema e internet e tendo impactado centenas de milhares de pessoas[63].

---

60 Apresentação Case Ilha Pura. 24 out. 2014. Disponível em http://pt.slideshare.net/paolastaff/case-ilha-pura. Acesso em 26 dez. 2014.

61 O texto do e-mail era o seguinte: "Cidade Sustentável - Confira o especial do jornal O Globo sobre o eixo natural de expansão da cidade". A primeira página aparecia no corpo do e-mail e o caderno completo anexado em pdf.

62 Disponível em http://youtu.be/OYU_02gHmsI.

63 Segundo apresentação do case ilha Pura, o filme em suas várias versões foi veiculado nos principais canais de Televisão, em 20 salas de cinemas e na Internet alcançou mais de 200.000 visualizações no Youtube, impulsionados também pelo QR Code impresso nos anúncios de jornal e revista. Uma grande campanha digital integrada envolveu: Facebook, Google, Youtube, Globoon, a versão tablet do Globo, sites verticais de classificados de imóveis, portais tais como UOL e Ogon, gerando um total de mais de 50 milhões de impressões e mais de 100 mil acessos ao portal Ilha Pura, garantindo o objetivo de encantar e ampliar o conhecimento sobre o novo bairro.

Figura 26 - Cadernos publicitários informativos sobre a região da Av. Abelardo Bueno no jornal O Globo.

Fonte: O Globo Projetos de Marketing, 27 set. 2013 e 3 ago. 2014.

A publicidade também se utiliza com frequência do Plano Lúcio Costa para valorizar a área do Centro Metropolitano, como se o próprio arquiteto chancelasse os projetos, apesar de historicamente as distorções do plano terem sido provocadas justamente por pressão dos empreendedores imobiliários no sentido de maximizar a sua rentabilidade[64]. Além disso, no Plano Lúcio Costa o novo Centro Metropolitano seria erguido em terra púbica. O Decreto nº 324, de 3 de março de 1976, declarava de utilidade pública para fins de desapropriação a área de 4 km² para implantação em escala definitiva do Centro Metropolitano, o que nunca aconteceu, como explicado no relatório final do Grupo de Trabalho[65] constituído por representantes de vários setores da Prefeitura para fixar as diretrizes para a urbanização do local, publicado em julho de 2006[66]:

> A desapropriação da área, atendendo ao Decreto E nº 7.777, de 5 de março de 1980 do extinto Estado da Guanabara, não foi efetivada, ficando a posse da terra em mãos privadas. Em obediência ao Plano não foi executada a urbanização da área, ficando a planície todos esses anos esperando a sua ocupação. Em janeiro de 1980 foi realizado um estudo, pela extinta Superintendência de Desenvolvimento da Barra da Tijuca (SUDEBAR), que considerou duas alternativas para a área: ou prosseguir com a desapropriação, garantindo para a Administração os benefícios sociais e econômicos decorrentes da futura implantação ou fazer aprovar o detalhe do PA 8997, definindo as quadras e as áreas a serem obtidas por doação. A primeira alternativa não se concretizou, a segunda foi executada pelos dois PA/PALs que compõem a maior porção do Centro Metropolitano, os de número 38.883 e 40.481.

O documento explica ainda que o decreto nº 3.046, de 27 de abril de 1981, permitiu que a área pudesse ser transformada em um bairro com residências, comércio, serviços e hospedagem. A escala originalmente prevista pelo urbanista também foi revista: dos originais 70 pavimentos, o que lhe conferia a posição de marco da Baixada de Jacarepaguá, são previstos atualmente no máximo 35 pavimentos em algumas quadras, baixando até 5 pavimentos, em função do Cone de Aproximação do Aeroporto de Jacarepaguá.

Segundo o GT, a necessidade do trabalho comandado pela Secretaria Municipal de

64 "O que se observa é que empreendimentos retomam a bandeira do Plano Piloto, pelo que ele vende como valor. Como uma chancela de qualidade. Eu creio que não é mais possível falar em Plano Piloto, porque tamanhas foram as alterações, e elas acontecem há tanto tempo, que na realidade é muito difícil dizer que algo hoje corresponde rigorosamente às diretrizes do plano". Opinião do arquiteto Gerônimo Leitão, autor do livro "A construção do eldorado urbano: o Plano Piloto da Barra da Tijuca e da Baixada de Jacarepaguá, 1970/1988". Plano Lucio Costa: os descaminhos da ocupação da Barra. O Globo Online, 28 abr. 2013. Disponível em http://oglobo.globo.com/rio/plano-lucio-costa-os-descaminhos-da-ocupacao-da-barra-8231929. Acesso em 28 dez. 2014.

65 GT criado através do Decreto nº 26.556 de 26 de maio de 2006.

66 Relatório que foi publicado no "Rio Estudos" encartado na edição de 27 de julho de 2006 do Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro. Disponível em https://br.groups.yahoo.com/neo/groups/ouvidoriadabarra/conversations/messages/14332. Acesso em 26 dez. 2014.

Urbanismo ficou patente a partir do momento em que foram propostos três projetos viários para a zona abrangendo quadras distintas, que propunham urbanizar parcialmente as ruas, o que se fosse efetivado quebraria sua unidade. Além disso, se intensificava a ocupação de áreas adjacentes e o aumento do uso da infraestrutura sem os investimentos necessários para atender o incremento de demanda. O grupo de trabalho terminava sua justificativa frisando que a urbanização do Centro Metropolitano é obrigação dos proprietários dos seus terrenos, por força da assinatura dos respectivos Termos de Urbanização, mas os parâmetros de como ela se processará devem ser estabelecidos pelo poder público. No entanto, como foi visto na primeira seção desse capítulo, toda a urbanização vem sendo empreendida ou pela Prefeitura ou através de engenhosas parcerias público-privadas de benefício privado.

Além de despontar como uma nova centralidade no eixo da Av. Abelardo Bueno, a tendência de urbanização da Barra da Tijuca, que se consolidou nos anos 2000, é a criação do que as construtoras chamam de minibairros, ou megacondomínios com dezenas de edifícios e ampla estrutura de serviços. O primeiro foi o Rio 2, lançado pela Carvalho Hosken em 1999 e um dos primeiros grandes empreendimento da Av. Abelardo Bueno, que levou 10 mil pessoas a morarem em 25 edifícios na área de 600 mil metros quadrados[67]. Nos anos seguintes, a Carvalho Hosken lançou o Península – local destinado a Exposição Internacional de 1972 –, o Cidade Jardim – próximo ao Rio 2 – e vai lançar o Ilha Pura em 2016. Totalmente privados, bairros como o Península possuem curso de inglês, delicatessen, pet shop, farmácias, praça de alimentação, clínica de estética, salão de beleza, barbearia, loja de material esportivo, papelaria, loja de suplementos, loja de cama mesa e banho, loja de informática, locadora, livraria, escola de música, escola de dança, lavanderia, clube infantil[68] e até igrejas. Seus moradores de fato não precisam sair do local para ter acesso a todo tipo de serviço.

A administração das áreas do bairro fica por conta da Associação de Moradores, e sua constituição é uma das primeiras ações das construtoras em projetos de megacondomínios, resolvendo assim entre proprietários as necessidades que em qualquer outro lugar da cidade seriam demandadas à Prefeitura. Carlos Felipe Andrade de Carvalho, descrito como um jovem empreendedor de 33 anos pela Revista da Acibarra e que, em 2011, acumulava o cargo de vice-presidente da Carvalho Hosken e de presidente da Associação de Moradores da

67 Barra cresce para seu interior, com minibairros com completa estrutura de lazer e serviços. Revista Zap Imóveis – Reprodução O Globo Online, 15 set. 2008. Disponível em http://revista.zap.com.br/imoveis/barra-cresce-para-seu-interior-com-minibairros-com-completa-estrutura-de-lazer-e-servicos/. Acesso em 29 dez. 2014.

68 Península, um Bairro ecologicamente planejado. Disponível em http://www.carvalhohosken.com.br/bairros-planejados/peninsula. Acesso em 30 dez. 2014.

Península (ASSAPE), explica que o diferencial da Península como um bairro da cidade planejado é a sua gestão participativa. Segundo o neto de Carlos Carvalho, "a Península foi concebida dentro de padrões arquitetônicos modernos e com o que existe de mais avançado em termos de equipamentos urbanos, para se valorizar com o tempo e ser uma referência para a cidade". Os equipamentos, como dois imensos parques com campo de golfe, nove quadras de tênis, quatro quadras de areia, campo de futebol, campo de bocha e quatro quadras polivalentes são de uso exclusivo dos proprietários. "Portanto, nada mais legítimo do que fazer a sua gestão através dos seus próprios moradores, os maiores interessados por manter aquela qualidade de vida e a valorização daquele patrimônio"[69].

Na PPP do Parque Olímpico, está prevista a manutenção por concessão da área construída pelo consórcio de empreiteiras por um período de 15 anos. O local será gradativamente ocupado por empreendimentos imobiliários e onde se pretende criar um novo bairro após a realização dos Jogos Olímpicos em 2016. Ao que tudo indica, o mesmo modelo de gestão privada dos minibairros será utilizado pelo consórcio de empreiteiras[70].

69 Entrevista Carlos Felipe Andrade de Carvalho. Acibarra em Revista. Rio de Janeiro, jan. 2011. Acibarra nº 18, p. 28.

70 Não se sabe certo, já que a área que será de domínio comum do Parque Olímpico após 2016 ainda não foi comunicada pelo Consórcio Rio Mais, como consta na seção de Impropriedades do relatório do TCMRJ: "Em relação à infraestrutura urbana do Parque Olímpico é preciso esclarecer o que virá a ser de domínio comum, como por exemplo ruas, praças e outras áreas públicas. Vale ressaltar que 11 lotes do terreno da área do Parque Olímpico, de titularidade do Município do Rio de Janeiro, serão transferidos para o Consórcio-Rio Mais para posterior exploração imobiliária. Solicita-se que a jurisdicionada descreva como serão definidas as partes de domínio comum do Parque Olímpico no modo legado". Relatório TCMRJ - SGCE/1ª, 2ªe 4ª Inspetorias Gerais de Controle Externo. Processo: 040/8623/2012. Autuação: 27/12/12. Referente às visitas 11ª, 12ª, 13ª e 14ª visitas, 30/10/2013, 27/11/2013, 08/01/2014 e 29/01/2014. p. 15.

Figura 27 - Publicidade do Pontal Oceânico, novo bairro no fim do Recreio.

Fonte: O Globo, 25 mai. 2013

Esse conceito foi adotado também no Pontal Oceânico, bairro planejado pelas construtoras Calçada, Calper, Even, Gafisa e RJZ Cyrela, localizado no fim do Recreio e que receberá uma das Vilas de Mídia dos Jogos Olímpicos. Sua viabilização foi possível através do PEU das Vargens – editado pela Prefeitura do Rio e aprovado em tempo recorde na Câmara dos Vereadores em novembro de 2009 –, que ampliou o potencial construtivo de toda a zona, e pela duplicação da Av. das Américas e a criação de infraestrutura de transporte público com o BRT Transoeste. O PEU das Vargens foi muito criticado por urbanistas, já que a área, destinada no Plano Lúcio Costa à agricultura com sítios e chácaras, é de difícil urbanização e sujeita a alagamentos. A região, que incluiu os bairros de Vargem Grande, Vargem Pequena, Camorim e parte de Recreio, Jacarepaguá e Barra, em uma área de 52 Km² – maior que o bairro da Barra da Tijuca que possui 48 Km² –, foi dividida em 11 setores,

variando entre dois e 18 andares. Há a opção de se pagar a outorga onerosa à Prefeitura, podendo assim erguer mais pavimentos[71]. Além de toda essa área, a abertura do Túnel da Grota Funda fez com que a pressão imobiliária atravessasse a serra. Os sítios de Guaratiba – muitos voltados para a produção de plantas ornamentais, cultivo tradicional do local onde morou Burle Marx – estão sendo desmontados e loteados de forma irregular para formar condomínios fechados. A região não tem infraestrutura adequada de saneamento nem um plano urbanístico[72].

Outro Projeto de Lei Complementar (113/2012) polêmico foi aprovado em dezembro de 2012 na Câmara dos Vereadores, alterando parâmetros ambientais e urbanísticos na Barra para viabilizar a construção do campo de golfe dos Jogos Olímpicos. Pasquale Mauro – dono do terreno – já havia licenciado na Prefeitura o projeto de um campo de golfe de menor porte na área logo após o lançamento do condomínio Riserva Uno, empreendimento do Grupo Rio Mar com a RJZ Cyrela, em setembro de 2007. Para aumentar o tamanho do campo de golfe, 58 mil metros quadrados de uma Zona de Conservação da Vida Silvestre da APA da Lagoa de Marapendi foram incorporados à área de Pasquale Mauro, que se beneficiou também de potencial construtivo transferido para outras áreas da Barra e Recreio. O negócio vai valorizar ainda os cinco lotes vizinhos, previstos para abrigar novos condomínios da grife Riserva[73], onde será possível erguer até 22 blocos de apartamentos com 22 andares em área total construída de 600 mil metros quadrados.

O acordo foi selado no dia 30 de outubro de 2012 num café da manhã no Palácio da Cidade, com a presença do prefeito Eduardo Paes, do presidente do Comitê Rio 2016 Carlos Arthur Nuzman, de Pasquale Mauro e de Armínio Fraga, que liderava os empresários interessados em executar o projeto[74] e que é integrante do *Golf Advisory Council*, que assessora o Comitê Olímpico Brasileiro (COB). A construção do campo golfe e das instalações olímpicas foram orçadas em R$ 60 milhões e a administração após os Jogos

---

71 Peu das Vargens, uma feroz especulação imobiliária. O Globo online, 29 set. 2013. Disponível em http://oglobo.globo.com/rio/peu-das-vargens-uma-feroz-especulacao-imobiliaria-10190392. Acesso em 30 dez. 2014.

72 Guaratiba: a primeira vítima da Transoeste. Cidades Possíveis, 9 jul. 2012. Disponível em http://cidadespossiveis.tumblr.com/post/26816873856/guaratiba-a-primeira-vitima-da-transoeste. Acesso em 30 dez. 2014.

73 Pasquale Mauro é alvo de dezenas de processos em que é acusado de posse ilegal na região da Barra, 3 jul. 2011. Disponível em http://oglobo.globo.com/rio/pasquale-mauro-alvo-de-dezenas-de-processos-em-que-acusado-de-posse-ilegal-na-regiao-da-barra-2720984. Acesso em 3 jan. 2015.

74 Projeto de Paes muda parâmetros ambientais para setor privado construir campo de golfe na Barra. O Globo online, 2 nov. 2012. Disponível em http://oglobo.globo.com/rio/projeto-de-paes-muda-parametros-ambientais-para-setor-privado-construir-campo-de-golfe-na-barra-6618880. Acesso em 3 jan. 2015.

deverá ser feita através de uma parceria entre a Prefeitura e o COB, que vai instalar uma academia de golfe no local. Pelo acordo, o terreno foi arrendado por 25 anos, renováveis por mais 25. O acesso ao campo de golfe não será exclusivo dos moradores dos condomínios, mas para utilizá-lo será preciso pagar uma taxa que não teve o valor revelado. Para Paes, o golfe é um importante ponto de atração turística de grandes empresários ao redor do mundo[75].

4.2.1 Projeto Olímpico e remoções em áreas de incorporação imobiliária

A resistência das comunidades da Barra da Tijuca contra a remoção, como foi visto no capítulo 2, remonta o início dos anos 1990. Na década seguinte, o tema voltou à tona com a série de reportagens do jornal O Globo iniciada em setembro de 2005 que destacava a omissão da Prefeitura diante do que seria um crescimento desordenado das favelas cariocas, chamada "Ilegal. E daí?" (COMPANS, 2007). O jornal avaliava que "a política de não-remoção acrescida ao descontrole da expansão e/ou surgimento de ocupações irregulares" vinha "inviabilizando a vocação turística do Rio de Janeiro"[76]. O debate que se seguiu teve como consequência uma ação movida pelo Ministério Público Estadual solicitando à Prefeitura a remoção de 13 áreas favelizadas. Mas a política de remoção de favelas voltou à pauta do dia com a chegada de Eduardo Paes à Prefeitura, em 2009. Em 2 de outubro daquele ano, o Rio de Janeiro foi escolhido sede das Olimpíadas de 2016. Dois meses depois, o prefeito anunciou a meta de reduzir em 3,5% (1,6 milhão de metros quadrados, o equivalente a duas Rocinhas) as áreas ocupadas por favelas no Rio[77]. As Olimpíadas então se tornariam o principal argumento da Prefeitura para a remoção.

O cartão entregue pelo assessor da subprefeitura da Barra da Tijuca e Jacarepaguá aos moradores Largo do Tanque, removidos em fevereiro de 2013 durante a construção da Transcarioca, trazia a marca dos Jogos Olímpicos. O símbolo reforçou a pressão exercida sobre os moradores, que não deveriam se opor a um evento tão importante para a cidade e para o país. O Pan-Americano de 2007 já havia sido marcado pela derrubada de casas no entorno da Vila do Pan, próxima ao Centro Metropolitano, e na região da Av. Abelardo Bueno,

---

75 Golfe 2016: E o vencedor é... Gil Hanse. Golfe.esp.br, 2 mar. 2012. Disponível em http://www.golfe.esp.br/?s=noticias&id=4034. Acesso em 3 jan. 2015.

76 Trecho da edição de 17 out. 2005.

77 Plano Estratégico: Paes quer reduzir em 3,5% total da área de favelas até 2012. Extra, 5 dez. 2009. Disponível em http://extra.globo.com/noticias/rio/plano-estrategico-paes-quer-reduzir-em-35-total-da-area-de-favelas-ate-2012-207796.html . Acesso em 23 jan. 2015.

nas comunidades do Canal do Cortado, Arroio Pavuna e Canal do Anil. A prefeitura, no entanto, não teve força o suficiente para executar o plano que previa a remoção de 17 favelas da Zona Oeste[78], incluindo a Vila Autódromo. Com Eduardo Paes eleito e a conjuntura de grandes obras e financiamento federal para a construção de conjuntos habitacionais, no contexto das medidas anticíclicas para conter a crise econômica de 2008, consolidou-se um novo momento de avanço contra o direito à moradia das famílias da região.

Durante a construção da Transoeste de 2010 a 2012, obra fundamental para levar infraestrutura a área que está sendo incorporada pelas construtoras, centenas de famílias foram removidas[79] em três comunidades da região – Vila Recreio II, Vila Harmonia e Restinga. Porém, boa parte dos terrenos não foi utilizada o que chamou a atenção do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, que investiga a denúncia feita pelo Comitê Popular da Copa e Olimpíadas[80] – que organizou uma missão ao local com a Anistia Internacional e a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Vereadores em setembro de 2013 – de que as remoções teriam sido feitas em benefício do mercado imobiliário[81]. Entre o Túnel da Grota Funda, próximo onde ficava a Vila Recreio II, e o shopping Recreio, ao lado do terreno onde se encontrava a Vila Harmonia, está sendo construído o primeiro empreendimento do Pontal Oceânico, que abrigará jornalistas durante as Olimpíadas de 2016. Após os Jogos, o local será mais um condomínio da região, com apartamentos que estão sendo comercializados com preços entre R$ 415 mil e R$ 937 mil[82]. O vice-presidente da RJZ Cyrela, Rogério Zylbersztajn, disse acreditar muito no sucesso do bairro que deve atrair jovens de classe média alta[83]. Os moradores removidos relataram que o prefeito Eduardo Paes anunciou a

78 Favelados e prefeito trocam farpas sobre obras do Pan. G1, 26 abr. 2007. Disponível em http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL27475-5606,00-FAVELADOS+E+PREFEITO+TROCAM+FARPAS+SOBRE+OBRAS+DO+PAN.html. Acesso em 4 jan. 2015.

79 Segundo a Assessoria de Comunicação Social da Secretaria Municipal de Habitação, em e-mail assinado por Celia Abend, no total 666 famílias foram removidas e reassentadas nas obras da Transoeste. E-mail recebido pelo autor em 20 set. 2013.

80 O Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro é um grupo que reúne movimentos sociais, organizações, representantes de comunidades, pesquisadores e outras entidades e pessoas críticas à forma como estão sendo geridos os recursos e como estão sendo feitas as transformações urbanas para a Copa e as Olimpíadas na cidade. Mais informações em https://www.facebook.com/ComitePopularCopaRJ.

81 Ministério Público vai investigar denúncia de desapropriações desnecessárias no Rio. Agência Brasil, 9 set. 2013. Disponível em http://ebc.com.br/noticias/brasil/2013/09/ministerio-publico-vai-investigar-denuncia-de-desapropriacoes-desnecessarias. Acesso em 29 dez. 2014.

82 Prefeitura está à procura de novas acomodações para jornalistas que vêm cobrir as Olimpíadas. O Globo Online, 9 abr. 2013. Disponível em http://oglobo.globo.com/economia/imoveis/prefeitura-esta-procura-de-novas-acomodacoes-para-jornalistas-que-vem-cobrir-as-olimpiadas-8067298. Acesso em 29 dez. 2014.

83 Mercado imobiliário cria bairro e dá novo nome ao final do Recreio. O Globo, 25 mai. 2013. Disponível em http://oglobo.globo.com/economia/imoveis/mercado-imobiliario-cria-bairro-da-novo-nome-ao-final-do-recreio-8497543. Acesso em 7 nov. 2013.

empresários, na inauguração das obras do Túnel da Grota Funda, no fim de 2010, que a Zona Sul ia até a serra da Grota Funda, demarcando onde pobres e ricos deveriam se localizar após as intervenções públicas.

Segundo Renata Neder[84], assessora de Direitos Humanos da Anistia Internacional no Brasil, as remoções no Recreio aconteceram sem notificação, com indenizações muito baixas – forçando os moradores a ficarem na informalidade – e a alternativa de reassentamento foi em área muito distante. Com o objetivo de investigar a situação, uma missão da Relatoria do Direito à Cidade da Plataforma Dhesca[85], em parceira com diversas organizações[86], visitou 10 comunidades[87] em diferentes regiões da cidade em maio de 2011. O grupo sistematizou em um relatório os impactos dessas intervenções e o padrão de violações por parte da Prefeitura, que envolve coação, perseguição de moradores que procuram a justiça e baixo valor de indenizações[88]. A missão constatou também que as intervenções urbanas estão vinculadas a processos de valorização de determinadas áreas da cidade, que passam a ser de interesse do setor imobiliário. Os principais exemplos são as comunidades removidas na região da Barra da Tijuca e as remoções e intervenções nas ocupações e comunidades da zona portuária. A relatoria da Plataforma Dhesca caracterizou esse processo como de espoliação urbana, em que os imóveis em posse das classes populares são adquiridos por outros agentes sociais econômicos a preços aviltados, e através de processos de revitalização ou reurbanização, transformados em novos ativos nos circuitos de valorização econômica, permitindo altos ganhos de capital.

Outra comunidade da Barra da Tijuca que sofre há mais de 20 anos com ameaças de remoção é a Vila Autódromo. Das três comunidades marcadas para serem retiradas no início da década de 90 – as outras eram Via Parque e Vila Marapendi – a Vila Autódromo foi a única

---

84 Entrevista ao autor em 5 set. 2013.

85 A Plataforma Dhesca Brasil é uma articulação nacional de 36 movimentos e organizações da sociedade civil que desenvolve ações de promoção, defesa e reparação dos Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (doravante abreviados em Dhesca), visando o fortalecimento da cidadania e a radicalização da democracia. Disponível em http://www.dhescbrasil.org.br/

86 A missão foi realizada entre os dias 18 e 20 de maio de 2011 em parceria com o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro, Conselho Popular do Rio de Janeiro, Fórum Nacional de Reforma Urbana, Pastoral de Favelas, Central de Movimentos Populares – CMP, Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM, Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, Grupo de Trabalho GT Conflitos do Conselho das Cidades, Rede Contra Violência, Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza ETTERN – IPPUR/UFRJ e Observatório das Metrópoles – IPPUR/UFRJ, e com a participação, no dia 20 de maio, da Relatora Especial da ONU para a Moradia, Raquel Rolnik.

87 As visitas envolveram as seguintes comunidades: Comunidade do Campinho, Vila Autódromo, Vila Harmonia, Restinga, Recreio II, Estradinha, ocupações na Rua do Livramento e na Rua Machado de Assis, Comunidade do Morro da Providência e Comunidade do Metrô Mangueira.

88 O relatório completo está disponível em http://bit.ly/DireitoCidadeDhesca2011

que resistiu, e as famílias conseguiram o título de posse dos lotes em 1993 emitido pelo Governo do Estado. A comunidade, localizada na esquina da Av. Salvador Allende com a Av. Abelardo Bueno, está no centro de todos os interesses que envolvem a construção do Centro Metropolitano e das instalações Olímpicas. As famílias ocupam uma área ao lado do antigo Autódromo de Jacarepaguá, onde será erguido o Parque Olímpico através de uma parceria público-privada. A responsabilidade da remoção – que na minuta preliminar do edital citava nominalmente a Vila Autódromo[89] – é da Prefeitura do Rio, conforme item 5.2.1 do edital de licitação da PPP, nos seguintes termos:

> 5.2.1 Os imóveis da Contraprestação a serem transferidos à Concessionária, objeto da Contraprestação Imobiliária por Conclusão de Etapa, encontram-se descritos no Anexo 17 sendo de responsabilidade do Poder Concedente a regularização da sua titulação, bem como a resolução de eventuais concessões ou permissões de uso incidentes, com a posterior transferência definitiva à Concessionária livres e desembaraçados, desimpedidos de obstáculos físicos ou ônus e encargos jurídicos, nos termos da Minuta do Contrato, da Minuta de Promessa de Alienação Onerosa em Garantia, Anexo 3.

No entanto, o projeto vencedor do Concurso Internacional Parque Olímpico Rio 2016 prévio ao edital de licitação, promovido pelo IAB e que teve como 1º lugar o escritório de arquitetura inglês Aecom, reconheceu a legítima presença da Vila Autódromo na região. Além do *Master Plan* do Parque Olímpico considerar quase a totalidade da comunidade, o projeto previa como legado dos Jogos a Vila Autódromo urbanizada, o que pode ser visto em imagens de projeção da região do Parque Olímpico em 2030[90].

A Prefeitura do Rio, indo de encontro ao projeto vencedor, insistiu na remoção para um condomínio do programa federal Minha Casa Minha Vida chamado Parque Carioca, relativamente próximo ao antigo Autódromo[91]. As primeiras famílias iniciaram a mudança em março de 2014, no entanto há moradores decididos a não sair. A Prefeitura tem apostado em

---

89 Conforme item 5.3 (iii): "A emissão da Ordem de Início somente poderá ocorrer após a entrega do Imóvel à Concessionária livre, desimpedido e desembaraçado de qualquer obstáculo físico ou ônus e encargos jurídicos, incluindo a verificação cumulativa dos eventos abaixo descritos, sem prejuízo das demais condições apontadas no presente Contrato: (iii) Desocupação da totalidade da área atualmente ocupada pela comunidade denominada "Vila Autódromo", mediante a regularização da situação imobiliária perante o 9º Registro Geral de Imóveis (incluindo todas e quaisquer parcelas que tenham sido acrescidas ao Imóvel em decorrência de aterros, aluviões, avulsões etc.);". Disponível em http://bit.ly/sMX8Zs. Acesso em 30 dez. 2014.

90 O site oficial do Concurso Parque Olímpico Rio 2016 (http://concursoparqueolimpicorio2016.iabrj.org.br/) foi tirado do ar, mas as imagens ainda podem ser vistas em http://cidadespossiveis.tumblr.com/post/11657699932/vila-autodromo-no-projeto-olimpico-rio-2016. Acesso em 30 dez. 2014.

91 O que se mostrou uma exceção ao padrão de remoção e reassentamento da Prefeitura do Rio, conforme mapa de reassentamento produzido pelo arquiteto Lucas Faulhaber.

altíssimas indenizações para conseguir demolir todas as casas até 2016; até maio de 2015 já haviam sido gastos R$ 95 milhões[92]. O valor é proporcional a importância da retirada da Vila Autódromo para a viabilização do projeto de elitização do eixo da Av. Abelardo Bueno, já que em outras áreas da cidade as indenizações se caracterizam por serem muito baixas e há casos de famílias que nada receberam ao perder suas casas e comércio[93].

Segundo o relatório do TCMRJ[94], em reunião no dia reunião de 8 de janeiro de 2014, os auditores questionaram qual seria o impacto da demora da desocupação da Vila Autódromo nas obras do Parque Olímpico. A RIOURBE – Empresa Municipal de Urbanização – respondeu que na eventual demora ou impossibilidade de se retirarem todos os imóveis, haveria a possibilidade de adaptação das obras necessárias ao local, desde que fosse disponibilizada uma faixa de acesso ao Município para escoamento e drenagem. Ainda segundo o documento, estão previstos para a área um estacionamento e uma área de proteção ambiental. No dia 19 de dezembro de 2014, a Prefeitura do Rio divulgou um vídeo com imagens do futuro Parque Olímpico. A previsão é que nada seja construído no local da Vila Autódromo, que aparece nas imagens como um amplo espaço vazio asfaltado, o que contradiz o argumento muito repetido pela Prefeitura de que o terreno da comunidade serviria aos Jogos Olímpicos de 2016.

O prefeito Eduardo Paes – que em seu mandato já removeu uma quantidade de pessoas superior a soma dos prefeitos Pereira Passos (1902 - 1906) e Carlos Lacerda (1961 - 1965), frequentemente lembrados pela violência de suas políticas de remoção de favelas (AZEVEDO, FAULHABER, 2015, p. 36) – chegou a dizer que Vila Autódromo seria a única comunidade que estaria sendo retirada por causa das Olimpíadas. No entanto, as indenizações, a compra do terreno e a construção do Parque Carioca não constam em nenhum dos três orçamentos olímpicos. Apenas para a construção dos edifícios do conjunto habitacional para o reassentamento das famílias foram gastos R$ 105 milhões[95], o que demonstra o alto custo

92 Apesar de indenizações milionárias, prefeitura não consegue acabar com a Vila Autódromo. O Globo, 14 mai. 2015. Disponível em http://oglobo.globo.com/rio/apesar-de-indenizacoes-milionarias-prefeitura-nao-consegue-acabar-com-vila-autodromo-16153064. Acesso em 17 mai. 2015.

93 Moradores removidos por obra olímpica há dois anos continuam sem indenização no Rio de Janeiro. Justiça Global, 17 dez. 2012. Disponível em http://global.org.br/programas/moradores-removidos-por-obra-olimpica-ha-dois-anos-continuam-sem-indenizacao-no-rio-de-janeiro/. Acesso em 1 fev. 2015.

94 Relatório TCMRJ - SGCE/1ª, 2ªe 4ª Inspetorias Gerais de Controle Externo. Processo: 040/8623/2012. Autuação: 27/12/12. Referente às visitas 11ª, 12ª, 13ª e 14ª visitas, 30/10/2013, 27/11/2013, 08/01/2014 e 29/01/2014. p. 30.

95 Famílias de Vila Autódromo vão para o Parque Carioca. Agência Brasil, 15 abr. 2014. Disponível em http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-04/familias-de-vila-autodromo-vao-para-o-parque-carioca. Acesso em 10 jan. 2015.

público para afastar moradores de baixa renda de um local de interesse da incorporação imobiliária. A remoção parcial da Vila Autódromo, considerando as indenizações, a compra do terreno para o reassentamento das famílias e a construção do Parque Carioca, superava os R$ 200 milhões em 2015.

Figura 28 - Legado de 2030 do Projeto Olímpico com Vila Autódromo preservada.

Fonte: AECOM, 2011

Figura 29 - Vídeo da Prefeitura do Rio sobre o Parque Olímpico sem a Vila Autódromo.

Fonte: Prefeitura do Rio, dez. 2014

A comunidade têm sofrido também com a pressão da imprensa. Após indicar sem qualquer motivo que seus moradores estavam praticando assaltos na fila de entrada do Rock in Rio[96], o jornal O Globo destacou em sua manchete de capa do dia 5 de outubro de 2011: "Após o rock, Rio removerá favela para as Olimpíadas", e na página 12: "Vila Autódromo na reta final". Segundo o editorial do jornal do dia 6 de outubro, a Copa do Mundo e as Olimpíadas seriam "a chance de o Rio enfrentar desafios impostos pela ocupação anárquica". E ainda o quadro opinativo da matéria trazia as seguintes informações "ALERTA: A acertada decisão de se remover a Vila Autódromo, na Barra, atende a interesses urbanísticos da cidade e a compromissos do Rio com a realização dos Jogos Olímpicos". E completa afirmando que a política de remoção contrariaria conhecidos interesses políticos, ideológicos e especulativos da indústria de ocupações ilegais. O jornal recuperou, assim, o argumento central utilizado nas remoções da região na década de 90, de que as favelas seriam fruto de uma suposta indústria de ocupações ilegais, e não resultado do deficit habitacional que faz com que os trabalhadores construam a sua própria moradia em toda a cidade, da qual a Barra faz parte. As reportagens sobre a Vila Autódromo – e outras comunidades que passavam por processo de

96 O jornal citou assaltos no Rock in Rio e lembrou que "a ação ocorreu bem em frente a Favela Vila Autódromo". Os assaltos, no entanto, em sua maioria haviam sido dentro da Cidade do Rock. Disponível em http://cidadespossiveis.tumblr.com/post/10595393612/rock-in-rio-no-primeiro-dia-publico-enfrentou. Acesso em 30 dez. 2014.

remoção na preparação para as Olimpíadas – costumam invisibilizar a resistência dos moradores a dar como certa a remoção. Depois do Rock in Rio de 2011, que segundo O Globo marcaria o fim da Vila Autódromo, houve outro festival em 2013 e as famílias permaneciam no local[97].

Já a Vila União de Curicica pode se tornar a maior remoção das Olimpíadas de 2016, caso se concretize segundo os planos iniciais da Prefeitura, atingindo 881 famílias. A comunidade que se encontra no caminho da Transolímpica, no entanto, já esteve no mapa de urbanização da Prefeitura. O edital do Morar Carioca contemplou a Vila União, o contrato com o escritório de arquitetura Corcovado foi assinado em 2012 e em maio do mesmo ano começou o trabalho de campo. Mas o agrupamento não passou da fase de diagnóstico e acabou sendo excluído. Apesar de documentos públicos demonstrarem que a comunidade seria urbanizada, a subprefeitura da Barra nega e diz que desde o início a Vila União de Curicica fazia parte do traçado da Transolímpica, segundo a assessora Nida Rego[98]. Após a comunidade iniciar a sua organização contra a remoção e criar uma Comissão de Moradores, se articular com movimentos sociais e promover algumas manifestações, a Prefeitura apresentou no dia 22 de dezembro de 2014 um novo traçado ainda em estudos que diminui o número de famílias removidas para 191. No entanto, em nova reunião com a subprefeitura no início de 2015, o número de famílias removidas subiu outra vez.

A imagem revela que o antigo traçado em curva atingiria exatamente a comunidade, diferente do novo em linha reta. Não é a primeira vez que a Transolímpica faz uma curva para atingir uma comunidade de baixa renda. Em um vídeo da Prefeitura publicado em janeiro 2012, a Vila Autódromo também estaria no caminho dessa via expressa que ligará a Barra da Tijuca a Deodoro. Além do interesse do mercado imobiliário em retirar os moradores pobres, o custo das desapropriações também poderia explicar as opções de traçado. Em assentamentos informais as indenizações são mais baixas, pois a Prefeitura costuma indenizar apenas as benfeitorias, não reconhecendo o direito à posse da terra dessas famílias[99].

---

97 O Rock in Rio é organizado por Roberto Medina, dono do Grupo Artplan, que liderou a tentativa de emancipação da Barra da Tijuca no fim da década de 80. A empresa Dream Factory, do mesmo grupo, é responsável pela organização do Carnaval de Rua do Rio de Janeiro, que passou a ser patrocinado desde 2010.

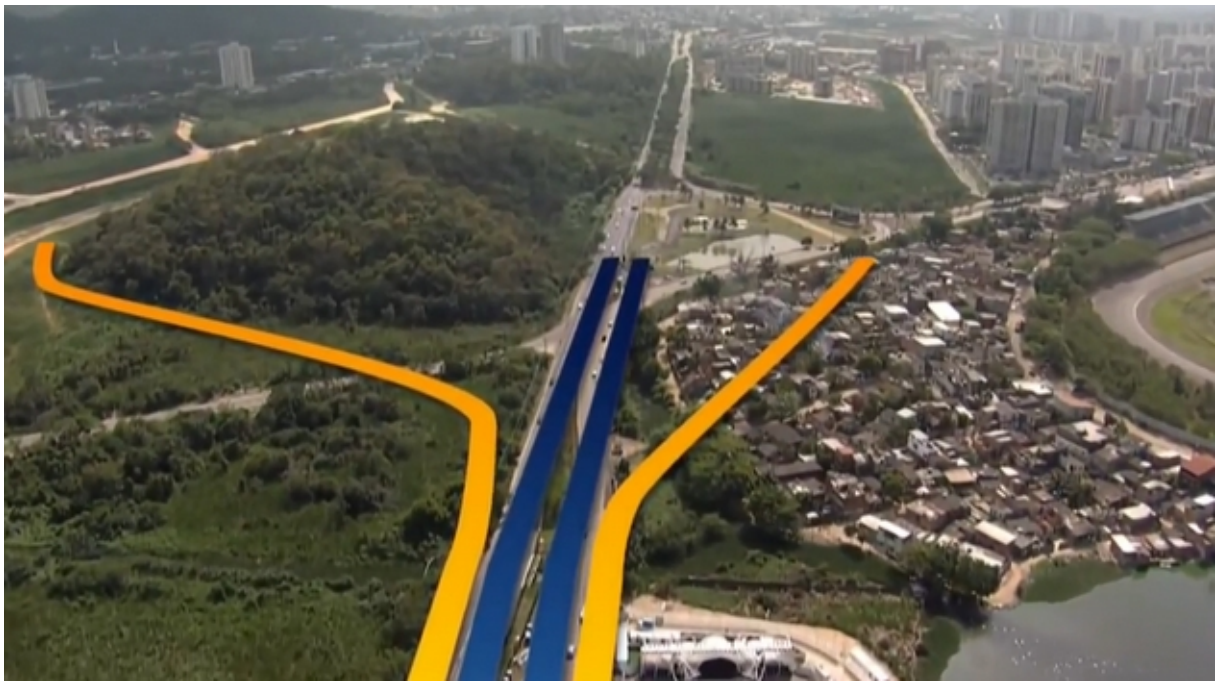
98 Em contato com o autor por telefone em 5 fev. 2014.

99 Como apontou a então Relatoria Especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada, Raquel Rolnik: "A coisa mais paradoxal é que estão sendo removidas pessoas que têm posse legal de suas casas. A constituição de 1988 reconheceu a posse de pessoas que ocuparam espaços públicos ou privados por não terem condições de acesso à moradia digna. Quando a pessoa é removida, ela tem duas opções, compensação financeira e reassentamento. Não pode deixar ninguém sem casa, sem teto, e não pode impor uma condição de moradia pior do que a pessoa tem. Nenhuma dessas regras está sendo cumprida. E não é por acaso que as obras vão

Figura 30 - Vila União de Curicica no traçado da Transolímpica.

Fonte: Rio On Watch, dez. 2014

Figura 31 - Curva da Transolímpica em vídeo da Prefeitura do Rio cortando a Vila Autódromo.



Fonte: Cidade Olímpica, jan. 2012

cair por cima das comunidades. É para sair mais barato". Entrevista: Raquel Rolnik - "As remoções são fruto da valorização imobiliária". A Nova Democracia, Ano X, nº 94, ago. de 2012. Disponível em http://www.anovademocracia.com.br/no-94/4183-entrevista-raquel-rolnik-qas-remocoes-sao-fruto-da-valorizacao-imobiliariaq. Acesso em 4 jan. 2015.

A apresentação das agências de publicidade Binder e Staff, responsáveis pelo lançamento do empreendimento Ilha Pura, chama a atenção para algo que parece chave para entender as remoções que acontecem em locais de expansão do mercado imobiliário. A insegurança de potenciais compradores de investir em uma área "não desbravada" não permite que nada possa ser um motivo de dúvida para fechar o negócio. A repetida garantia da remoção da Vila Autódromo e de outras comunidades pelo jornal O Globo, não por acaso um dos principais veículos destino dos anúncios dos empreendimentos imobiliários da cidade, está dentro desse contexto. As remoções que ocorreram desde 2009 na Barra Tijuca/ Recreio e na região da OUC do Porto Maravilha são as que menos se nota a necessidade pública de utilização de terrenos ou edifícios[100]. Percebe-se, no entanto, que a presença de moradias pobres e de moradores pobres colocam em risco a atividade especulativa nas franjas de expansão do mercado imobiliário, nas áreas de grandes projetos de desenvolvimento urbano, e a remoção via poder público é a alternativa mais eficaz para as empresas.

Diferente do que acontecia nos anos 1990, quando os empresários participavam ativamente do processo de remoção – a Acibarra chegou a construir um conjunto habitacional em Curicica para as famílias da Via Parque e Tjong Hiong Oei, um dos maiores proprietários da Barra, acompanhava pessoalmente a derrubada das casas – as remoções que acontecem no contexto de preparação do Rio de Janeiro para as Olimpíadas tem maior estrutura institucional e participação acentuada do poder público na mediação dos interesses. Em geral, os reassentamentos acontecem em conjuntos do PMCMV, em terrenos viabilizados pelo poder público ou comprados através da estrutura de financiamento do programa. As muitas obras de mobilidade previstas para ficarem prontas até 2016 também têm causado desapropriações de áreas formais, mas o que se nota é que a unificação autoritária da cidade como pátria, que tem no projeto de cidade olímpica algo incontestável, vem sendo utilizada para emudecer a voz dos atingidos pelo que seria a necessidade de um "interesse público mais amplo"[101],

100 As remoções que aconteceram na região portuária foram em sua maioria em ocupação urbanas de antigos edifícios públicos. Muitos deles – como Zumbi dos Palmares e Machado de Assis, que abrigavam centenas de famílias – permanecem fechados e vazios em 2015. A brutalidade de como se deram as remoções está registrada no documentário "Atrás da Porta". Disponível em http://youtu.be/_ahMaiRodNw. Acesso em 30 dez. 2014.

101 Termo utilizado na nota da Prefeitura sobre as remoções: "A Prefeitura conduz os processos de reassentamento a partir de decreto municipal (34.522, publicado no Diário Oficial do Município do Rio em 4 de outubro de 2011) que estabelece todos os procedimentos obrigatórios para reassentar uma família. Isso implica avisá-la com antecedência, esclarecê-la sobre a natureza e a importância do processo, sempre motivado por interesse público mais amplo. Essas famílias, além de terem acesso a todas as informações necessárias, são recebidas individualmente e conhecem o valor de suas moradias atuais, incluindo todas as benfeitorias realizadas, bem como as alternativas para reassentamento: transferência direta para apartamentos; recebimento de aluguel social (R$ 400 por mês); indenização; ou transferência para outro

provocando diversas intervenções de interesse privado. Não apenas em remoções de favelas, mas também direcionando os investimentos públicos como foi visto nos orçamentos dos Jogos Olímpicos. O grupo que assumiu a Prefeitura do Rio em 2009 age, assim, como representante dos interesses dos proprietários e promotores imobiliários da Barra da Tijuca dentro da máquina pública municipal, proporcionando a captura da mais-valia urbana através da apropriação pelos empresários da valorização decorrente dos investimentos públicos.

imóvel através da aquisição assistida, processo no qual a Prefeitura avalia as benfeitorias feitas na casa da família e autoriza a procura de outro imóvel, de mesmo valor e em local seguro para, posteriormente, realizar a sua compra". Fonte: Desapropriações (SMO/CGM-SIG), Reassentamentos (SMH-SIHAB/MCMV), a partir de 01/01/2009. Disponível em http://www.cidadeolimpica.com.br/empresaolimpica/projetos-e-investimentos/projeto/?p=brt-transolimpica. Acesso em 1º jan. 2015.

4.3 Conflitos, resistências e alternativas à Barra da Tijuca neoliberal

> "Nós socializamos esse prêmio com todas as comunidades e com todos aqueles que que colaboraram e torceram. Traz autoestima aos moradores num momento de preocupação com as recentes ações da Prefeitura. O Rio passa por esse momento de reivindicações nas ruas, de luta por direitos, e esse prêmio é um estímulo para seguir em frente". Inalva Mendes Brito, moradora da Vila Autódromo desde a década de 80, sobre o primeiro lugar no Prêmio *Urban Age Award*, vencido pelo Plano Popular da Vila Autódromo, em 4 de dezembro de 2013.

Um projeto de reestruturação urbana de princípios neoliberais, que tem como base uma concepção empresarial de cidade que determina a localização de moradores de acordo com a sua classe social e que submete identidade e cultura à lógica do mercado, não se desenvolve sem resistência. Na Barra da Tijuca, há pelo menos três frentes que questionam esse modelo: a de trabalhadores que sofrem com processos de remoção, como na Vila Autódromo, Vila União de Curicica, ex-moradores de comunidades já removidas como a Vila Recreio, Vila Harmonia, entre outros; a de pequenos agricultores e descendentes de quilombolas que vivem no entorno do Maciço da Pedra Branca, como a Associação de Agricultores de Vargem Grande, as Comunidades do Camorim e Cafundá Astrogilda, e a Associação Cultural do Camorim; e um movimento contra a especulação imobiliária, que se organiza principalmente através da oposição à construção do campo de golfe olímpico, denominado "Golfe para Quem?", e de uma ocupação em frente ao terreno do futuro campo de golfe olímpico, o Ocupa Golfe.

As primeiras comunidades a serem removidas justificadas pelo Projeto Olímpico foram as do Recreio dos Bandeirantes, na construção da Transoeste; Vila Recreio II e Vila Harmonia foram extintas e Restinga parcialmente removida. Jorge Santos, ex-morador da Vila Recreio II, foi o último a ter sua casa derrubada, em agosto de 2011 – a remoção começou no Natal de 2010. A opção dada pela Prefeitura foi um apartamento num conjunto habitacional em Campo Grande, a 25 km do local, mas ele não aceitou já que a Lei Orgânica do Município[102] prevê o reassentamento próximo aos locais de moradia ou trabalho. Através da Defensoria Pública, Jorge conseguiu uma indenização de R$ 14 mil e foi morar de aluguel, já

102 Em seu Art. 429 - A política de desenvolvimento urbano respeitará os seguintes preceitos: VI - urbanização, regularização fundiária e titulação das áreas faveladas e de baixa renda, sem remoção dos moradores, salvo quando as condições físicas da área ocupada imponham risco de vida aos seus habitantes, hipótese em que serão seguidas as seguintes regras: a) laudo técnico do órgão responsável; b) participação da comunidade interessada e das entidades representativas na análise e definição das soluções; c) assentamento em localidades próximas dos locais da moradia ou do trabalho, se necessário o remanejamento. Disponível em http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/Organica.nsf/24fb20fe68103aa203256493006a7e0a/76beb19da1b8d4ae0325649d00530600?OpenDocument. Acesso em 4 jan. 2015.

que o valor foi insuficiente para adquirir uma outra moradia. A maioria das casas da Vila Recreio II foram destruídas no Natal de 2010. Em reunião com os moradores do Recreio, o então secretário municipal de habitação, Jorge Bittar, chegou a prometer que deixaria as famílias passarem as festas de fim de ano em suas casas, mas não cumpriu o combinado[103].

A Vila Harmonia ficava ao lado do Recreio Shopping e era formada por dezenas de casas, comércio e dois terreiros de Candomblé. O terreno não foi utilizado pela obra da Transoeste e foi ocupado por um depósito de materiais de construção da 18ª Gerência de Conservação da Prefeitura. Jeane Santos, que morava na Vila Recreio II e aceitou o reassentamento em Campo Grande, ainda trabalha no Recreio. O marido acabou perdendo o emprego. Segundo ela, a intenção da Prefeitura foi tirar os moradores de baixa renda da área. "Eles são burgueses, não querem se misturar. Só querem o nosso trabalho. A gente chega lá pra servir a eles, depois eles querem nos tirar logo (da Barra da Tijuca)"[104].

Por mais que as famílias de Vila Recreio II, Vila Harmonia e Restinga não tenham resistido à pressão da Prefeitura, essas remoções chamaram atenção pelas violações de direitos do ciclo olímpico contra as comunidades pobres. A articulação de algumas lideranças, como Jorge Santos, abriu espaço para o fortalecimento de outras resistências na região. As propostas de reassentamento para a Vila Autódromo e para a Vila União de Curicica, mais próximas e em unidades habitacionais melhores que as oferecidas às comunidades do Recreio, refletem não apenas a luta dessas comunidades mas a resistência contra as remoções demonstrada pelas comunidades atingidas pela Transoeste. Após as remoções, foi formada a Comissão de Moradores Atingidos pela Transoeste, para dar visibilidade às violações de direitos que aconteceram na região, exigir reparações adequadas aos danos causados e fortalecer a luta de comunidades vizinhas. Dois anos após a remoção forçada, famílias que não aceitaram as condições da Prefeitura ainda aguardavam indenização.

---

103 "Quando a gente menos esperava, no dia 23 de dezembro, chegaram as máquinas e começaram a derrubar as coisas. Foi o presente de Natal que a Prefeitura deu pra comunidade, começaram a quebrar tudo no final do ano sem que a gente esperasse", Laércio Chagas, ex-morador da Vila Recreio II, entrevista ao autor em 4 set. 2013.

104 Entrevista ao autor em 2 fev. 2014.

Figura 32- Casa de Jorge Santos, última a resistir na Vila Recreio II, sem luz e sem água.

Fonte: Renato Cosentino, 18 mai. 2011

Figura 33- Jorge Santos em cima dos escombros da sua casa a dezenas de metros da Av. das Américas.

Fonte: Renato Cosentino, 28 ago. 2013

A Vila Autódromo se antecipou a remoção e através da Associação de Moradores criou seu próprio Plano Popular de Urbanização, com a assessoria do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (ETTERN) do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da UFRJ e do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU) da UFF. A ideia do plano surgiu de uma reunião da Associação de Moradores com o prefeito Eduardo Paes, que deu a entender que se a comunidade apresentasse uma proposta alternativa haveria a possibilidade de permanência. O ETTERN já vinha pesquisando a questão dos conflitos urbanos e seu papel na construção social e tinha uma proposta de planejamento conflitual. A universidade e a comunidade se encontraram nas reuniões do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, no fim de 2011.

O Plano Popular da Vila Autódromo[105] foi lançado no dia 16 de agosto de 2012, quando o documento foi entregue ao prefeito Eduardo Paes junto com duas mil e quinhentas assinaturas de apoiadores que foram coletadas através de um site[106] e presencialmente em atos e reuniões do projeto. O estudo comprovou que a urbanização era inclusive uma opção mais vantajosa para os cofres públicos que o despejo dos moradores. A implementação do Plano estava orçada em R$ 13,5 milhões, valor que corresponde a apenas 35% dos R$ 38 milhões previstos em 2012 pela Prefeitura para o reassentamento total da comunidade, valor que já superou R$ 200 milhões. O Plano Popular prevê, dentre outras coisas, o esgotamento sanitário do local, a dragagem do canal paralelo à Av. Abelardo Bueno, a recuperação da faixa marginal da Lagoa de Jacarepaguá, a criação de novas áreas comunitárias de esporte e lazer, a inclusão da comunidade no programa Saúde da Família, além da construção de uma creche e de uma escola municipal. O plano também apresenta outras vantagens, como tamanho superior das novas unidades habitacionais com tipologias variadas, considerando as características das famílias que precisariam ser removidas, mas que seriam reassentadas na própria comunidade[107]. Estiveram no encontro com o prefeito equipes da universidade, moradores e apoiadores da Vila Autódromo. Na reunião, Paes não se comprometeu com a urbanização e a permanência da comunidade e não disse qual seria o motivo da remoção.

105 O Plano Popular da Vila Autódromo está disponível para download em http://bit.ly/PlanoPopularVA. O quadro comparativo entre as propostas do Plano Popular da Vila Autódromo e da Prefeitura do Rio está disponível em http://bit.ly/ComparativoVA. Acesso em 4 jan. 2015.

106 O site traz as memórias dos moradores, os argumentos que não se sustentam para a remoção e informações sobre a campanha. Está disponível em http://www.portalpopulardacopa.org.br/vivaavila. Acesso em 4 jan. 2015.

107 As menores unidades, de 58m², tem possibilidade de ampliação para até 93m², já considerando o possível crescimento familiar. O menor apartamento de 1 quarto, sem possibilidade de ampliação, tem área de 66m², e o maior, de 3 quartos, 95m². A área média das unidades oferecidas pela Prefeitura era de apenas 49m².

Segundo Giselle Tanaka[108], que integrou a coordenação do projeto, o plano popular é um instrumento importante de fortalecimento das organizações comunitárias. A experiência acabou se tornando referência ao utilizar o planejamento urbano como instrumento de luta por uma cidade mais humana e democrática. O plano tem ainda como objetivo constranger o poder público e forçar o diálogo para mudanças nos projetos e tem inspirado experiências em outras cidades, como a Comunidade da Paz em Itaquera, próxima do estádio construído para a Copa do Mundo, em São Paulo.

No dia 3 de dezembro de 2013, os moradores da Vila Autódromo tiveram seu esforço reconhecido ao vencer o *Urban Age Award*, importante prêmio internacional que reconhece e celebra iniciativas criativas para as cidades. A premiação é organizada pelo *Deutsche Bank* e pela *London School of Economics* e cerca de 170 projetos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro concorreram. O prêmio seria anunciado dois meses antes, em outubro, com a presença do prefeito Eduardo Paes no Palácio da Cidade, já que a premiação teve o apoio da Prefeitura do Rio. No entanto, o evento foi cancelado e acabou transferido para a sede do Instituto de Arquitetos do Brasil, sem a presença de representantes do poder público municipal. Com os 80 mil dólares recebidos, a Associação planeja construir uma creche, uma das necessidades das famílias do local e que estava prevista no plano popular de urbanização, e uma cooperativa de reciclagem.

108 Giselle Tanaka é arquiteta e urbanista, pesquisadora do ETTERN - IPPUR UFRJ. Entrevista ao autor em 19 fev. 2014.

Figura 34 - Lançamento do Plano Popular da Vila Autódromo no edifício da Prefeitura do Rio.

Fonte: Renato Cosentino, 16 ago. 2012

Os moradores da Vila Autódromo estão também articulados a outras lutas da região. No dia 23 de março de 2014, eles participaram da atividade de resistência cultural realizada pelos moradores do Alto Camorim, no entorno do Maciço da Pedra Branca em Jacarepaguá, que há 10 anos reivindicam o reconhecimento do local como território remanescente de quilombo. A ação teve o objetivo de reafirmar a luta das famílias pela regularização fundiária, pelo direito de cultivar a terra e pela construção do Centro de Desenvolvimento Cultural Quilombola do Camorim. O evento teve o café da manhã agroecológico oferecido pela Associação de Agricultores de Vargem Grande e, antes da tradicional feijoada, foram promovidas conversas sobre a história da ocupação da área. Na preparação para as Olimpíadas, muitas comunidades estão ameaçadas pelo avanço dos empreendimentos imobiliários. O Alto Camorim é um local histórico, onde se localiza a Igreja São Gonçalo de Amarante, de 1625, no acesso ao Parque Estadual da Pedra Branca, uma das maiores florestas urbanas do mundo. Em outro acesso ao Parque, por Vargem Grande, está a Comunidade

Cafundá Astrogilda.

No início de 2014, uma grande área do Alto Camorim foi devastada pela Living Construtora, marca da RJZ Cyrela. Segundo os moradores, os tratores não respeitaram as árvores centenárias do Maciço da Pedra Branca e aterraram o que sobrou de um dos prováveis locais da senzala da Fazenda Camorim, do início do século XVII. O temor é que, pela proximidade, a obra possa comprometer a igreja histórica. Uma denúncia foi feita à Ouvidoria do Ministério Público[109], ressaltando o desrespeito à memória, à cultura e ao patrimônio histórico e ambiental carioca. A construtora informou que possui as licenças de demolição e remoção de árvores necessárias, expedidas pelos órgãos competentes. Ainda segundo a Living Construtora, não existia nenhuma ruína no imóvel, e todas as medidas compensatórias originadas da licença ambiental estavam sendo devidamente cumpridas[110].

Os moradores, no entanto, questionaram a ação: "É uma pena a gente perder um sítio arqueológico que foi todo descaracterizado por essas escavações da Cyrela. Não é só trazer o progresso pra cá, mas sim manter uma história que existe nessa localidade, que é o Quilombo do Camorim", disse Adilson Almeida, presidente da Associação Cultural do Camorim. "Eles querem acabar com a nossa identidade começando a destruir marcas desse território. Mas a nossa memória não vai ser destruída", completou Maraci Soares, uma das lideranças do Alto Camorim. A mobilização das comunidades teve êxito com o reconhecimento da autodefinição como remanescente quilombola. As portarias da Fundação Cultural Palmares de nº 75, publicada no Diário Oficial da União no dia 2 de julho de 2014[111], e a de nº 87, do dia 31 de julho de 2014[112], certificaram as Comunidade Cafundá Astrogilda e Comunidade de Camorim – Maciço da Pedra Branca.

109 Denúncia feita por Flávio Machado à Ouvidoria do MPRJ registrada com o número 266541. Disponível em http://www.mprj.mp.br/cidadao/ouvidoria/consulte-a-sua-comunicacao/. Acesso em 4 jan. 2015.

110 Posicionamento recebido por e-mail pelo autor em 25 de mar. 2014.

111 Disponível em http://www.jusbrasil.com.br/diarios/72550881/dou-secao-1-03-07-2014-pg-21. Acesso em 4 jan. 2015.

112 Disponível em http://www.jusbrasil.com.br/diarios/73779412/dou-secao-1-31-07-2014-pg-9. Acesso em 4 jan. 2015.

Figura 35 - Destruição em local onde a Living Construtora desenvolve empreendimento imobiliário.

Fonte: Rosa Bernardes (foto cedida por Flávio Machado), 28 jan. 2014

Figura 36- Adilson Almeida e Maraci Soares em frente a igreja de 1625, no Alto Camorim.

Fonte: Renato Cosentino, 23 mar. 2014

A luta, no entanto, não chegou ao fim. Um projeto de Projeto de Lei nº 807/2010 pretende criar o bairro Barra Olímpica, suprimindo parte dos bairros da Barra da Tijuca, Camorim e Jacarepaguá. A justificativa dos autores do projeto, os vereadores Carlos Caiado, Tânia Bastos e Tio Carlos, é que a "realização de um evento da magnitude dos Jogos Olímpicos é uma oportunidade ímpar, que merece, e precisará, ser lembrada para sempre, de todas as maneiras possíveis"[113]. As organizações da região, no entanto, não concordam. "Os outros países que realizaram grandes eventos perderam suas identidades? Então não há nada que justifique essas ações. É um projeto de quem para quem?", questionou Bernadete Montesano, da Rede Carioca de Agricultura Urbana. "O nosso projeto de viver aqui é produzindo alimentos e entendendo a dinâmica desse lugar e dessa floresta. Essas áreas onde estão os agricultores são de grande cobiça", ressaltou.

A tentativa de votação do PL, em dezembro de 2014, foi impedida por requerimentos de adiamento dos vereadores Jefferson Moura, Eliomar Coelho e Renato Cinco, mas tudo indica que a proposta voltará à pauta da Câmara dos Vereadores em 2015. Maraci Soares circulou uma nota pública no dia 2 de dezembro de 2014 que expressa o sentimento dos moradores tradicionais em relação ao projeto, na qual destaca-se o seguinte trecho:

> Hoje mais uma violência contra a identidade territorial do sertão carioca está sendo proposta por três vereadores da cidade do Rio de Janeiro. O Projeto de Lei N.º 807/2010, rebatiza os tradicionais bairros da Curicica e do Camorim, passando por cima da história local e da identidade de tantos cidadãos.
>
> Repudiamos essa iniciativa e afirmamos nosso apoio para que o PROJETO DE LEI Nº 807/2010 não seja aprovado. Este projeto, que pretende mudar o nome destes bairros para "Barra Olímpica" fere a alma e a história dos moradores destes locais. Estes territórios têm vivido e sofrido com a crescente especulação imobiliária na região, que não trouxe nenhuma melhoria ou políticas públicas para o local, apenas fez com que a rotina se tornasse ainda mais sofrida com o aumento de carros, obras imobiliárias, remoções e aumento do custo de vida na região.
>
> Estes territórios não são um apêndice da Barra! São bairros que tem em si uma rica história de resistência, como a permanência da agricultura familiar, comunidades remanescentes de quilombolas e de pescadores e a mata da Pedra Branca que nos nutre e embeleza. E queremos que esta história não seja apagada! Não à "Barra Olímpica"!

A luta contra os empreendimentos imobiliários e suas consequências é também a pauta do movimento "Golfe para Quem?". O primeiro protesto do grupo aconteceu no dia 23 de fevereiro de 2012, em frente à Estação BRT "Golfe Olímpico", na Av. das Américas. Formado

113 Disponível em http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1316.nsf/0cfaa89fb497093603257735005eb2bc/03257ad1004cc81c83257808007546ae?OpenDocument. Acesso em 4 jan. 2015.

em sua maioria por jovens moradores da Barra, Recreio e Vargens, o movimento tem como uma das principais pautas a degradação ambiental causada pelo avanço imobiliário na região. Segundo eles, na construção do campo de golfe há um claro descumprimento da Constituição Federal, que define a Mata Atlântica – bioma ao qual pertence a Reserva – como Patrimônio Nacional. A degradação da APA de Marapendi altera toda a biodiversidade local, contribuindo para extinção de espécies ameaçadas, além de interferir na drenagem da água das chuvas, colaborando com o aumento de enchentes. Ainda segundo o grupo, o crescimento populacional da região também comprometerá a mobilidade urbana e aumentará a poluição, pois a Zona Oeste não conta com uma infraestrutura de saneamento básico compatível com a demanda. O grupo também esteve envolvido nas mobilizações contra a construção de um complexo hoteleiro e residencial do grupo Hyatt, financiado pelo BNDES, na APA de Marapendi em frente à praia da Barra da Tijuca.

No dia 7 de dezembro de 2014, ativistas – não apenas ligados ao movimento "Golfe Para Quem?" – fizeram uma ocupação em frente a área do Campo de Golfe Olímpico denominada "Ocupa Golfe". O ato teve inspiração e contou com ativistas que participaram das diversas ocupações que ocorreram em espaços públicos desde 2011, como o Ocupa Rio e o Ocupa Câmara, na Cinelândia, e o Ocupa Cabral, próximo ao edifício do ex-governador Sérgio Cabral, no Leblon, em 2013. Segundo o movimento, não se trata de um mero protesto contra a construção do campo de golfe, mas sim um conjunto de reuniões, palestras e atividades culturais organizadas pacificamente com a finalidade de conscientizar a população sobre tudo que envolve o empreendimento na APA de Marapendi, assim como exigir das autoridades públicas o tratamento que o caso merece. O grupo se manteve no local com uma rede de apoio que se formou a partir das postagens que faziam em sua página no Facebook[114], divulgando o que necessitavam, e ainda através das atividades de panfletagem no local, quando arrecadavam recursos com os passantes que se identificavam com suas reivindicações.

O movimento teve o objetivo[115] de divulgar que o projeto do campo de golfe evidencia práticas ilegais promovidas pelo prefeito Eduardo Paes e que causa elevados prejuízos econômicos ao Rio de Janeiro, além de mostrar que há indícios da área impactada ser pública mas não contestada pelo Estado. O grupo exigia ainda que o Judiciário anulasse a licença concedida pelo prefeito e embargasse a obra do campo de golfe e os empreendimentos imobiliários a ele vinculados; que o Ministério Público criasse um grupo de trabalho com a

114 O endereço do Facebook é https://www.facebook.com/ocupagolfe e o site é http://www.ocupagolfe.tk/.
115 O objetivo do grupo estava consolidado em seis pautas, recebido pelo autor por e-mail em 8 dez. 2014.

participação de membros da sociedade civil para a apuração das denúncias de fraude imobiliária e da prática de crimes; que os vereadores da Câmara Municipal instalassem uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as denúncias feitas pelos movimentos sociais; e que o Judiciário, após as devidas investigações, processasse, julgasse e condenasse os criminosos com a mesma rapidez e com o mesmo rigor que persegue os ativistas sociais.

O movimento pretendia ainda chamar a atenção da imprensa e pressionar o Ministério Público a dar a devida atenção e urgência às investigações da prática de atos de improbidade administrativa pelo Prefeito Eduardo Paes e de grilagem de terras por parte dos empresários. O "Ocupa Golfe" permaneceu em frente ao empreendimento do Grupo Rio Mar e da RJZ Cyrela durante quatro meses, mesmo com as seguidas tentativas de retirada da Guarda Municipal, que confiscou bens do acampamento e agrediu ativistas. As investidas contra os ocupantes foram filmadas e divulgadas pela internet, algumas delas em transmissão ao vivo. Outras atividades também foram exibidas *online*, como debates e rodas de conversa, que contaram com a presença de moradores da Vila União de Curicica e da Vila Autódromo. Os movimentos da região estão em constante troca em suas lutas.

A ação direta de ocupação fez com que o caso ganhasse repercussão internacional, com diversas reportagens em canais de televisão e jornais estrangeiros, e passasse assim a ser mais veiculado também na mídia nacional, constrangendo Eduardo Paes. O prefeito chegou a dizer que odiou ter que fazer o campo de golfe para os Olimpíadas[116], mas logo foi desmentido pelo presidente do COI, Thomas Bach, que afirmou que Paes se esforçou pessoalmente para a realização da obra[117]. O caso teve tanta visibilidade que, em março de 2015, a Prefeitura do Rio lançou um dossiê para se defender das acusações de crime ambiental e contra o patrimônio público[118], documento que foi contestado ponto a ponto pelos ativistas do Ocupa Golfe. Apesar do movimento ter deixado a ocupação em abril de 2015, o grupo segue atuando em relação ao caso em debates, audiências públicas e articulações com movimentos sociais.

---

116 Eduardo Paes: 'Odeio ter feito esse campo de golfe. Por mim, não faria nunca'. O Globo, 24 fev. 2015. Disponível em http://oglobo.globo.com/esportes/eduardo-paes-odeio-ter-feito-esse-campo-de-golfe-por-mim-nao-faria-nunca-15425495. Acesso em 17 mai. 2015.

117 Presidente do COI rebate Paes e diz que o campo de golfe é ideia do prefeito. BOL Notícias, 25 fev. 2015. Disponível em http://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/esporte/2015/02/25/presidente-do-coi-rebate-paes-e-diz-que-campo-de-golfe-e-ideia-do-prefeito.htm. Acesso em 17 mai. 2015.

118 Paes lança dossiê sobre campo de golfe e chama acusação de 'baboseira'. Folha de SP, 25 mar. 2015. Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/esporte/2015/03/1607950-paes-lanca-dossie-sobre-campo-de-golfe-e-chama-acusacao-de-baboseira.shtml. Acesso em 17 mai. 2015.

Figura 37 - Protesto feito pelo movimento Golfe Para Quem? em frente ao Ministério Público.

Fonte: Facebook Golfe Para Quem?, 5 ago. 2013

Figura 38 - Moradores da Comissão de Moradores da Vila União de Curicica no Ocupa Golfe.

Fonte: Facebook Golfe Para Quem?, 19 dez. 2014

***

Neste capítulo foi visto como o Projeto Olímpico está a serviço da consolidação da Barra da Tijuca como uma nova centralidade do Rio de Janeiro, projeto de um grupo de empresários que desde a década de 1980 se organizou e atua politicamente na região. Ao analisar o Orçamento Olímpico, nota-se que boa parte do investimento público justificado pelas Olimpíadas de 2016 serve para solucionar o principal entrave à expansão da Barra da Tijuca, que é o acesso à Baixada de Jacarepaguá, além de requalificar a região. As obras de urbanização se concentram principalmente no entorno do Centro Metropolitano, onde a coalizão de empresários locais e o grupo que assumiu a Prefeitura em 2009 pretende construir o novo centro de negócios da cidade. Ao se destacar a alocação de recursos da Prefeitura do Rio nos orçamentos analisados, sobressai a opção do poder público municipal por equipar a Barra da Tijuca. O discurso do prefeito Eduardo Paes, no entanto, não revela esses objetivos. Os investimentos olímpicos estariam sendo feitos em sua maioria pelos empresários, através de parcerias público-privadas, e o principal legado para a cidade seria a recuperação do centro histórico, não o crescimento orientado a oeste. Essa expansão da malha urbana incentivada pela Prefeitura contradiz o Plano Diretor do Rio de Janeiro, aprovado em 2011. Segundo a lei, a Barra da Tijuca está em Macrozona de Ocupação Condicionada.

O maciço investimento público em acessibilidade vem promovendo a valorização de milhões de metros quadrados de terra que há quatro décadas estão concentradas na mão dos mesmos poucos proprietários, principalmente dois: Carlos Carvalho e Pasquale Mauro. Eles tiveram envolvimento direto na viabilização das Olimpíadas na região, ou através da participação em negócios imobiliários, como o campo de Golfe Olímpico que será construído em terreno de Mauro, ou participando ativamente da articulação política e em grandes empreendimentos como a Vila dos Atletas e o Parque Olímpico, caso de Carvalho. A Carvalho Hosken possui cerca de 6 milhões de metros quadrados na principal zona de investimento das Olimpíadas, o eixo da Av. Abelardo Bueno, e receberá ainda cerca de 400 mil metros quadrados como forma de pagamento das obras do Parque Olímpico. Na preparação para o megaevento, a Prefeitura repassa, assim, a última grande área pública da região, que abrigava o autódromo da cidade. Uma outra área de 4 milhões de metros quadrados acabou não sendo desapropriada para dar lugar ao Centro Metropolitano, como previa o Plano Lúcio Costa, sendo boa parte de propriedade da Carvalho Hosken.

As Olimpíadas marcam também a entrada de grandes construtoras nacionais no mercado imobiliário da Barra da Tijuca, tanto na parte da construção de grandes obras viárias ou de empreendimentos, como na incorporação imobiliária. Algumas das empresas que têm negócios recentes no bairro são a Odebrecht Realizações, Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão Desenvolvimento Imobiliário, entre outras. A tendência de urbanização da Barra da Tijuca é a criação de bairros com dezenas de edifícios e ampla estrutura de serviços, alguns viabilizados através da aprovação do PEU das Vargens marcada pela ausência de debate público. Para tornar as regiões conhecidas e cobiçadas, os empreendimentos da Barra investem não apenas em publicidade comum, mas em cadernos informativos, que são informes publicitários que se confundem às notícias. O objetivo é fazer com que as pessoas se convençam em investir em apartamentos de alto padrão em áreas pouco desbravadas. Como a insegurança de potenciais compradores não permite que nada possa ser um motivo de dúvida para fechar o negócio, iniciou-se uma nova rodada de remoções em áreas de interesse do mercado imobiliário, como no fim do Recreio e as áreas do entorno do Parque Olímpico.

A reestruturação urbana a qual passa a Barra da Tijuca promove conflitos e resistências, principalmente em três frentes: das comunidades que estão sofrendo com processos de remoção, das comunidades tradicionais de agricultores e quilombolas e ainda de jovens comprometidos com a causa ambiental e que lutam contra a especulação imobiliária e todos os negócios que envolvem a construção do Campo de Golfe Olímpico. São movimentos que se opõem ao projeto neoliberal empreendido no Rio de Janeiro e que tem na Barra da Tijuca sua expressão máxima e apresentam suas formas de ocupação e de viver naquele território.

A Associação de Moradores da Vila Autódromo produziu junto com duas universidades federais um Plano Popular de Urbanização, que foi premiado internacionalmente, mostrando que os moradores possuem um projeto para o local que construíram há pelo menos quatro décadas. A Vila União de Curicica organizou a sua luta, se articulou com movimentos sociais, e segue mobilizada para impedir o que seria a maior remoção das Olimpíadas de 2016. Outras comunidades como a do Cafundá Astrogilda e Alto Camorim conseguiram a certificação de remanescentes de quilombo, mostrando que a Barra já estava ocupada quando chegaram os condomínios a partir da década de 1970. Essas comunidades lutam para que o Projeto Olímpico não descaracterize a região e assim acabe com suas identidades, memória, e com a agricultura agroecológica que promovem. Lutam

ainda contra os empreendimentos que estão destruindo o entorno do Parque Estadual da Pedra Branca. A questão ambiental é também o que move os militantes do “Golfe Para Quem?” e do Ocupa Golfe, que decidiram acampar em frente ao empreendimento da RJZ Cyrela e do grupo Rio Mar, para denunciar o processo de grilagem de terras da região e a destruição de uma área de 58 mil metros quadrados da APA de Marapendi para a construção do Campo de Golfe Olímpico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pode ser visto neste trabalho, a realização dos Jogos Olímpicos em 2016 está sendo utilizada para criar as condições necessárias para desenvolver o projeto de transformar a Barra da Tijuca numa nova centralidade do Rio de Janeiro. Sendo a centralidade um processo social e uma imposição espacial de poder econômico e político, tentou-se entender a partir de uma leitura histórica como se deu a construção da coalizão de poder e as alianças de classe que possibilitaram a utilização do Projeto Olímpico para esse fim.

A Barra da Tijuca se desenvolveu sobre uma estrutura fundiária arcaica, em história que remonta a primeira metade do século XX com registros de grilagem de terra devoluta e sucessão irregular. O investimento em infraestrutura de acesso e urbanização, que possibilitou a chegada dos primeiros empreendimentos na década de 1970, passa por uma nova rodada no contexto olímpico, permitindo não só a incorporação de novas áreas pelo mercado imobiliário mas também a mobilidade da força de trabalho, mantendo assim o bairro como um local exclusivo para a população de maior poder aquisitivo da cidade. Esse perfil de ocupação se forja nas décadas de 1970 e 1980, a partir de um quadro oligopólico formado por poucos proprietários concentrando milhões de metros quadrados de terra e um grupo reduzido de empresas atuando nesta frente de expansão imobiliária. À época, sua principal inovação foi o condomínio fechado, em que se vende um modo de vida entre iguais e protegido das mazelas da cidade, modelo que se expandiu para megacondomínios privados ou minibairros, que ocupam áreas de centenas de milhares de metros quadrados, atual tendência da região. O objetivo continua sendo o mesmo: alcançar sobrelucros de localização a partir da diferenciação socioespacial, possibilitados também pela produção em escala de grandes áreas contínuas, só possível pela concentração fundiária característica da Baixada de Jacarepaguá até os dias de hoje.

O processo de urbanização da Barra da Tijuca reflete uma lógica de negação do público que tem como base princípios neoliberais. Estes princípios ficaram evidentes já no fim da década de 80, quando empresários organizados na Associação Comercial e Industrial da Barra da Tijuca (Acibarra) tentaram separar a região do Rio de Janeiro, criando uma nova cidade. Eles argumentavam que a administração carioca se estruturava a partir um modelo falido, viciado pelo clientelismo, pela burocracia e pelo empreguismo. A proposta era que a Barra fosse gerida por administradores de qualidade e pouco numerosos, para dar “lucro

social"[1], e previa também a privatização de serviços públicos. De fato, o principal objetivo dos empresários era flexibilizar as leis de uso e ocupação do solo e maximizar seus rendimentos, o que fez com que Lúcio Costa, arquiteto responsável pelo plano de ocupação da região elaborado no fim da década de 1960, se opusesse à emancipação. Apesar de não terem conseguido separar a Barra da cidade, os ideais do grupo que liderou a tentativa foram sendo incorporados à gestão da Prefeitura do Rio nos anos seguintes – principalmente através da adoção do planejamento estratégico na década de 1990 – e o plano de ocupação da Baixada de Jacarepaguá continuou a ser desfigurado por leis pontuais que atendiam aos interesses do mercado imobiliário.

O ambiente construído da Barra da Tijuca expressa a transição do modelo de planejamento urbano de matriz modernista/ funcionalista para o planejamento estratégico, que tem nos grandes eventos uma forma de legitimação e de promoção da cidade no mercado global. Foram muitos ao longo de sua ocupação, como feiras, festivais de música e esportivos[2]. O primeiro grande evento teria sido a Exposição Internacional em 1972, que promoveria uma rápida expansão de infraestrutura para a região, mas que acabou cancelado pouco tempo antes de sua realização. Naquele momento ainda não havia uma coalizão de interesses com força o suficiente para garantir tamanha intervenção. Desde então há um investimento contínuo de diferentes governos para desenvolver a Barra, mas é no fim dos anos 2000, com a divulgação de que o bairro seria o centro dos Jogos Olímpicos de 2016, que há um salto no montante de recursos destinado à região, que consegue assim canalizar grande parte dos investimentos da cidade.

Isso é possível dada uma conjuntura específica que tem como elementos-chave a eleição e eleição à Prefeitura do Rio de Eduardo Paes, político que tem sua carreira patrocinada pelo empresariado da Barra da Tijuca e vinculada a seus interesses, e que no início da década de 90 como subprefeito promoveu uma violenta política de remoção de favelas no bairro; a entrada de grandes empreiteiras nacionais no mercado da Barra, tanto em obras públicas como na incorporação imobiliária, no contexto de uma política econômica de fortalecimento de empresas nacionais promovida pelo governo federal; e pelo aumento dos limites de endividamento do município e da expansão do crédito de forma geral. A Barra se

1 Expressão utilizada na publicidade da União de Condôminos e Associações de Moradores da Barra, que possui a síntese das motivações do movimento emancipacionista – ver no capítulo 2.

2 São exemplos as etapas do Grande Prêmio Brasil de Fórmula 1 de 1981 até 1989, do Mundial de Surf, o Pan-Americano 2007 e as Olimpíadas 2016; a realização ainda do Rock in Rio e as grandes feiras no Rio Centro, como a Bienal, entre outras.

consolidou no fim do século XX pela articulação de um grupo liderado pelos proprietários de terra, mas que envolvia ainda donos de grandes cadeias de *shopping centers*, publicitários, e políticos que apostaram naquela região e se organizaram politicamente para viabilizá-la. A ampliação e o fortalecimento dessa coalizão com a entrada de grandes empreiteiras nacionais no negócio local, tendo o poder público como fiador e mediador desses interesses, é que fez convergir o Projeto Olímpico ao plano em desenvolvimento de transformar a Barra da Tijuca num novo centro financeiro e de negócios do Rio de Janeiro.

Se não é de hoje que a Barra da Tijuca expressa a construção da cidade sob às ordens do capital, torna-se mais evidente nesta nova rodada de urbanização orientada pelo planejamento estratégico a submissão do poder público aos interesses privados através de novos arranjos institucionais. As parcerias público-privadas – como no Parque Olímpico e no Campo de Golfe Olímpico – criaram mecanismos de repasse de terra pública e de privatização da gestão do território em negócios que o interesse público é notadamente deixado de lado, apesar do discurso político apontar o contrário. Terras que deveriam ser públicas, como a área de 4 milhões de metros quadrados prevista no Plano Lúcio Costa para a construção do Centro Metropolitano, onde hoje se localiza a principal frente de expansão do bairro, permanecem em mãos privadas. O desenvolvimento da baixada de Jacarepaguá sempre esteve vinculado à captura da Prefeitura por interesses privados e antes do planejamento estratégico os equipamentos urbanos também eram construídos para atender aos anseios da elite. Mas há um elemento novo que é a legitimidade desse projeto, justificado pela capacidade de atração de investimentos para cidade, desqualificando assim qualquer questionamento sobre a utilização de recursos públicos em obras de pouco interesse da população em geral.

Apesar da Barra da Tijuca estar em Macrozona de Ocupação Condicionada segundo o Plano Diretor do Rio de Janeiro, aprovado em 2011, o crescimento da cidade em direção à oeste é estimulado pela Prefeitura do Rio através do grande investimento em acesso e mobilidade. A região está sendo preparado para a futura demanda de adensamento com duplicação de vias, construção de pontes, mergulhões, esgotamento e energia. O objetivo é transformar a área da Av. Abelardo Bueno no novo Centro Metropolitano e manter a Barra da Tijuca como o bairro líder de vendas de unidades da cidade, posição que não se sustentaria sem uma nova rodada de investimento público em infraestrutura. Esse projeto de desenvolvimento urbano impulsionado pelos Jogos Olímpicos não foi debatido pela população e também não é explicitado pela Prefeitura do Rio, que ao contrário constrói um

discurso de retorno ao Centro e de proximidade afetiva com a Zona Norte. Isso não se reflete, no entanto, em investimento do orçamento municipal. O Porto Maravilha, maior projeto da região portuária, tem majoritariamente recursos viabilizados pelo governo federal e a Zona Norte recebe intervenções pontuais e de orçamento reduzido. A construção simbólica empreendida pela Prefeitura do Rio quer ocultar a relação histórica e o compromisso que o grupo que chegou ao poder em 2009 tem com o projeto empresarial da Barra da Tijuca.

Para viabilizar esse projeto, o poder público assumiu as negociações com os trabalhadores diretamente afetados pelas intervenções resultantes da reestruturação urbana em curso. A remoção de milhares de famílias dificilmente aconteceria sem a estrutura institucional montada pelo governo municipal e federal. Os reassentamentos são feitos em conjuntos habitacionais do programa Minha Casa Minha Vida, em terrenos viabilizados pela Prefeitura ou comprados através da estrutura de financiamento do programa, e as indenizações são pagas pelo Município. Reassentamentos que em geral localizam os trabalhadores na periferia da Zona Oeste, expandindo os limites da cidade e disponibilizando a força de trabalho que possibilitará o crescimento da Barra da Tijuca nas próximas décadas sem a formação de bairros populares na região, como almeja o empresariado e a elite do bairro. Esse foi também um dos motivos para a construção dos corredores de ônibus BRT e a abertura de túneis no maciço da Pedra Branca: permitir a entrada e a saída dos trabalhadores mantendo o perfil de alto poder aquisitivo da Barra. A remoção destas comunidades permite valorizar novas áreas de incorporação, visando garantir aos futuros proprietários a ausência de moradias pobres e moradores pobres, que com sua proximidade colocam em risco a atividade especulativa nas franjas de expansão do mercado imobiliário, que tem como base a distinção e a homogeneidade de classe.

São os bairros populares – como a Vila Autódromo, a Vila União de Curicica, entre outros – que atualmente formam ilhas de cidade numa região formada por enclaves fortificados[3]; grandes áreas privadas que garantem a convivência entre iguais em bairros fechados. O custoso estilo de vida ofertado a essas famílias, que inclui a manutenção dos serviços do condomínio, as compras em grandes centros comerciais e a disponibilidade do automóvel – praticamente imposto num bairro expandido projetado para não se andar a pé – é moldado pelo capital e funcional à sua reprodução. Uma ocupação com essas bases só é possível através de uma construção ideológica bem-sucedida, que tem no marketing e na

3 Expressão cunhada por Teresa Caldeira (2000).

aliança com os meios de comunicação seus principais instrumentos. A ideia de felicidade e segurança dentro dos grandes condomínios em oposição à cidade perigosa e imperfeita, além da garantia de um investimento seguro, presentes desde os primeiros empreendimentos da região, se utiliza não apenas da publicidade comum para se fortalecer, mas de informes publicitários que se confundem às notícias para incutir como verdade o desejo dos incorporadores imobiliários.

Uma outra verdade em construção é a de que os Jogos Olímpicos no Brasil estariam sendo majoritariamente financiados com recursos privados. O malabarismo financeiro e discursivo que a apoiaria a assertiva, no entanto, não se sustenta. As parcerias público-privadas que atrairiam recursos para a cidade envolvem repasses de terra pública a empreiteiras que não estão sendo contabilizados monetariamente, bancos públicos assumindo riscos e financiando negócios especulativos divulgados como investimento privado e isenções fiscais, assim como a flexibilização de leis urbanísticas. A construção do projeto de centralidade da Barra da Tijuca através das Olimpíadas só se materializa com recursos públicos municipais, estaduais e federais, assim como se deu o desenvolvimento da própria região desde a década de 1970. A ocupação da Baixada de Jacarepaguá, historicamente colocada como expansão natural da cidade pelo mercado – da mesma forma como agora vem sendo colocada como centro natural da região metropolitana[4] –, só se tornou realidade através da intervenção estatal, tanto na construção de seu plano urbanístico como no investimento contínuo em infraestrutura.

Produzir a ideia de que as intervenções olímpicas no bairro são financiadas pela iniciativa privada serve a esvaziar o debate público sobre as prioridades de investimento na cidade, já que recursos privados no desenvolvimento urbano seriam bônus de empresários bem intencionados, chamados a investir por prefeitos de bom trânsito, estando a população no papel de agradecer, não de participar e intervir. A esfera pública privatizada[5] optou, através do poderoso discurso da Cidade Olímpica, em construir mais cidade, expandindo os limites urbanos e incorporando novas áreas através de mudanças legislativas e construção de infraestrutura de acesso, deixando em segundo plano a requalificação de zonas densamente

4 Ney Robson Suassuna, então presidente da Acibarra, escreveu em 2009: "Uma região, que é igual à área metropolitana de Paris, ficou em segundo plano pela dificuldade de acesso, uma vez que se situa entre dois maciços – o da Pedra Branca e o da Tijuca. O que é uma benção, porque quando se olha o mapa dá para identificar que a Barra é o centro geométrico/geográfico da cidade do Rio de Janeiro. As autoridades precisam priorizar o sistema de transporte para esta região". A mesma ideia é repetida por Carlos Carvalho frequentemente em artigos e entrevistas.

5 No sentido do Estado dirigido por interesses privados, como posto por Maricato (1997, p. 122) em referência as ideias desenvolvidas por Maria Silvia de Carvalho Franco e José de Souza Martins, entre outros.

povoadas, o que seria de benefício direto da população. Esse talvez deveria ter sido o principal debate público sobre o Projeto Olímpico, que não aconteceu já que nunca chegou a ser colocado como questão. Como visto, as empresas de comunicação cumprem papel fundamental na coalizão de poder em vigor, regulando as informações e construindo verdades em consonância com o mercado.

Os efeitos da política urbana vigente estão sendo questionados por parte dos moradores da região administrativa da Barra da Tijuca, que propõe uma outra forma de existir naquele território. São movimentos que querem garantir o contato com a natureza, muito presente nos primeiros anos de ocupação do local, e questionam a destruição das áreas públicas de proteção ambiental em favor de interesses privados. Comunidades que reivindicam a urbanização e o reconhecimento dos bairros populares, que fazem parte da história da construção da Barra e estão ameaçados pelo Projeto Olímpico. E ainda grupos que já estavam na região antes mesmo dos primeiros grandes empreendimentos e que lutam por manter vivas suas identidades; são remanescentes de comunidades quilombolas e associações de agricultores, sufocados pelo crescimento imobiliário em direção a seus territórios tradicionais e de cultivo. Movimentos sociais que, através de suas lutas concretas, fazem um contraponto ideológico necessário ao valorizar o espaço público, a identidade, a cultura e o bem comum no território que se consolidou como o principal espaço do capital na cidade.

Além de histórias de luta e resistência, as Olimpíadas de 2016 deixarão como legado as bases físicas de um projeto econômico, político e ideológico que pretende transformar a Barra da Tijuca numa nova centralidade nas próximas décadas, aprofundando as desigualdades socioespaciais que caracterizam a cidade do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Otilia Beatriz Fiori; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Editora Vozes, 2000.

AZEVEDO, Lena; FAULHABER, Lucas. SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro Olímpico. Fotógrafo Luiz Baltar. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

BRENNER, Neil; PECK, Jamie; THEODORE, Nik. Após a neoliberalização?. Cadernos Metrópole. ISSN (impresso) 1517-2422;(eletrônico) 2236-9996, v. 14, n. 27, p. 15-39, 2012.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. Editora 34, 2000.

CARDOSO, Adauto Lucio. O espaço do capital: a Barra da Tijuca e a grande promoção imobiliária. In: Anais do III Encontro Nacional da ANPUR vol. 1, 1989, Águas de São Pedro. Pág 156 a 175.

CASTRO, Maurício Amoroso Teixeira de. Estudo resumido e documentado sobre a Baixada de Jacarepaguá. Rio de Janeiro, 1977.

COMPANS, Rose. A cidade contra a favela: a nova ameaça ambiental. 2007. XII Encontro Nacional da ANPUR.

COSTA, Lúcio. Plano Piloto para a urbanização da baixada compreendida ente a Barra da Tijuca, o Pontal de Sernambetiba e Jacarepaguá. Rio de Janeiro, 1969.

DE ALMEIDA ABREU, Mauricio. Evolução urbana do Rio de Janeiro. Iplanrio, 1987.

FIX, Mariana. A “fórmula mágica” da parceria público-privada: Operações Urbanas em São Paulo. In: Cadernos de Urbanismo, nº 3. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2000.

FIX, Mariana. Parceiros da Exclusão: duas histórias da construção de uma “nova cidade” em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada / Mariana Fix – São Paulo: Boitempo, 2001.

FIX, Mariana. Uma ponte para a especulação: ou a arte da renda na montagem de uma "cidade global". Cad. CRH, vol.22, n.55, pp. 41-64, 2009.

GONÇALVES, Simone Neiva Loures. Museus projetados por Oscar Niemeyer de 1951 a 2006: o programa como coadjuvante. 2010. 323 p. Tese (Doutorado – Área de Concentração: Projeto de Arquitetura) – FAUUSP, 2010.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. Annablume, 2005.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração

urbana no capitalismo tardio. In: Espaço & Debates, Número 39, NERU, 1996, p. 48-64.

HARVEY, David. O Neoliberalismo: história e implicações. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

JENNINGS, Andrew. Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas? / Andrew Jennings, Raquel Rolnik ; Antonio Lassance ... [et al.]. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014.

KLEIMAN, Mauro. Avenida Rio Branco e Perimetral: Patrimônio Histórico e Urbanístico do Rio de Janeiro. Revista Chão Urbano, ano X, n. 1, 2010. Disponível em http://www.chaourbano.com.br/adm/revistas/arquivos/revista5.pdf. Acesso em 31 ago. 2104.

KOWARICK, Lúcio. A espoliação urbana. Paz e Terra, 1980.

LIMA JUNIOR, Pedro de Novais. Uma estratégia chamada "planejamento estratégico": deslocamentos espaciais e a atribuição de sentidos na teoria do planejamento urbano. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

MACHADO, Luiz. Da informalidade à empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho). Caderno CRH, v. 15, n. 37, 2002.

MAMBRINI, Natália Pimenta. Evolução ambiental na Barra da Tijuca: o sistema de espaços livres no entorno da Lagoa da Tijuca. 2005. 97 f. Dissertação (Mestrado) UFRJ/ PROARQ/ Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

MARICATO, Ermínia. Brasil 2000: qual planejamento urbano? Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, Ano XI, n. 1 e 2, p. 113-130, 1997.

MARICATO, Ermínia. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. Editora Vozes, 2001.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In: Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil / Ermínia Maricato … [et al.]. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p.19-26.

NIEMEYER, Oscar. [Museu Exposição Barra72]. Argel 5/10/1969. Fundação Oscar Niemeyer. Coleção Oscar Niemeyer.

OLIVEIRA, Francisco. Crítica à razão dualista; O ornitorrinco. Boitempo editorial, 2003.

OLIVEIRA, Francisco. O elo perdido: classe e identidade de classe. Editora Brasiliense, 1987.

O TCU e as Olimpíadas de 2016: relatório de situação / Tribunal de Contas da União; Relator, Ministro Aroldo Cedraz. – 2. ed. – Brasília: TCU, 2014.

PECHMAN, Robert. "Formação histórica da estrutura fundiária na Zona Oeste do Rio de

Janeiro e Barra da Tijuca". In Produção imobiliária e uso do solo urbano: estudo das relações entre capital e propriedade fundiária na estruturação da cidade do Rio de Janeiro / Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (coordenador). -- Rio de Janeiro : UFRJ/IPPUR, 1987.

PEREIRA, Sonia Regina de Brito. Análise dos Complexos Sócio-Ambientais para o Planejamento de uso dos Espaços Urbanos Ocupados por Comunidades de Baixa Renda na Baixada de Jacarepaguá-RJ. 1995. 199 f. Dissertação de Mestrado em Ecologia, Departamento de Ecologia, Instituto de Biologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR, UFRJ: FASE, 1997.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; BÓGUS, Lucia. Apresentação do Cadernos Metrópole., São Paulo, v. 16, n. 31, pp. 9-16, jun 2014, p.12.

ROBERT, CASTEL. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

RODOLFO, Grandi; MARINS, Alexandre; FALCÃO, Eduardo (orgs.). Voto é marketing... o resto é política – Estratégias eleitorais competitivas. São Paulo: Edições Loyola, 1992. pag. 151 a 199.

ROLNIK, Raquel. A cidade e a lei. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

RUDGE, Raul Telles. As sesmarias de Jacarepaguá. São Paulo, Livraria Kosmos Editora, 1983.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Cidadania e justiça. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos, SANTOS, Mauro Rego Monteiro dos. Megaeventos e Direito à Moradia: questões e reflexões a partir do caso do Rio de Janeiro. In OLIVEIRA, F. L.; CARDOSO, A. L.; COSTA, H. S. M.; VAINER, C. B. Grandes Projetos Metropolitanos: Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Letra Capital: Rio de Janeiro, p. 287-313, 2012.

THEODORE, Nik; PECK, Jamie; BRENNER, Neil. Urbanismo neoliberal: la ciudad y el imperio de los mercados. Temas Sociales, v. 66, p. 1-11, 2009.

WACQUANT, Loïc. As prisões da miséria. Zahar, 2001.

WACQUANT, Loïc. Três etapas para uma antropologia histórica do Neoliberalismo realmente existente. Caderno CRH, v. 25, n. 66, 2012.